



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TESE DE DOUTORADO

EDUARDO MARA

**PACTO SOCIAL E HEGEMONIA BURGUESA:
A reforma do neoliberalismo na Era Lula.**

RECIFE
2016

EDUARDO MARA

**PACTO SOCIAL E HEGEMONIA BURGUESA:
A reforma do neoliberalismo na Era Lula.**

Tese apresentada ao Programa de pós-graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutor.

Orientador: Dra. Ângela Santana do Amaral

RECIFE
2016

Catálogo na Fonte

Bibliotecária Maria Betânia de Santana da Silva CRB4-1747.

M298p	Mara, Eduardo Pacto social e hegemonia burguesa: a reforma do neoliberalismo na era Lula / Eduardo Mara. Recife, 2016. 418 f.:il. 30 cm.
	Orientador(a): Dra. Ângela Santana do Amaral. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, 2016. Inclui referências.
	1. Projetos de desenvolvimento econômico - Brasil. 2. Ideologia – aspectos políticos. 3. Classes Sociais. 4. Hegemonia. I. Amaral, Angela Santana do. (orientador).
361 CDD (22.ed.)	UFPE (CSA 2016 –151)

EDUARDO MARA

**PACTO SOCIAL E HEGEMONIA BURGUESA:
A reforma do neoliberalismo na Era Lula.**

Tese apresentada ao Programa de pós-graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutor.

Orientador: Dr^a. Ângela Santana do Amaral

Aprovado em: 31/10/2016

Banca examinadora:

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. Francisco José Soares Teixeira

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof^a. Dr^a. Juliane Félix Peruzzo

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof^a. Dr^a. Tatiana Brettas

Julgamento: _____ Assinatura _____

Tarefa

Morder o fruto amargo e não cuspir
mas avisar aos outros quanto é amargo,
cumprir o trato injusto e não falhar
mas avisar aos outros quanto é injusto,
sofrer o esquema falso e não ceder
mas avisar aos outros quanto é falso;
dizer também que são coisas mutáveis...

E quando em muitos a noção pulsar
— do amargo e injusto e falso por mudar —
então confiar à gente exausta o plano
de um mundo novo e muito mais humano.

Geir Campos

Dedico este trabalho à Rosemaria Pedreira da Silva,
Dona Rose, minha mãe, mainha. Em cada rosa que houver,
em cada passo que puder dar, em cada luta que eu puder travar,
é onde te encontrarei sempre. Pelo exemplo e por me
ensinar a humildade necessária nas lutas e na vida...

AGRADECIMENTOS

Há nas entrelinhas deste trabalho muitos rostos, muitas angustias compartilhadas, muitas mãos estendidas. Cada linha dessas tantas páginas só pôde ser escrita porque estive cercado de uma solidariedade imensa de companheiros e companheiras dessa vida, sem os quais dificilmente teria conseguido chegar ao término deste trabalho. O exercício de agradecer é sempre perigoso, sendo impossível registrar aqui tantos nomes, tantos momentos, tantas lágrimas e sorrisos que acompanharam cada dia da construção da minha tese. Só posso esperar que, aqueles dentre tantos irmãos e irmãs de luta, que porventura venham a ter contato com estas páginas, se reconheçam também nessas linhas e as adotem criticamente como um grão de areia na gigantesca tarefa compartilhada de amar e mudar as coisas. Não poderia deixar de citar, contudo, àqueles e àquelas com quem dividi mais diretamente vida e sonhos e que tiveram papel determinante para que eu finalizasse a presente tese.

À minha mãe, Rosemaria Pedreira da Silva. Em cada ruga (agora de ambos) um pouco do aprendizado, do exemplo, de histórias boas de viver e de contar. Por me ensinar a humildade necessária nas lutas e na vida.

À minha irmã, Rosângela Pedreira da Silva. Gostaria de um dia poder corresponder a todo o carinho, cuidado e eterna acolhida. Espero um dia poder dizer-te o tamanho que tens em minha vida.

À Tita, por preencher os últimos meses desse trabalho com a leveza e poesia de nossas horas. Por me dar a coragem pra terminar. Muito mais fácil saber até onde posso ir quando me vejo pelos teus olhos.

À Consulta Popular. Essa irmandade de fé cega e faca amolada, a quem entrego meus sonhos, minha vida. Particularmente à Tia Gle com quem compartilhei teto, aflições e gargalhadas nos primeiros anos em Recife. Ao comandante lenhador Paulo Mansan pelo ensinamento constante em fazer o pouco que cabe, sempre se dando inteiro. À Lívia Milena, por me ensinar o significado da direção coletiva. À Iyalê, por tantos carinhos tantas risadas. À Sil Crisóstomo, pelas comidas, pelas bebidas, pelos abraços. À Diva Braga pela cumplicidade, pelos queijos, pelo jazz. À Monyse Ravenna, por todo cuidado, exemplo e mística. Com vocês não termino em mim mesmo...

Ao Cícero, amigo, irmão, filho, confidente de todas as horas...

À Escola Nacional Florestan Fernandes, essa belíssima iniciativa de companheiros e companheiras do MST, em fazer com que as boas ideias voltem a ser perigosas...

Aos docentes do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e a este curso que me acolheu com todos os meus vícios de origem. Ao imenso aprendizado que me deram e à coragem de seguir firmes no compromisso com a classe trabalhadora...

Aos professores André Luiz Martins, Francisco José Soares Teixeira, Tatiana Brettas e Juliane Peruzzo. Pelas contribuições dadas ao trabalho e à minha formação, por exigirem o rigor necessário a um trabalho comprometido com a classe trabalhadora.

À minha orientadora Ângela Santana do Amaral, pela inspiração, solidariedade e compromisso. Por todo o carinho, paciência e aposta constantes nesse trabalho.

À CAPES, pelo apoio financeiro para a realização da pesquisa.

MARA, E. **PACTO SOCIAL E HEGEMONIA BURGUESA: A reforma do neoliberalismo na Era Lula**. 2016. 418 f. Tese (Doutorado em Serviço Social – Universidade Federal de Pernambuco).

RESUMO

Os últimos treze anos da política nacional foram marcados pelas contradições internas aos governos identificados com a experiência do Partido dos Trabalhadores. Eleitos na contramão do neoliberalismo, os governos do PT foram resultado de mudanças significativas no padrão de acumulação da classe dominante e, conseqüentemente, na relação de forças entre classes sociais antagônicas na cena política brasileira nesse início de século. Apesar de conquistas relevantes no que se refere às reivindicações imediatas na melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, tais governos preservaram os interesses do grande capital financeiro internacional, implementando uma política de conciliação de classes que visava conter as reivindicações da classe trabalhadora no estreito limite do desenvolvimento capitalista dependente. A ideologia do desenvolvimento como processo emancipatório ocupou o centro da política de conciliação entre as classes durante esses governos, que procuraram reformar o bloco histórico neoliberal a partir dos interesses da grande burguesia dependente brasileira. Este trabalho entende o neodesenvolvimentismo como essa tentativa de reforma para abrigar no Estado interesses particulares de classe da burguesia dependente. Dessa forma, o objetivo da pesquisa foi apreender os mecanismos de construção de hegemonia utilizados pela classe dominante brasileira durante os governos Lula. Para tanto, recuperamos em nossa análise o processo histórico de constituição da sociedade capitalista no Brasil e a formação da burguesia dependente e de seus intelectuais empresários; o processo de adaptação do capitalismo brasileiro à hegemonia financeira; o conflito projetivo entre as classes fundamentais e frações de classe durante a década de 1990; o movimento de reforma do neoliberalismo expresso pelos intelectuais do “novo” e do “social” desenvolvimentismo no Brasil; e, por último, a forma como essa ideologia se expressou em uma política de “pacto social” entre classes antagônicas tendo como instrumento o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) durante os governos Lula. A análise desse processo torna possível identificarmos as contradições entre as classes e frações de classe oriundas do desenvolvimento econômico no interior do capitalismo dependente, determinação importante para entender o papel da conciliação de classes no Estado brasileiro e seus limites.

Palavras-chave: classes sociais. Ideologia. Hegemonia. pacto social. neodesenvolvimentismo.

MARA, E. **SOCIAL PACT AND BOURGEOISIE HEGEMONY:** The reform of neoliberalism in the Age Lula. 2016. 418 f. Tese (Doutorado em Serviço Social – Universidade Federal de Pernambuco).

ABSTRACT

The last thirteen years of the national politics were marked by internal contradictions of governments identified with the Workers' Party experience. Elected against the neoliberalism wave, the PT governments were result of significant changes in accumulation standard of the dominant class and, consequently, in forces relationship between antagonistic social classes in Brazilian politics scene in this century beginning. Although the relevant conquests referents the immediate demands by better living conditions of working class, such governments preserved the interests of big international financial capital, implementing a policy of class conciliation that aimed to contain the working class demands in the narrow limit of the dependent capitalism development. The ideology of development as emancipatory process occupied the center of class conciliation policy during these governments, which searched to reform the neoliberal historic block since the interests of Brazilian dependent big bourgeoisie. This thesis understands the neo-developmentism as this attempt at reform to shelter private class interests of the dependent bourgeoisie in State. Thus, the research objective was to know the mechanisms of hegemony construction utilized by the Brazilian dominant class during the Lula governments. Therefore, in our analysis, we recover the historical process of building the capitalist society in Brazil and the formation of dependent bourgeoisie and its intellectual entrepreneurs; the adaptive process of Brazilian capitalism to financial hegemony; the projective conflict between fundamental classes and class fractions during the 90's; the neoliberalism reform movement expressed by the intellectuals of "new" and "social" developmentism in Brazil; and, at last, how this ideology expressed itself in a policy of "social pact" between antagonistic classes having as instrument the Economic and Social Development Council (CDES) during Lula governments. The analysis of this process make it possible identify the contradictions between classes and class fractions arising from the economic development inner the dependent capitalism, important determination to understand the function of classes conciliation in Brazilian State and its limits.

Keywords: social classes. Ideology. Hegemony. social pact. neo-developmentism.

Lista de Siglas e abreviaturas

ABDIB – Associação Brasileira das Indústrias de Base
AI5 – Ato Institucional número 5
ANC – Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento
AND – Agenda Nacional de Desenvolvimento
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CACEX – Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil
CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CMP – Central de Movimentos Populares
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CNC – Confederação Nacional do Comércio
CNI – Confederação Nacional das Indústrias
CNPI – Conselho Nacional de Política Industrial
CTB – Confederação dos Trabalhadores do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos
DRU – Desvinculação de Receitas da União
ESG – Escola Superior de Guerra
EUA – Estados Unidos da América
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBRE – Instituto Brasileiro de Estudos
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IED – Investimento Externo Direto
IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IPEA – Instituto de Planejamento Econômico e Social
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC – Organização Mundial do Comércio
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PFL – Partido da Frente Liberal
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático do Brasil
PNBE – Pensamento Nacional de Bases Empresariais

PPA – Plano Plurianual
PSDB – Partido da Socialdemocracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SEI – Secretaria Especial de Informática
SESI – Serviço Social da Indústria
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNE – União Nacional dos Estudantes
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
BNDESPar – Sociedade gestora de participações sociais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
SEDES – Secretaria Especial para o Desenvolvimento Econômico e Social

Lista de figuras

Figura 1 – Conselheiros – Empresários por setor	315
Figura 2 – Representação no Conselho	321
Figura 3 – Representação no Conselho – por região	322
Figura 4 – Evolução da taxa Selic de 2003 a 2011	357
Figura 5 – Gráfico de Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC/IBGE entre 1996 e 2011	371
Figura 6 – Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda no Brasil (1995/2009)	373
FIGURA 7 – América Latina e Caribe: variação estimada nos termos de troca, 2009-2012 (em %)	382
FIGURA 8 – IED na América Latina 2011 – 2012	383

Lista de Quadros

QUADRO 1 – Ciclos e Pactos Políticos	234
QUADRO 2 – O Antigo e o Novo Desenvolvimentismo	238
QUADRO 3 - Liberalismo X Novo desenvolvimentismo	239
QUADRO 4 – Investimentos do BNDES e fundos de pensão	294
QUADRO 5 – 25 maiores empresas segundo o patrimônio	295
QUADRO 6 – Posição dos Conselheiros no Ranking das Maiores Empresas	317
QUADRO 7 – Desembolsos do BNDES (em bilhões de reais)	349

Sumário

1 INTRODUÇÃO	15
2 CICLO IDEOLÓGICO DESENVOLVIMENTISMO E AUTOCRACIA BURGUESA	35
2.1 Notas sobre a ideologia, hegemonia e política na tradição marxista	35
2.1.1 Marxismo e centralidade da política	35
2.1.2 Hegemonia e Política em Gramsci	60
2.2 A Revolução Burguesa no Brasil e a formação da burguesia dependente	79
2.2.1 Intelectuais empresários e autocracia burguesa	101
3 NEOLIBERALISMO E HEGEMONIA BURGUESA NO BRASIL	127
3.1 O Neoliberalismo como bloco histórico	127
3.2 Neoliberalismo e correlação de forças nos anos 1980	150
3.3 A Consolidação do Bloco Histórico Neoliberal e a Hegemonia burguesa nos anos 1990	167
3.4 O transformismo petista	182
4 A REFORMA DO NEOLIBERALISMO	212
4.1 As novas estratégias da educação para o consenso	212
4.2 A Reforma do Neoliberalismo no Brasil	228
4.3 Neodesenvolvimentismo e mudanças na composição do bloco no poder	265
5 PACTO SOCIAL E HEGEMONIA BURGUESA	298
5.1 O Pacto Neodesenvolvimentista e suas contradições	298
5.2 As origens ideológicas da “concertação”	301
5.3 Um conselho do grande capital nacional	313
5.3.1 A Engenharia do Pacto (2003 – 2006)	323
5.3.2 A “vitória” do neodesenvolvimentismo (2008 – 2010)	345
5.3.3 O esgotamento do pacto (2013 – 2016)	366
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	389
Referências	405

1 INTRODUÇÃO

A presente tese é uma contribuição a um debate polêmico e caro ao pensamento crítico sobre a realidade brasileira contemporânea. O trabalho é apresentado ao leitor em um momento bastante contraditório da política nacional, no término da primeira experiência de um partido de origem proletária na condução do governo federal. Tendo origem nas grandes manifestações operárias e populares durante a década de 1980, a trajetória do Partido dos Trabalhadores confunde-se, em grande medida, com a trajetória da esquerda brasileira, bem como dos projetos políticos mobilizadores da classe trabalhadora nos últimos trinta anos.

Sua chegada ao Palácio do Planalto, em 2003, deve-se em grande medida à rejeição ao projeto neoliberal, consolidado no capitalismo brasileiro durante a década de 1990. Apesar de conquistas relevantes no que se refere às reivindicações imediatas na melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, os governos do PT, contrariando as expectativas da ampla base social que os elegera, preservaram os interesses do grande capital financeiro internacional, mantendo e aprofundando a política econômica herdada dos governos anteriores. Mais do que isso, soldaram uma política de conciliação de classes que visava conter as reivindicações da classe trabalhadora no estreito limite do desenvolvimento capitalista dependente.

O processo de adaptação deste partido à ordem capitalista têm sido abordado por diferentes analistas e constitui um ponto de partida de nossa análise. A derrota do projeto de conciliação de classes representada pela experiência dos governos do PT, contudo, há de estar relacionada à correlata vitória de uma estratégia hegemônica bem sucedida: estratégia essa conduzida pela classe dominante. Dessa forma, nossa pesquisa colocou-se o desafio de apreender os mecanismos de construção de hegemonia utilizados pelos grupos dominantes no capitalismo dependente brasileiro durante a experiência do governo do Partido dos Trabalhadores, particularmente, durante o primeiro e

segundo mandatos de Luís Inácio Lula da Silva.

Eleito na contramão do neoliberalismo, os governos do PT foram resultado de mudanças significativas no padrão de acumulação da classe dominante e, conseqüentemente, na relação de forças entre as classes sociais antagônicas na cena política brasileira nesse início de século. Lula chegava à presidência em uma conjuntura política radicalmente diferente daquela que o levava ao segundo turno das eleições contra Fernando Collor de Mello em 1989. Sua base característica, o movimento operário urbano, já havia sofrido os impactos da redução de direitos e da reestruturação produtiva, o que minou em grande medida seu potencial de mobilização e organização, base material da radicalidade contida em seu programa na década de 1980.

Ao chegar ao governo, o PT já não tinha como perspectiva mudanças profundas na ordem vigente que seriam sustentadas por uma forte base popular em ascensão. Ele recolocava na ordem do dia a retomada de um *pacto* capaz de contemplar os diferentes interesses de classe e avançar em conquistas sociais nos limites do padrão de acumulação capitalistas. Em outras palavras, um governo que se limitava a buscar mudanças dentro da ordem, ignorando as contradições entre as classes que essas mesmas mudanças poderiam trazer à tona.

Abria-se um novo período da luta de classes no Brasil, de difícil compreensão. Tal dificuldade criou não apenas dissidências teóricas no meio acadêmico, como também divisões e fraturas significativas nos movimentos sociais e organizações partidárias que, por sua vez, também tiveram seu reflexo nos debates acadêmicos. Se considerarmos o pensamento vinculado à esquerda de uma maneira mais geral, pelo menos dois campos podem ser identificados na análise acerca da natureza de classe dos governos Lula. O primeiro caracteriza-se pela adesão dos intelectuais ao projeto que o caracterizou e é formado por autores que afirmam que o Brasil teria passado por mudanças estruturais (ainda que graduais) significativas. No segundo campo, articula-se a crítica do caráter de classe dos governos petistas e sua adesão às políticas neoliberais.

Considerando os autores mais vinculados ao primeiro campo. As análises ressaltam diferenças dos governos petistas em relação aos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que estariam mais diretamente alinhados à defesa e consolidação do neoliberalismo, bem como a entrada do país em uma conjuntura marcada pela “hegemonia pós-liberal” (SADER, 2013). O prefixo “pós” demarcaria um período de transição identificado com o esgotamento da hegemonia neoliberal e do imperialismo norte-americano no plano internacional, mas onde ainda não se afirmava claramente um modelo alternativo em escala global. Segundo Sader (2013, p.139), os governos Lula e Dilma seriam parte importante dessa busca de alternativas na América Latina, junto a experiências de governos progressistas na Bolívia, Equador, Venezuela, Argentina e Uruguai. Os traços diferenciadores dessas experiências em relação aos governos neoliberais seriam a prioridade dada às políticas sociais e menos ao ajuste fiscal do Estado, à integração regional Sul-sul e suspensão dos tratados de livre comércio com os Estados Unidos e o papel do Estado como indutor do crescimento econômico, ao invés do Estado mínimo preconizado pela ortodoxia do Consenso de Washington.

Segundo Sader, a hegemonia “pós-neoliberal” resultou, em grande medida, “da intuição e pragmatismo de Lula enquanto presidente” ao combinar estabilidade monetária, retomada do desenvolvimento e políticas sociais.

Lula buscou avançar inicialmente pelas vias de menor resistência e maior fragilidade do neoliberalismo: deu prioridade as políticas sociais (enquanto o neoliberalismo impôs a ditadura da economia) e aos projetos de integração regional (enquanto o neoliberalismo privilegiou o livre-comércio e os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos). A criação de formas inovadoras de políticas sociais – o próprio Bolsa Família, que passou a simbolizar a reversão das condições sociais históricas herdadas pelo governo Lula – e a inviabilização da Área de Livre Comercio das Américas (ALCA), um bloco econômico regional do qual o Brasil e os Estados Unidos eram os principais elementos, marcaram a ruptura com a herança neoliberal e se tornaram eixos estratégicos da alternativa pós-neoliberal. (SADER, 2013, p. 139-140)

O autor atribui a descontinuidade entre o neoliberalismo e os governos Lula às decisões governamentais na suposta prioridade às “políticas sociais e a reinserção internacional do Brasil”, mudando a “fisionomia social do Brasil” e “nosso lugar no mundo” (idem. p.141).

Márcio Pochmann (2010) vai além na caracterização desse período de transição pelo qual o Brasil estaria passando. Com a crise do neoliberalismo, abrir-se-ia a possibilidade não apenas de uma transição entre as políticas neoliberais e novas formas de gestão do Estado, mas uma mudança lenta e gradual que possibilitaria a entrada do país em “um novo padrão civilizatório” fortemente marcado pela centralidade do conhecimento em uma “era pós-industrial” (POCHMANN, 2010, p. 163). Segundo o autor, as mudanças operadas pelos governos Lula seriam centrais para dar condições de inclusão da economia e sociedade nacionais no interior de uma “nova divisão internacional do trabalho” (idem. p. 120). Com a crise internacional a partir de 2008, esse processo teria se acelerado pela “mudança de paradigmas” no cenário internacional e pelas políticas anticíclicas comprometidas com investimentos de médio e longo prazos na economia nacional (em particular o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC e mais recursos de financiamento ao capital nacional via bancos públicos). Daí a emergência de um pacto nacional em torno do que ele chama “social-desenvolvimentismo”.

O imperioso compromisso com o desenvolvimento nacional requer o planejamento de médio e longo prazos, com capacidades renovadas por parte do Estado na gestão de uma maior parcela possível do fundo público. Para isso, a nação precisa democraticamente se reposicionar favoravelmente à convergência política que permita a construção de estratégias do amanhã. O caminho a ser perseguido deve incluir justamente todos os brasileiros, sendo, sobretudo compatível com a sustentabilidade ambiental e o avanço tecnológico da nação (POCHMANN, 2010, p.129).

Na mesma linha, Sicsú (2013) afirma tais mudanças como tendo caráter estrutural, pois teriam alterado profundamente o padrão de vida das classes populares com medidas governamentais de recuperação do salário,

distribuição de renda via programas de transferência e do conseqüente crescimento do mercado interno. O resultado de tais políticas permitiu, segundo o autor, que o Brasil atravessasse a crise internacional com pouco impacto sobre a economia nacional retomando o crescimento e a distribuição de renda (SICSÚ, 2013, p.31). A inclusão social gerada pelo crescimento do mercado interno alteraria a própria pauta de reivindicações da classe trabalhadora, centradas menos no emprego e renda (segundo Sicsú, praticamente garantidos) e mais direcionadas ao *bem viver*, definido como a busca por direitos sociais como educação, saúde, lazer, etc. (Idem, p. 33).

É interessante notar que os argumentos utilizados por esses intelectuais coincidem em vários pontos com a autoimagem construída pelos governos petistas¹. Trata-se da imagem de um capitalismo humanizado, quase isento de conflitos de classe, onde caberia ao Estado gerir a coisa pública tentando contemplar diferentes interesses em torno de um projeto que identifica e iguala crescimento econômico a desenvolvimento social. Nesse sentido, a análise perde profundidade ao ficar enclausurada nos aspectos conjunturais que facilitam a diferenciação com os governos do PSDB. A disputa entre projetos antagônicos de sociedade dá lugar às “opções” dos governantes petistas em gerir as políticas sociais priorizando “os mais pobres”.

A suposta prioridade ao combate à miséria torna-se bastante contestável se olharmos os dados gerais relativos ao orçamento da união no primeiro mandato de Dilma Rousseff. Segundo o jornal Valor Econômico, os gastos do governo com juros da dívida pública (juros que são destinados em sua grande maioria ao enriquecimento privado de bancos nacionais e estrangeiros) correspondia à R\$195 bilhões em 2010, passando à R\$230 bilhões no ano de 2011, o equivalente a 15 vezes o valor de R\$15,5 bilhões destinados ao Programa Bolsa Família no mesmo ano. Diante desse quadro, diversos autores apontam o papel ideológico que cumprem os programas de transferência de renda ao afastar a explicação da pobreza e suas causas dos referenciais classistas e da necessidade de socialização da riqueza. Mais do que isso, num

¹Cujo resumo podemos atribuir ao slogan: “Brasil: um país de todos”.

aparente paradoxo, torna-se possível a combinação entre o combate focalizado à pobreza e o aumento das desigualdades sociais.

Ao *desistoricizar* a pobreza – não por naturalizá-la como vaticínio e destino, mas tratando-a como um fenômeno que pode ser gerido através de políticas compensatórias –, tornou-se possível atender algumas necessidades imediatas das classes trabalhadoras, sem romper com as exigências das classes proprietárias e dominantes. (MOTA, 2012, p.37)

Trata-se, portanto, não da prioridade dada às “políticas sociais”, mas de uma redefinição no conteúdo dessas políticas. Segundo Sitcovsky (2012), tal redefinição passaria pela reconciliação entre assistência social e trabalho, instrumentalizando os programas sociais para a manutenção do trabalho precário, correspondendo às exigências de acumulação ditadas pela crise do capital.

Trata-se de uma construção mistificada, na medida em que compreende um mercado de trabalho sem contradições, harmônico. Entretanto, a realidade é mais complexa e acaba por revelar que, aquilo que está sendo apregoado como proteção para o trabalho, na verdade responde às necessidades do capital em crise, o qual reinventa formas de exploração do trabalho – trabalho por peça; *part time*; informalidade etc. – e reconcilia-se com as modernas formas de proteção social – os programas assistenciais de transferência de renda. (SITCOVSKY, 2012, p. 232).

Dessa forma, perde-se a articulação entre as políticas de assistência social e a garantia de direitos universais. A suposta prioridade dada ao programa Bolsa Família cria a identidade entre “políticas sociais” e políticas focalizadas ao atendimento dos “mais pobres entre os pobres”, garantindo as condições mínimas de reprodução da força de trabalho necessárias à manutenção de novas formas de extração do excedente econômico. Embora garanta a reprodução vital dos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora e possibilite a busca pelo assalariamento da força de trabalho em

melhores condições, isso não significa, segundo Sitcovsky (2012, p.241), o acesso desses mesmos trabalhadores à proteção social. Ao contrário, o que se vê no perfil das famílias beneficiárias do programa é a prevalência do trabalho precário. O autor recupera o referencial crítico marxiano para a análise do mercado de trabalho, identificando no Bolsa Família uma forma de deslocar os mais miseráveis da condição de “lumpemproletariado” para o aumento da superpopulação relativa “flutuante”, “latente” ou “estagnada”². Os usuários dos programas de transferência de renda passariam a compor o contingente ativo do exército industrial de reserva tornando-se disponíveis ao capital em momentos de retomada do ciclo econômico (ibid, p.244). Dessa forma, segundo Sitcovsky (ibid, 245):

(...) há uma unidade contraditória entre as formas de trabalho precário e o referido programa de renda mínima. As transformações societárias, decorrentes das necessidades do capital em superar sua crise estrutural, impuseram à produção capitalista a mediação do trabalho precário. Acompanhando a nova morfologia do trabalho foram se desenvolvendo, como mecanismos de proteção social, os modernos programas assistenciais de renda mínima. A princípio, o que parecia a absorção da função integradora por parte da assistência social, revelou-se como parte da dinâmica entre produção e reprodução social do capital (Sitcovsky, 2012, p.245).

De toda forma, os diferentes esforços em caracterizar as políticas

² Em *O Capital*, Marx define as diferentes formas de existência da superpopulação relativa (ou exército industrial de reserva) como *flutuante*, *latente* e *estagnada*. Trata-se do contingente humano necessário tanto à mobilização de braços à indústria nos momentos de retomada do ciclo de acumulação como um contingente necessário à manutenção do preço da força de trabalho no mínimo vital fisiológico. Por superpopulação *flutuante* o autor compreende o conjunto de trabalhadores que ora são repelidos ora incorporados ao mercado de trabalho a depender das necessidades da produção. Por superpopulação *latente* compreende o conjunto dos trabalhadores rurais que são repelidos da esfera da produção pelo domínio da produção capitalista na agricultura, contingente que desloca-se aos centros urbanos à procura de trabalho ou permanece no campo, beirando o pauperismo. Por fim, a superpopulação *estagnada* compreende justamente o maior segmento do exército industrial de reserva, sendo produto do próprio avanço tecnológico da acumulação capitalista no campo e na cidade. Marx define ainda aquilo que entendemos por lumpemproletariado, ou seja, o conjunto de trabalhadores incapazes de vender no mercado sua força de trabalho, caindo no pauperismo absoluto constituindo um custo indireto das relações capitalistas de produção continuamente transferido para a própria classe trabalhadora. (MARX, 2013, p. 753 a 756).

implementadas pelos governos Lula, bem como as ideologias que lhe serviram de suporte, ocasionaram uma retomada do debate acerca das vias de desenvolvimento para o capitalismo brasileiro. Em épocas anteriores, essa questão incluía em seu enunciado a possibilidade de um projeto de nação, situado na contramão do papel desempenhado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho (vide a conjuntura que antecede o Estado Novo, o forte movimento pelas reformas de base que antecede o golpe de 1964, bem como o Projeto Democrático Popular apresentado pelo próprio PT durante a década de 1980). Agora, no entanto, a defesa de um novo desenvolvimentismo, aparece como uma adaptação da economia nacional justamente aos pressupostos da divisão internacional do trabalho.

Quando a análise transcende os elementos conjunturais, vemos que tais mudanças se dão também em continuidade com o papel subordinado da economia brasileira em relação aos centros capitalistas mundiais, com o aumento da concentração de riqueza e poder num número reduzido de famílias, com a larga transferência dos recursos públicos para as mãos do capital financeiro (via o aumento do superávit primário para o pagamento de juros da dívida interna), com a reprimarização de nossa pauta exportadora e com o conseqüente aumento da vulnerabilidade externa estrutural do país (Cf. GONÇALVES, 2013). Em outras palavras, se há algo novo na atual divisão internacional do trabalho, esse algo não se refere ao caráter dependente da economia brasileira em relação aos países imperialistas.

Um segundo campo de intelectuais tende, assim, a analisar o desempenho da economia brasileira e das mudanças na correlação de forças entre as classes ressaltando tais elementos de continuidade com o neoliberalismo. O que chama a atenção é que esse aprofundamento do desenvolvimento periférico se faz hoje em uma conjuntura de democracia liberal, ou seja, já não se trata de frear as reivindicações por mudanças, geralmente suscitadas nos períodos de desenvolvimento econômico, somente através de mecanismos de coerção. O que sugere novas estratégias de dominação centradas na obtenção de consenso no seio das classes

subalternas.

Nesse sentido, a análise crítica aos governos Lula ganhou um adensamento importante a partir de Oliveira (2010), em texto intitulado *Hegemonia às avessas*, trazendo à tona novas contribuições a partir dos conceitos gramscianos de *hegemonia*, *transformismo* e *revolução passiva*.

Hegemonia às avessas é o termo utilizado por Oliveira (2010, p.21) para descrever a forma pela qual a dominação burguesa constrói sua supremacia através da “direção moral” das classes subalternas. Tal processo tem como ponto de partida (e de comparação) a África do Sul, país onde a classe trabalhadora, formada majoritariamente pela população negra, conquistou a derrota do regime de apartheid, mas, ao mesmo tempo, acabou por construir e legitimar a exploração capitalista mais impiedosa, consolidando o projeto neoliberal no país. Da mesma forma, no Brasil, a construção do Partido dos Trabalhadores e da figura de Lula teria colocado em primeiro plano a questão do combate à pobreza e à desigualdade, construindo assim a direção moral necessária à continuidade do projeto neoliberal no país:

Chegando ao poder, o PT e Lula criaram o Bolsa Família, que é uma espécie de derrota do apartheid. Mais ainda: ao elegermos Lula, parecia ter sido borrado para sempre o preconceito de classe e destruídas as barreiras da desigualdade. (OLIVEIRA, 2010, p. 24-25)

Tal processo seria viabilizado pela cooptação e transformismo das lideranças de esquerda do partido dos trabalhadores e do sindicalismo brasileiro, que passaram a ocupar postos importantes no aparelho estatal e gerenciar poderosos fundos de pensão das empresas estatais. Além disso, ao tratar o combate à pobreza como uma mera questão administrativa, as políticas compensatórias (com destaque ao Bolsa Família) consolidariam esse processo de hegemonia às avessas onde

o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista. (OLIVEIRA, 2010, p. 27)

Embora tenha se tornado um ponto de partida obrigatório ao debate sobre a chamada “era Lula” e contenha, de fato, pistas e tendências que não podem ser ignoradas na análise do período atual, tal formulação tende a minorar as mudanças ocorridas nesses governos, privilegiando os aspectos de continuidade da dominação neoliberal dos anos 1990. Tudo se passa como se os governos petistas representassem uma alternativa do mesmo bloco no poder para manter sua hegemonia, contando agora com a “direção moral” da classe trabalhadora para tal intento. Mais do que isso, trabalha-se com a ideia de que os governos petistas teriam sido mais adequados para os interesses não deste ou daquele setor do capital, mas da burguesia e do capital como um todo. A ideia do “consentimento dos dominantes em serem politicamente conduzidos pelos dominados” sugere certa passividade da burguesia diante do aparelho de Estado.

Tais formulações ensejam um número considerável de questionamentos. Em primeiro lugar, se os governos petistas representam uma melhor alternativa para garantir a hegemonia do mesmo bloco neoliberal no poder, agora pela via do consentimento dos dominados, como explicar a ferrenha oposição de segmentos importantes da burguesia brasileira a esses governos³?

³Basta observar durante o período estudado a ação parlamentar do PSDB, DEM e outros partidos menores no Congresso Nacional, bem como a ostensiva agitação política de cunho oposicionista por órgãos da grande imprensa (vale lembrar que a família Marinho, proprietária da Rede Globo, segue sendo a família mais rica do país segundo a Revista Forbes). Setores expressivos do grande capital também declararam seu descontentamento com os governos petistas. Em julho de 2014, o Banco Santander enviava uma carta aos seus clientes “premium” (clientes de renda alta e com investimentos em Bolsa de Valores) alertando os riscos da eleição de Dilma Rousseff: (<<http://www.folhapolitica.org/2014/07/santander-diz-em-carta-clientes-ricos.html>> acesso em 14/08/2014).

Está em curso um rico debate sobre as formulações ideológicas do chamado novo desenvolvimentismo e seu rebatimento na correlação de forças entre as classes durante os Governos Lula e Dilma que sinaliza mudanças significativas no conflito projetivo entre as classes e frações de classe no Estado brasileiro na última década. Tais diferenças sugerem que, embora tais governos não tenham rompido com a hegemonia das finanças, houve uma inflexão na condução das políticas de desenvolvimento visando abrigar interesses de outras frações de classe no interior do aparelho de Estado.

Em segundo lugar, cabe questionar a intensidade do sugerido “apassivamento” da classe trabalhadora, sugerido por Oliveira, no período em questão. Embora seja nítida a adesão de amplos setores dos movimentos sindicais e populares (com exceção de duas, todas as grandes centrais sindicais apoiaram os governos petistas), houve nos últimos anos certo reaquecimento das lutas sociais e sindicais que, embora restritas ao plano das reivindicações econômicas imediatas, demonstram um expressivo nível de radicalização.

Entendemos que tanto a incorporação de demandas das classes subalternas quanto a mudança na composição social da classe trabalhadora e seus resultados no plano da luta entre as classes são resultado, não da passividade da burguesia ao aceitar a condução de seu projeto pelas classes subalternas, mas de uma reforma operada no interior do modelo de desenvolvimento neoliberal periférico, reforma que correspondeu a interesses específicos de uma determinada fração da burguesia brasileira no interior do bloco no poder nos anos Lula. Tal fração unifica, como veremos, setores heterogêneos da classe dominante com um peso significativo de setores da indústria (principalmente da indústria de transformação com baixo valor agregado – mineração, siderurgia, construção civil), do agronegócio e até mesmo do capital bancário. O que unifica estes setores é a posição que ocupam diante do imperialismo e do domínio do capital financeiro internacional.

O chamado “neodesenvolvimentismo” é, ao nosso ver, resultado da atuação política desses setores na disputa de hegemonia na sociedade civil e

representaria a ascensão política dessa fração à condução do bloco no poder nos últimos 12 anos da política nacional. O conhecimento das estratégias de construção de hegemonia e a apreensão do conflito projetivo no interior da própria burguesia exige combinar na análise o estudo da atuação política do empresariado, perceptível através de seus aparelhos privados de hegemonia, com destaque para a atuação da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e da Federação das Indústrias do estado de São Paulo (Fiesp); a elaboração ideológica do neodesenvolvimentismo por uma intelectualidade orgânica ao empresariado no Brasil, e o cruzamento desses dois processos diante do aparelho de Estado, cujo lócus privilegiado se deu no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) durante os governos Lula.

Estudar a atuação política desses setores que ocuparam a dianteira das políticas de desenvolvimento durante esses governos é central para entendermos as mudanças operadas no interior da ideologia dominante, bem como os limites e contradições colocados pela política de conciliação entre as classes cujo impacto dura até os dias que seguem. A pesquisa pôde identificar um aspecto comum, nas teorias do novo desenvolvimentismo brasileiro: a prioridade dada à prática da “concertação” ou conciliação dos interesses de classe, expressa na proposta de um “novo contrato social”, bem como a necessidade de uma nova configuração institucional do Estado. A política de pactuação entre as classes em torno dos parâmetros do desenvolvimento capitalista e dependente ocupou o centro das estratégias burguesas de hegemonia nos últimos treze anos. Entendemos, portanto, como neodesenvolvimentismo, um projeto cuja intenção distancia-se em muito de qualquer intenção de ruptura com o projeto neoliberal. Tratou-se de uma *reforma* deste projeto, reforma relacionada aos interesses de frações da grande burguesia dependente brasileira.

Desde o início de nossa pesquisa até os dias que seguem, diversos acontecimentos demarcavam o aprofundamento das contradições inerentes à *reforma* do neoliberalismo implementada no Brasil. Desde o aumento do número de greves, muitas delas ocorridas no coração das políticas de

desenvolvimento (como a greve dos trabalhadores nas usinas de Jirau e Santo Antônio no estado de Rondônia), até a eclosão de massivas manifestações nas ruas das principais capitais brasileiras em junho em 2013, demonstrando que a política de conciliação entre as classes no seio do aparelho estatal burguês não era capaz de conter as contradições que o desenvolvimento capitalista dependente novamente trazia à tona.

Diante dos acontecimentos, um duplo risco esteve sempre presente em nosso trabalho. O primeiro deles era o de perder o norte da pesquisa a partir das mudanças colocadas na epiderme do real, já que essas mudanças eram vivenciadas não apenas pelo olhar do pesquisador acadêmico, mas também na prática política do militante. O segundo era o de enclausurar a pesquisa na análise das contradições pretéritas, sem diálogo com sua transformação e complexificação no tempo presente.

Não há antídoto para este problema e, certamente, este trabalho teve de ser repensado e redimensionado diversas vezes. Os primeiros capítulos da tese refletem, nesse sentido, a busca de reunir um instrumental teórico que permitisse a pesquisa não andar à deriva das influências conjunturais, mas ao mesmo tempo que pudesse incorporar o movimento do real e as contradições que se revelavam no presente.

O primeiro capítulo busca recuperar a análise marxista a respeito do processo de construção da sociedade capitalista brasileira, bem como os contornos estruturais da luta de classe por ela delimitados. O objetivo é apreender a forma como as classes sociais no Brasil formulam diferentes projetos para a disputa da hegemonia com vistas à conservação ou tomada do poder de Estado. Particularmente, no que diz respeito à pesquisa, é compreender o movimento de constituição da burguesia brasileira e de seus intelectuais dirigentes. Antes, contudo, fazia-se necessário uma melhor apreensão de categorias como Estado, classes sociais, ideologia e o papel dos intelectuais na luta entre as classes. O bom entendimento de tais conceitos implica relacioná-los a centralidade da política no interior da visão de mundo marxista. Tais categorias ganham maior vitalidade a partir da análise do

conceito gramsciano de hegemonia.

Saturar de história essas categorias exigia de nós um aprofundamento no estudo da formação social brasileira. Estudar a burguesia brasileira exige entender de que burguesia estamos falando. Nesse intuito, privilegamos o estudo do processo de transição para o capitalismo no Brasil ou, dito de outra forma, o ciclo da revolução burguesa cujo desfecho se daria entre 1930 e 1964. O golpe em 1964 representa o momento de adaptação da economia e sociedade nacionais aos pressupostos da dominação imperialista sob hegemonia do capital financeiro e dos grandes monopólios. Representa, também, o momento em que a burguesia dependente se torna autoconsciente de seus limites históricos. Estudamos o desenvolvimento da classe dominante brasileira e da conformação do Estado a partir das categorias de revolução passiva, de Antônio Gramsci, e de *autocracia burguesa*, de Florestan Fernandes.

Uma grande dificuldade colocada à análise era a de como classificar as frações de classe no atual estágio da dominação capitalista. Um caminho seria o de classificar os diferentes setores burgueses a partir da origem dos capitais empregados, o que nos daria uma subdivisão em burguesia industrial, agrária, comercial e bancária. Entretanto, a complexificação do modo de produção capitalista que acompanha o advento do capital monopolista e a atual hegemonia do capital financeiro dificultam muito esse tipo de operação. A própria fração de classe, cuja atuação política nos propomos a analisar, compreende setores monopolistas do capital nacional que atuam simultaneamente na esfera da produção e circulação do valor, além de criarem para si mesmas instituições bancárias para diversificarem a origem dos seus lucros através da especulação financeira.

Um outro caminho seria partirmos do aparato conceitual acerca das frações de classe e bloco no poder em Poulantzas. É o caminho escolhido por Boito Jr. (2012) para analisar a atuação da fração de classe da grande burguesia brasileira que teria se tornado hegemônica nos governos do PT. Ele parte de uma segmentação da burguesia a partir das relações diferenciadas

com o capital imperialista que nos daria as chamadas burguesia nacional (um setor de classe cujos interesses supõe projeto de ruptura com o capital imperialista), a burguesia compradora (um setor mais diretamente alinhado com os interesses do capital estrangeiro, espécie de correia de transmissão dos interesses imperialistas na política nacional) e a burguesia interna. Esta última seria um setor de classe que oscilaria entre a defesa e crítica ao capital estrangeiro e ao imperialismo, apresentando conflitos pontuais com o capital financeiro internacional. Seria, assim, segundo Boito Jr., essa a fração de classe hegemônica nas políticas de desenvolvimento no último período.

Tal caminho pressupõe, contudo, um caráter permanente das contradições em cada um desses segmentos e estabelece as frações de classe *a priori*, buscando posteriormente enquadrar os interesses e a atuação política de cada segmento burguês no interior da classificação. Mais do que isso, classes sociais são um conceito relacional, dependem não apenas do lugar objetivo que cada grupo social ocupa na produção, mas também de sua atuação política, do movimento desse grupo na luta entre as classes. Nesse sentido, só faria sentido falar em burguesia interna, considerando a pertinência das outras duas frações em países de capitalismo dependente, o que nos levaria novamente à questão sobre a existência de uma fração não-integrada ao capital financeiro e potencialmente anti-imperialista. A grande burguesia brasileira que figura neste trabalho há muito tempo abandonou qualquer ilusão sobre si mesma nesse sentido. Ela é integrada e subordinada ao capital imperialista e, como toda condição de dependência e subordinação sugere, têm com este relações ao mesmo tempo de conflito e complementaridade.

Para dar conta da atuação política da classe dominante brasileira e de suas frações no capitalismo contemporâneo, nossa pesquisa teve de recuperar a articulação entre *estrutura* e *conjuntura* que definem a atuação de um determinado grupo social. A análise estrutural visa delimitar as contradições oriundas do mundo da produção que definem os limites de sua ação de classe, definição essa que não é mecânica, mas pautada pelas mediações específicas da esfera política. Esse caráter estrutural não é dado só pelas características

mais universais do modo de produção capitalista, mas pelas particularidades de cada formação social onde ele se reproduz. Extraído da análise de Florestan Fernandes, o termo *grande burguesia dependente* em nosso trabalho busca identificar a contradição estrutural comum da fração de classe a que nos referimos, bem como a concentração e centralização de capitais presente nesse setor⁴. Assim como a própria classe, as frações de classe constituem-se e diluem-se constantemente a partir das diversas relações de força entre as classes em cada *conjuntura política* determinada. Entender esse processo exige inserir na análise mediações do campo da política, particularmente, o papel dos intelectuais dirigentes cuja função é dar contornos mais precisos ao próprio grupo social e inserir seus interesses na luta pela hegemonia. O termo *empresariado* será utilizado por nós para compreender esses intelectuais-dirigentes da burguesia dependente no Brasil, cuja função é fornecer unidade e coerência à atuação dessa fração de classe na cena política.

Nosso trabalho associa a noção de neodesenvolvimentismo à uma reforma do neoliberalismo conduzida pela grande burguesia dependente. Nesse sentido, tornou-se necessária a recuperação do significado do próprio neoliberalismo. Este não pode ser entendido como uma forma de gestão dos negócios do grande capital entre outras. Tampouco se resume à uma formulação ideológica instrumental, útil apenas em determinadas conjunturas. Entendemos o neoliberalismo como a articulação entre as mudanças no modo de acumulação capitalista manifestadas desde a segunda metade dos anos 70 e a superestrutura necessária à manutenção da dominação correspondente às mudanças no modo de produção. Daí recuperarmos na análise o conceito gramsciano de *bloco histórico*, ou seja, a articulação entre mudanças estruturais e sua tradução ao nível das superestruturas, para o entendimento do neoliberalismo e de sua crise. É o que veremos em nosso segundo capítulo.

Nosso penúltimo capítulo destina-se a análise da reforma do neoliberalismo operada pelos intelectuais e pelas representações burguesas na

⁴O termo *burguesia interna* aparecerá no trabalho de duas formas: quando estivermos tratando com interlocutores que o utilizam ou para se referir ao capital de origem nacional como um todo, sem a pretensão de diferenciá-lo como fração permanente.

cena política brasileira desde o final da década de 1990. Como o neodesenvolvimentismo não é uma teoria autóctone da burguesia interna brasileira, tornou-se necessária a análise crítica da reforma do neoliberalismo operada pelos intelectuais vinculados ao “social-liberalismo” (ou neoliberalismo de terceira via). O Serviço Social demonstrou ser o melhor âmbito para essa empreitada. Recuperamos em grande medida a análise crítica sobre essas teorias já presente em vários intelectuais do serviço social como ponto de partida. A partir disso, tornou-se necessário analisar as particularidades que a ideologia neodesenvolvimentista assume na formação social brasileira. Ela não foi, como entendemos, uma reprodução da ideologia hegemônica no neoliberalismo dos países centrais, compreendida no termo social-liberalismo. Ela só pôde ter aderência à luta de classes no Brasil por vincular-se aos interesses específicos fracionais da burguesia dependente. Dessa forma, analisaremos também a formulação teórica tanto do novo-desenvolvimentismo de Luis Carlos Bresser-Pereira, quanto do “social” desenvolvimentismo de autores como Márcio Pochmann, João Sicsú e intelectuais vinculados à Rede Desenvolvimentista e a alguns economistas da Universidade de Campinas (Unicamp).

Essas teorias não foram apenas, evidentemente, resultado da influência ideológica externa. Elas correspondem à particularidades de nossa formação social e são parte de uma estratégia da burguesia dependente para fazer valer seus interesses diante do Estado. Dessa forma, coube analisar a forma como esses setores do grande capital nacional levaram adiante, a partir de diversos aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil, uma estratégia de construção de hegemonia.

Estudar a atuação política desses setores que ocuparam a dianteira das políticas de desenvolvimento durante os governos Lula e Dilma era central para entendermos as mudanças operadas no interior da ideologia dominante, bem como os limites e contradições colocados pela política de conciliação entre as classes em curso no Brasil nos últimos anos.

Tal problemática revelou-se demasiado abrangente, uma vez que o

conceito de hegemonia, em Gramsci, referencia-se na capacidade de uma classe ou fração de classe exercer dominação tanto pela força quanto pelo consenso, tanto no interior dos aparelhos do Estado *stricto sensu*, entendido como sociedade política, quanto através de seus aparelhos privados de hegemonia no seio da sociedade civil. Em outras palavras, o termo se refere à capacidade de um grupo social tornar-se não apenas dominante economicamente e coercitivamente no âmbito do Estado, mas também à sua capacidade de exercer a direção intelectual e moral no conjunto da sociedade. Isso envolve uma gama bastante grande e complexa de instituições sociais desde a grande mídia (e a capacidade de influência de tal agrupamento social diante dos meios de comunicação: TVs, jornais impressos, meios digitais, etc.), as universidades e institutos de pesquisa, os órgãos empresariais de defesa de interesses corporativos (associações por ramos de produção, federações das indústrias, etc.) até órgãos “benéficos” também difusores de um ideal de sociedade em conformidade com uma visão de classe.

Dessa forma, colocou-se à nossa pesquisa o desafio de encontrar uma mediação que possibilitasse identificar a forma como o empresariado traduzia seus interesses na luta hegemônica no seio da sociedade civil em programas e projetos na condução do Estado brasileiro durante os Governos Lula. Em outras palavras, através de que espaços institucionais a atual política de conciliação de classes se materializava em consensos entre o grande empresariado nacional e setores da classe trabalhadora, procurando entender de que forma as políticas implementadas pelos Governos Lula se relacionam com um interesse hegemônico de classe.

Nesse sentido, não nos resta dúvida da importância do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) no interior da estratégia de conformação do consenso entre classes sociais durante os últimos anos, tendo em sua composição uma maioria de empresários do grande capital nacional. Nosso último capítulo destina-se a análise da composição e debates no interior do conselho tentando apreender a forma como auxiliou a consolidar o pacto entre interesses antagônicos característico do neodesenvolvimentismo, bem

como as contradições e limites a ele inerentes.

Os documentos do CDES encontram-se todos disponíveis em seu sítio na internet⁵. Priorizamos a análise das atas das sessões plenárias do conselho e documentos estratégicos de orientação do trabalho dos conselheiros. As reuniões do chamado “conselhão” (apelido pelo qual o CDES ficou conhecido na grande mídia) debateram, durante os dois mandatos de Lula, as principais políticas implementadas pelo executivo federal: desde as reformas neoliberais como a reforma da previdência e reforma tributária no primeiro ano de governo, passando pela conformação de uma convergência entre as classes a respeito do desenvolvimento como projeto, da crise política vivida pelo governo em 2005 (conhecida como “crise do mensalão”), da formulação e avaliação dos Planos Plurianuais (PPA) das duas gestões de Lula, chegando até o debate sobre os impactos da crise internacional do capital e as medidas anti-cíclicas efetivadas pelas gestões petistas. Buscamos no registro do debate entre os conselheiros responder a algumas questões centrais: 1) quais eram os conflitos e contradições entre a classe trabalhadora e os representantes do capital que se colocam em torno dos alvos do desenvolvimento econômico e como se formulou uma “concertação” desses interesses; 2) as possíveis divergências entre representantes de diferentes frações do capital no interior do CDES; 3) Qual o sentido dado pelos conselheiros a termos como *desenvolvimento*, *democracia* e *pacto social*.

Os principais produtos do trabalho do CDES refletem-se em seus documentos estratégicos. São eles as chamadas *cartas de concertação*, que figuravam no primeiro mandato de Lula como principais documentos norteadores do sentido que se queria dar ao ideal de “desenvolvimento com distribuição de renda” e também à necessidade de um “novo contrato social” no Brasil. Outros dois documentos importantes, por refletirem a tentativa do consenso entre classes antagônicas acerca dos alvos do desenvolvimento econômico, são a Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND) e a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC).

⁵Consultar <www.cdes.gov.br> - acesso em 06/10/2016

O término dessa introdução exige a admissão de que este trabalho foi, de certa forma, escrito a muitas mãos. Ele só se tornou possível pela escolha, que se mostrou extremamente acertada, de fazê-lo no âmbito do Serviço Social. A ousadia desse curso em manter-se coerente com os pressupostos de seu projeto ético-político, projeto esse herdado do enfrentamento entre as classes no período de redemocratização da sociedade brasileira, faz do serviço social um dos ambientes mais profícuos para a crítica das contradições inerentes ao capitalismo dependente e sua evolução nos dias atuais. Há nas linhas adiante o registro dos debates, das questões e também dos embates de cada disciplina e estudo compartilhados com professores e discentes do programa.

Além disso, as questões debatidas nessa tese não faziam parte somente das questões colocadas pelo marxismo no interior da academia. Elas se relacionam de forma mais ou menos direta às questões que angustiam militantes e organizações de esquerda nos últimos treze anos de lutas e enfrentamentos no Brasil. Para um leitor atento, ficará claro a influência de debates e formulações que surgiram da experiência de luta e aprendizado com militantes e intelectuais de esquerda de diversas matizes.

Essas muitas mãos que me acolheram e me abraçaram, dentro e fora da universidade, compõe o que de melhor pode se esperar das linhas que seguem. Suas lacunas e insuficiências são de minha inteira responsabilidade.

2 CICLO IDEOLÓGICO DESENVOLVIMENTISMO E AUTOCRACIA BURGUESA

2.1 Notas sobre a ideologia, hegemonia e política na tradição marxista

2.1.1 Marxismo e centralidade da política

“A filosofia da práxis, ao contrário, não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história da sociedade, ou, melhor, ela é a própria teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas...”
Antônio Gramsci

O papel ocupado pelo tema da política é certamente questão polêmica no interior do marxismo. Falar em política, para essa tradição, significa compreender a forma como as diferentes classes sociais organizam-se para a mudança ou conservação de determinada ordem social, ordem essa determinada pela forma como os seres humanos dão conta da produção social de sua existência. Tal tema remete às relações entre estrutura econômica e superestrutura, entre economia e política, entre Estado e sociedade civil. A crítica à separação rígida entre essas esferas percorre a obra marxiana desde sua crítica à filosofia hegeliana até a crítica da economia política, particularmente à Smith e Ricardo.

Na “Crítica à filosofia do direito de Hegel – Introdução”, ao analisar o anacronismo do pensamento alemão de sua época, que acreditava superar as contradições da sociedade semifeudal alemã pela crítica pura, Marx afirma ser impossível abolir a filosofia sem realizá-la. Não apenas a filosofia especulativa sobre o Estado em Hegel, mas também o pensamento de seus opositores eram o reflexo da ausência de uma classe na sociedade civil que pudesse ser a expressão dos interesses universais na transformação da realidade alemã de seu tempo. A relação entre Estado e sociedade civil aparece vinculada à determinação entre pensamento e base material.

Nessa mesma obra, escrita aos 25 anos, Marx já assinala as particularidades do processo de transição ao capitalismo na Alemanha. As

revoluções burguesas de tipo clássico haviam realizado a emancipação política através da unificação do Estado, da igualdade jurídica formal e do direito de propriedade, mas não haviam realizado a emancipação humana, ou seja, a garantia da igualdade e da liberdade real entre os homens. O *status quo* alemão já vivenciava os problemas da sociedade burguesa, problemas referentes à necessidade dessa emancipação, antes mesmo de realizar a unificação do Estado e a igualdade jurídica formal.

A própria inversão da dialética hegeliana aparecia, dessa forma, interligada à crítica marxiana da relação entre Estado e sociedade civil. Em Hegel, o Estado surgia como encarnação das ideias, do avanço do espírito universal, criando a sociedade à sua imagem e semelhança. Assim, as contradições existentes na sociedade civil apareciam como contradições entre o avanço do pensamento e sua expressão material sempre incompleta. O Estado seria, para o autor, a expressão do avanço das ideias universais, do espírito do tempo, e o Estado liberal aparecia como a melhor encarnação das ideias mais avançadas, uma espécie de reconciliação do espírito universal com o mundo.

Não é à toa, portanto, que Perry Anderson (1992) identifique em Hegel um dos primeiros teóricos do fim da História. Na filosofia hegeliana do Estado, a História aparece como a consequência do desenvolvimento da razão, do progresso do espírito mundial, tendo como ponto de chegada a plena realização da razão na forma política ideal. Em cada época, um determinado Estado-nacional torna-se dominante por ser a encarnação, ou seja, a plena realização desse espírito do mundo. Como um monarquista constitucional, para Hegel, a plena realização da razão parece ter chegado com o Estado Liberal. Esse fim da História pela realização do espírito não excluiria, no entanto, o movimento e as contradições, pois embora determinado acima pela “ordem do pretor superior que é o espírito universal”, embaixo ainda “persiste o movimento e a turbulência” (ANDERSON, 1992, p. 27).

O aparente paradoxo da realidade alemã de seu tempo, onde o Estado encontrava-se aquém das contradições que já se apresentavam na sociedade

civil, levava Marx a inverter a lógica hegeliana procurando as contradições não mais no espírito, mas no próprio mundo. Dito de outra forma, o movimento das contradições que apareciam na cabeça do filósofo nada mais eram do que a expressão de forças sociais reais em conflito no seio da sociedade civil. Daí que, para entender o que determinava a ação dessas forças sociais era necessário migrar do estudo da filosofia para a análise da economia política.

Marx precisava buscar na sociedade civil a expressão das suas próprias ideias, encontrar no mundo as formas profanas da disputa que os filósofos alemães de seu tempo sublimavam no pensamento. Identifica isso no proletariado, embora num primeiro momento este tenha ainda contornos pouco definidos. Trata-se, na crítica à Hegel, da classe capaz de representar a generalidade humana, o caráter universal da emancipação.

Seria infrutífero procurarmos a “verdadeira definição” do conceito de classes sociais em Marx o que, guardadas as devidas proporções, também é válido para termos como trabalho ou Estado. O fato é que Marx não trabalha com definições, suas categorias são um condensado de história, são a descrição pelo pensamento do movimento contraditório do real. O que faz de Marx e de Engels autores clássicos é a capacidade de problematizar as questões do período histórico em que viveram, período de transição e consolidação do capitalismo e que revelava, melhor do que qualquer outro, certas tendências permanentes do desenvolvimento desse modo de produção. Para o que nos propomos, se faz importante tal resgate no que diz respeito à relação dialética entre economia e política ou entre estrutura e superestrutura na análise da formação social capitalista. É no processo de transição e consolidação da sociedade capitalista que as determinações estruturais, relacionadas ao papel de cada grupo social no terreno da produção e reprodução da vida social, se definem e delimitam o terreno no qual se desenvolve a luta pela mudança ou conservação do modo de produção capitalista.

A mudança de Marx para a França denota essa busca em situar-se no polo mais desenvolvido para a análise das contradições entre as classes não

apenas do ponto de vista econômico, mas também do enfrentamento que se dava na cena política. Ao esforço na formulação de sua crítica da economia política soma-se nesse contexto o contato com o movimento operário e com as tendências revolucionárias, com a crítica da política de seu tempo.

Escrito em 1848 e publicado meses antes do primeiro grande levante revolucionário do proletariado na Europa, o Manifesto do Partido Comunista exemplifica como o encontro entre o rigor científico e o engajamento político permitem ao pensamento transcender a mera descrição empírica, captando as tendências do desenvolvimento histórico. O programa do partido deveria expressar não a vontade da vanguarda, mas o movimento contraditório do real no qual se deve agir.

No Manifesto, burguesia e proletariado adquirem contornos mais precisos, embora aqui se fale ainda mais em opressores e oprimidos do que propriamente em exploradores e explorados, já que o estudo de categorias como valor e mais-valia estava ainda pouco desenvolvido. Neste texto os autores apresentam uma verdadeira epopeia da formação da burguesia e de sua consolidação enquanto classe dominante. A unidade entre economia e política aparece nitidamente onde cada momento da concentração dos meios de produção é acompanhada pelo processo de organização dessa classe em luta contra o antigo regime e pela tradução de seus interesses particulares de classe em interesses universais, numa palavra, na transformação da burguesia em classe politicamente dominante e na fundação de seu Estado.

Cada uma dessas etapas de desenvolvimento da burguesia foi acompanhada por um progresso político correspondente. Segmento social oprimido sob a dominação dos senhores feudais; organizado em associação armada autogerida na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado sujeito aos impostos na monarquia; ou, mais tarde, no período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta; no geral, principal fundamento da grande monarquia – com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial a burguesia conquistou, finalmente, o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno. (MARX e ENGELS, 2005, pg 86-87)

O ponto de partida para a definição das classes segue sendo o papel que ocupam diante da propriedade dos meios de produção, mas desde que não se entenda isso de forma estática. O que determina as classes é a contradição existente nesse modo de produção, contradição que indica as possibilidades históricas e as tendências do desenvolvimento das classes. Já aparece aqui uma passagem famosa que será retomada em diversos escritos:

Em uma certa etapa do desenvolvimento desses meios de produção e de circulação, as forças produtivas não encontravam mais correspondência com as relações nas quais a sociedade feudal produzia e trocava, com a organização feudal da agricultura e da manufatura, em suma com as relações de propriedade. Estas obstruíam a produção ao invés de incentivá-la, transformando-se em outras tantas amarras que a paralisavam. Elas precisavam ser destroçadas e foram destroçadas. (MARX e ENGELS, 2005, pg. 90)

A afirmação da classe trabalhadora como sujeito histórico fundamenta-se, assim, na “revolta das modernas forças produtivas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que constituem as condições vitais da burguesia e de seu domínio” (Idem, pg. 90-91). O proletariado surge como aquele que só têm de seu a própria força de trabalho o que o transforma em instrumento de produção nas mãos do capitalista. Mesmo essa condição primeira já reflete uma luta entre grupos sociais antagônicos. As classes em Marx se definem em luta.

O Manifesto recompõe o processo de formação do proletariado primeiro como classe *em si*, reconhecendo seus interesses imediatos em oposição ao capital. Tal processo é condicionado à expansão do proletariado ocasionada pelo próprio desenvolvimento da indústria, recompondo economicamente a classe e, com a diminuição gradativa do exército industrial de reserva, sua capacidade de luta contra a burguesia.

Mas a luta de classes é definida pelos autores como uma luta política. Fala-se da “organização dos proletários em classe, e com isso em partido

político” (Idem, pg. 95 – grifo nosso). O termo partido não se refere aqui, como em Lênin, à delimitação da organização de vanguarda frente ao conjunto da classe, mas ao próprio movimento histórico da classe traduzindo as diversas lutas econômicas em organização voltada para a conquista revolucionária do poder. Tal processo também é afirmado como a passagem da “guerra civil mais ou menos oculta” para uma revolução aberta de derrubada violenta do poder político burguês, o primeiro passo fundamental da revolução proletária (Idem, pg. 98).

Embora o manifesto disserte principalmente sobre a simplificação dos antagonismos de classe na sociedade capitalista, não se pode afirmar que seus autores tenham descuidado totalmente das divisões e fracionamentos internos às duas grandes classes, em particular, dos conflitos entre a própria burguesia. Ao contrário, fala-se da importância de aproveitar tais contradições para arrancar vitórias no “reconhecimento dos interesses específicos dos trabalhadores na forma de leis” (Idem, pg. 95).

O que estamos argumentando é que economia e política são inseparáveis na categoria marxiana das classes sociais. Se o ponto de partida estrutural, aquele que delimita as possibilidades históricas da ação das classes encontra-se na contradição entre as forças produtivas e as relações de produção que as entravam, tal contradição só encontra solução na luta entre as classes, e essa luta coloca necessariamente a questão do poder político de Estado. Nesse sentido, a luta de classes aparece como síntese entre estrutura e superestrutura, entre sociedade civil e Estado.

Tais considerações são imprescindíveis para uma leitura rigorosa daquele que é talvez o texto mais polêmico e frequentemente mal interpretado do conjunto da obra marxiana: o Prefácio de 1859. Neste texto, após recompor sua trajetória teórica (o que, por si só já denota a importância de levá-la em consideração na leitura do texto), Marx retoma sua crítica à Hegel, elegendo “a totalidade das relações de produção” como a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e à qual correspondem determinadas formas de consciência (MARX, 2008, pg. 45). É verdade que tal afirmação, se destacada

do conjunto do texto e sem menção à trajetória teórico-política do autor, pode ensejar interpretações mecanicistas ou fatalistas. De fato, como pensar o processo de transformação social se a superestrutura jurídica e política aparecem como simples reflexo do domínio de classe que advém do fator econômico? Mais do que isso, como entender a possibilidade de intervenção dos seres humanos na História se sua consciência não for algo mais do que o espelho da desigualdade existente no modo de produção de suas vidas?

O próprio Marx fornece um caminho de solução, linhas abaixo, ao captar o movimento que se dá no interior da totalidade da estrutura social. A base real que determina o direito e a política e que se converte em ideias não se refere à uma posição econômica imóvel das classes. O que a superestrutura expressa é uma contradição mais profunda à qual já nos referimos:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. (MARX, 2008, pg. 45).

Vê-se que a categoria revolução em Marx está muito longe de restringir-se ao momento da tomada do poder político, referindo-se ao processo mais geral de transformação histórica das relações sociais de produção. Ainda assim, cabe questionar qual o papel ocupado pelas relações jurídicas, pelas ideias e pelo Estado, em suma pelas formas nas quais se expressam as lutas de classe no interior desse processo. É evidente que ocupam papel determinante:

Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas,

religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, *as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim.* (Idem, pg. 46 – grifo nosso)

É importante perceber que a síntese do prefácio, frequentemente citada por outros clássicos do pensamento marxista como Lênin ou Gramsci, não resgata apenas a crítica ao idealismo hegeliano, mas também sua crítica ao determinismo típico do materialismo vulgar. Em sua crítica à Feuerbach, Marx descreve a prática revolucionária como essa síntese entre pensamento e mundo objetivo. A atividade revolucionária é justamente a forma concreta pela qual as ideias de determinado período histórico, elas mesmas um resultado das contradições que emanam das formas como os homens produzem sua própria vida, adquirem força material. Como Marx já havia afirmado em sua crítica à Hegel, “também a teoria se transforma em poder material assim que se apodera das massas” (MARX, 2010, pg. 44).

Novamente, o terreno que permite dar consequência às possibilidades de transformação colocadas pela contradição existente no modo de produção é o terreno da luta de classes, ou seja, o terreno da política.

A estrutura de dominação política da burguesia não nasceu pronta, se ela hoje delimita os contornos da luta de classes, foi também determinada historicamente nessa luta. A análise de conjuntura empreendida por Marx sobre o desfecho da revolução francesa a partir de 1848, em *As Lutas de Classe na França* e em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, descreve bem esse processo de construção histórica das formas de dominação burguesa e sua contínua adequação aos interesses gerais do capital.

A atenção de Marx à conjuntura francesa não é, evidentemente, aleatória. Segundo Hobsbawm (2010), a Revolução Francesa de 1789 e 1793 havia fornecido “o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo” (pg.98). A França era, assim, o melhor cenário para entender a correspondência entre as formas de dominação política e a luta entre diferentes projetos societários na sociedade

burguesa. Como afirma Engels em sua introdução ao Dezoito Brumário de Luís Bonaparte:

A França é o país em que as lutas de classe sempre foram levadas mais do que em qualquer outro lugar *ao seu termo decisivo* e onde, portanto, as formas políticas mutáveis dentro das quais se movem essas lutas de classes e *nas quais se assumem os seus resultados*, adquirem contornos mais acusados (MARX, 2008b, p.204 – *grifo nosso*).

A concepção já expressa por Marx n'A Miséria da Filosofia, do poder político como o “resumo oficial do antagonismo na sociedade civil” (MARX, 2009a, p. 191) adquire aqui todo o seu significado. É no movimento das classes na França após 1789 que as diversas formas de dominação política podem ser compreendidas.

Nesse sentido, as revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX, longe de significarem a plena realização dos ideais políticos da burguesia, se construíram por vezes através da negação mesma desses ideais. A tomada do poder político exigia da burguesia a capacidade de apresentar seus interesses particulares de classe como ideias universais arrastando para a luta contra os resquícios feudais o campesinato e o proletariado. Nesse processo, a burguesia alimentava ilusões sobre si mesma ao mesmo tempo em que fornecia ao proletariado uma formidável escola na luta revolucionária. Quando este último resolveu passar ao primeiro plano da luta fazendo com que o conteúdo daquela revolução fosse além de suas frases (para usarmos os termos empregados por Marx) a máscara da burguesia teve necessariamente que cair. É dessa forma que o verdadeiro significado da Revolução Francesa de 1789 só se apresenta por inteiro no massacre do proletariado de Paris nas jornadas de junho de 1848.

Esse é o período que evidencia também a maneira pela qual as contradições do modo de produção capitalista criam cisões no interior da classe dominante. A concorrência permanente tanto entre capitalistas de um

mesmo setor produtivo, quanto entre diferentes setores do capital, reproduz no interior da classe dominante interesses contraditórios, como afirmava Marx em *A Miséria da Filosofia*:

se todos os membros da burguesia moderna têm o mesmo interesse, enquanto formam uma classe frente a outra classe, eles têm interesses opostos, antagônicos, enquanto se defrontam entre si. Essa oposição de interesses decorre das condições econômicas da sua vida burguesa (MARX, 2009a, p. 139).

O período que se seguiu foi o de consolidação da república burguesa em sua forma mais plena. O Estado se apresenta, nesse período, como uma espécie de Partido Maior da classe dominante: a burguesia, entrecortada pelos interesses de suas diferentes frações (burguesia financeira, industrial, agrária, comercial, etc.), necessita do Estado como instrumento de dominação comum, garantindo seus interesses gerais de classe, ou seja, a manutenção da sociedade do capital. A forma mais acabada desse domínio é, justamente, a da República Parlamentar, segundo Marx ela era para a burguesia

(...) a condição inevitável para a sua dominação comum, a única forma de Estado em que o seu interesse geral de classe podia submeter simultaneamente as pretensões das suas diferentes frações e as de todas as outras classes da sociedade (MARX, 2008b, p. 296-297).

A burguesia não pode, assim, exercer a dominação em seu próprio nome. Como dissemos, ela precisa apresentar-se como portadora dos “interesses universais”, necessita dominar não apenas pela força, mas também pelo consenso. Daí falarmos em cena política como esfera de dissimulação, encenação que encobre os reais interesses de classe. Trata-se de distinguir o que os diversos atores são na realidade das ilusões que apresentam sobre si mesmos na política:

E assim como na vida privada se distingue entre aquilo que um homem pensa e diz de si próprio e aquilo que realmente é e faz, nas lutas históricas há que distinguir ainda mais entre as frases e o que os partidos imaginam e o seu organismo efetivo e os seus interesses efetivos, entre a representação que têm e a sua realidade (id. pg. 243)

Para Marx não existe relação direta entre a representação de classe na política (seus partidos, candidatos, instituições) e a classe em si mesma. O que define, segundo Marx, a relação entre os representantes políticos e intelectuais de uma classe e essa classe mesma não é a condição social de classe que os primeiros possuem, mas o fato de que

(...) sua cabeça não ultrapassa os limites que aqueles não ultrapassam na vida; que, portanto, são teoricamente impulsionados para as mesmas tarefas e soluções para as quais o interesse material e a situação social impulsionaram, praticamente, aqueles (id., pg. 246).

Em outras palavras, a origem de classe não determina necessariamente a que classe corresponde cada representação na política. Essa não identidade direta entre a classe dominante e seus representantes é também central para que estes possam se apresentar como portadores dos interesses gerais.

A democracia burguesa constitui a forma mais acabada de dominação de classe sob o capitalismo, mas é importante lembrar que o central é sempre essa dominação mesma, não a forma. A república burguesa não paira acima das classes, é antes um resultado da correlação de forças entre elas.

A luta das diversas representações da burguesia no Estado e destas com o proletariado pode criar inclusive a ruptura entre a representação da burguesia e os interesses do próprio capital. Ao analisar o período que vai de abril a outubro de 1851, Marx descreve como a luta entre as frações da burguesia no parlamento e na imprensa acabou por descolar os interesses da massa do grande capital do partido da ordem (composto principalmente pela burguesia financeira e agrária). A burguesia acaba se reagrupando fora do parlamento em torno da figura de Luís Bonaparte, conquistando o apoio

necessário para o golpe de dezembro de 1851 que poria fim à república burguesa.

O importante aqui é perceber que a análise da política deve ser feita observando, antes de tudo, o movimento das classes para além dela, para além de sua epiderme, ou seja, trata-se de superar a aparência da política como esfera de dissimulação, procurando sua gênese nos reais interesses de classe ou frações de classe que a condicionam e na correlação de forças existente na sociedade civil.

Se as classes se definem em luta, o fazer-se das classes depende da unidade de interesses e condições de organização para a disputa do poder político. Nos momentos de consolidação do modo de produção capitalista tais condições de formação e unidade dos interesses burgueses coincidiam, em grande medida, com os pressupostos necessários da formação e fortalecimento da classe proletária. Trata-se da necessidade econômica de submeter o campo à cidade, de concentrar a população nos centros urbanos e do desenvolvimento da indústria. Mas trata-se também de pressupostos políticos. A unidade dos interesses burgueses só se consolida com a unificação do território com o surgimento do Estado-nação e, em última instância, com a transformação do poder econômico da burguesia em poder de Estado.

Sabe-se da preocupação de Marx com tais pressupostos, particularmente no caso alemão, onde o baixo desenvolvimento da burguesia, combinado à fragmentação do espaço político, retirava a essa classe a possibilidade de apresentar com clareza seus interesses na cena política em contraposição ao antigo regime.

Quando interesses tão diversificados, tão conflitantes, tão estranhamente se entrecruzando, são levados a uma colisão violenta; quando esses interesses conflitantes, em cada município, cada província, são combinados em diversas proporções; quando, acima de tudo, não existe um grande centro urbano no país, nada que se compare a uma Londres ou Paris, cujas decisões, pela influência que exercem, podem superar a necessidade de debater as mesmas

questões muitas vezes em cada lugar; que mais se pode esperar se não que a contenda por si só se dilua numa massa de lutas desconexas, nas quais uma enorme quantidade de sangue, energia e capital é despendida, mas que, por tudo isso, continua sem qualquer resultado decisivo? (MARX, 1992, pg. 108)

Tal precariedade nas condições de organização e luta da burguesia incidia também decisivamente na possibilidade da entrada em cena do proletariado como ator político. Não é à toa, portanto o apoio dado por Marx à unificação do Estado alemão, ainda que este tenha se dado sob a tutela de um inimigo declarado dos trabalhadores, Otto von Bismarck.

O Estado moderno surge, assim, como uma espécie de Partido maior da classe burguesa, como expressão de seu domínio na sociedade civil e forma de unificação de seus interesses históricos mais gerais diante do proletariado. Nas palavras de Lênin (2007, pg. 25), o Estado surge para conciliar o inconciliável, ou seja, manter a luta de classes nos estreitos limites da ordem social burguesa.

A burguesia necessita do Estado para fazer valer seus interesses gerais de manutenção da ordem diante da organização do proletariado em classe. Não obstante em momentos em que a correlação de forças mostra-se favorável à burguesia esse mesmo Estado possa expressar as contradições de interesses que incidem no interior da própria classe burguesa. A forma como o Estado mobiliza as funções de coerção e convencimento depende sempre, portanto, das relações de força entre as classes sociais fundamentais. A hegemonia de uma determinada fração de classe sobre as demais corresponde não somente à sua supremacia ao nível econômico, mas à capacidade de exercer domínio sobre a classe opositora, dando estabilidade a dominação do conjunto da classe capitalista.

A necessidade de uma classe dominar não apenas pela força, mas também pelo consenso traz consigo a centralidade da *ideologia*, termo polissêmico na tradição marxista, utilizado tanto para indicar a noção de *falsa consciência* ou *consciência invertida*, como para indicar as diferentes

concepções de mundo pertencentes às classes sociais em luta na sociedade civil.

Em Marx e Engels, o termo surge com conotação negativa em suas obras de acerto de contas com a filosofia clássica alemã. Aqui, ideologia indica a forma como o processo real de vida dos homens reflete-se em representações ao nível de sua consciência. A inversão da realidade ao nível da consciência social reflete a inversão presente nas próprias relações sociais.

O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui ainda como direta exsudação do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc., de um povo. [...] A consciência, nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida. Se em toda a ideologia os homens e as suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, é porque esse fenômeno deriva do seu processo histórico de vida da mesma maneira que a inversão dos objetos na retina deriva do seu processo diretamente físico de vida (Marx, 2009b, p.31).

Se num primeiro momento, até 1848, a categoria ideologia nos textos marxianos se referia basicamente a esse reflexo de uma realidade invertida no plano da consciência, quanto mais o autor avança na crítica da economia política, mais ele aproxima o termo da noção de concepções de mundo vinculadas a uma classe social. Não é à toa, portanto, que o termo reapareça no Prefácio de 1859 já despido de sua conotação negativa e restritiva. Ora, se é a própria vivência das relações contraditórias na sociedade capitalista a fonte do encobrimento da realidade, essa inversão do real não pode ser atribuída a um conjunto de ideias. São as classes em luta que elaboram, cada uma ao seu modo e com os limites que correspondem aos seus interesses objetivos (em última instância, a mudança ou preservação de tal ordem de coisas), a consciência dessas contradições.

A relação de determinação entre o processo histórico de constituição das classes e seu reflexo no plano das ideias aparece mais claramente na análise

de Marx sobre as diferentes escolas de pensamento econômico. Ele as divide nas escolas *fatalista* (clássicos e românticos), na escola *humanitária* e na escola *filantrópica*. Cada uma destas corresponde à sua medida a diferentes momentos de constituição da classe burguesa, desde sua contraposição às relações feudais até o processo de sua transformação em classe dominante e consolidação do Estado capitalista. Dito de outra forma, as mudanças na ideologia dominante correspondem aqui ao processo de transformação da burguesia de classe revolucionária à classe conservadora.

A escola *fatalista* clássica, à qual pertenceriam tanto Adam Smith quanto David Ricardo, seria representativa da luta da burguesia contra os resquícios da sociedade feudal, tendo como objetivo fazer avançar o processo histórico dando novo impulso à indústria e ao comércio. A função dos intelectuais burgueses, nesse período, era a de transformar as relações econômicas que estavam surgindo em categorias de análise da realidade e demonstrar como tais categorias eram superiores àquelas herdadas da sociedade feudal. A miséria do proletariado aparecia à essa escola como efeito colateral do nascimento da sociedade burguesa, expressando o sofrimento passageiro inerente à constituição dessas relações superiores. A transformação da burguesia em classe dominante e a consolidação de seu poder de Estado, processo em que tal classe torna-se conservadora colocando-a em oposição direta ao proletariado, transformaria a ingenuidade presente nos economistas clássicos em afetação, em consternação diante das contradições burguesas.

Os românticos pertencem à nossa época, na qual a burguesia se encontra em oposição direta ao proletariado, na qual a miséria se engendra tão abundantemente como a riqueza. Então, os economistas se apresentam como fatalistas enfasiados que, do alto da sua posição, lançam um olhar de soberbo desprezo sobre os homens-máquina que fabricam as riquezas. Plagiam todos os desenvolvimentos feitos pelos seus antecessores, e a indiferença que, naqueles, era ingenuidade, neles se converte em afetação (Marx, 2009a, p. 140).

A segunda escola, a escola *humanitária* já se encontra determinada pela consolidação das relações capitalistas, procurando amenizar as desigualdades oriundas desse modo de produção. Tal escola diferencia aquilo que o capitalismo *deveria ser* de seus resultados práticos, desvinculando teoria e prática, repetindo fórmulas que visam realizar uma suposta essência positiva dessa sociedade ainda distante de sua aplicação prática (Cf. MARX, 2009a, p. 141).

A última escola surge como aperfeiçoamento da anterior. É a escola *filantrópica*, que também tem como ponto de partida a diferenciação maniqueísta entre o *lado bom* e o *lado mau* das relações capitalistas, mas agora tentando esvaziar o sentido dessa oposição na crença utópica de poder preservar os progressos civilizatórios dessa sociedade sem os antagonismos que a caracterizam (cf. Idem.).

Essa diferenciação do pensamento econômico burguês expressa diferentes momentos de construção da própria burguesia como classe. Em um primeiro momento, classe revolucionária contra os resquícios feudais; depois classe que se reconhece como projeto em oposição, não somente ao antigo regime, mas à uma nova classe na sociedade civil; mais tarde, classe econômica e politicamente dominante através do Estado, como classe conservadora que têm de elaborar uma concepção de mundo como justificativa do estado de coisas vigente. Esse é o processo pelo qual a ciência burguesa perde a capacidade de desvelar as contradições da totalidade social, tornando-se mera apologética do estado de coisas vigente.

Note-se que Marx está tratando de opor, em sua crítica à Proudhon, os representantes científicos da classe burguesa (os *economistas*) aos representantes da classe proletária. Também o conhecimento científico da classe trabalhadora sobre si mesma é um reflexo do desenvolvimento histórico real dessa classe em luta contra o capital.

Enquanto o proletariado ainda não está bastante desenvolvido para se constituir como classe e, conseqüentemente, a sua própria luta com a burguesia não tem ainda um caráter político; enquanto as

forças produtivas ainda não estão bastante desenvolvidas, no seio mesmo da burguesia, para possibilitar uma antevisão das condições materiais necessárias à libertação do proletariado e à formação de uma sociedade nova, esses teóricos são apenas utopistas que, para amenizar os sofrimentos das classes oprimidas improvisam sistemas e correm atrás de uma ciência regeneradora. Mas, à medida que a história avança e, com ela, a luta do proletariado se desenha mais claramente, eles não precisam mais procurar a ciência em seu espírito: basta-lhes dar conta do que se passa ante seus olhos e se tornarem porta-vozes disso (MARX, 2009a, p.141-142).

Essa mudança no interior do conhecimento científico, onde as proposições teóricas burguesas de despem de seu conteúdo crítico tornando-se mera apologética da sociedade existente e, ao mesmo tempo, o ponto de vista proletário adquire o potencial de desvelamento da totalidade social, tem como marco principal as revoluções de junho de 1848. É a partir desse processo que o proletariado surge como classe autônoma em contraposição ao capital e que a ciência burguesa passa a orientar-se pela preservação da ordem e manutenção da dominação sobre a classe trabalhadora.

A partir desse marco, o protagonismo burguês centra-se na conservação da ordem. [...] A burguesia, enquanto classe, perde o interesse e a capacidade de fazer avançar a sociabilidade para além dos limites da lógica de acumulação e valorização do capital, em razão da qual se operou a emancipação política e se estabeleceu originalmente a figura do 'cidadão'. A dimensão essencial da emancipação humana só terá sentido para um outro sujeito histórico, cuja emergência primeira verifica-se em 1848: o proletariado. O significado de 1848 é precisamente este: com a derrota das aspirações democráticopopulares, determinada pelo comportamento de classe da burguesia, o proletariado se investe, em nível histórico-universal, como o herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental, constituindo-se como o sujeito de um novo processo emancipador, cuja condição prévia, histórico-concreta, é a ruptura mais completa com a ordem do capital. Assim, no plano prático-político, a revolução de 1848 tem um significado inequívoco: trouxe à cena sociopolítica uma classe que, a partir daqueles confrontos, pode aceder à consciência dos seus interesses específicos – viabilizou a emergência de um projeto sociopolítico 'autônomo', próprio, do proletariado; mais exatamente: propiciou a autopercepção 'classista' do proletariado (NETTO, 1998, p. 19-20).

Daí a denúncia, feita por Marx e Engels e interpretada por Lukács (2010), acerca da *decadência ideológica* do pensamento burguês após 1848. Com o surgimento do proletariado como classe revolucionária, as ideias anteriormente formuladas como leis gerais da sociedade capitalista, bem como o conjunto de promessas originadas no período revolucionário da burguesia, entram em contradição com o movimento histórico objetivo. Para Lukács, tal reviravolta faz com que o pensamento burguês passe a operar predominantemente a partir da fuga da análise concreta da realidade, “com a liquidação do materialismo e da dialética espontâneos próprios do ‘período heróico’ da revolução burguesa” (Idem, p. 52).

Tal decadência ideológica está profundamente ligada ao próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista e com a conseqüente divisão e especialização social e técnica do trabalho. Quanto mais se complexificam as relações sociais, mais o indivíduo burguês ocupa-se quase exclusivamente da valorização do valor, tendo cada vez menos tempo para formular idéias sobre si mesmo e suas relações. A pseudo-ciência que acredita pairar acima das contradições entre as classes sociais fundamentais passa a corresponder também à posição objetiva da classe onde os ideólogos do capital são selecionados em sua grande maioria, uma classe cuja posição social oscila entre a busca de tornar-se ela mesma parte da classe burguesa e o risco iminente de cair nas fileiras da classe trabalhadora. Trata-se da *pequena burguesia*, não à toa o grupo social cuja posição objetiva nas relações sociais capitalistas faz de seu pensamento o esvaziamento constante da polarização social entre as classes sociais fundamentais, um grupo social cuja sobrevivência depende do arrefecimento dos conflitos de classe. Essa oscilação da pequena burguesia transforma-se no método da ciência burguesa em tempos de decadência ideológica que “cata ao mesmo tempo migalhas contraditórias de pensamento, unidas pelo laço do ecletismo” (LUKÁCS, 2010, p. 61).

A forma científica na qual se manifesta este espírito da pequena burguesia capitalista é o ecletismo, a tentativa de erigir como “método” científico o “por um lado... e por outro”, tão caro ao pequeno-burguês; de negar as contradições da vida ou, o que é a mesma coisa, de contrapor entre si, de maneira superficial, rígida e carente de mediações, determinações contraditórias. Ademais, este ecletismo se veste com roupagens tanto mais suntuosas quanto mais for vazio. Quanto mais se mascara de “crítico” e “revolucionário”, tanto maior é o perigo que representa para as massas trabalhadoras cuja revolta é ainda confusa (LUKÁCS, 2010, p. 60).

O mascaramento das contradições reais do modo de produção capitalista, típica da decadência ideológica, não é aqui um resultado mecânico da inversão presente no interior do modo de produção, mas um resultado do processo histórico real vivenciado pela classe burguesa. Lukács trabalha, assim, com a noção de ideologia como concepção de mundo vinculada à uma classe social. O potencial explicativo das diversas teorias se revela a partir do processo histórico real vivenciado pelas classes às quais, conscientes disso ou não, os ideólogos se vinculam. Tal apreensão do termo ideologia não ignora o sentido negativo do termo, mas o incorpora a partir da compreensão do pensamento como estruturalmente coagido pelos limites objetivos de cada classe social.

Na busca de um sentido unitário ao termo ideologia, Bottomore (2001) parece ignorar essa mudança de conteúdo. Isso leva o autor a buscar na literatura marxista um reforço ao sentido negativo do termo incorrendo em afirmações tautológicas como: “a ideologia oculta o caráter contraditório do padrão essencial oculto (!) concentrando o foco na maneira pela qual as relações econômicas aparecem superficialmente” (pg. 184-185). A complexidade maior da análise das classes sociais, particularmente a partir de *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* enriquece também a impositação marxiana do debate sobre ideologia. Se é verdade que mesmo aqui o termo não perde totalmente essa conotação negativa (falsa consciência), ele adquire uma abrangência muito maior. Já não se trata de um mero reflexo mecânico de uma realidade invertida no plano da consciência, a este aspecto Marx irá tratar

mais tarde em *O Capital* a partir de categorias novas como alienação e fetichismo da mercadoria.

É que à noção positiva ou negativa do termo correspondem diferentes compreensões da tradição marxista: esta pode ser entendida como a análise científica das formações sociais ou como um conjunto de idéias em luta ativa contra o estado de coisas vigente. Segundo Eagleton (1996), a diferença entre essas duas concepções é a de que a consciência é, no primeiro caso, essencialmente contemplativa (*cognitiva*) visando uma correspondência com o objeto a ser pesquisado. No segundo, a consciência é entendida como *parte* da realidade, como força dinâmica da transformação social (*performativa*) (cf. EAGLETON, 1996, p. 179).

Em *História e Consciência de Classe*, Lukács (2003) sintetiza essas duas acepções acerca da ideologia na junção entre sujeito e objeto do conhecimento. O caráter teleológico da práxis humana ao mesmo tempo que transforma o meio social circundante e as relações entre os próprios seres humanos, produz também projeções a partir dessa prática, é ao mesmo tempo intelectual e criativo. A consciência social nada mais é do que a realidade vivida traduzida em pensamento, mas trata-se de uma realidade em contante transformação, em constante mudança. São as contradições contidas no modo de produção da vida que impelem os seres humanos a transformar constantemente suas relações e, com elas, o meio em que vivem. Sendo assim, o grau de alcance do pensamento diante da totalidade social é definido pela forma como os seres humanos se posicionam no interior das contradições subjacentes ao modo de produção. Daí inferir à posição objetiva de cada classe na sociedade capitalista um consciência de classe em potencial. Dito de outra forma, a consciência se define em Lukács como um problema de imputabilidade referente aos interesses históricos de cada classe, ao alcance da ação que cada grupo social no mundo da produção têm ou *poderia ter* no processo histórico (cf. Idem, p. 159).

Segundo Eagleton, o oposto da ideologia como encobrimento das relações sociais deixa de ser, em Lukács, uma suposta “ciência marxista” (o

que, ademais, descartaria o acúmulo do conhecimento humano impulsionado pelo século das luzes e pelo conjunto das ciências ditas “burguesas”). Em Lukács o oposto da “falsa consciência” é ocupado pela categoria da *totalidade*. O caráter verdadeiro ou científico de determinada concepção de mundo, das ideologias, é a possibilidade maior ou menor de se aproximarem do conhecimento da totalidade das relações sociais capitalistas.

uma das funções desse conceito, em sua obra, é permitir que ele descarte a idéia de uma ciência social desinteressada, sem com isso tornar-se prisioneiro do relativismo histórico. Todas as formas de consciência de classe são ideológicas; mas algumas, por assim dizer, são mais ideológicas do que outras. O que há de especificamente ideológico na burguesia é sua incapacidade de apreender a estrutura da formação social como um todo em virtude dos efeitos calamitosos da reificação (EAGLETON, 1996, p.181).

Tanto a dialética quanto o materialismo são filhos do século das luzes, nasceram à época em que o ponto de vista burguês correspondia ao avanço das forças produtivas materiais e à libertação humana dos grilhões do feudalismo. Entretanto, antes mesmo da superação completa do antigo regime e ainda em luta contra a nobreza fundiária, a burguesia já se encontrava em oposição a um novo inimigo que ela própria havia feito surgir: o proletariado (cf. LUKÁCS, 2003, p. 160). A impossibilidade por parte da ideologia burguesa em se propor ao conhecimento da totalidade social deriva de sua própria posição objetiva de classe: responder aos problemas colocados pelas contradições capitalistas implica em pensar o desenvolvimento econômico para além dos marcos da sociedade burguesa, o que equivale a negar sua própria condição de classe (cf. Idem, p. 147).

Dito de outra forma, a consciência de classe da burguesia está formalmente preparada para uma consciência econômica. Com efeito, o grau mais elevado de inconsciência, a forma mais crassa da “falsa consciência” manifesta-se sempre na ilusão exacerbada de dominar

conscientemente os fenômenos econômicos. Do ponto de vista da relação da consciência com o conjunto dos fenômenos sociais, essa contradição se exprime na oposição insuperável entre ideologia e fundamento econômico. A dialética dessa consciência de classe baseia-se na oposição insuperável entre o indivíduo (capitalista), o indivíduo segundo o esquema do capitalista individual e o processo "natural" e inevitável de desenvolvimento, isto é, não passível por princípio de ser dominado pela consciência; essa dialética leva, assim, teoria e práxis a uma oposição intransponível. (LUKÁCS, 2003, p. 165).

Enquanto para o indivíduo burguês o fetiche da mercadoria corresponde a uma necessidade de afirmação do poder acumulado de sua classe, para o proletariado, ele mesmo transformado em mercadoria, revelar a essência desse modo de produção, decifrar as relações que regem a forma mercadoria, é revelar o sentido de sua própria existência e seu papel na História. Nesse sentido, na *História e Consciência de Classe* de Lukács, a compreensão da sociedade capitalista como totalidade não é algo comum a todas as classes, mas uma *necessidade* política do proletariado.

A posição objetiva do proletariado no interior do capitalismo é o que permite uma maior aproximação do conhecimento do conjunto das determinações que regem essa sociedade. Esse conhecimento se realiza a partir da percepção da classe trabalhadora acerca de sua própria condição social. Tanto a burguesia quanto à classe trabalhadora estão sujeitas ao processo de auto-alienação no interior das relações sociais capitalistas. No entanto, enquanto para a burguesia o conhecimento econômico de suas funções práticas no interior da divisão do trabalho a afasta do conhecimento do conjunto dos fenômenos sociais, na oposição dialética entre teoria e prática que limita o alcance de sua consciência de classe; para o proletariado, ele mesmo transformado em objeto dessa sociedade, o conhecimento de sua posição social revela o conjunto dessas determinações.

Antes de tudo, o trabalhador só pode tornar-se consciente do seu ser social se se tornar consciente de si mesmo como mercadoria. Seu ser imediato o insere como objeto puro e simples no processo de produção. Quando esse imediatismo se mostra como consequência

de diversas mediações, quando começa a ficar claro tudo o que esse imediatismo pressupõe, as formas fetichistas da estrutura das mercadorias começam a desintegrar-se: o trabalhador reconhece a si mesmo e suas relações com o capital na mercadoria (LUKÁCS, 2003, p. 340)

Essa identificação entre sujeito e objeto do conhecimento é também a forma pela qual Lukács tenta apartar-se da dicotomia entre economia e política na análise do modo de produção capitalista, tão frequente nas análises mecanicistas da obra marxiana. No entanto, a identificação entre sujeito e objeto do conhecimento, entendida pelo marxista húngaro como imanente ao processo de reconhecimento do proletariado como classe, acaba identificando economia e política como elementos diacrônicos na luta de classes. As determinações econômicas e a dominação política, bem como a vivência das relações concretas e seu reflexo na consciência, estrutura e superestrutura sociais são elementos inseparáveis na análise do modo de produção capitalista. São diferentes facetas de um mesmo processo, mas a interdependência entre essas esferas não significa a identidade entre elas. Não é à toa que Marx difere o momento econômico-corporativo da formação das classes do processo de reconhecimento das classes como projeto político, ou seja, a diferença da classe *em si* e o movimento de sua construção como classe *para si*. Em Lukács, contudo, o segundo momento parece surgir espontaneamente do primeiro.

Segundo Eagleton (1996), essa identificação entre sujeito e objeto supostamente inerente à posição objetiva do proletariado, acaba atribuindo a este último o mesmo papel da Idéia Absoluta no sistema filológico de Hegel. Assim como Hegel, Lukács acaba, com isso, atribuindo a toda consciência rotineira um caráter intrinsecamente “ideológico”, pela forma parcial e imediata de representar a realidade vivida (cf. EAGLETON, 1996, p.184). As ideologias aparecem como um conjunto de idéias já contido de antemão na posição objetiva das classes, arriscando-se perder na análise o caráter relacional do próprio conceito de classes sociais e a influência que as diferentes ideologias

de classe exercem umas sobre as outras.

A análise acaba homogeneizando discursos, estruturas e efeitos que se dão de forma muito diferenciada no processo de luta entre as classes. Isso se deve a um “essencialismo” presente na análise tanto da ideologia como das classes sociais. Para a análise marxista, as classes são sujeitos da história que expressam contradições contidas no conflito entre a produção da vida e as relações de produção. Elas não são, contudo, blocos de interesses homogêneos, são também entrecortadas por contradições e diferenciações internas. Essa complexidade da formação das classes sociais incide também na forma como elas pensam a si mesmas e na forma como se relacionam com as concepções de mundo em disputa na sociedade. Se as classes se definem em luta, também as ideologias sofrem o impacto das *relações de força* entre as classes em cada período histórico.

A ideologia é um campo de contestação e negociação em que há um constante tráfego pesado: os sentidos e valores são roubados, transformados e apropriados pelas fronteiras das diferentes classes e grupos, cedidos, reapropriados e remodelados. Uma classe dominante pode “viver sua experiência”, em parte, através da ideologia de uma classe dominante anterior [...]. Ou pode moldar sua ideologia parcialmente em termos das crenças de uma classe subalterna – como no caso do fascismo, em que um setor dominante do capitalismo financeiro assume, para seus próprios fins, os preconceitos e inquietações da baixa classe média. Não existe correspondência um a um entre as classes e as ideologias, como se evidencia no caso do socialismo revolucionário. Qualquer ideologia revolucionária, para ser politicamente eficaz, teria que ser bem mais do que a “pura” consciência proletária de Lukács: a menos que ela desse uma coerência provisória a um rico sortimento de forças opostas, teria poucas probabilidades de êxito (EAGLETON, 1996, p. 187).

O limite das concepções de mundo das diferentes classes é determinado pela sua posição objetiva no mundo da produção, pelos interesses históricos da manutenção ou da superação dessa posição. Contudo, o processo pelo qual uma classe converte seus interesses particulares de classe (*classe em si*) em interesses capazes de organizar o todo da sociedade

(*classe para si*) não está determinado de antemão por uma essência contida no modo de produção. Esse processo é determinado na própria luta entre as classes, onde as diferentes ideologias sofrem influência mútua, refazem-se constantemente, absorvem ou rejeitam elementos advindos de outras classes e grupos sociais. Além disso, as ideologias não são formuladas diretamente pelos indivíduos que compõe as classes no interior do modo de produção. Elas sofrem a mediação específica dos intelectuais, boa parte deles selecionados nas classes intermediárias (pequena burguesia, campesinato).

As ideologias são ideias elaboradas com algum grau de sistematicidade por uma categoria social específica *vinculada* a determinado ponto de vista de classe, daí a importância dos intelectuais e seu papel no Estado moderno. Aqui também já não se trata de falar em ideologia burguesa como um todo homogêneo. Há diferenças importantes na elaboração das ideias dominantes que obedecem aos interesses das diferentes frações de classe da burguesia. Tais diferenças se revelam não apenas na defesa dos interesses econômicos imediatos dessas frações, mas também e principalmente na sua luta no interior do aparelho de Estado. O que unifica as ideologias burguesas é o seu horizonte de classe comum, unidade que aparece sempre que tais interesses de manutenção da ordem se encontram ameaçados pela classe trabalhadora.

Dessa forma, a acepção do termo ideologia que parece mais adequada a esse trabalho é aquela que aproxima o termo da noção de concepção de mundo, desde que por isso não se entenda um conjunto homogêneo de ideias (como nos pares ideologia burguesa X ideologia proletária), mas a forma como as diferentes classes e frações de classe elaboram as contradições vividas no seio do modo de produção na forma de ideias, pela mediação de uma categoria específica que são os intelectuais. É na luta de classes, portanto, que podemos encontrar o fundamento das diferentes ideologias, já que aquilo que os intelectuais elaboram (seja ou não de forma consciente) não é outra coisa senão as questões concretas enfrentadas pelas diferentes classes em sua busca pela conquista, conservação ou legitimação do poder vigente. A ideologia adquire, assim, conotação nitidamente política e só revela todo o seu

significado se inserida dentro da problemática gramsciana acerca da hegemonia.

2.1.2 Hegemonia e Política em Gramsci

Adentrar o pensamento de Gramsci é tarefa tão difícil quanto necessária. Escrita na grande maioria com os cuidados de evitar a censura no cárcere, sua obra se apresenta cifrada e descontínua, passível de interpretações por vezes descoladas dos problemas históricos e da visão de mundo que o autor intencionava aprofundar. Várias de suas categorias foram, nas últimas décadas, incorporadas ao senso comum acadêmico com significados muito diferentes da impositação que caracterizava sua obra. Em décadas de descenso das lutas de massa foram muitas as tentativas de domesticação de seu pensamento. Conceitos como hegemonia e sociedade civil foram esvaziados de seu conteúdo de classe, reinterpretados de forma a distanciar seu pensamento da tradição teórico-política do marxismo revolucionário.

Se passa com o pensamento de Gramsci algo semelhante ao que o próprio autor indicava suceder em seu tempo com a obra marxiana. Uma das questões centrais de Gramsci nos cadernos do cárcere era justamente entender porque a absorção do marxismo pela cultura da época coincidia, paradoxalmente, com seu enfraquecimento na disputa de ideias e projetos na sociedade. A adoção do termo filosofia da práxis, não obstante ter sido motivada pela censura tem, segundo Bianchi (2008, p.60) “um significado teórico-político por meio do qual Gramsci indicava aquilo que caracterizava a filosofia do marxismo e, ao mesmo tempo, a linha sobre a qual ela deveria se desenvolver”. Para Gramsci o sentido das categorias de Marx está na articulação entre estrutura e superestrutura, na forma como a mudança mais lenta e profunda das estruturas sociais se expressa na forma de ideias, da política e da cultura. Em outras palavras, na forma como os seres humanos fazem a sua história não de sua livre escolha, mas sob as condições que lhe

são legadas e transmitidas pelas gerações passadas.

A tarefa de recuperar a criticidade do pensamento de Gramsci exige, segundo Bianchi, buscar a unidade em meio à diversidade de tempos presentes nos cadernos, tentando recompor a evolução diacrônica de suas categorias. Gramsci define-se muito mais como um autor da política do que da cultura. Pode-se, inclusive, dizer que há nos cadernos do cárcere uma subordinação dessa segunda temática à primeira.

Ao estudar os desafios para a tomada do poder político na Itália sob o domínio do capital monopolista, Gramsci renova a concepção marxista do Estado. A exigência de dominar não só pela força faz com que a burguesia opere uma socialização da política desenvolvendo o equilíbrio entre as funções de força e consenso no exercício da dominação, ou seja, pela construção de *hegemonia*. O termo sociedade civil, corresponde aqui à ampliação do Estado para além do uso da coerção, atuando na esfera onde as classes se organizam para defender seus interesses e colocam em disputa projetos societários antagônicos. Ao contrário do uso corrente do termo hoje em dia, em Gramsci, sociedade civil descreve um momento do próprio Estado (sociedade política). Dessa forma não existiria distinção orgânica, mas apenas funcional entre sociedade civil e sociedade política, esta última mais identificada com a função de dominação pela força. Significa dizer que é a dinâmica da sociedade civil, com suas contradições de classe, que determina a ação estatal. As formas que o Estado assume são também “um ato da vontade consciente dos próprios objetivos e não a expressão espontânea, automática do fato econômico” (SADER, 2005, p. 23).

Dessa forma, a atuação da classe dominante deixa de estar ora confinada na determinação econômica pura e simples, ora numa simples expressão da vontade dos governantes. É na sociedade civil que uma classe transforma seu domínio econômico em domínio ético-político, porque é nela também que os interesses das classes subalternas devem ser levados em consideração, ou seja, ela exprime a forma como certos interesses particulares podem ser apresentados como interesses gerais.

A atividade política é entendida aqui como o primeiro momento das superestruturas, como a forma de traduzir na prática dos homens a contradição que emana dos meios de produção. A questão central para Gramsci é a do processo de formação de uma determinada vontade coletiva, questão importante para os dominados, pois reflete tanto o processo pelo qual os interesses burgueses transformam-se em consentimento dos subalternos, quanto a forma como estes elaboram as contradições vividas na forma de um projeto alternativo ao do capital. Trata-se sempre da capacidade das duas grandes classes de formar uma vontade coletiva no meio do povo. Para entender como isso torna-se, ou tornou-se no caso do fascismo, possível é necessária, segundo Bianchi

a análise do conjunto das relações sociais que permitiam o desenvolvimento da vontade social, uma “análise histórica (econômica) da estrutura social do país”. Somente a partir dessa análise seria possível identificar o “campo de possibilidades que as forças relativamente permanentes e contrapostas utilizam, na medida de sua capacidade política em sentido oposto”. (Bianchi, 2008, p. 158)

Os critérios metodológicos para a compreensão da atuação das classes na política são extraídos por Gramsci do Prefácio de 1859. Nele o autor se atém a forma como a contradição que emana dos meios de produção se converte em formas ideológicas, políticas, filosóficas, culturais através das quais os homens tomam ciência do conflito e o levam até o fim. Dessa forma, o autor identifica, segundo Bianchi (2008), uma assincronia entre as mudanças econômicas que advém daquelas contradições e o tempo da política. Daí a importância da noção gramsciana de conjuntura:

no estudo de uma estrutura, devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Também os fenômenos de conjuntura dependem, certamente, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia a dia, que envolve os pequenos

grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente. Quando se estuda um período histórico, revela-se de grande importância essa distinção. (Gramsci, 2011, p. 250)

Esta distinção nos ajuda a situar as diferenças entre a grande e a pequena política. Esta última, fundamental para se entender a ação das classes no Brasil no período ao qual este trabalho se dedica, teria em vista apenas a substituição de uma fração da classe dominante por outra. O termo pequena política, entretanto, não deve ser confundido com a mera aparência da política ou aspecto sem importância para a relação de forças entre as classes. Aquilo que aparece aos dominados como pequena política é expressão da alta política das classes dominantes na necessidade de ocultamento dos antagonismos de classe.

Daí a importância também da distinção em Gramsci entre a “conjuntura, na qual se revela a crise do capital, da situação, o tempo no qual tinha lugar a crise orgânica” (Bianchi, 2008, p. 164). Dessa forma, o autor fornece um antídoto tanto para o economicismo que tende a resumir o conjunto dos fenômenos sociais à um reflexo das mudanças na economia, quanto ao imediatismo da análise, buscando “encontrar na contingência da conjuntura as formas estruturadas e estruturantes que configuram o campo do possível” (idem, p. 165). Novamente, é da análise do Prefácio de 1859 que Gramsci irá extrair os critérios e níveis de análise da realidade.

O primeiro seria aquele relacionado às **relações entre forças vinculadas à estrutura objetiva do desenvolvimento das classes** enquanto posição dada na divisão social do trabalho. Gramsci, entretanto, o considera apenas como o ponto de partida da análise, já que está mais interessado na forma como, a partir desse determinante mais geral as classes se movimentam na luta pela conservação ou transformação do poder vigente.

O segundo momento da análise seria, dessa forma, o da **relação de forças político-ideológicas** onde avalia-se o grau de homogeneidade,

autoconsciência e organização (fatores “subjetivos”) dos vários grupos sociais. Esses dois níveis não são apenas formulados pelo pensamento como instrumento de análise, eles correspondem ao próprio processo de formação da classe, processo anteriormente descrito por Marx como movimento que vai do reconhecimento da classe em si (processo pelo qual a classe se descobre em luta, ainda que imediata e reivindicativa, contra outra classe) para a transformação da classe em classe para si (onde o grupo social se reconhece como projeto alternativo de poder e organização societária).

O terceiro momento, o da **relação de forças militares**, reflete a passagem “da estrutura à esfera das superestruturas complexas”. Trata-se do momento de conformação da hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (Cf. GRAMSCI, 2011, p. 252 – 254).

As notas de Gramsci sobre Maquiavel representam esse exercício de buscar no marxismo a especificidade do político, buscando traduzir para essa visão de mundo algumas categorias maquiavelianas e, ao mesmo tempo, buscando uma interpretação da obra do pensador florentino coerente com o pensamento marxista. Nesse sentido a noção em Gramsci do partido como príncipe moderno refere-se a esse momento da construção de um grupo social como projeto hegemônico, onde as ideologias gestadas precedentemente transformam-se em “partido”, no sentido de que têm agora de levar em consideração não apenas os interesses econômico-corporativos do grupo social a que se vinculam, mas têm de apresentar-se como portadoras de interesses universais. O Estado, em Gramsci assim como em Lênin (2007), atua como o partido maior da classe dominante, mas em Gramsci essa função inclui sempre a necessidade de apresentar os particularismos de classe como interesses universais o que obriga os dominantes a incluir reivindicações também dos grupos subalternos. Tais incorporações são sempre o resultado contraditório das lutas de classe e da formação de equilíbrios e arranjos de forças instáveis entre classes e frações de classe.

A construção da hegemônica pressupõe, portanto, a necessidade de

levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais ela é exercida. É necessário balancear os interesses econômicos com as necessidades da dominação não só pela força, mas também pelo consenso gerando certo equilíbrio de compromisso, o que exige do grupo dirigente certos sacrifícios em seus interesses imediatos de classe. Tais sacrifícios ou reformas na ideologia burguesa têm, contudo, um limite bem determinado. Elas não podem atingir, evidentemente, o núcleo estratégico da dominação. Eis, em Gramsci, os limites objetivos para as diversas tentativas de conciliação dos interesses de classe:

o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas é também indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (Gramsci, 2011, p. 287)

Note-se que a expressão utilizada por Gramsci se refere aos grupos aos quais a hegemonia será estabelecida e não apenas aos “grupos sociais fundamentais”. Em outras palavras, trata-se não somente das classes antagônicas, mas também das diversas outras classes (campesinato, pequena burguesia, etc.) e também das frações e cisões internas das classes. Uma determinada fração de classe deve ser capaz de exercer hegemonia fazendo concessões tanto às classes opositoras quanto aos setores de sua própria classe que participam de forma subordinada do poder de Estado.

Os critérios de análise constitutivos da categoria gramsciana de hegemonia ganham forma ainda mais definida na formulação do conceito de revolução passiva, definido como a forma como um grupo torna-se politicamente dirigente antes de chegar ao controle do aparelho de Estado. As funções de coerção e consenso aparecem aqui como dominação e direção.

Trata-se de determinações constitutivas do Estado moderno que não surgem à época de Gramsci, mas que adquirem um caráter mais nítido a partir da constituição do capital monopolista em uma fase de término da era das revoluções burguesas, na consolidação do modo de produção e do capital monopolista.

O ponto de partida de Gramsci, assim como o de Marx e Engels é a experiência da revolução francesa como parâmetro de comparação. Se essa revolução (assim como a revolução inglesa e norte-americana) constitui um exemplo clássico de transição ao capitalismo, isso não se dá por ser majoritária mesmo na Europa. Ela é clássica porque expõe na sua forma mais pura as determinações políticas e ideológicas da classe que subia ao poder e, mais do que isso, expunha também os limites e contradições da dominação burguesa. A revolução de tipo jacobino aprofundava o sentido histórico das transformações burguesas ao incorporar ao processo revolucionário o campesinato e a nascente classe operária e suas demandas. Os partidários de Robespierre cumpriam a função não apenas de traçar um caminho para o poder burguês, mas de tornar a burguesia politicamente dirigente de toda a sociedade. Entretanto, esse mesmo processo aprofundava as contradições dos ideais burgueses, fazendo com que as massas exigissem que o processo político revolucionário fosse além de suas frases, demonstrando os limites da hegemonia e do universalismo burguês. É este processo que é analisado por Marx em *Lutas de Classe em França* e no *18 Brumário de Luís Bonaparte*.

As novas classes dominantes chegavam rapidamente a um ponto de saturação, fechando o acesso das classes subalternas à política e retornando “à concepção do Estado como pura força”. Atingido esse ponto, a “classe burguesa é saturada: não apenas não assimila novos elementos, mas desassimila uma parte de si própria (ou pelo menos as desassimilações são muito maiores do que as assimilações).” (BIANCHI, 2008, pg. 260)

A burguesia parece ter aprendido as lições de seu processo

revolucionário. A maioria dos países da Europa não contou com um partido forte de tipo jacobino que envolvesse as massas na conquista do poder político. Ao contrário, tornaram-se cada vez mais frequentes as alianças com as classes do antigo regime para impedir a entrada em cena das classes subalternas: as concessões que antes sinalizavam o aprofundamento do sentido do progresso histórico (a reforma agrária, a reforma urbana, os direitos sociais, etc.) davam lugar a concessões às classes conservadoras. Esse era, precisamente o caso da transformação burguesa da Itália de Antônio Gramsci.

O conceito de revolução passiva é então uma chave de interpretação importante para entendermos os processos de transição ao capitalismo feitos pelo alto, ou seja, sem a participação e inclusão das demandas das classes dominadas. O termo passivo aqui se refere, portanto, somente aos dominados e não às classes dominantes. A análise da relação entre estrutura e superestrutura assume o caráter de relação entre condições objetivas e subjetivas da dominação de uma classe sobre outra. Os processos de revolução passiva refletem o momento onde os interesses econômico-corporativos (onde subsistem os interesses egoísticos das diversas frações das classes dominantes) impedem o nascimento das condições subjetivas mesmo diante do amadurecimento das condições objetivas da transformação histórica. Daí a centralidade do Estado como instrumento de unidade dos interesses do conjunto da burguesia nesses processos em reação preventiva à entrada em cena das classes populares.

[...] elas exprimem, talvez, o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico das massas populares, através de “restaurações que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de “restaurações progressistas” ou “revoluções restaurações”, ou, ainda, “revoluções passivas”. (Gramsci, 2011, p. 319)

A burguesia passa a se adiantar, portanto, ao movimento espontâneo das massas e a atuar para impedir ou atrasar a sua organização como força social autônoma. Daí a importância dos processos de transformismo operados pelo Estado e pelos intelectuais vinculados à classe dominante. Por transformismo Gramsci entende a incorporação de lideranças, intelectuais (“transformismo molecular”) ou mesmo grupos inteiros aos grupos políticos que ocupam o aparelho de Estado ou à ideologia dominante.

O partido forte de tipo jacobino era substituído aqui pela categoria social dos intelectuais. A ideologia passa a cumprir papel determinante no apaziguamento dos conflitos de classe que os processos de tipo clássico despertavam. Também aqui o principal fio condutor da análise gramsciana é a relação necessária entre economia e política, entre determinações estruturais e o movimento pelo qual elas se convertem em fatores subjetivos, em superestrutura. O autor parte da afirmação de Marx na crítica da filosofia do direito de Hegel, segundo a qual as ideias ganham força material sempre que se apoderam das massas para afirmar a ideologia como uma realidade prática. Toda ideologia necessita de certa correspondência com a realidade material e essa correspondência é dada pela forma como as classes incorporam esse conjunto de ideias como orientação à ação ou, dito de outra forma, quando as ideologias se tornam “orgânicas” a determinado grupo social.

Isso é importante porque, partindo dessa concepção, a “ideologia burguesa” deixa de ser entendida como mera falsificação intencional da realidade. O necessário aspecto de encobrimento das contradições sociais presente em toda ideologia burguesa corresponde ao lugar objetivo dessa classe na divisão social do trabalho e no Estado. Dessa forma, mesmo as reformas na ideologia e pensamento dominantes não são simples adaptações com vistas a “ludibriar as massas”, mas correspondem a mudanças concretas na correlação de forças entre as classes e frações de classe na disputa pelo poder.

Segundo Eagleton (1996) a categoria da hegemonia em Gramsci amplia e enriquece a noção de ideologia, fornecendo a esta um corpo material e um

caráter dinâmico relacionado à luta política entre as classes. Contudo, Eagleton assimila, em sua crítica à Gramsci, uma interpretação unilateral do termo hegemonia, relacionada apenas à dominação pela via do convencimento, da disputa de ideias na sociedade civil. Segundo esta interpretação o Estado, enquanto sociedade política seria apenas a esfera voltada à coerção enquanto a sociedade civil seria o terreno da hegemonia.

Com algumas incoerências notáveis, Gramsci associa a hegemonia ao campo da “sociedade civil”, termo com o qual se refere a toda a gama de instituições intermediárias entre o Estado e a economia. As estações de televisão pertencentes à iniciativa privada, a família, o movimento dos escoteiros, a Igreja Metodista, as escolas maternas, a Legião Britânica, o jornal *The Sun*, todos seriam aparelhos de hegemonia que ligam os indivíduos ao poder dominante através do consentimento, e não da coerção. A coerção, em contraste, fica reservada ao Estado, que detém o monopólio da violência “legítima” (EAGLETON, 1996, p. 197).

Cabe registrar que tal dualidade entre Estado e sociedade civil é estranha à formulação gramsciana acerca da hegemonia. Segundo tal interpretação a esfera da ideologia ficaria restrita à sociedade civil e o uso da coerção (aqui associada somente à violência legítima) à esfera da sociedade política. O próprio Eagleton alerta para o fato de que o uso da coerção necessita obter o consentimento para legitimar-se. O próprio Gramsci também o afirma, mas vai além disso: também o consentimento dos dominados necessita da coerção. Aliás, toda instituição conformadora de consensos, implica também certa coerção de seus membros: os escoteiros (para ficarmos em um dos exemplos mais curiosos listados pelo autor) definem-se por certas normas de comportamento que devem ser não apenas aceitas mas cumpridas pelo conjunto. O não cumprimento de certas regras de comportamento implicaria em formas diferenciadas de punição, na exclusão do grupo ou, no mínimo, numa rejeição por parte deste.

Segundo Bianchi (2008), esse dualismo entre coerção e consentimento, é contrário à análise gramsciana da hegemonia na qual não existe uma rígida

divisão de tarefas entre sociedade civil e sociedade política. O bom entendimento do conceito exige recompor a unidade entre estrutura e superestrutura, sociedade civil e sociedade política, entre ditadura e hegemonia. O entendimento dessa unidade contraditória é ainda mais necessário aos dominados, já que em uma revolução vitoriosa a conquista do poder político e a tomada dos meios de produção são indissociáveis (embora nem sempre concomitantes). Trata-se, como vimos, de um processo que corresponde ao próprio movimento do fazer-se das classes, de sua unidade que é ao mesmo tempo política e econômica.

É que a categoria Estado em Gramsci não se refere à uma instituição determinada ou à um conjunto de instituições, mas a uma categoria intrinsecamente relacional. O Estado compreende o processo mais geral de organização de uma classe dominante para exercer poder sobre a totalidade social, o que significa converter seus interesses particulares de classe em projeto organizador das práticas e concepções de uma gama ampla e diversa de grupos subordinados.

Dessa forma, a sociedade civil passa a ser entendida como o momento de formulação das determinações econômicas em uma superestrutura, ou seja, movimento no qual as contradições econômicas chegam ao seu termo e são capazes de fundar um novo Estado.

O consenso e a coerção, assim como sociedade civil e sociedade política, são momentos no interior de uma unidade contraditória que é o Estado. A dominação pela coerção e pelo consenso não se anulam, ao contrário, necessitam-se mutuamente, são aspectos inseparáveis de uma mesma dominação de classe. A coerção é o elemento que garante que as concessões necessárias ao exercício da hegemonia se situem nos estreitos limites da manutenção da dominação. De outro lado, também o convencimento dos dominados é necessário como elemento legitimador do próprio uso da força.

Novamente partindo da análise do Prefácio de 1859, Gramsci entende a ideologia como a superestrutura necessária de uma determinada estrutura. Ela

aparece como o aspecto de massas de toda concepção de mundo: é isso o que diferencia as ideologias “orgânicas” aos grupos sociais fundamentais. É no terreno das ideologias, como afirmou Marx, que os homens tomam consciência de sua posição social e, portanto, de suas tarefas históricas.

Essa noção da ideologia como a superestrutura necessária de determinada estrutura obrigava o autor dos cadernos a dedicar-se a pesquisa de como certas movimentações na estrutura social convertem-se ou traduzem-se em formas jurídicas, filosóficas e políticas. Daí a importância de uma outra categoria, comumente mal interpretada: o bloco histórico. Ao contrário de certo uso corrente, este termo não se refere, em Gramsci, a alianças ou bloco de alianças de classe. Ele representa a unidade dialética entre forças produtivas materiais, relações sociais de produção e a superestrutura política e jurídica necessária para a manutenção das mesmas em determinado momento histórico. Segundo Bianchi (2008, p. 138) trata-se de “uma ferramenta crítica com vistas à interpretação das relações históricas, portanto, concretas e moventes, existentes entre estrutura e superestrutura, condições objetivas e condições subjetivas, forças materiais de produção e ideologias”.

Por bloco histórico Gramsci entende a forma como uma determinada classe ou fração de classe consegue manter sua função de direção e domínio, ou seja, manter a unidade “funcional” entre estrutura e superestrutura política e ideológica. Daí a importância dos intelectuais como forma de cimentar e soldar esse vínculo. Parte-se, novamente das afirmações de que as ideias podem adquirir força material ao se apoderarem das massas para situar a questão do bloco histórico:

Outra afirmação de Marx é a de que uma convicção popular tem, com frequência, a mesma energia de uma força material, ou algo semelhante, e que é muito significativo. A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de “bloco histórico”, no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais. (Gramsci, 2011, p. 186)

Inserida dentro da problemática da hegemonia, a ideologia adquire um caráter ao mesmo tempo mais amplo e mais preciso. Ela deixa de ser pensada como um momento da consciência ou uma mera expressão do fato econômico e adquire conotação nitidamente política. Ideologia em Gramsci compreende o movimento pelo qual as diferentes classes sociais elaboram ao nível da consciência uma concepção de mundo unitária e coerente. Dessa forma, torna-se possível apreender o caráter histórico das diferentes ideologias. O que possibilitaria caracterizar uma ideologia como “falsa” ou “verdadeira” consciência é sempre a maneira pela qual ela tenta dar conta dos problemas concretos colocados pela realidade vivida.

Assumindo os termos do “fundador da filosofia da práxis”, o comunista sardo recusa as abordagens que desconsideram o valor histórico das ideologias, ou que as releguem a uma posição estrita de “falsa consciência”. O que está em questão é a função práctico-social de determinadas formas de consciência, não obstante caracterizem falsas ou verdadeiras elaborações, do ponto de vista histórico-concreto. Tal função se relaciona a conscientização dos conflitos colocados pela produção social, orientando a práxis humana existente (SILVEIRA JUNIOR, 2014, p. 566).

Entendida como a expressão ideal do movimento histórico-concreto de uma classe, torna-se possível incorporar à análise da ideologia também as maneiras de pensar “espontâneas” das massas. Isso demonstra uma dupla preocupação do marxista sardo: de um lado, tratava-se de entender como foi possível à ideologia dominante adquirir uma influência decisiva sobre as massas, na configuração do fascismo italiano. De outro, buscava-se entender de que forma o próprio marxismo torna-se direção moral e política do conjunto da classe trabalhadora.

O ponto de partida é entender o processo pelo qual se formam as crenças populares e de que forma pode-se influenciar as massas no sentido da formação de um pensamento unitário e coerente. Nosso pensamento é sempre

definido pela vivência das relações sociais, é sempre composto pela coletividade da qual fazemos parte. Gramsci refere-se aos diferentes tipos de conformismo aos quais todos estamos sujeitos, mas enquanto esse pertencimento não se torna crítico e consciente, ele se compõe de forma heteróclita, descontínua, fragmentada. O senso comum define, em Gramsci, a forma contraditória e embrionária de manifestação da consciência de classe, que não pode ser apreendida pela análise da concepção de mundo em si mesma (no que os indivíduos dizem sobre si mesmos ou na concepção que expressam sobre suas vidas), mas nas suas manifestações práticas, em sua ação. O contraste entre o pensar e o agir, bem como a forma de superar essa contradição encontra-se através de mediações da política.

[...] o contraste se verifica nas manifestações vitais de amplas massas: neste caso, ele não pode deixar de ser a expressão de contrastes mais profundos de natureza histórico-social. Isto significa que um grupo social, que tem sua própria concepção de mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, de modo descontínuo e ocasional [...] toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que não é a sua, e a afirma verbalmente, e também acredita segui-la, já que a segue em “épocas normais”, ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada. É por isso, portanto, que não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos (GRAMSCI, 1999, p. 97).

Como o que é incorporado ao nível da consciência é a vivência de relações sociais contraditórias, expressas na incoerência entre teoria e prática, a tarefa passa a ser desenvolver o núcleo sadio do senso comum significa fornecer à ação uma direção consciente dos objetivos históricos do grupo social a que se vincula.

O que diferenciaria a filosofia da práxis das demais ideologias “é que estas últimas não seriam senão criações inorgânicas, contraditórias, pois tentam conciliar interesses opostos e excludentes e, por essa razão,

extinguem-se assim que a necessidade de proceder a essa conciliação cessa” (Bianchi, 2008, p.136).

Toda classe necessita assim, segundo Gramsci, formar uma elite de intelectuais responsáveis por elaborar na consciência os problemas práticos vivenciados pelas classes na luta pela transformação ou preservação do poder vigente. A ideologia se manifesta onde estas elaborações deixam de ser meras especulações filosóficas e se apoderam das massas. O autor dos cadernos certamente estava preocupado com a capacidade de o próprio marxismo transformar-se em ideologia, no sentido de uma visão de mundo capaz de organizar as massas no sentido da tomada do poder. Não obstante, também as ideologias da classe dominante têm de apoderar-se das massas. Dessa forma, a crítica das ideias dominantes de uma época deixa de ser um mero exercício do pensamento, mas um aspecto central da luta de classes, já que “a adesão ou não adesão de massas a uma ideologia é o modo pelo qual se verifica a crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar” (GRAMSCI, 2011, pg.142).

As ideias orgânicas à classe dominante não se tornam uma concepção das massas da mesma forma como a filosofia da práxis. Esta última tem a função de elaborar criticamente o projeto histórico da classe trabalhadora, consistindo, portanto, na expressão ideal do movimento real de libertação dessa classe do jugo do capital. A ideologia burguesa, como forma necessária de manutenção da sujeição das massas a um poder que lhe é estranho, tem como finalidade justamente evitar que a classe trabalhadora elabore criticamente sua própria visão de mundo.

Estes sistemas influem sobre as massas populares como força política externa, como elemento de subordinação a uma hegemonia exterior, que limita o pensamento original das massas populares de uma maneira negativa, sem influir positivamente sobre elas, como fermento vital de transformação interna do que as massas pensam, embrionária e caoticamente, sobre o mundo e a vida. (Gramsci, 2011, pg. 149)

É isto também o que diferencia a categoria de intelectuais vinculada aos interesses dominantes. Gramsci aprofunda a tese já citada segundo a qual o que determina a relação entre os intelectuais (representantes de uma classe) e a classe mesma não é a posição objetiva que estes ocupam no seio da produção, mas o fato de que seu pensamento é coagido pelos limites que a classe não consegue ultrapassar em sua atividade prática. Cada grupo social cria para si uma elite de intelectuais cuja função é elaborar teoricamente as contradições vivenciadas pela classe no seio do modo de produção.

Tal categoria é o que fornece unidade e coerência aos interesses de conjunto da classe. Quanto mais a classe capitalista passa a se ocupar exclusivamente da valorização do valor, mais se faz necessária a especialização de uma camada específica de intelectuais, definida por Gramsci como funcionários da superestrutura:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise do comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (Gramsci, 2011, pg. 208).

Dois elementos devem ser observados na passagem acima. Em primeiro lugar, o consentimento espontâneo aparece sempre entre aspas, sinalizando que a hegemonia do grupo dominante é, ao mesmo tempo, consenso garantido pela coerção e vice-versa. A função dos intelectuais não se restringe à elaboração de ideias, mas à capacidade de adiantar-se ao movimento da classe opositora, impedindo que se organize enquanto projeto alternativo e legitimando o mecanismo de coerção estatal aos grupos que não se subordinam. Em segundo lugar, os intelectuais assumem o papel de

funcionários tanto da coerção como do consenso. O que os intelectuais elaboram no pensamento é a expressão do movimento real das classes enquanto sujeito histórico.

A forma pela qual Gramsci aborda o tema da ideologia fornece também critérios para se pensar a formação dos intelectuais no cerne da própria classe dominante. A própria posição objetiva da burguesia na produção a obriga a exercer funções intelectuais, de organizadora do todo da sociedade segundo seus interesses. Segundo Gramsci (2011, pg. 203), o empresário capitalista incorpora, pela própria função de organizador da produção, certa capacidade dirigente e técnica característica dos intelectuais. Bianchi (2010) atribui essa função organizadora e diretiva dos intelectuais da classe dominante à categoria *empresariado*. Trata-se do desenvolvimento dessa função técnica de todo capitalista em organizador coletivo de homens no seio da produção e circulação, em capacidade dirigente do conjunto das frações da classe burguesa.

O que define o empresário, o agente da ação coletiva do capital é, desse modo, uma determinada relação social – a de propriedade ou controle de uma fração autônoma do capital – e uma determinada função – a de organizadores e gestores do processo de valorização desse capital. O empresário que aqui é definido não é, portanto, o burguês, na medida em que nem todo membro da burguesia desempenha a função de intelectual do capital, havendo aqueles que, apesar de serem proprietários, apenas usufruem do resultado desse processo de valorização, ou aqueles que, mesmo não sendo proprietários, controlam os processos não econômicos de reprodução da ordem do capital. Assim, se todo empresário é um burguês, nem todo burguês é empresário (BIANCHI, 2010, p. 42).

Dessa forma, seguindo os critérios extraídos por Gramsci da análise do “Prefácio” de 1859, torna-se possível analisar as estratégias utilizadas pelas frações dos grupos dominantes tanto para unificar o conjunto da burguesia em torno de um projeto de dominação comum, quanto para submeter as classes subalternas. Trata-se de entender a formação das ideologias de classe e a

construção da hegemonia desde os determinantes estruturais que delimitam o raio de ação possível de cada grupo social, até a conformação de um projeto de dominação no bojo da sociedade civil, bem como os momentos de crise da hegemonia burguesa, que possibilitam a afirmação de um projeto alternativo por parte da classe trabalhadora. É para esse exercício que o autor elabora os três momentos de análise das relações de força compreendendo o movimento que vai das contradições determinantes das estruturas até sua conversão em projetos societários no domínio das superestruturas: *relação de forças objetivas, relações de forças político-ideológicas e relações de forças estratégicas* (político-militares).

O primeiro momento diz respeito ao grau de desenvolvimento das forças produtivas e ao lugar das diferentes frações do capital dentro disso. Sua apreensão exige o estudo não apenas do modo de produção capitalista em sua genericidade, mas a apreensão dos diferentes processos de transição ao capitalismo em cada formação social particular. Daí a importância de considerarmos a categoria da *revolução passiva*, chave explicativa fundamental também para entender os processos de transformação capitalista no seio dos países de capitalismo dependente como o Brasil. Momentos políticos centrais no desenvolvimento do capitalismo brasileiro correspondem a esse processo de revolução pelo alto que configurou um padrão de dominação à burguesia brasileira capaz de se adiantar a processos políticos de polarização social, incorporando demandas e cooptando lideranças chave dos grupos políticos de oposição.

O segundo momento, o da relação de forças político-ideológicas, compreende a forma como as contradições entre as classes, bem como as tensões e disputas que incidem no interior de cada uma delas, transformam-se em conflitos projetivos em oposição na sociedade civil. É o que permite identificar o grau de homogeneidade, autoconsciência e organização dos diversos grupos sociais e sua função na dominação da classe dominante como um todo. Torna-se viável, assim, entender o conflito projetivo entre frações da burguesia relacionando não apenas com a predominância econômica de

determinada fração, mas com o papel que ocupa diante da necessidade de angariar o consenso da classe opositora.

O último critério de análise é o da relação de forças político-militares, ao qual podemos chamar também *relação de forças estratégicas* (Cf. BIANCHI, 2010). Trata-se do momento em que as concepções de mundo adquirem força material, transformam-se em movimento das classes com vistas ao poder político, conformando a supremacia do grupo dominante sobre o conjunto das frações burguesas e sobre as classes subalternas. Aqui insere-se também os deslocamentos operados na ideologia dominante em épocas de crise orgânica da dominação.

Tais serão os critérios utilizados no presente trabalho para entendermos a estratégia de conformação do consenso em torno do projeto neodesenvolvimentista. Nosso ponto de partida será a análise da formação social brasileira e os limites estruturais colocados à luta de classe e oriundos da transição da sociedade brasileira para a sociedade urbano-industrial.

Há, ainda, uma última razão fundamental para recuperar o pensamento crítico de Gramsci para a análise da realidade brasileira nos dias atuais. As distorções e as tentativas de domesticação do pensamento gramsciano incorporaram-se à ideologia dominante, em particular na década de 1990, fazendo parte do vocabulário de aparelhos privados de hegemonia burguesa.

O senso comum “gramsciano” encontra seu habitat em aparelhos de hegemonia: centros de pesquisa, universidades, organizações não-governamentais e partidos políticos. Do “senso comum” passa-se à política e a uma leitura cada vez mais marcada por slogans de agitação: “a sociedade civil contra o Estado”, “ocupar espaços”, “democratizar a democracia”, “reformismo revolucionário”. Para muitos, Gramsci forneceu a porta de saída que permitiu dar adeus ao proletariado e às formas de luta e organização com ele identificadas. (Bianchi, 2008, p. 298-299)

Esse senso comum “gramsciano” aparece hoje também na linguagem corrente do próprio Estado. Termos como “democratizar a democracia” ou a hipervalorização da sociedade civil como uma suposta esfera neutra e sem

conflitos aparecem constantemente no discurso de órgãos destinados à conciliação entre classes nos governos Lula, em particular nos documentos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, os quais analisaremos à frente. Trata-se, portanto, de recuperar a radicalidade do pensamento gramsciano analisando justamente o lócus onde o aprisionamento de seu pensamento pelo senso comum serve hoje à própria dominação burguesa no Brasil.

2.2 A Revolução Burguesa no Brasil e a formação da burguesia dependente

“O Presente contém todo o passado.”
Antônio Gramsci

“No Brasil, como já vimos, trata-se de resolver a crise crônica da estrutura. Esta hoje consiste num fato novo: seu conteúdo e sua evolução são engendrados pelo crescimento do capitalismo nas condições de dependência do imperialismo e da manutenção do latifúndio. É o crescimento do capitalismo, em tais circunstâncias, que vem determinando todo o processo político brasileiro”
Carlos Marighella

A configuração das classes e frações de classe depende sempre, a cada momento histórico, da formação social em que elas se inserem. A existência de uma burguesia nacional⁶ e suas relações com o imperialismo estão diretamente ligadas à dinâmica do desenvolvimento capitalista nas particularidades de uma formação social específica. Ao que tudo indica a via de transição para o capitalismo no Brasil (a chamada via não clássica da Revolução Burguesa) circunscreve os limites e possibilidades desse desenvolvimento, bem como a fisionomia das classes e frações de classe em luta no interior de nossa formação social.

O debate em curso sobre o novo desenvolvimentismo acaba remetendo ao processo histórico da industrialização brasileira e reascende antigas polêmicas acerca da estrutura de classes de nossa sociedade. Há uma retomada do pensamento crítico sobre nossa formação social a partir da necessidade de caracterização do ciclo desenvolvimentista (parâmetro

⁶Falar em burguesia nacional não é, como veremos, o mesmo que dizer *burguesia anti-imperialista* ou *nacionalista* (cf. BOTTOMORE, 2001, p. 39).

inevitável de comparação com o suposto desenvolvimentismo dos primeiros anos do século XXI) e das estratégias burguesas que, no fechamento daquele ciclo, conformaram a adaptação da economia e sociedade nacionais ao capitalismo monopolista de Estado.

No âmbito das ciências sociais brasileiras, durante longo período, o debate sobre a formação de uma burguesia nacional girou em torno dos resquícios pré-capitalistas persistentes em nossa formação social. Resquícios estes que condicionavam e limitavam o surgimento de relações tipicamente capitalistas e do espírito empreendedor característico da iniciativa da burguesia nos países centrais. Além disso, a interpretação amplamente difundida nos círculos de esquerda durante o período de nossa industrialização tardia. A tese clássica que condicionava as análises teóricas e as concepções estratégicas do Partido Comunista Brasileiro era a da “etapa nacional democrático-burguesa” da Revolução Brasileira, que deveria contar com uma burguesia nacional e anti-imperialista como sujeito fundamental da transformação econômico-social. Tal caracterização continha peso grande das formulações da Internacional Comunista sobre os países latino-americanos e de sua adaptação ao contexto brasileiro. O principal intelectual ligado ao PCB que se vinculava à interpretação hegemônica do período era Nelson Werneck Sodré. Sua principal obra, *Formação Histórica do Brasil*, sustenta a tese da necessidade da aliança dos setores populares com a burguesia nacional, por ele contraposta ao latifúndio agroexportador, tido pelos comunistas à época como principal sustentáculo do imperialismo e de “relações semifeudais de produção” (cf. SODRÉ, 1962, p. 396).

O parâmetro a partir do qual sociólogos e intelectuais de diversas matizes discorriam sobre esse processo era, naturalmente, o modelo clássico de Revolução Burguesa dos países centrais que, como vimos, embora sejam pontos de partida inevitáveis na análise do padrão de dominação burguês estão longe de constituir uma “lei universal” capaz de explicar o conjunto das transições ao capitalismo. Daí a importância do conceito de revolução passiva ou revolução pelo alto como critério de interpretação para as transformações

capitalistas, em particular para países da periferia do sistema imperialista.

Segundo Coutinho (2003), o conceito de revolução passiva enriquece a concepção marxista do Estado, trazendo contribuição central para entender a construção de nossa sociedade civil, entrecortada por períodos de ditadura militar. Trata-se, como vimos, de um processo de adequação da realidade aos objetivos capitalistas por uma via “anti-jacobina”, ou seja, de uma “revolução burguesa” operada pelo alto, sem arrastar atrás de si as massas camponesas e os trabalhadores urbanos. Tal processo combinaria sempre dois momentos: o de “restauração”, que compreende a reação às possibilidades de transformação mais efetivas e radicais “vindas de baixo”; e o de “renovação”, onde parte das demandas populares são incorporadas pela transformação em curso. Trata-se de apreender o movimento que se dá dentro das estruturas sociais através de “modificações moleculares que são base de novas transformações na correlação de forças entre as classes” (COUTINHO, 2003, p.199).

O Brasil teria segundo Coutinho, passado por dois processos de revolução passiva: de 1930 a 1945 e de 1964 a 1980. As duas ditaduras representariam esse momento de “restauração” necessário diante do crescimento de movimentos contestatórios (ainda que dispersos) e da adoção de um “subversivismo elementar” pelas classes exploradas diante do caráter elitista das mudanças (idem, p.200 a 203). Como exemplo poderíamos citar, de um lado, o programa de reformas apresentado pela Aliança Nacional Libertadora e o levante de 1935, que precede a instalação da ditadura Vargas e, de outro, o crescimento do movimento pelas reformas de base que antecedeu o golpe de 1964.

Embora essa mudança “pelo alto” sublinhe o caráter de coerção do Estado, isso não impede que desenvolva também mecanismos na busca de aprovação de outras classes excluídas do domínio político. Não é difícil visualizar isso durante o período Vargas, mas mesmo no período 1964 a 1980 podemos observar a conquista de significativo grau de consenso entre amplos setores das camadas médias, justamente por esse papel protagonista de um

movimento de modernização, “ainda que se tenha tratado de uma modernização que, ao mesmo tempo, conservou e reproduziu elementos de atraso’ (COUTINHO, 2003, p.202).

Gramsci utiliza a metáfora geográfica de sociedades “orientais” e sociedades “ocidentais” para entender as mudanças no comportamento do Estado em diferentes épocas e países. Por sociedades orientais, entende o tipo de dominação que acentua o elemento de coerção do Estado em detrimento da busca do consentimento das classes subalternas. Por sociedades ocidentais, entende a realidade onde já se operou a socialização da política para além do aparelho estatal, ou seja, onde encontramos esse Estado ampliado através de aparelhos privados de construção de hegemonia na sociedade civil, onde há equilíbrio entre direção e domínio dos grupos dominantes.

Como o Brasil operou sua transição para a sociedade capitalista “pelo alto”, ou seja, através dos aparelhos de dominação e coerção (sociedade política) em detrimento da sociedade civil, tudo nos levaria a classificar nossa realidade como mais próxima do “Oriente” do que do “Ocidente”. Entretanto, esses conceitos não definem, em Gramsci, realidades estáticas, mas são usados para entender o movimento da realidade: “a ‘ocidentalidade’ de uma formação social é para ele o resultado de um processo histórico” (id, p. 209).

Dessa forma, o processo de ocidentalização da sociedade brasileira foi, segundo Coutinho, paradoxalmente construído sob regimes ditatoriais. Acontece que a modernização operada em momentos de “revolução passiva” foi criando as condições objetivas necessárias à socialização da política. O ascenso das lutas de classe no período de abertura do regime demonstraram, tanto após 1945 quanto na década de 1980, uma diversificação da sociedade civil cujas bases materiais haviam amadurecido nos períodos anteriores.

Pondo em prática uma política econômica fortemente modernizadora, a ditadura promoveu um espetacular desenvolvimento das forças produtivas: sob a égide de uma “revolução-restauração”, o Brasil ingressou na fase do capitalismo monopolista de Estado. E essa modernização, mesmo sendo “conservadora” – na medida em que

manteve e aprofundou a dependência ao imperialismo, as disparidades regionais e a distribuição desigual de propriedade e de renda –, consolidou de modo irreversível os pressupostos objetivos da “ocidentalização” da sociedade brasileira. (COUTINHO, 2003, p. 217)

Para um marxismo não determinista, contudo, pressupostos objetivos não significam seus resultados subjetivos, ou seja, os rumos de construção de nossa sociedade civil estão ainda por ser definidos. É a própria luta de classes que deve alargar o espaço de socialização da política, criando possibilidades de construir um maior protagonismo das massas trabalhadoras. Trata-se de um processo em aberto, na medida em que combina as pressões populares vindas “de baixo” com operações pelo alto cujo ponto de chegada pode ser tanto a criação de uma democracia real de massas e um caminho para a construção de uma sociedade socialista ou a restauração de um liberalismo elitista e excludente (Cf. COUTINHO, 2003, p. 217-218).

Na análise da formação social brasileira, convém destacar a importância da renovação do pensamento crítico de inspiração marxista nas obras de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, bem como a similitude existente na compreensão da revolução brasileira presente em ambos com a categoria da revolução passiva ou revolução pelo alto. A boa utilização da dialética marxista permitiu a esses autores apreenderem o movimento ao mesmo tempo de conservação e superação daqueles traços pré-capitalistas em nossa economia e as consequências implicadas para as relações de classe no Brasil.

Criticando a ortodoxia do marxismo-leninismo do Partido Comunista Brasileiro, Caio Prado Jr., em seu “A Revolução Brasileira”, sustenta não somente a inexistência do modo de produção feudal no Brasil, mas a funcionalidade da colonização para a constituição do modo de produção capitalista nos países centrais. Daí a inexistência e impossibilidade de uma burguesia anti-imperialista, já que o advento do próprio imperialismo é inseparável das circunstâncias do surgimento da sociedade colonial:

O processo da colonização brasileira de que resultariam o nosso país e suas instituições econômicas, sociais e políticas, tem sua

origem nessa mesma civilização e cultura ocidentais que seriam o berço do capitalismo e do imperialismo. (...) O imperialismo não é senão o sistema internacional do capitalismo em sua fase contemporânea, e tem suas raízes (sic) no capitalismo mercantil dentro do qual e por influxo do qual o Brasil e todos os seus elementos constitutivos plasmaram e evoluíram. (PRADO JR, 1977, p. 80-81)

A obra de Caio Prado Jr. segue como parada obrigatória daqueles que pretendem apropriar-se do movimento de construção das relações capitalistas no Brasil. Entretanto, é importante registrar que sua recusa da tese feudal de Nelson Werneck Sodré e dos intelectuais do PCB, acabou levando-o a priorizar a esfera da circulação em detrimento das relações de produção na definição das classes. Isso lhe valeu o adjetivo de “circulacionista” entre seus críticos⁷. Isso, contudo, não o impediu de utilizar o arcabouço conceitual marxista de maneira rigorosa e criativa na análise da transição do período colonial para a moderna sociedade capitalista no Brasil. É fato que Caio Prado Jr. faz uso da categoria burguesia para identificar classes que, do ponto de vista das relações de produção nativas, ainda não possuíam, em sua essência, relações de produção capitalistas (cuja característica fundamental é a exploração da força de trabalho assalariada), mas há que se considerar que o uso dessa categoria tem por função indicar a permanência de certas características coloniais na formação do capitalismo no Brasil ou, dito de outra forma, a maneira pela qual a classe dominante brasileira formou-se no cerne das contradições da sociedade colonial.

Daí a semelhança apontada por Coutinho (*Idem*, p. 205) entre a *via prussiana* utilizada por Lênin para descrever a transformação da estrutura agrária em moderna empresa capitalista em processos de constituição do capitalismo pelo alto, e a forma como Caio Prado Jr. descreve a estrutura da grande exploração rural voltada para fora e sua renovação a partir da substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado.

Atenção importante é dada por Caio Prado Jr. à modalidade brasileira

⁷Incluso o próprio Sodré, que o acusou de afirmar a gênese capitalista brasileira desde os primórdios da colonização, antes mesmo do advento da Revolução Industrial. (Cf. REIS, 2007, p.177)

de ruptura com o estatuto colonial que, diferente de outros países da América Latina, não contou com a participação das massas populares nem com o recurso à violência. Seria a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, que dinamizaria os conflitos subjacentes à sociedade colonial que já opunham os interesses dos grandes proprietários rurais locais aos interesses da metrópole. Dessa forma, o próprio governo metropolitano, primido pelas ameaças oriundas do espriamento da revolução burguesa de 1789 na Europa, lançaria as bases para a autonomia da economia brasileira em relação à Portugal. Nossa independência surge marcada pela resolução dos conflitos inerentes às classes dominantes.

Resulta daí que a independência se fêz por uma simples transferência pacífica de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas neste processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colônia, naturalmente as únicas em contacto direto com o Regente e sua política. Fêz-se a Independência praticamente à revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto (PRADO JR., 1961, p. 49-50).

Essa transferência pacífica do poder não determinou somente o atraso ideológico-cultural das classes subalternas, ele impacta também a visão de mundo típica dos setores dominantes. Isso se expressava na primeira constituição redigida na Assembleia de 1823. Segundo Prado Jr, ela era a síntese do equilíbrio político entre o poder dos grandes proprietários rurais e a nascente burguesia comercial composta em sua grande maioria pelos portugueses partidários da coroa. O texto da nova constituição refletia a adaptação do liberalismo clássico ao contexto brasileiro. Se no velho continente o papel central daquelas idéias era o de enfrentamento revolucionário à nobreza feudal; no Brasil elas afirmavam os objetivos de soberania nacional nos limites do poder dos grandes proprietários rurais escravocratas.

Assim a ideologia da Assembléia de 1823 – que era a da classe dominante, por ela representada em grande maioria – reflete perfeitamente seus interesses. Isto explica porque, apesar de todo o seu tão apregoadado liberalismo, não se embaraça com a questão dos escravos, adaptando-lhes a situação às exigências da filosofia rousseauista (sic.), de que fazia timbre em não se afastar, com a eufêmica disposição do art. 265 do projeto: “A constituição reconhece os contratos (!) entre os senhores e escravos; o governo vigiará sobre sua manutenção.

É este o mais perfeito retrato do liberalismo burguês... (PRADO JR., 1961, p. 54).

O fato de terem sido excluídas do cenário principal em que se desenrolavam as lutas pela independência, cenário esse restrito às classes possuidoras, não quer dizer que as massas populares estivessem ausentes ou não influíssem nos acontecimentos que levaram à ruptura com a metrópole e, posteriormente, à proclamação da república. A agitação aberta pelos conflitos entre frações das elites repercutia fortemente nos setores populares e nas classes excluídas do usufruto do poder. Contrariando a tendência dominante na historiografia de seu tempo, cuja descrição dos acontecimentos marcantes prendia-se às “grandes figuras individuais” e ao protagonismo dos poderosos, Caio Prado Jr. confere atenção especial às revoltas do primeiro reinado, particularmente à revolta dos cabanos no Pará (de 1833 a 1836), dos balaios no Maranhão (1838-1841) e a agitação praieira em Pernambuco (1842 a 1849). Surge na análise a característica reativa ao protesto popular, algo que posteriormente converteria-se em *modus operandi* das classes proprietárias brasileiras e que explica tanto o alcance limitado da revolta popular, quanto o caráter francamente conservador da mudança social levada à cabo pela nascente burguesia brasileira:

Tôda esta agitação, todos estes movimentos, embora desconexos, que ora aqui, ora acolá abalam o país, têm contudo entre si um traço comum de evolução. A pressão revolucionária começa nas camadas logo abaixo da classe dominante. Daí se generaliza por toda a massa, descendo sucessivamente de uma

para outra camada inferior. Isto provoca uma contramarcha das próprias classes iniciadoras do movimento, e que de revolucionárias, sob pressão que as arrasta para onde não querem ir, passam a reacionárias, ou pelo menos abandonam o movimento. Deixam assim à sua sorte os últimos a entrarem na luta, que por esta forma enfraquecidos, são esmagados pela reação do poder central (PRADO JR., 1961, p. 62)

Escusado seria insistir sobre a semelhança desse processo e as características de uma “revolução-restauração”, conforme a definia Gramsci a partir do conceito de revolução passiva. Embora não utilize em seus trabalhos a noção de *revolução burguesa*, fica claro nos textos de Caio Prado Jr. os elementos chave que determinam a passagem da estrutura social e econômica da sociedade colonial para a construção de relações sociais tipicamente capitalistas. Ele faz constante alusão aos efeitos das transformações do capitalismo internacional sobre a economia nacional. Não é à toa que o período de progressiva autonomização da sociedade brasileira coincida com o fortalecimento da Inglaterra e a constituição do fenômeno do Imperialismo em nível internacional. Fato marcante nessa narrativa é a abolição do tráfico de escravos a partir da década de 1880. Esse fato é da maior importância por ser determinante na derrota dos setores conservadores no fim do Império, mas não apenas por isso. Ele representava um passo fundamental em direção às relações contratuais de trabalho necessárias para a consolidação da sociedade do capital, dando ritmo e dinâmica à transição para a sociedade industrial (Cf. PRADO JR, 1961, p. 91).

Estes dois momentos considerados centrais na obra de Caio Prado Jr., a ruptura formal com o estatuto colonial e a abolição do trabalho escravo, são também pontos de partida para a análise do processo de modernização conservadora da sociedade brasileira, empreendida por Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil*.

A suposta ausência de uma revolução burguesa em nossa história ou o argumento de sua incompletude partia, segundo Florestan Fernandes (2005), de uma transposição mecânica do modelo clássico europeu de Revolução

Burguesa para a realidade brasileira, cuja consequência seria obviamente a negação do caráter socialista da revolução, seja na procura de uma burguesia que pudesse corresponder àquele papel clássico em nossa realidade, seja imputando ao proletariado a tarefa de completar as tarefas de um capitalismo em atraso para só depois passar às tarefas de sua própria revolução. Em Florestan, o conceito de Revolução Burguesa denota “um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas” que alcança um patamar histórico irreversível na “consolidação do poder burguês e da dominação burguesa” (FERNANDES, 2005, pg.329). O que interessa é entender tais transformações nas particularidades da formação social brasileira e, principalmente, que tipo de burguesia e que tipo de classe trabalhadora se desenvolvia por meio dele. Interessava saber a dinâmica da sociedade de classes tanto em seus determinantes estruturais quanto o potencial de consciência revolucionária que cada classe poderia desenvolver a partir desses determinantes.

Existe grande correspondência entre o conceito de “revoluções pelo alto” e a análise feita por Florestan Fernandes a respeito da constituição da *autocracia burguesa* no Brasil. Embora o autor não utilize expressamente a noção de Lênin a respeito da “via prussiana” ou a noção gramsciana de revolução passiva, o processo de transição ao capitalismo no Brasil analisado pelo autor reproduz em larga medida as características centrais de uma revolução pelo alto: exclusão das massas do processo revolucionário, alianças com as elites arcaicas, dependência externa e modernização conservadora. Segundo Coutinho, a recusa do autor em utilizar a categoria gramsciana se dava por uma interpretação limitada do conceito como se ele descrevesse um processo inconcluso. Contudo, Gramsci assim como Florestan Fernandes, não se refere à um processo inconcluso ou frustrado, mas a um tipo específico e exitoso de transição ao capitalismo:

trata-se para ele de um tipo específico de revolução exitosa, ainda que feita através de conciliações pelo alto e da exclusão do protagonismo popular, o que gera um processo de transformações

político-sociais do qual resulta, em suas palavras, uma “ditadura sem hegemonia”. Ora, é precisamente este o tipo de revolução burguesa que Florestan julga ter ocorrido no Brasil, sendo evidente, ademais, a analogia entre a “ditadura sem hegemonia” de Gramsci e sua própria noção (...) de “autocracia burguesa”. (Coutinho, 2011, p. 226).

O central é que a Revolução Burguesa no Brasil, ou seja, o processo pelo qual a burguesia brasileira se consolida enquanto classe e molda suas instituições de dominação, se operou sem ruptura com seu passado colonial, através de uma série de mudanças e processos de renovação da dependência em relação aos centros hegemônicos do capitalismo dos países centrais. A ausência de ruptura com o passado não permite, contudo, imputar ao capitalismo brasileiro a condição eterna de colonialismo ou neocolonialismo. É, ao mesmo tempo, o movimento de superação e incorporação desse passado que o define. A sociedade burguesa surge no Brasil assimilando características do passado colonial que lhe são úteis à forma específica de extração do excedente na periferia do sistema capitalista. As características tanto políticas quanto econômicas de nosso passado colonial só ressurgem se subordinadas à forma moderna de exploração nos limites do capitalismo dependente.

A burguesia enquanto classe no Brasil nasce condicionada aos ritmos de superação das relações de produção coloniais. O surgimento de uma mentalidade especificamente capitalista encontra-se ligado diretamente à ruptura jurídica do estatuto colonial. De um lado, pela criação de instituições políticas que seriam diretamente controladas por setores das antigas oligarquias, mas que passavam a formar setores médios urbanos ligados ao jovem aparelho de Estado. Mais tarde, surgiriam as firmas comerciais ligadas à exportação e importação de bens e controladas na sua grande maioria pelo capital estrangeiro ou a ele associadas. Note-se que se constituía tanto no polo interno quanto externo, um mecanismo ao mesmo tempo de reacomodação das formas modernas de apropriação capitalistas com o passado, seja na relação com o grande latifúndio e as oligarquias rurais, seja com a dependência em relação aos núcleos hegemônicos externos.

Em seu livro *Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil*,

Pedro Fassoni Arruda (2012) analisa o confronto ideológico entre setores burgueses, marcado pela contraposição entre as teses da “vocação agrária” versus o “desenvolvimentismo” de diversas matizes, que se estenderia de 1930 até 1964. A dependência e complementaridade entre a indústria nascente e o latifúndio monocultor se daria não de forma direta, mas pelo intermédio do cada vez mais relevante capital financeiro internacional. Este atuaria desde dentro das relações de classe no Brasil através, justamente, das referidas firmas comerciais e do mecanismo da d vida externa. Isso imprimia   mudança social no Brasil um ritmo e dinâmica reativos aos reveses da constitui o e transforma o do sistema imperialista internacional.

No processo da expansão da produ o cafeeira no início do século XX, as casas de exporta o foram cruciais para a renova o das condi oes de dependência da nascente indústria brasileira, no período de crise dos interesses comerciais ingleses e com o início da consolida o do domínio norte-americano no continente.

[...] no bojo do processo de concentra o-centraliza o capitalista, algumas poucas dezenas de empresas exportadoras passaram a ocupar o lugar antes ocupado pelos milhares de comissários. E era precisamente nessas casas exportadoras que a presença do capital financeiro imperialista se revelava com toda força: no final do Império, já existiam mais de duas mil firmas comiss rias operando apenas no Rio de Janeiro. Entre 1895 e 1907, apenas 50 casas exportadoras estrangeiras (sobretudo estadunidenses, algumas outras alemãs) detinham o controle de 87% do comércio, cabendo o pouco que restava aos grupos econômicos nativos. (Arruda, 2012, p. 271)

A burguesia industrial se desenvolvia nesse processo premida por dois extremos de contradi oes que demarcariam seus limites de a o enquanto classe. Internamente, a acumula o primitiva necessária ao empreendimento capitalista nascia com o vício de origem diretamente ligado ao latifúndio exportador, exatamente o polo que internamente atuava na contramão do desenvolvimento capitalista e de uma revolu o burguesa nos moldes clássicos. E era o crescimento das exporta oes o que gerava as divisas

necessárias para a compra de equipamentos e financiamento da instalação do parque industrial brasileiro. No outro extremo, a dinâmica das economias centrais ditava também os limites desse processo internamente, pelo controle da economia exportadora.

A dinâmica dos países desenvolvidos interferia ainda de outra maneira nos processos de desenvolvimento capitalista nos países periféricos. O caráter dependente das economias latino-americanas pode induzir a crer que as crises capitalistas mundiais tenham efeito de transmissão direta de seus custos às burguesias locais. Entretanto, paradoxalmente, é justamente nos momentos de crise do capitalismo mundial e, particularmente, nos momentos de perda de hegemonia e de transferência de poder entre os centros imperialistas, que houve uma aceleração da industrialização na América Latina. Isso se explica pelo enfraquecimento da pressão imperialista externa que possibilita uma margem maior de manobra às burguesias nativas nesses países, bem como um aquecimento do mercado interno e de setores voltados a ele. Foram nesses períodos que ocorreram, na América Latina, processos de polarização social e política com vistas à ampliação do desenvolvimento e a formação de uma sociedade urbano industrial. Esse foi o caso do primeiro surto de industrialização brasileira na primeira metade do século XX, como afirma Ianni:

Note-se que esses acontecimentos só se tornam positivos porque compreendem as lutas entre as nações hegemônicas e o enfraquecimento de umas em face das outras. Assim é que com relação ao Brasil, a hegemonia da Inglaterra é questionada de fato pela Alemanha, a França e, depois, os Estados Unidos da América do Norte. E é este país que, ao final, alcança a supremacia, em face daquelas nações e dos países do "Terceiro Mundo". Para os Estados Unidos, a América Latina representa um interesse especial no âmbito do mundo desenvolvido.

Entretanto, enquanto não se decide a disputa entre as grandes potências e enquanto os Estados Unidos não consolidam seu predomínio, abrem-se perspectivas às colônias e às nações dependentes. Nesse contexto é que ocorre uma etapa importante, talvez decisiva, da industrialização no Brasil (IANNI, 1971, p.19).

A manutenção da dependência e a articulação entre atraso e modernização das relações sociais eram, assim, uma exigência da consolidação do poder burguês. A burguesia nascente tinha de “circunscrever a modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico” (FERNANDES, 2005, Pg. 242). Corresponder às exigências de industrialização crescentes a partir do início do século XX exigia conter o crescimento das transformações nos estreitos limites da estrutura concentradora de riqueza e poder herdada do passado: “ir além representaria um risco: o de acordar o homem nativo para sonhos de independência e de revolução nacional, que entrariam em conflito com a dominação externa” (idem, pg. 243). O crescimento econômico sob o capitalismo dependente se converte, assim, no crescimento da própria dependência externa:

Esse quadro nada tem de complexo. Contudo, através dele se compreende que os dinamismos de uma economia capitalista dependente não conduzem à autonomia, mesmo sob condições favoráveis de crescimento econômico. (...) Sob esse aspecto, *o que parece, de certa perspectiva, produto autônomo do aumento da produção interna e do crescimento do mercado interno, de outro ângulo mostra-se como efeito dos mecanismos do capital financeiro externo*. Em outras palavras, a estrutura e o padrão de equilíbrio do sistema econômico, sob o capitalismo dependente, convertem a articulação econômica em fonte de privilegiamento dos agentes econômicos que podem operar no nível da integração capitalista das atividades econômicas internas e subordinam o crescimento econômico interno às flutuações do consumo e das especulações financeiras do mercado mundial. A industrialização não alterou profundamente este quadro, embora tenha modificado o modo pelo qual ele se atualiza no presente. (FERNANDES, 2008a, p. 62 – *grifo nosso*)

Esse ponto parece de crucial importância nos dias atuais. A dependência estrangeira não representa um simples entrave ao desenvolvimento das forças produtivas no Brasil: ao contrário, ela é o âmbito que dita as exigências e circunscreve os limites desse desenvolvimento. Embora não possa romper com sua posição subordinada em relação aos

centros hegemônicos do capitalismo internacional, a burguesia brasileira quer e precisa se desenvolver, ainda que a forma e o alcance desse desenvolvimento sejam ditados desde fora, pelo papel que pode representar na divisão internacional do trabalho.

Outro ponto central é que, para que possa se desenvolver, ela precisa também, a cada momento, desenvolver formas de dominação capazes de conter as transformações dentro desses limites, daí a importância do Estado como meio de unificação de seus interesses e principal fomentador do desenvolvimento. Da mesma forma, ela deve buscar formas de dominar pelo consenso em conformidade com ideologias que mantêm os anseios de desenvolvimento nos estreitos limites da dependência externa, sem romper com a condição de heteronomia da própria burguesia brasileira.

Isso não faz da burguesia uma mera correia de transmissão dos interesses imperialistas. Esse papel sem dúvida é ocupado pelos setores burgueses cuja acumulação se dá na razão direta do capitalismo monopolista internacional. No entanto, os setores que surgem vinculados à dinâmica interna e que buscam ampliar os seus negócios no plano externo seguem guardando contradições relevantes, embora pontuais, com o capital estrangeiro. O Estado não é necessário apenas para conter a revolta advinda das classes populares, as frações do capital nacional necessitam apropriar-se sempre de um excedente de poder para garantir seus interesses econômicos diante da burguesia internacional. Conter o desenvolvimento nos limites da dependência não significa apenas a submissão da burguesia brasileira, mas também a capacidade de garantir o espaço já conquistado com a superação do colonialismo. Como não podem garantir isso apenas a partir do papel que ocupam na economia, as classes dominantes necessitavam apropriar-se do Estado para garantir seus interesses dentro do pacto de dependência com o capital estrangeiro.

Na verdade, sob o capitalismo dependente a dominação burguesa não deve, apenas, consolidar a continuidade da ordem contra as

“pressões internas”, que se tornam perigosas e até mortais para a burguesia, quando são pressões do proletariado em aliança com os setores rebeldes das classes médias e das classes destituídas. Ela deve, também, consolidar a continuidade da ordem contra as “pressões externas”, das burguesias das nações capitalistas hegemônicas, de seus governos e de suas associações internacionais. Para garantir-se neste nível, a burguesia dos países capitalistas dependentes e subdesenvolvidos tende para coalizões oligárquicas e composições autocráticas, o meio mais acessível, ao seu alcance, para forjar e controlar o espaço político necessário a seus ajustamentos com o “sócio maior”, a burguesia das nações capitalistas hegemônicas e seus padrões de dominação imperialista. (FERNANDES, 2008b, p.56)

Isso quer dizer que a Revolução Burguesa teve de conter a Revolução nacional dentro dos limites do imperialismo e da divisão internacional do trabalho. Florestan sugere que a realização plena daquelas transformações necessárias para o desenvolvimento independente do capitalismo no Brasil (a revolução agrária, a revolução democrática, a revolução urbana, a universalização do regime assalariado, etc.) é incompatível com a própria dominação capitalista dependente e passam a constituir um índice a partir do qual os próprios limites da dominação burguesa se evidenciam.

Isso é facilmente compreensível, desde que se entenda que a classe baixa urbana vincula o seu destino social ao florescimento da civilização vigente, mas sem precisar comprometer-se, como e enquanto classe, com os mecanismos e objetivos da associação econômica dependente, que une pelo topo as classes altas, as classes médias e os núcleos hegemônicos externos. (FERNANDES, 2008a, p.70)

Para usarmos os termos de Gramsci, a burguesia brasileira tinha de sacrificar seu potencial dirigente do conjunto da sociedade em nome de sua dominação econômica, repartindo o poder político com as antigas oligarquias (que mais tarde também sofreriam um processo de “aburguesamento” amalgamando-se ao próprio processo de constituição do capitalismo) e excluindo a enorme maioria da população de qualquer possibilidade de ascensão vertical no nível econômico e da participação política no Estado. Na

verdade, trata-se de um perfil de classe dominante que aprende, desde cedo, a adiantar-se aos processos de constituição dos grupos subalternos enquanto classe, ou seja, atua no sentido de enfraquecer constantemente os processos pelos quais a classe trabalhadora e a massa de despossuídos pode conformar um interesse de classe mesmo no nível econômico e constituir-se como alternativa de poder.

A comparação inevitável com os processos clássicos de transição capitalista nos é útil para o entendimento não apenas dos limites estruturais das classes dirigentes, mas também do comportamento que elas assumem diante da mudança social em cada formação social concreta. Nos países que passaram por um processo de revolução burguesa de tipo clássico, que lograram construir o regime de classes na contramão do antigo regime feudal, a forma como a burguesia constrói tanto seu discurso ideológico quanto seus aparelhos de dominação se apresenta de forma diferenciada. Ali, a generalização do trabalho assalariado trazia consigo um envolvimento na sociedade nacional, uma qualificação positiva relacionada ao estatuto ideológico da “cidadania”. Isso fazia com que o modo burguês de tradução dos seus interesses particulares de classe em ideias universais tivesse de levar em conta demandas de outras classes fora do tope da dominação política e econômica. Segundo Florestan, a luta de classes no Brasil só parece funcionar como “motor da história” para as classes que participam da repartição do poder com vistas ao seu auto-privilegiamento, ou seja, aqui os interesses da maioria da população, submetida à miséria criada pelo capitalismo dependente, só são levados em conta na medida em que beneficiam os interesses mesquinhos das classes dominantes tanto no plano externo quanto interno.

No fundo, quer se trate das metrópoles, das cidades ou do campo, as classes sociais propriamente ditas abrangem os círculos sociais que são de uma forma ou de outra *privilegiados* e que poderiam ser descritos, relativamente, como “integrados” e “desenvolvidos”. Tais setores coexistem com a massa dos despossuídos, condenados a níveis de vida inferiores ao de subsistência, ao desemprego

sistemático, parcial ou ocasional, à pobreza ou à miséria, à marginalidade socioeconômica, à exclusão cultural e política etc. [...] as poucas classes sociais parcial ou completamente integradas não se veem como classes e negam esse caráter às demais categorias sociais ou à sociedade global. (Fernandes, 2009, p.45)

A tarefa de converter a revolução dentro da ordem, ou seja, o processo a partir do qual o proletariado se organiza ainda reivindicando mudanças que, embora não sejam diretamente anticapitalistas, são inviáveis ao padrão de acumulação burguesa no Brasil, as chamadas reformas estruturais; em revolução contra a ordem, ou seja, o processo a partir do qual o proletariado percebe que a concretização daquelas tarefas depende da tomada revolucionária do poder. Esse processo corresponde, para Fernandes, ao próprio movimento de constituição do proletariado em classe no Brasil.

Os que repudiam tais tarefas históricas do proletariado por temor do oportunismo e do reformismo ignoram duas coisas. Primeiro, que sem uma maciça presença das massas destituídas e trabalhadoras na cena histórica as potencialidades nacionalistas e democráticas da ordem burguesa não se libertam e, portanto, não podem ser mobilizadas na fase em transcurso de organização do proletariado em si. Segundo, que o envolvimento político das classes trabalhadoras e das massas populares no aprofundamento da revolução dentro da ordem possui consequências socializadoras de importância estratégica. A burguesia tem pouco que dar e cede a medo. O proletariado cresce com a consciência de que tem de tomar tudo com as próprias mãos e, a médio prazo, aprende que deve passar tão depressa quanto possível da condição de fiel da “democracia burguesa” para a de fator de uma democracia da maioria, isto é, uma democracia popular ou operária. (Idem, 2002, pg. 60-61)

O que nos interessa é que são justamente as conjunturas de desenvolvimento econômico que colocam na ordem do dia essa tensão entre as possibilidades anunciadas pela revolução burguesa e a sua concretização real dentro dos limites da burguesia associada e dependente. O elemento de tensão diz respeito à intensidade mesma do crescimento econômico vivenciado pela classe trabalhadora e, por conseguinte, as possíveis consequências na mudança em seu nível de vida e na distribuição de renda.

É que a própria classe trabalhadora vive no cotidiano de sua existência a miséria gerada pelo capitalismo dependente (na concentração fundiária, na superexploração, na falta de acesso aos direitos humanos essenciais, etc.) e por isso mesmo tende a vincular “o seu destino social ao florescimento da civilização vigente” (cf. FERNANDES, 2008a, p. 70). Contudo, os trabalhadores não possuem os mesmos limites históricos: a luta contra o imperialismo e a dependência econômica converte-se em luta contra o capitalismo dependente.

O paradoxo fundamental é o de que parece interessar à própria constituição do proletariado em classe a defesa do desenvolvimento e do crescimento econômico. Em um primeiro momento essa defesa tende a se situar nos limites do projeto burguês, mas quando a quantidade mesma desse desenvolvimento expõe a sua qualidade, ou seja, quando o crescimento nacional evidencia os limites do desenvolvimento capitalista dependente é que se passa a questionar “qual desenvolvimento?” e “para quem?”.

De outro lado, uma interferência drástica na continuidade do crescimento econômico, que ameaçasse ainda mais os limites dentro dos quais a classe baixa urbana participa das vantagens do crescimento econômico sob o seu padrão atual, é suscetível de projetar o elemento de tensão existente em contextos histórico-sociais nos quais ele poderá tornar-se explosivo. Nesse caso, a propensão a fazer a ‘revolução dentro da ordem’, pelo desenvolvimento, seria facilmente substituída por outros tipos de comportamento inconformista e por soluções verdadeiramente revolucionárias. Desse ângulo, fica bem claro, em termos estruturais, que o desenvolvimento econômico, como ‘revolução social’, constitui uma fórmula conservadora e que, se ela falhar, não existirá alternativa para o capitalismo. (FERNANDES, 2008a, p.71)

É no interior dessa contradição que se constrói uma plataforma de mudanças que nascem das contradições reais vivenciadas pela classe, mas que são irrealizáveis pelo poder burguês. Esse teria sido o processo transcorrido no período de 1930 a 1964, pelo qual a burguesia teve de completar sua Revolução pelo alto, ou seja, dar continuidade ao aprofundamento da acumulação capitalista através do Estado autocrático, de uma ditadura civil-militar como expediente para impedir a ampliação do espaço

político às classes trabalhadoras e estabelecer uma associação mais íntima e estável com o capital financeiro internacional, e tudo isso em nome da democracia e do liberalismo.

Note-se que a burguesia teve de vivenciar a própria luta de classes no longo ciclo desde antes da década de 1930 até o golpe de 1964 para, através de uma revolução pelo alto, equilibrar as contradições do capitalismo dependente no plano interno (expressas no conflito com o latifúndio e na agitação constante das massas populares sob hegemonia do populismo) e no plano externo (a pressão exercida pelo capital monopolista internacional).

É importante salientar que se a via de transição para o capitalismo e o papel desempenhado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho restringia as possibilidades de ação da burguesia no período em tela, seu comportamento não era um reflexo mecânico daqueles limites estruturais. A relação de forças entre as classes é que define o curso da história. Dessa forma, a negação do nacionalismo burguês, assim como o próprio caráter antidemocrático de nossa burguesia devem ser entendidos como um resultado do processo histórico real e não um dado a priori contido em uma tipificação do modo de produção.

Em um texto escrito ainda em 1971, João Quartim de Moraes (2014) já alertava para o fato de que termos como nacionalismo burguês e democracia burguesa denotam uma unidade contraditória entre a dominação burguesa e o conteúdo político-ideológico dessa dominação. A contradição entre burguesia e democracia pode-se exprimir, segundo Moraes, pela negação da democracia, processo a partir do qual a burguesia torna-se fascista ou autocrática ou ainda pela sua síntese, na democracia liberal ou burguesa. Se a contradição é inerente ao modo de produção capitalista, seu conteúdo é dado no plano da política:

[...] visto que a democracia é uma categoria política, não é necessário apenas constatar (e descrever) o uso ideológico que faz dela a burguesia. É necessário, sobretudo, determinar o conteúdo político da contradição entre burguesia e democracia. [...] Mas o que decide entre a síntese e a separação entre democracia e burguesia? A luta

de classes, evidentemente. Isso porque toda análise que não se situe de imediato sobre o terreno dessa luta, a partir de um ponto de vista de classe, está condenada a permanecer formal e abstrata, e a distinguir “tipicidades” e “atipicidades” sem penetrar, portanto, no movimento histórico concreto. (MORAES, 2014, p.65)

Segundo o mesmo autor, dá-se com o nacionalismo burguês algo semelhante à contradição entre burguesia e democracia. A contradição vivida pela burguesia dependente não a empurrava necessariamente para a luta contra o latifúndio e enfrentamento à burguesia monopolista internacional, mas a reafirmação da dependência e sua associação com o imperialismo concretizada com o golpe militar em 1964 não representavam uma fatalidade histórica. Foram o resultado da luta entre classes e frações de classe no longo ciclo desenvolvimentista que o antecedeu. O erro trágico do PCB era não diferenciar o movimento ocorrido no interior da estrutura social brasileira (a necessidade de levar adiante a industrialização, de submeter o campo à cidade e de lidar com as pressões advindas do controle monopolista sobre a economia nacional), das formas políticas que a dominação burguesa assumia em cada período. Em outras palavras, associar o caráter dependente da burguesia à necessidade de romper com sua condição subalterna ou o nacionalismo burguês a um suposto anti-imperialismo (cf. MORAES, 2014, p.69).

Dessa forma, fica claro que a defesa do desenvolvimento nacional por parte do empresariado não incluía necessariamente em seu enunciado a contestação de sua posição subordinada na divisão internacional do trabalho, mas isso não a impediu durante o período chamado “desenvolvimentista” buscar aumentar a abrangência de seus negócios no interior dessa divisão através do Estado. Dessa forma, a inexistência de uma Revolução Burguesa de tipo clássico no Brasil não autoriza afirmar a inexistência de certo “nacionalismo burguês”. Segundo Octávio Ianni (1963), tal “nacionalismo” teria origem no nativismo dos setores dominantes da economia colonial frente à metrópole e se expressaria, justamente, na ideologia do protecionismo a partir da ruptura do estatuto colonial entrando pelo período de industrialização no

século XX. Ele não pressupõe a criação de um sentimento ou consciência nacional ou anti-imperialista; tampouco se identifica com o intervencionismo estatal. Aqui, são as forças burguesas que repartem o Estado segundo seus interesses. Este nacionalismo brasileiro, que está longe, portanto, de qualquer anti-imperialismo, não incidia sobre todas as frações burguesas no período desenvolvimentista, mas sobretudo nos setores ligados à indústria nacional.

No período que se estende de 1930 a 1964 estes setores vincularam-se ativamente à defesa do desenvolvimentismo, confundindo-se em diversos momentos com a defesa do capital nacional frente aos interesses do capital estrangeiro feita também pelos setores populares. Daí a aparente coincidência entre seus interesses particulares de classe e os interesses gerais que incidiam também sobre camadas populares, configurando um ciclo ideológico do desenvolvimento entendido como progresso de toda a sociedade.

Somente nesse sentido é que ele (o nacionalismo burguês) se identifica com os interesses de toda a sociedade, motivo por que a ideologia foi propagada às outras camadas da sociedade, além daquela diretamente vinculada ao fenômeno, isto é, a burguesia industrial brasileira, que está diretamente interessada no desenvolvimento da indústria nacional e na preservação do mercado interno. Não devemos esquecer, contudo, como lembra D. B. Borochov, que “a propaganda nacionalista é a que, com maior eficácia, obscurece a consciência de classe”, pois que nunca coloca em pauta os verdadeiros fatores e causa, nem todos os objetivos da burguesia industrial, mas somente visa identificar os interesses desta com os de toda a coletividade. (Ianni, 1963, p. 60)

Também no caso brasileiro, portanto, o nacionalismo segue tendo a função de “obscurecer a consciência de classe” identificando os interesses da classe dominante com os de toda a sociedade. Entretanto, como afirma Ianni (1986, p. 9 a 17), o divórcio entre o poder estatal e a sociedade civil, típico das “revoluções pelo alto” dificulta essa operação. A nação criada pela burguesia não se confunde com o povo-nação. Isso porque a burguesia necessita realizar o desenvolvimento burguês sem a realização plena da democracia burguesa. Essa tensão entre as “duas nações”, oriunda da preservação das oligarquias agrárias no plano interno e das pressões imperialistas no plano

externo, faz com que o desenvolvimento e as crises do poder burguês se expressem de duas maneiras: nos conflitos entre as frações burguesas no interior do aparelho estatal e na sua reunificação de forma reativa ao protesto popular. É assim que podemos entender a conformação de um nacionalismo burguês e o papel que ele cumpriu na dominação de tipo populista no Brasil durante o ciclo desenvolvimentista. É neste período que o *empresariado*, entendido como intelectual orgânico à burguesia dependente, passaria a se organizar em torno de um projeto de classe para a conquista do Estado.

2.2.1 Intelectuais empresários e autocracia burguesa

Ao analisar o ciclo ideológico do desenvolvimentismo de 1930 a 1964, Bielchowsky (2000, p. 241-242) sintetiza pelo menos três vertentes de pensamento ligadas ao empresariado brasileiro com posições diferenciadas quanto às políticas econômicas dos governos do período e sua relação com o capital monopolista internacional: o desenvolvimentismo do setor público nacionalista, mais estatizante e menos propenso à presença do capital estrangeiro em setores estratégicos, com uma influência clara das teses da CEPAL e do ISEB; o desenvolvimentismo do setor privado, que tolerava a presença do capital estrangeiro mas exigia do Estado mecanismos de controle e protecionismo ao capital nacional; e o desenvolvimentismo do setor público não nacionalista, defensor da participação do capital estrangeiro na industrialização brasileira. O que unifica essas diferentes correntes do empresariado é a defesa (maior ou menor) da presença estatal no planejamento econômico em oposição às teses liberais características da chamada escola monetarista⁸.

É importante destacar as duas últimas correntes pela influência decisiva que tiveram sobre o empresariado brasileiro no período. A corrente desenvolvimentista do setor privado está diretamente ligada à figura de

⁸Sobre isso consultar o debate travado entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen durante o Estado Novo, a polêmica foi resgatada recentemente em duas publicações do Instituto IPEA e pode ser acessada em <www.ipea.gov.br/desafios/> (acesso em 04/02/2015).

Roberto Simonsen e, assim como ele próprio, é considerada por Bielschowsky (2000, p. 78) a precursora do pensamento desenvolvimentista.

A segunda corrente que merece destaque é a liderada por Roberto Campos, o “desenvolvimentismo do setor público não nacionalista”. Ao contrário das anteriores, ela não esteve ligada a nenhuma entidade representativa de classe ou institutos de pesquisa e foi a corrente menos influente entre os intelectuais desenvolvimentistas nas três décadas que antecederam o golpe de abril. Sua influência sobre a burguesia pode ser identificada na presença de alguns líderes empresariais que corroboravam as teses de Campos, como Horácio Lafer. Seu centro de formulação, pela própria defesa intransigente da participação do capital estrangeiro em áreas estratégicas da economia nacional (como a produção de energia) acabou por se dar nas comissões mistas entre Brasil e EUA conduzidas por ele próprio.

O que diferencia o desenvolvimentismo vinculado ao empresariado é a defesa dos interesses do capital privado nacional e sua capacidade de articulá-los em aparelhos privados de hegemonia. A liderança de Roberto Simonsen neste período é a que mais se aproxima da noção de *empresário* como organizador e dirigente de classe da burguesia. A projeção que assumiu tanto na vida acadêmica do país, quanto no interior do aparelho de Estado durante o Governo Vargas, deve-se em grande medida à sua capacidade de organizar os interesses da burguesia industrial nascente em associações de classe. Foi vice-presidente do Centro Industrial de São Paulo em 1928, presidente da Confederação Industrial do Brasil (futura Confederação Nacional da Indústria) em 1935/1936 e presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) entre 1937 e 1945. Entidades fundadas ou impulsionadas diretamente por ele próprio. Foi também o principal organizador da I Conferência Nacional da Indústria, em 1944, e da I Conferência Brasileira das Classes Produtoras, realizada em Teresópolis no ano seguinte. Sua influência marcante no debate econômico no interior da academia se faz sentir até os dias atuais, sendo o criador da Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo, e da primeira cadeira de história econômica brasileira.

Simonsen destacava-se na defesa do protecionismo como salvaguarda da indústria nacional e, embora não fosse contrário a uma participação (regulada) do capital estrangeiro na industrialização, era bastante radical (para uma liderança empresarial) ao criticar as potências dos países centrais. A "política imperialista das grandes nações" era, segundo o empresário, a responsável pela "fraca contribuição ao mercado mundial de produtos tropicais" (Simonsen, *apud* Bielschowsky, 2000, p.88).

Entretanto, não havia no pensamento do empresário qualquer antagonismo entre a industrialização integral e a presença do capital estrangeiro na economia. O que se defendia era que o Estado assumisse a função de planejar a entrada desse capital somente nos setores em que a acumulação privada interna fosse insuficiente. Sua posição era coerente com os limites estruturais colocados à fração de classe que representava. Já desde esse período o desenvolvimentismo burguês não opunha a defesa dos interesses nacionais ao alinhamento com os Estados Unidos. Daí a defesa tanto do financiamento externo quanto da importação de máquinas e tecnologia dos países centrais. Exemplo disso era sua postura diante do *Plano Marshall*, ao defender que as exportações brasileiras destinadas à reconstrução pelas empresas americanas na Europa tivessem como contrapartida, por parte dos Estados Unidos, equipamentos e matérias-primas para o processo de industrialização brasileiro. Da mesma maneira, sua teoria pode ser entendida também como a tentativa de harmonizar o desenvolvimento industrial com os interesses da oligarquia agrária dominante até aquele período.

Apesar da morte precoce de Simonsen em 1948, sua influência se fez sentir através das entidades representativas do empresariado nacional articuladas por ele: a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Entretanto, a posição dos industriais reduziria progressivamente o tom crítico ao capital estrangeiro, particularmente durante a década de 1950, aproximando-se cada vez mais da defesa de um desenvolvimentismo associado ao capital monopolista internacional.

Embora de pouca influência nos primeiros anos do ciclo desenvolvimentista, a corrente liderada por Roberto Campos, que bem poderia ser intitulada desenvolvimentismo associado, foi paradoxalmente a de maior influência nas políticas de desenvolvimento executadas no “momento áureo” do desenvolvimentismo pré-64, ou seja, no governo de Juscelino Kubitschek. Era natural que essa corrente ocupasse um lugar de destaque nas políticas de desenvolvimento levadas à cabo pela autocracia burguesa após o golpe. Na solução burguesa do impasse colocado pelo colapso das estratégias populistas no início da década de 1960, Roberto Campos representava, como ideólogo do desenvolvimento associado e dependente, aquilo que os militares representavam ao nível da dominação política: a solução intermediária capaz de dar prosseguimento à adaptação do país ao capitalismo monopolista de Estado contendo as forças democráticas e progressistas no plano interno e estabelecendo uma relação íntima e duradoura com o capital financeiro internacional, no plano externo.

Embora didática, a diferenciação entre essas duas correntes no pensamento econômico da época contém o risco de encobrir a relação necessária entre a ideologia desenvolvimentista e a tradução dos interesses reais de classe que a conformaram. Ela tende também a superestimar o papel dos chamados *tecnocratas* na formulação das políticas, como categoria pairando acima dos interesses de classe. Ao analisar a ação política do empresariado durante o período que estamos tratando, percebemos não haver distinção orgânica entre essas duas correntes. Mais do que isso, a defesa do desenvolvimentismo associado acabaria conformando um *bloco histórico* determinante para o desfecho do ciclo desenvolvimentista e para a crise do populismo a partir dos anos 1950.

A proximidade com as teses nacionalistas de intelectuais proeminentes tanto da CEPAL quanto, principalmente, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), este último reunindo importantes formuladores do PCB como Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr., alimentava a crença popularizada da existência de potencial enfrentamento ao imperialismo por

parte do empresariado. A burguesia industrial em ascensão nesse período foi hábil em não afastar-se do discurso nacionalista, principal dispositivo de contenção ideológica das classes subordinadas no período, e buscar ampliar seus interesses de forma associada ao capital estrangeiro. Segundo Dreifuss (1981), as diferentes formas de associação com o capital imperialista originavam, no máximo, disputas conjunturais entre frações burguesas, mas não um conflito projetivo capaz de opor sua ação ao capital financeiro e monopolista.

A burguesia industrial brasileira poderia ter mostrado uma dualidade de tendências em seu crescimento, sendo uma de associação direta a interesses multinacionais e a outra de ligações indiretas para obter o know-how estrangeiro. Mas a motivação da burguesia era uma só, o capital. Na medida em que a burguesia brasileira se desenvolvia e, conseqüentemente, a economia do país, os industriais “nacionais” eram menos uma força vital do Brasil do que agentes da integração do país no sistema produtivo internacional dominante, isto é, o capitalismo. [...] As premissas dos políticos nacionalistas e intelectuais sobre uma pretensa posição nacional-reformista da burguesia “nacional” correspondiam mais à ideologia do nacional-populismo do que aos interesses dos industriais. A burguesia brasileira era, com toda certeza, nacional, apesar de não ser necessariamente nacionalista (DREIFUSS, 1981, p. 26)

A organização dos industriais para influir nas políticas governamentais não se dava de forma reativa apenas à disputa entre frações do capital e as oligarquias agrárias ou destas com o capital estrangeiro. Ela era principalmente refratária ao crescimento da organização autônoma da classe trabalhadora, em particular do PCB e pela criação de sindicatos independentes e da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) em 1944. Não era ocasional a convocação dos empresários da I Conferência das Classes produtoras no ano seguinte, conferência que afirmava a necessidade de harmonizar os interesses das diferentes classes em torno de um mesmo projeto de industrialização nacional que corresponderia aos interesses de patrões e trabalhadores.

Isso não significa a ausência de conflitos pontuais com o capital

imperialista, mas implica em não deslocar tais conflitos para o centro das determinações que coformam a ideologia burguesa. O importante é perceber que não há uma relação de determinação mecânica entre o caráter estruturalmente dependente de nossa burguesia e sua ação de classe desde os primórdios da industrialização. A burguesia teve de vivenciar na própria luta de classes a dupla pressão, interna e externa, para acomodar-se a um padrão de dominação destinado a reproduzir o capitalismo dependente.

Sem isso fica difícil explicar o populismo ou a política de massas implementada por Getúlio Vargas. Como afirma Ianni (1971), o nacionalismo desenvolvimentista operava como núcleo ideológico do padrão getuliano, impulsionado pela política de conciliação de interesses econômicos e políticos entre a burguesia industrial, as classes médias e o proletariado. A política de substituição de importações, defendida pelos setores empresariais vinculados ao nacional-desenvolvimentismo, era o objetivo para o qual confluíam politicamente o conjunto desses setores. E foi através dessa política que se tornou possível algumas conquistas relevantes dos setores populares: formalização das relações de trabalho, aumento do emprego e renda e o regime de salário mínimo. Getúlio livrava, assim, setores importantes do proletariado urbano da pauperização drástica a que eram submetidos e, com a outra mão, mantinha tais conquistas nos limites dos interesses da burguesia industrial nascente. Os salários reais seguiam abaixo do custo de vida e teve continuidade a política de confisco salarial, alavancando a acumulação da burguesia industrial. Isso era o que garantia, em parte, a poupança necessária para os investimentos requeridos pela industrialização e dava à Getúlio uma margem de manobra maior em relação aos investimentos do capital estrangeiro.

Se tal política tinha como efeito no plano imediato a recomposição econômica do proletariado e de seu poder de barganha ela impedia, por outro, a entrada desse sujeito na história, ou seja, o processo de formação de uma consciência de classe autônoma. Os empresários envolviam-se em tal política organizando-se para obter o consenso das classes populares através de

políticas de cunho paternalista. Durante os anos de 1945 e 1946, período do governo do Marechal Eurico Dutra, a FIESP em conjunto com o CIESP, promoviam campanhas cujo objetivo central era o apaziguamento das crescentes demandas dos trabalhadores. As entidades incentivavam as indústrias a engajarem-se em iniciativas assistencialistas como as Comissões de Eficiência e Bem-Estar Social, que doavam alimentos e vestuário à preço de custo aos seus funcionários. É dessa articulação que surgiria o Serviço Social da Indústria (SESI), que se conformaria como um dos principais instrumentos para minar o surgimento de organizações autônomas do movimento reivindicatório dos trabalhadores (cf. DREIFUSS, 1981, p.29).

Ainda assim os setores populares envolviam-se na política de massas getuliana tentando alargar os limites do nacional-desenvolvimentismo em um sentido anti-imperialista. Como afirma Ianni:

Em suma, a política de massas funcionou como uma técnica de organização, controle e utilização da força política das classes assalariadas, particularmente o proletariado. De um lado, situam-se as exigências de poupanças para investimentos destinados a desenvolver o setor secundário. No outro, coloca-se a “revolução das expectativas” dos trabalhadores. Essas duas tendências conjugam-se no sentido de provocar redefinições sucessivas das relações dos segmentos urbano-industriais com os segmentos tradicionais e com os setores externos. (IANNI, 1971, p. 64)

Essa “revolução nas expectativas”, também retratada por Florestan através da ideia da identificação da classe trabalhadora com os alvos do desenvolvimento econômico e com a ruptura da heteronomia, fazia com que o populismo getuliano incorporasse demandas de soberania nacional que acirravam o conflito entre as frações burguesas. A Campanha do Petróleo, entre 1947 e 1953 é simbólica dos desdobramentos da política de massas no agravamento das pressões dos centros imperialistas sobre a burguesia brasileira. A forma de dominação sob o padrão getulista passava a ir além de seu conteúdo, agitando as massas operárias e colocando em risco o padrão dependente e associado de desenvolvimento.

O segundo governo Getúlio Vargas representaria uma inflexão de centro-esquerda, uma maior abertura do sistema político às diferentes frações do capital no Congresso e uma intensificação do nacionalismo nas diretrizes de planejamento econômico. A primeira fase do governo foi marcada por forte presença empresarial, procurando apaziguar os interesses conflitantes das oligarquias agrárias e do capital estrangeiro e buscando, inclusive, forte ajuda financeira dos Estados Unidos. Entretanto, quanto mais a agitação nacional-reformista se ampliava, mais o governo recorria às massas trabalhadoras como grupo de pressão. Isso abria campo para uma postura mais ousada de intervenção estatal que se refletiria na criação da Petrobrás, em 1953, e na consolidação de um aparelho administrativo relativamente livre da influência exclusiva das classes dominantes. De outro lado, o governo tentava assegurar um bloco que conciliasse tais iniciativas com os interesses da burguesia industrial. O esgotamento da política de massas dava-se, justamente, pela mudança de orientação do empresariado no período, já fortemente marcado pela presença do capital estrangeiro multinacional. Para os industriais, a questão do Petróleo estava muito mais relacionada à necessidade da produção industrial em solo brasileiro do que à origem do capital ou da tecnologia envolvida.

Esse quadro facilitava a mobilização, por parte das empresas multinacionais, de um leque amplo das classes dominantes contra Getúlio.

o arranjo político e econômico concebido por Getúlio Vargas trazia à tona outro sério problema. Os interesses multinacionais que estavam reingressando na economia brasileira após sua retração durante a Segunda Guerra Mundial seriam deixados nesse arranjo sem adequada representação nos canais formuladores de diretrizes políticas. Os interesses multinacionais tentariam agressivamente mudar essa situação, juntamente com interesses locais que temiam medidas sócio-democráticas com as quais Getúlio Vargas parecia ameaça-las (DREIFUSS, 1981, p. 33).

A Carta Testamento de Getúlio, longe de ser apenas um exemplo de

“demagogia populista”, assinalava bem as pressões dos centros imperialistas sobre o desenvolvimento nacional, bem como o afastamento, que se aprofundaria em anos seguintes, de setores do capital nacional em relação ao nacional-desenvolvimentismo:

Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao Governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se às dos grupos nacionais revoltados com o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, mas começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada (sic.) até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. (Vargas *apud* Ianni, 1971, p. 69)

O suicídio de Getúlio, que adiaria o golpe militar em dez anos, também protelava as contradições entre as frações burguesas no interior do aparelho de Estado que se reaperteriam no governo de Juscelino Kubitschek.

Juscelino passaria a conciliar a política de massas com a internacionalização dos investimentos e desnacionalização de parte da indústria. Este período consolidaria também a influência norte-americana sobre a economia brasileira, cujo principal símbolo à época eram as comissões mistas Brasil-EUA lideradas por Roberto Campos. Este último teve, como dissemos, influência decisiva sobre as políticas econômicas do governo JK e nas que posteriormente seriam adotadas no regime ditatorial. Na segunda metade dos anos cinquenta o desenvolvimentismo associado passaria a exercer influência em estratos cada vez mais amplos também do empresariado nacional.

Em seu estudo sobre as disputas entre frações da burguesia no interior do governo JK, Almeida (2006) demonstra a incidência das contradições burguesas nos diversos ramos da burocracia de Estado, inclusive nos debates

entre setores militares da época. Os setores liberais mais ligados aos interesses do capital internacional passam a ocupar postos chave no aparelho de Estado identificando as mobilizações em prol de reformas estruturais como “demagógicas” e “irresponsáveis”. Dessa forma, o discurso liberal travestia-se de “saber” tecnocrático sendo, nas palavras de Almeida (idem, p. 115) “a expressão de uma ideologia que não ousava dizer seu nome”. Já temerosos da agitação de setores populares, também a burguesia mais ligada ao nacional-desenvolvimentismo transferia sua arena de combate das ruas para os aparelhos de Estado.

[...] seguindo as pegadas de Roberto Simonsen, empresários e burocratas nacionalistas descobriram que poderiam dispor de quadros qualificados para combater os liberais em seu próprio terreno. Portanto, ao se voltar para este período altamente ideologizado, é fundamental que o analista evite levar demasiado a sério a auto-imagem produzida pelos que disputavam a honrosa distinção. Até porque, apesar de renhidos, os embates que se travavam pela aura do saber técnico eram restritos ao seleto clube das classes dominantes e segmentos da cúpula da burocracia de Estado. Contradições bastante reais, que por vezes chegavam ao recurso à violência física, como ocorreria em meados dos anos 1950 e, em um outro contexto, com o golpe de 1964, se davam no interior de uma unidade fundamental: a defesa da dominação burguesa de classe. (Almeida, 2006, p. 116)

É certo que isso não eliminava a tensão entre as frações burguesas, muito menos destas com os setores populares vinculados ao nacionalismo, mas abria campo para que JK manipulasse o próprio nacionalismo populista de forma a domesticá-lo ao desenvolvimento associado e dependente.

Um dos aspectos da genialidade de JK foi recuperar as linhas gerais do nacionalismo populista e adequá-las, de um modo original, aos novos ventos que sopravam no cenário nacional e internacional. Não se vestiu de jaleco (sua opção era claramente “ocidentalista”), manteve-se alinhado ao imperialismo e, nos marcos deste, contribuiu para o processo de “superação da condição semicolonial”, ou seja, do desenvolvimento, em novos termos, do capitalismo dependente. (Idem, p.205)

A contraface deste processo, no entanto, estava em que o próprio crescimento econômico voltava a produzir expectativas cada vez maiores nos setores assalariados e nas massas do campo e da cidade. Com a variante burguesa do nacionalismo afastando-se de qualquer defesa que vinculasse seus interesses às reivindicações populares, as ruas passam a expressar um radicalismo crescente na defesa das reformas estruturais, particularmente na defesa da Reforma Agrária. O desenvolvimento autônomo e as reformas de base, a defesa da “revolução dentro da ordem” como a intitulava Florestan Fernandes, era agora facilmente identificada com a variante socialista do desenvolvimentismo. O pânico burguês diante do subversivismo popular ou, para usarmos os termos de Florestan, a reação sociopática da burguesia à mudança, se agravava ainda mais pelo clima de “guerra fria” no plano internacional. A Reforma Agrária e a participação popular, mesmo no interior da ordem burguesa, mais do que nunca, passavam a ser encaradas como “coisa de comunista”.

Isto conferiu aspectos dramáticos à questão nacional. Quando massas populares, especialmente no campo, se puseram em movimento, a articulação de suas lutas econômicas e a demanda por cidadania imprimiram um caráter subversivo ao nacionalismo popular, tamanha era a rigidez das estruturas de poder político frente à reprodução ideológica de uma comunidade nacional mais ampla. A questão agrária se articulou antecipadamente à da participação política e ambas “forçaram” a questão nacional, já nos anos JK, apontando para além dos horizontes do nacionalismo burguês. (Idem, p. 226).

Quanto maior à radicalização das massas populares em direção ao anti-imperialismo, maior era, no interior do governo a preponderância do capital multinacional. Ademais, o domínio das empresas imperialistas sobre o capital nacional estava já em plena fase de consolidação. Enquanto em 1929 o valor

contábil do investimento direto norte-americano era de 194 milhões de dólares, em 1950 já alcançava a cifra de 644 milhões, chegando a 953 milhões em 1960. Tais recursos eram destinados prioritariamente ao investimento, associação ou compra de empresas brasileiras, aumentando sensivelmente a presença do capital monopolista na indústria. Em 1929 a percentagem de investimento estadunidense nas empresas de manufatura era de 24%, aumentando para 44% sua presença em 1950 (cf. DREIFUSS, 1981). Conter as demandas das classes populares nos limites do desenvolvimento dependente exigia, contudo, converter o novo bloco de poder multinacional e associado em poder de Estado.

A estratégia foi levada a cabo ainda durante o governo de JK e consistia em formar junto ao aparelho de Estado e associações empresariais uma intelectualidade orgânica capaz de fornecer ao desenvolvimento dependente um critério de legitimação que não passasse pelo conflito projetivo na sociedade civil. O capital internacional desfrutava de inúmeras vantagens para exercer influência sobre o empresariado e a intelectualidade a ele vinculada: a própria concentração e centralização de capitais lhe fornecia um conjunto de informações sobre as cadeias produtivas que se travestiam de racionalidade técnica. Além disso, como afirma Dreifuss, a formação do capital monopolista internacional era acompanhada da concentração do poder político corporativo, o “sistema nervoso central da nova ordem econômica global emergente”.

A estrutura desse sistema nervoso central estava estabelecida nas formações sociais nacionais dos países onde as multinacionais operavam. Essas favoreciam a formação de “elites” locais ligadas organicamente por laços sócio-culturais, padrão de vida, aspirações profissionais, interesses decorrentes da sua condição de acionistas e atitudes econômico-políticas. Estabelecia-se como resultado uma liderança internacional de empresários e membros das diretorias das empresas, dependentes dos centros transnacionais e afastados, portanto, dos prementes problemas sociais de seus países de origem e de suas soluções básicas (DREIFUSS, 1981, p. 72).

Os interesses imperialistas articulavam-se internamente a partir da influência direta do empresariado no aparelho de Estado. São diretores de empresas multinacionais ou industriais nacionais associados que ocupavam postos chave na administração, embora aparecessem como parte da burocracia técnica do governo JK, aos quais Dreifuss denomina *tecno-empresários*. O próprio quadro da burocracia técnica que passaria a operar os mecanismos de planejamento durante o período era fortemente influenciado pelos padrões trazidos pelas empresas estrangeiras. A entrada do país na modernidade capitalista, outrora associada a um projeto nacional de desenvolvimento, deslocava agora a ênfase para as inovações organizacionais e técnicas introduzidas pelas corporações multinacionais⁹. O terceiro e mais conhecido canal de influência dos interesses imperialistas era, já desde esse período, a formação ideológica dos militares, através da Escola Superior de Guerra (ESG).

A combinação entre estes três canais (os técnico-empresários, quadros técnicos da burocracia estatal e os militares) formava o que Dreifuss intitula *anéis de poder burocrático-empresariais*¹⁰, uma administração paralela operada a partir de agências de consultoria, órgãos de Estado e associações empresariais. Era isso que possibilitava aos interesses multinacionais e associados conduzir a política de desenvolvimento, sem que aparecessem como tal no interior das disputas entre as classes no período.

Tal estratégia começara bem antes, em dezembro de 1949, a partir do trabalho da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento

⁹Entre os intelectuais mais influentes no período, Dreifuss destaca Eugênio Gudín (que havia sido o principal opositor das teses industrialistas e tornava-se agora, a partir de sua atuação como ministro da economia do governo Café Filho, defensor do desenvolvimento associado) e uma geração de economistas por ele influenciado, entre eles, Octávio Gouveia de Bulhões, Mário Henrique Simonsen, Antônio Delfim Netto e o próprio Roberto de Oliveira Campos (cf. DREIFUSS, 1981, p. 74).

¹⁰O termo “anéis burocráticos” é extraído da obra de Fernando Henrique CARDOSO, *Autoritarismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. Em Dreifuss, contudo, o termo adquire uma conotação mais duradoura e identifica como determinantes os interesses de classe que unem os círculos burocráticos. A burocracia de Estado era direta ou indiretamente formada por membros da classe capitalista, daí o acréscimo da qualificação de empresarial ao conceito: “a base lógica dos anéis burocrático-empresariais é influenciada em alto grau por suas conexões empresariais regulares e não por normas burocráticas de comportamento ou por efêmeras e eventuais ligações econômicas” (DREIFUSS, 1981, p. 110).

Econômico, cujas recomendações foram sendo adotadas pelos governos subsequentes. Entre estas recomendações estava a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), que teve como seu primeiro diretor Roberto Campos e foi o principal mecanismo de financiamento público dos interesses das companhias multinacionais desde então.

Além da criação de agências estatais, criavam-se também nesse período do governo Juscelino Kubitschek várias escolas de administração pública e de empresas, bem como operava-se forte influência nas agências criadas anteriormente e que se tornariam os centros ideológicos centrais na influência das políticas estatais. Entre essas agências Dreifuss destaca a Escola de Administração de Empresas (fundada em 1950), o Instituto Superior de Administração e Vendas, o Escritório de Planejamento Econômico e Social (precursor do atual Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA) e, finalmente, o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) (cf. DREIFUSS, 1981, p. 77).

Quanto aos militares, a influência norte-americana num corpo de oficiais relevante dava-se desde a segunda Guerra mundial, a partir da experiência ideológica e militar comum da campanha na Itália, reforçada posteriormente pela participação de cursos de instrução nos Estados Unidos. Sua principal organização, a Escola Superior de Guerra (ESG), realizava seminários e conferências para um corpo discente que ia muito além dos oficiais, contando com a participação de funcionários civis do Estado e de vários empresários. A ESG era também composta por militares que eram diretores ou importantes acionistas de grandes corporações multinacionais¹¹. De um lado, os militares passavam a inserir o Brasil no quadro de tensão da guerra fria e vinculavam os interesses do grande capital monopolista internacional aos interesses “nacionais” de preservação da ordem associando a agitação populista ao risco de avanço do comunismo no continente; de outro, as Forças Armadas

¹¹A pesquisa de Dreifuss cita, entre outros, o General Riograndino Kruehl e o General James Masson (Eletrônica Kruehl S.A.), General Edmundo Macedo Soares e Silva (Wolkswagen, Mesbla S.A., Banco Mercantil de São Paulo, Light S.A., Mercedes Benz), General Euclides de Oliveira Figueiredo (Indústrias Químicas e Farmacêuticas Schering S.A. – Schering Corporation e grupo Assis Chateaubriand) (Cf. DREIFUSS, 1981, p. 78).

conferiam a esses interesses o critério de legitimidade técnica supostamente neutra de que necessitavam para influenciar os rumos da política estatal sem passar por critérios de legitimidade política.

A ESG incorporou em solo brasileiro as idéias e as atitudes maniqueístas dominantes no cenário internacional da Guerra Fria. Como uma instituição, a ESG encorajou dentro das Forças Armadas normas de desenvolvimento associado e valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não “políticas”. Este Estado seria estável por intermédio do autoritarismo político incorporado na doutrina de segurança nacional. Ideologias americanas de “construção nacional” foram disseminadas entre as Forças Armadas Brasileiras e reforçadas pela doutrina empresarial (DREIFUSS, 1981, p. 79).

Utilizando a categoria de transformismo de Gramsci, Dreifuss descreve esse primeiro momento, de construção de uma rede de influência entre burocracia estatal, técnico-empresários e forças armadas, como período de “transformismo molecular” de lideranças empresariais. De fato, embora a influência imperialista tenha crescido durante o governo JK, ele convivia ainda a disputa dos rumos do desenvolvimento no interior do próprio aparelho estatal e, de outro lado, a agitação populista nas ruas crescia e também tensionava as políticas de governo. Conforme a agitação crescia, se tornava patente a impossibilidade de conter os rumos da industrialização no interior do capitalismo dependente. Se passou, a partir daí, à fase do “transformismo de grupos inteiros” da burguesia brasileira para as fileiras do bloco modernizante-conservador.

Esse segundo momento descreve a adesão das associações de classe empresariais à estratégia do golpe militar com a construção de grupos de ação política e institutos a eles ligados. Trata-se da formação do complexo político-militar formado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). O primeiro teria um caráter de centro organizador da intervenção de empresários e militares, desde a construção de *lobbies* nas campanhas eleitorais em 1962, até a construção de campanhas de agitação pública contra o presidente João Goulart em 1964. Um

dos méritos da extensa pesquisa de Dreifuss é trazer a tona informações que comprovam a estreita ligação do IBAD com o IPES, instituto que gozava de ampla legitimidade em 1961 quando da renúncia de Jânio Quadros. O IPES se transformaria no principal intelectual coletivo (no partido em sentido Gramsciano) das classes dominantes nos anos que antecedem ao golpe e indicaria os principais formuladores das políticas de desenvolvimento nos primeiros anos da ditadura militar.

A elite orgânica centrada no IPES se revelaria então como o “amadurecimento da disposição para agir dentro de um programa capaz de mobilizar os homens de empresa”, e como um todo oferecer soluções aos problemas do país. Nesse processo, a elite orgânica modelaria as forças sociais burguesas em uma classe, processo este que culminaria com a transposição do poder privado dos interesses multinacionais e associados para o governo público no Brasil. Para isso, o bloco econômico dominante teria de vir a ser o Estado autoritário em que efetivamente se transformaria (DREIFUSS, 1981, p. 162).

A pesquisa de Dreifuss é talvez o trabalho mais completo de documentação sobre o envolvimento empresarial na campanha anti-populista que desaguardaria no golpe de Estado em 1964. Entretanto, o momento de lançamento de sua tese em livro no Brasil, em 1961, contrasta com o descontentamento dessa mesma elite empresarial com os rumos da política adotada pelos militares. A campanha pela deposição de João Goulart havia sido feita sob os princípios liberais autoritários contra o intervencionismo estatal atribuído à “demagogia populista”. Os empresários viam-se, em início da década de 1980, alijados de sua influência no aparelho estatal e reclamavam, justamente, do “estatismo dos militares”. De fato, o que a política de desenvolvimento faria refluir durante o período do “milagre econômico” não era tanto a presença do Estado na economia que de fato cresceria significativamente, mas justamente a presença do capital nativo, com a progressiva abertura do mercado interno para as empresas estrangeiras. Paradoxalmente, foram justamente intelectuais ligados ao IPES, como Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões que, apesar de sua retórica liberal e

privatizante, levaram adiante a expansão do setor público.

Analisando a obra de Dreifuss naquele mesmo ano de 1981, Maria Victória Benevides, argumenta que essa contradição revela que a unidade entre os interesses da burguesia dependente brasileira envolvida na campanha anti-estatizante na década de 1960 não eram necessariamente coincidentes com os interesses das potências imperialistas. Para o capital estrangeiro interessava, acima de tudo, a estabilidade política capaz de dar prosseguimento à transição da economia brasileira para os padrões do capitalismo monopolista de Estado, sem colocar em risco seus interesses.

Se é verdade, como aponta Dreifuss, que o bloco empresarial recorreu à intervenção militar apenas para desferir o “golpe final” no Estado populista, não há como abandonar, sem maiores qualificações, a tese – a meu ver ainda válida – de que os empresários acreditavam que os militares agiriam como “restauradores da ordem” e depois desalojariam o poder em seu benefício, nu papel de eficientes “leões de chácara” das grandes finanças. O que, obviamente, não ocorreu. Deve ser nesse sentido que Dreifuss sugere – mas não desenvolve, como seria desejável – que no processo de transposição do poder privado dos interesses multinacionais para o governo público, o *bloco econômico dominante teria de vir a ser o Estado autoritário em que efetivamente se transformaria* (BENEVIDES, 2003, p. 260).

O importante aqui é registrar que a unidade dos interesses burgueses se dava mais pela reação às pressões internas das classes populares do que pela resolução de suas contradições internas.

Essa diferença de interesses fracionais da burguesia está intimamente ligada ao caráter autoritário da solução adotada. Segundo Florestan Fernandes, o fato de se condenarem, tanto pelas pressões internas (das classes subalternas) quanto externas (imperialismo) fez com que “a unificação e a centralização do poder real das classes burguesas” não atingissem “níveis suficientemente altos e profundos (...) a ponto de mudarem o significado dos interesses especificamente burgueses em termos das outras classes, da nação

como um todo e dos centros de dominação externa” (FERNANDES, 2005, p. 410). Dessa forma, o Estado autocrático que é fruto desse processo de “revolução pelo alto”, retrata o que o autor denomina “padrão compósito e articulado de hegemonia burguesa” (ibid., p.411), ou seja, um padrão que reproduz o auto-privilegiamento e a defesa dos interesses mesquinhos das diferentes frações burguesas no interior do aparelho de Estado. Ao não unificar os interesses de classe da burguesia buscando uma inserção autônoma no plano externo, ou seja, em torno de um projeto capitalista de nação, a revolução burguesa no Brasil acaba por reeditar, no plano interno, a fragmentação burguesa nos interesses específicos de suas diferentes frações. Daí a necessidade do Estado como meio de unificação desses interesses e reprodução dos mesmos no interior do aparelho estatal, como meio de defesa perante as outras classes da sociedade civil.

É assim que nossa burguesia industrial nasce buscando no imperialismo os recursos e meios para compensar suas debilidades históricas na tentativa de “queimar etapas” pela aceleração do desenvolvimento capitalista dependente. Isso exigia que se mantivesse “a democracia como fórmula ritual e um expediente de concentração do poder político estatal nas mãos dos setores dirigentes da burguesia” (FERNANDES, 2002, p. 114 a 117). E é por essa via que ela consolida o Estado como o resumo oficial das contradições de classe no Brasil.

Nossa interpretação do texto clássico de Fernandes difere daquela esboçada por Maranhão (2013) em artigo referido no início deste capítulo. Na tentativa de sintetizar o pensamento de Fernandes e Caio Prado Jr., o autor advoga que, segundo ambos, a integração do capitalismo brasileiro com o capitalismo monopolista de Estado,

[...] irá se exprimir no advento de uma burguesia que embora *composta*, como toda burguesia, por frações com interesses divergentes, forma fundamentalmente uma *classe homogênea*, coesa e forte, que não se acha cindida internamente por contradições e antagonismos irreduzíveis. (...) Ou antes, o ambiente em que essas frações da burguesia consolidaram-se possibilitou *desde o início* uma

forte fusão de seus interesses numa *ideologia de classe única* formada e mantida na base de um mesmo sistema produtivo de igual constelação de interesses locais e internacionais (ibid., 2013, p. 156-157, grifo nosso)

É evidentemente impossível falar em frações da burguesia cindidas por “antagonismos irreduzíveis” na medida em que, na luta de classes, não pode haver uma classe antagônica a si mesma¹². Mas segundo o que pudemos concluir da exposição acima, isso não permite auferir como resultado necessário da autocracia burguesa a homogeneização dos interesses capitalistas no interior do aparelho de Estado, tampouco a fusão “desde o início” dos interesses das diferentes frações em uma “ideologia de classe única”. Ademais, o termo “composto” não é um sinônimo de compósito. Todo Estado representa de certa forma alguma composição entre interesses das diferentes frações burguesas, pois representa sua dominação sobre o conjunto da sociedade. Entretanto, a funcionalidade do Estado em unificar os interesses históricos da classe dominante não exclui a heterogeneidade desses mesmos interesses no plano conjuntural. A forma compósita a que alude Florestan se deve, justamente, à incapacidade das frações burguesas integrarem, por si mesmas, seus interesses egoísticos de classe em uma dominação comum ou, dito de outra forma, a inexistência de uma fração de classe com força suficiente para exercer, simultaneamente, sua hegemonia sobre as demais frações e sobre as outras classes em voga. Daí o recurso ao aparelho repressivo do Estado para consolidar a aliança com o capital monopolista internacional e conter o avanço das forças democráticas e populares que sacudiam a sociedade civil.

De forma diversa dos países de capitalismo central, a unidade dos interesses burgueses não se dá em torno dos interesses econômicos de uma de suas frações (interesses que são projetados no plano da disputa

¹²Vale lembrar que, tanto nas formulações de Nelson Werneck Sodr e como nas teses do PCB no período, o latifúndio não era entendido como uma *fra o burguesa*, mas como outra classe social representante dos resquícios do modo de produ o feudal.

interimperialista no plano internacional). Aqui o Estado se comporta como uma espécie de “condomínio” dos interesses egoísticos das diversas frações do capital e dos setores médios, um conglomerado de interesses cuja unidade é garantida pela dupla pressão à qual já aludimos diversas vezes: do capital monopolista internacional, por um lado, e pela mobilização da classe trabalhadora e das massas destituídas, apartadas do processo político, por outro.

Ao contrário do que comumente se pensa, esse quadro forjou uma burguesia que tem uma necessidade muito maior do que em outros países de ocupar-se diretamente do processo político, seja ocupando o Estado diretamente ou indicando representantes forjados em suas associações de classe.

Essa parece ser também a interpretação de Netto (2005), para a qual esse caráter compósito e articulado de dominação, com suas conseqüentes tensões entre os segmentos burgueses, constitui uma variável importante das contradições que, potenciadas pela crise do “milagre” econômico, levaram ao fracasso as tentativas de auto-reforma da Ditadura após 1974. O caráter translúcido e esclarecedor do texto justifica o uso da citação:

A funcionalidade do Estado pós-64, nesta ótica, introduz um curioso complexo de tensões no pacto contra-revolucionário que assegurou a sua emergência. Aquele padrão compósito e articulado de dominação, a que se referiu Florestan Fernandes, vinculando o conjunto das classes possidentes, representando o seu interesse histórico coletivo, acabaria por vulnerabilizar partes significativas das mesmas classes possidentes. O segmento político-social que passou a controlar as efetivas instâncias do poder estatal não expressava – nem poderia fazê-lo, dado o novo esquema de acumulação concertado – senão os nós vitais que projetavam e decidiam a continuidade do padrão de desenvolvimento dependente e associado. É assim que o pacto contra-revolucionário refrata-se na divisão de poder: este é concentrado nas mãos de uma burocracia civil e militar que serve aos interesses consorciados dos monopólios imperialistas e nativos, integrando o latifúndio e deslocando a camada burguesa industrial que condensava a burguesia nacional. A resultante é um Estado que estrutura um sistema de poder muito definido, onde confluem os monopólios imperialistas e a oligarquia financeira nativa. (NETTO, 2005, p. 29 e 30)

Este Estado não é, segundo Netto, apenas resultado da concentração e centralização de capitais; ele constitui-se também como um importante indutor dessa centralização, agora sob domínio do capital monopolista estrangeiro. É evidente que esse domínio imperialista sobre a política econômica do regime só fazia aumentar as tensões internas ao bloco no poder, ao mesmo tempo em que, após a eclosão da crise do endividamento externo em 1974, abria novos flancos de contestação ao movimento democrático contra a ditadura.

O texto de Netto é central não apenas pela leitura rica e criativa da obra de Fernandes, mas por complementá-la alargando a análise aos enfrentamentos entre a autocracia burguesa e o “mundo da cultura” (Netto, 2005, p. 44). Trata-se de uma determinação central no entendimento não apenas da derrocada do regime ditatorial, mas também do cenário cultural mais amplo que emerge durante a “transição pactuada” na década de 1980. Segundo o autor, embora tenha obtido êxito no enquadramento do sistema educacional sob a doutrina da segurança nacional (ibid., p. 53 a 68), a política cultural da ditadura foi incapaz de dominar o conjunto da produção cultural de bens simbólicos no país.

A autocracia burguesa fora capaz de consolidar um mercado nacional dos referidos bens, agora sob os auspícios da indústria cultural monopolizada pelo grande capital imperialista. Tal processo facilitou as estratégias de contenção pela força das expressões culturais dissonantes oriundas da cultura popular que se desenvolviam largamente no período anterior ao golpe, mas foi insuficiente para cessar a produção cultural crítica ao regime justamente naquelas camadas que se radicalizavam contra a ditadura: os setores médios urbanos e os estudantes universitários. A formulação de uma política cultural, visando combinar a coerção com tentativas de dominação pelo consenso, dirigida justamente àquelas camadas, foi de caráter tardio. É isso o que explica que, mesmo com a intervenção da censura, as proibições à expressão cultural, a prisão e o exílio de vários agentes culturais engajados no movimento

democrático

à instauração da dominação autocrático-burguesa não corresponde, para desespero dos sociologismos de qualquer matiz, um avanço do conservadorismo e/ou reacionarismo no “mundo da cultura”. Ao contrário: neste momento inicial do regime autocrático burguês, o que se verifica é a *afirmação de uma tendencial hegemonia cultural – é certo que prenhe de problemas – dos setores democráticos e progressistas*. (Ibid, p.72-73)

A morosidade na implementação da política cultural correspondia, segundo Netto (ibid., p. 82), à inépcia em conter a erosão em sua própria base de sustentação. Já que não podia impedir as intervenções progressistas advindas da radicalização de setores da pequena burguesia urbana, a política cultural do regime autocrático-burguês buscou em primeiro lugar interditar o canal de diálogo desses setores com as massas populares. Tal intento foi facilitado pela massificação dos bens culturais que passavam pelo crivo da censura e, após a promulgação do Ato Institucional n.5, pelo terrorismo cultural generalizado. Nesse sentido, se o golpe de abril de 1964 correspondia uma intervenção sobre o “mundo do trabalho”, o golpe de 1968 (AI5) lograva capturar o “mundo da cultura” (Ibid.). Essa interdição está no centro da explicação de como a produção cultural passa a atuar como um “sucedâneo e substitutivo da política”. Essa confusão entre cultura e política acabava associando as interdições impostas pelo regime e a frustração correlata no descrédito da própria razão no plano da produção cultural:

Quase imperceptivelmente, a princípio, depois de modo evidente (e tanto mais vigoroso quanto mais fica explícito o projeto “modernizador” do regime), começa a instalar-se no circuito cultural uma matriz irracionalista: a impermeabilidade da realidade sociopolítica aos influxos das demandas expressas pela manifestação cultural começa a dar lugar a um sentimento de impotência nos protagonistas culturais; se à razão da cultura não equivale a razão da sociedade – como parece mostrar a marcha da ditadura - é porque ambas as razões são ineptas (Netto, 2005, p. 80).

O “vazio cultural” que se seguiu a esse período é que criou a

possibilidade de a autocracia burguesa, embora tardiamente, colocar em prática uma política cultural de caráter positivo. De um lado, concentrou esforços na assimilação de parte da intelectualidade em projetos que visavam a conservação da memória e do patrimônio cultural (um canal que dificilmente daria escopo aos setores progressistas pelo pouco debate crítico que enseja), de outro, tratou de apoiar no plano das universidades e institutos de pesquisa, o pensamento tecnocrático e neopositivista, oriundo em grande parte dos centros universitários norte-americanos, que evidentemente se coadunava com sua doutrina de segurança nacional. Segundo Netto, é por essa via do neopositivismo que adentra no Brasil o pensamento estruturalista, que teria forte impacto nas gerações marxistas posteriores¹³. O que nos interessa aqui é que esse período de vázio cultural e difusão do irracionalismo e positivismo proporcionaram ao regime a capacidade de adiantamento às demandas do próprio movimento democrático, configurando a estratégia da “transição pactuada” e seu sucesso na década seguinte.

Essa vaga de irracionalismo e positivismo atingiria também a prática cultural das esquerdas no período de redemocratização do país. Não obstante a efervescência do movimento operário e do meio estudantil universitário, assiste-se à emergência de um “novo irracionalismo” vinculado expressamente à posições de esquerda e influenciando o próprio movimento democrático e popular:

trata-se (...) de um pensamento que se vincula expressamente a posições de esquerda (com a pretensão explícita de uma intencionalidade revolucionária e que se inspira não só nos ideólogos que nos chegaram ao tempo do vázio cultural, mas em influências ulteriores (como Deleuze, Lyotard e outros). (...) Esta recuperação (do antielitismo e do antiautoritarismo dos anos anteriores) se opera com uma inflexão intelectual que põe a razão como instrumento de dominação: os parâmetros da racionalidade são assimilados a componentes do poder (burguês) e, pois, desqualificados como vetores de libertação (Ibid, p.105).

13O autor inclui nessa corrente tanto as obras de Lévi-Strauss quanto o marxismo de Louis Althusser. Este último com um impacto importante nas produções acadêmicas que voltam a reivindicar a tradição marxista, não obstante tenha desempenhado uma função “desideologizante” apontada no livro como fonte de dificuldades na recuperação da tradição crítica no Brasil pós64 (Netto, 2005, p. 87-88).

Este ponto nos interessa particularmente porque retrata a chegada ao Brasil do chamado “pensamento pós-moderno”. Há indícios de que este moderno irracionalismo seja um componente importante das estratégias burguesas de dominação pelo consenso no processo de constituição de nossa sociedade civil, componente que parece ter crescido nos dias que seguem¹⁴.

Segundo Florestan, nossa sociedade civil parece ter sido construída no aprendizado da própria burguesia em lidar com a luta de classes e a usá-la em proveito próprio. Sua estratégia se orienta em canalizar o conjunto das contradições de classe dentro dos limites da democracia liberal.

a burguesia aprendeu a usar globalmente as técnicas que lhe são apropriadas de luta de classes e ousou incorporar essas técnicas a uma gigantesca rede institucional, da empresa ao sindicato patronal, do Estado às organizações capitalistas continentais e de âmbito mundial (...) avançou estrategicamente, ao nível financeiro, estatal e militar e procedeu a uma revolução nas técnicas de contra-revolução. Inclusive, abriu novos espaços para si própria, explorando as funções de legitimação do Estado para amarrar as classes trabalhadoras à segurança da ordem e soldar os sindicatos ou os partidos operários aos destinos da democracia. (FERNANDES, 2002, p. 84)

Mais uma vez, encontramos em Florestan Fernandes uma boa síntese também do processo que marcará a presença daqueles elementos de “irracionalismo de esquerda” (pense-se no culto da participação e da resolução dos problemas na esfera da “micropolítica”) nas estratégias de dominação burguesa pelo consenso nas décadas seguinte:

A burguesia tomou a dianteira em muitas esferas, através dos movimentos em que se envolvem o trabalho social e o serviço social como “fator de equilíbrio da ordem” e de consolidação da “autonomia comunitária”. Propalam-se os objetivos da cultura cívica generalizada, da mobilização popular e da participação ativa dos carentes na solução de seus problemas. Mas deixa-se na penumbra o fato de que os “carentes” não tem como equacionar os seus problemas e resolvê-los no seio de uma sociedade capitalista. (FERNANDES, 2002, p. 96)

¹⁴Por hora, basta registrar que se trata de uma influência marcante nos teóricos da chamada *terceira via*, apontada por diversas análises como a base de formulação justamente do... novo desenvolvimentismo!

Este é o quadro mais geral que permite a compreensão das estratégias de manutenção da supremacia burguesa¹⁵ e da própria implementação da ideologia neoliberal no país. O estudo do modelo autocrático burguês de dominação política nos dá boas pistas acerca da necessidade de nossa classe dominante formular ideologias que se adiantem ao quadro de contradições geradas pelo próprio desenvolvimento burguês no seio do capitalismo dependente. O estudo dos deslocamentos entre frações de classes na cena política brasileira e no interior do Estado segue sendo importante para a análise da política para além de sua epiderme, ou seja, para revelar os reais interesses de classe em jogo que determinaram o processo inconcluso de redemocratização da sociedade brasileira, bem como para entender a implementação do neoliberalismo no Brasil e sua crise em fins da década de 1990.

Considerar as contradições entre frações do grande capital, como determinação relevante para a apreensão do processo político brasileiro não implica jogar para o fundo da análise as contradições fundamentais da sociedade que envolvem os projetos entre as classes antagônicas. Em períodos em que o proletariado se encontra ainda em uma fase pouco desenvolvida de seu processo de consciência de classe e não se lança na cena histórica como projeto alternativo de poder, as contradições intra-burguesas podem ser determinantes não apenas para que o analista determine um quadro estático da realidade, mas principalmente poder indicar tendências de seu desenvolvimento e, portanto, as possibilidades históricas concretas para que os dominados adquiram autonomia e se lancem em prol de seu

15“O termo *supremacia* designa o momento sintético que unifica (sem homogeneizar) a *hegemonia* e a *dominação*, o *consenso* e a *coerção*, a *direção* e a *ditadura*. Cabe ainda recordar que, para Gramsci, essas duas funções – existem em qualquer forma de Estado” (Coutinho, 1999, p. 130-131). A função de *dominação pelo consenso* exige uma categoria específica de intelectuais orgânicos responsáveis, no interior de uma divisão do trabalho da própria burguesia, em difundir e universalizar as ideias desta classe.

próprio projeto de classe. A questão nacional se coloca, ontem como hoje, como questão central no interior das disputas entre frações burguesas (ainda que com limites muito mais estreitos determinados pelo capital financeiro) e influenciam aquilo que as classes subalternas colocam como questões também em sua prática. Como afirma Lúcio Flávio de Almeida:

Às vezes as contradições intraburguesas adquirem tamanha intensidade que podem levar ao recurso à violência física. Como, em uma sociedade de classes, as ideias dominantes são as da classe dominante, os conflitos no interior desta tendem a aparecer como os conflitos fundamentais da sociedade. [...] Um dos efeitos desta extrapolação é que os dominados vivem seus problemas sob o prisma da ideologia dominante, processo no qual a maioria dos aparelhos ideológicos desempenha um papel de primeira ordem. Julgo desnecessário insistir que este espraiamento para os dominados dos conflitos internos aos dominantes – conflitos que adquirem a fisionomia de “sociais” – é mais facilmente dramatizável quando, nas sociedades capitalistas, se reporta a uma questão nacional. (Almeida, 2006, p. 32)

Eis um elemento central para entender a forma como a ideologia neoliberal se consolidou nas diversas frações burguesas durante a década de 1990 e também para entender o seu declínio no final desse período. É no interior das disputas entre essas frações que podemos entender também o processo político mais recente, onde a ideologia neoliberal procurou se renovar ampliando o espaço de frações burguesas que estavam em segundo plano no controle do aparelho estatal e possibilitando políticas de crescimento nacional capazes de soldar a colaboração de classes dos anos Lula.

3 NEOLIBERALISMO E HEGEMONIA BURGUESA NO BRASIL

“Os banqueiros da grande bancaria do mundo, que praticam o terrorismo do dinheiro, podem mais do que os reis e os marechais e mais do que o próprio papa de Roma. Eles jamais sujam as mãos. Não matam ninguém: se limitam a aplaudir o espetáculo”
Eduardo Galeano

3.1 O Neoliberalismo como bloco histórico

Enquanto projeto de dominação de classe, o surgimento do neoliberalismo é inseparável da conjuntura do imediato pós II Guerra Mundial, em um contexto marcado pela redivisão do planeta entre as grandes potências capitalistas mundiais e pela crescente supremacia, tanto econômica quanto política e cultural, do imperialismo norte-americano em âmbito mundial. Momento decisivo de consolidação dos interesses norte-americanos no pós-guerra é o desenho da nova configuração do capitalismo internacional com a criação das instituições multilaterais que seriam doravante centrais na imposição dos ajustes econômicos característicos do neoliberalismo: o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Embora a primeira manifestação do neoliberalismo enquanto ideologia date de 1944, com a publicação de *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, e com a posterior articulação da *Sociedade de Mont Pèlerin*, reunindo adversários tanto do Estado de bem-estar europeu quanto do *New Deal* norte americano; será apenas com a depressão econômica a partir de 1973 e a consequente crise do modelo econômico do pós-guerra que as ideias neoliberais ganhariam maior projeção.

O neoliberalismo não pode, contudo, ser entendido somente sob o aspecto de uma formulação ideológica. Na verdade, trata-se da tradução, ao nível das superestruturas, de uma mudança significativa no padrão de acumulação do capitalismo internacional após o término do longo período de expansão das taxas de lucro impulsionadas no pós-guerra. Nesse sentido, faz-se necessário resgatar essas mudanças mais gerais do capitalismo global, sem

perder de vista a articulação entre economia e política para termos uma definição precisa do desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil e em nosso continente.

A obra de Ernest Mandel, *O Capitalismo Tardio* ocupa um papel central por fornecer uma interpretação original das crises capitalistas e dos ciclos do capital sem romper a dialética marxiana e atualizando as leis gerais que regem as contradições no seio das forças produtivas. Mandel opera uma inovação na compreensão das crises capitalistas vinculando os ciclos do capital à teoria das ondas longas de Kondratiev, que ampliavam a regularidade dos ciclos econômicos (entendidos até então a partir da obra de Marx como ciclos de 8 a 10 anos, tempo médio de renovação do capital fixo) para períodos de cerca de 50 anos. Essa ampliação do horizonte a ser pesquisado permitiu a Mandel revelar alterações na dinâmica do capital durante suas crises e explicar suas diferentes formas de aparição ao longo do tempo. Dito de outra forma, a explicação baseada somente no ciclo médio do capital entendia as crises como efeito da superprodução ou subconsumo, quando na verdade a origem real da crise (a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção expressa na lei da queda tendencial da taxa de lucro) podia ter diferentes formas de manifestação pois caracterizava uma superacumulação do conjunto das contradições do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, a análise das causas e das formas de manifestação de cada crise do capital em particular deveria sempre levar em conta, segundo Mandel, seis variáveis interdependentes: a composição orgânica do capital em geral e nos mais importantes setores em particular; a distribuição do capital constante entre o capital fixo e circulante; o desenvolvimento da taxa de mais-valia; o desenvolvimento da taxa de acumulação (que compreende a relação entre a mais-valia consumida produtiva e improdutivamente); o desenvolvimento do tempo de rotação do capital; e as relações entre os departamentos de bens de produção e bens de consumo (cf. Mandel, 1982, p.25-26). Observando a ação recíproca desse conjunto de variáveis torna-se

possível ao analista entender as diferentes formas de aparição da crise (crise de superprodução, crise financeira, etc.) bem como o caráter mais ou menos profundo de cada crise capitalista e sua amplitude.

Considerando tais elementos, tornou-se possível à Mandel caracterizar as ondas longas para além dos dados estatísticos puramente econômicos nos quais Nicolai Kondratiev baseava suas pesquisas, inserindo na análise variáveis próprias da luta de classes e compreendendo-as como a evolução das crises de superacumulação conforme a teoria esboçada por Marx. Dessa forma, Mandel passa a caracterizar as ondas longas dividindo-as entre fases de expansão e estagnação:

É evidente que essas “ondas longas” não se manifestam de maneira mecânica mas operam através da articulação dos “ciclos clássicos”. Numa fase de expansão, os períodos cíclicos de prosperidade serão mais longos e mais intensos, e mais curtas e superficiais as crises cíclicas de superprodução. Inversamente, nas fases da longa onda, em que prevalece uma tendência à estagnação, os períodos de prosperidade serão menos febris e mais passageiros, enquanto os períodos das crises cíclicas de superprodução serão mais longos e mais profundos. A “onda longa” é concebível unicamente como o resultado dessas flutuações cíclicas, e jamais como uma espécie de superposição metafísica dominando essas flutuações. (Mandel, 1982, p. 85)

Trata-se, como em Marx, de uma teoria da acumulação capitalista e de suas contradições. Mandel não deixa de considerar a tendência secular à queda da taxa de lucro. Mesmo que nos ciclos de expansão haja uma recuperação da taxa, a tendência considerando o período mais longo se confirma. Isso se dá porque os artifícios utilizados para a recuperação da taxa de lucro (num primeiro momento o aumento da exploração direta da força de trabalho pela diminuição do valor necessário pago em salários, pelo aumento da jornada ou ainda pela intensificação do trabalho e, em outro, pelo aumento do investimento em tecnologia com o acréscimo da mais-valia relativa), ao aumentarem progressivamente a composição orgânica do capital, acabam

agravando e generalizando a tendência de queda da taxa no médio e longo prazos. Isso desfaz a impressão de uma certa circularidade nas crises do capital: o capital não retoma o ciclo de acumulação do zero, mas cada ciclo supera incorporando o anterior gerando crises ainda mais graves e destrutivas. A cada ciclo de acumulação que se renova se aguçam as contradições do capital tornando-se ainda mais difícil a recuperação da taxa de lucro nos patamares anteriores.

A inovação tecnológica e a organização do trabalho seguem ocupando um papel central na dinâmica do capital. Segundo Mandel, cada ciclo do capital compreende um determinado tipo de sistema-máquina, termo que sintetiza as inovações tecnológicas e a forma específica de reorganização do trabalho correspondente. No período de desencadeamento das ondas longas, períodos de expansão, adquirem centralidade as revoluções tecnológicas. Entretanto, no período de estagnação, período de dificuldades de ampliação da taxa de lucro, prevalece a tendência à racionalização dos investimentos com vistas à redução da massa salarial. Como cada nova “onda longa” incorpora as contradições da anterior inserindo modificações no processo produtivo (tendentes a poupar trabalho e reduzir a quantidade de trabalho necessário incorporado pelos trabalhadores), as transições de um ciclo para outro são marcadas por períodos de resistência da classe trabalhadora.

A separação didática entre momentos de expansão e estagnação capitalistas é importante para entendermos o período histórico de surgimento do neoliberalismo e a base material que permitiu que ele se propagasse pelo mundo.

Segundo Mandel, o período entendido como capitalismo tardio, foi precedido pela onda longa estagnacionista que começou em 1913 e se intensificou com a Grande Depressão de 1929/32, somente um aumento na taxa média de lucros permitiria uma nova aceleração da acumulação de capital, que de fato aconteceu durante e depois da Segunda Guerra Mundial. A derrota da classe trabalhadora em nível mundial, o aquecimento da indústria bélica e, posteriormente, o aquecimento do conjunto do capital com a reconstrução dos

países destruídos pela guerra são elementos centrais na capacidade de expansão do capital nesse período. Entretanto, o que diferencia o capitalismo tardio é o fato de que o capital entra em sua fase de crise estrutural: os “ciclos clássicos” já não dão conta de recuperar as taxas anteriores de lucro, ou seja, a taxa de lucro segue sempre abaixo dos períodos precedentes.

O ciclo de expansão do capitalismo tardio se deu, dessa forma, de 1940 até o final da década de 1960. Esse período possibilitou aos países imperialistas fazer frente ao crescimento da União Soviética e, ao mesmo tempo, conter as reivindicações da classe trabalhadora pela concessão de direitos e acesso à políticas de bem estar social. A intervenção estatal na economia torna-se uma necessidade quando o capital não pode mais recuperar-se a partir de sua própria dinâmica. Em outras palavras, o Estado no capitalismo tardio passa a ser o principal garantidor dos lucros do capital e administrador constante de suas crises.

Esse é também o período de transição entre os centros do imperialismo com a conquista de hegemonia por parte dos interesses norte-americanos em nível mundial. Daí que as sucessivas crises no final da onda longa descrita por Mandel (que seguem até os dias correntes) possa ser compreendida também a partir das sucessivas crises relacionadas à decadência do imperialismo norte-americano.

É importante ressaltar que Mandel não compreende esse período como uma nova *fase* do capitalismo, mas como um momento de aguçamento das contradições próprias de sua fase imperialista, incorporando os determinantes próprios dessa fase, a saber, a predominância do capital monopolista e do capital financeiro no plano internacional.

A necessidade da busca constante de territórios com maiores taxas de valorização aumenta ainda mais o domínio das grandes transnacionais sobre as economias locais. Identifica-se um aumento significativo do Investimento Externo Direto (IED) a partir da década de 1980 tanto nos países em desenvolvimento como nos países industrializados. Enquanto nesses últimos os investimentos direcionam-se ao setor de bens de consumo primários,

visando a incorporação e fusões entre concorrentes locais, nos países em desenvolvimento os investimentos direcionaram-se principalmente para a privatização dos serviços estatais, para a exploração do mercado interno visando o aumento da remessa de lucro para as filiais e para a produção de matérias primas, agora transformadas em *commodities*, ou seja, um mercado de futuro central nas bolsas de valores de todo o globo. A relação entre a matriz e as filiais faz com que o mercado interno dos países, em particular de capitalismo dependente, se torne uma fonte segura de lucros para as transnacionais:

Outro aspecto em relação às transnacionais é a constituição de um mercado interno *entre* a matriz e as filiais, diga-se, a *internacionalização* de um conjunto de transações, reforçando as vantagens monopolistas da companhia, em especial no que se refere à tecnologia, que fica protegida pelas transações internalizadas. Assim, as grandes companhias reduzem as incertezas, tornando uma verdadeira ironia falar em mercado *livre*... (Behring, 2008, p.43).

Atente-se para o fato de que os ciclos de expansão e estagnação, explicitados por Mandel, correspondem aos períodos de hegemonia e crise da ideologia liberal. Em aparente movimento pendular, é possível identificar de fins do século XIX até fins do século XX a alternância entre a hegemonia das finanças e da crença na infalibilidade dos mercados, de um lado, e a defesa do intervencionismo estatal e do “desenvolvimentismo”, de outro.

Partindo da análise de Polanyi (1980), José Luis Fiori identifica o “duplo movimento” geopolítico que levaria ao “fracasso histórico das utopias de mercado”, expresso na crise do padrão ouro, que culminaria na primeira Guerra Mundial e na depressão econômica dos anos 1930. O sistema liberal dos mercados autorregulados supunha, de um lado, a estabilidade e homogeneidade dos Estados nacionais. De outro, o princípio da territorialidade, incluso a soberania dos Estados sobre a política monetária, supunha o direito à proteção social e o direito de auto defesa (cf. FIORI, 1999, p. 59). Enquanto o princípio liberal objetivava a construção de uma ordem transnacional baseada

em regimes e instituições legitimadas coletivamente, o princípio da territorialidade identifica no fortalecimento do poder dos Estados a única forma de manutenção da paz baseada em um equilíbrio instável de poder (idem, p.61). O advento do capital financeiro em fins do século XIX havia transformado a competição intercapitalista em competição política entre Estados, transformando “o sistema interestatal numa espécie de mercado ou espaço preferencial da competição capitalista entre os grandes conglomerados econômicos” (id., p. 62).

A segunda grande crise econômica no século XX, nos anos 1970, marca o início da estagnação crônica do capital, revelada pela crise do petróleo a partir de 1973. É neste contexto que devemos entender as transformações que cimentaram a propagação da ideologia neoliberal. A ruptura com o padrão dólar-ouro instituído em Bretton-woods, desencadearia um movimento oposto àquele da crise de 1930, num retorno à defesa dos mercados desregulados e do Estado mínimo. A restauração do liberalismo econômico teria como consequência uma transformação substantiva no interior do capital financeiro, distanciando-se progressivamente da esfera da produção do valor. O acordo de Bretton-Woods havia garantido a hegemonia da moeda norte americana mas ainda mantendo o lastro-ouro como garantia real da riqueza por ela representada, com o seu colapso a partir da ruptura unilateral do acordo pelos Estados Unidos em 1973, o dólar torna-se uma moeda fiduciária, ampliando os horizontes da especulação financeira.

Fato marcante desse processo é a alteração da taxa básica de juros no capitalismo norte-americano em 1979. A inflação acumulada naquele período ocasionava a transferência de renda à custa dos credores às frações do capital não-financeiras, bem como às famílias e ao governo. A reversão dessa tendência teve como consequência a enorme transferência de renda do capital para os setores financeiros impulsionada pela alta da taxa de juros e pelo crescimento artificial do mercado de ações norte-americano. Nas décadas neoliberais, particularmente a partir da segunda metade da década de 1980, as taxas de lucro do setor não-financeiro da economia passam a oscilar de forma

quase horizontal e observa-se um crescimento vertiginoso das taxas de lucro das corporações financeiras.

A relação entre Estados nacionais e capital financeiro aprofunda-se. Os primeiros adquirem a função de transformar seus territórios em zonas de rápida valorização do capital-dinheiro deslocado de maneira cada dia mais ágil pelos grandes investidores ao redor do globo.

Criam-se verdadeiros “territórios monetários” que se espraiam e competem através de um universo integrado pelas desregulações nacionais do movimento de capitais e pela descompartmentalização dos próprios mercados financeiros do câmbio, dos títulos públicos e privados, das ações, dos imóveis e das *commodities*. Nasce, então, uma nova onda de internacionalização e concentração financeira mais volátil e excludente do que a que ocorreu no século XIX, porque é impulsionada, em última instância, pela flutuação cambial que não existia no padrão-ouro (FIORI, 1999, p. 72).

Se comparado à supremacia britânica que o antecedeu, o imperialismo norte-americano goza de vantagens de dominação consideráveis sobre a economia mundial. O poder político e militar inglês ancorava-se no crescimento real da economia, seja da própria indústria britânica ou na exploração das colônias e domínios ingleses. O que garantia a hegemonia de sua moeda em relação às demais era, portanto, a pujança de seu capitalismo. O câmbio flutuante do padrão-dólar insere o poder político e militar como principal avalista do valor da moeda. Uma única superpotência é agora capaz de arbitrar, através da manipulação das taxas de juros e do movimento competitivo de seus capitais, o valor das moedas dos diversos países e continentes. Não obstante, a disputa entre Estados nacionais, o princípio da territorialidade, permanece entre as grandes potências com capitais financeiros constituídos e que, apesar da dolarização, tentam impor a autonomia de suas moedas e, portanto, da livre movimentação de seus capitais.

Nesse caso, a comparação entre os finais do século XIX e XX pode estar apontando para uma explicitação progressiva das relações

capitalistas em suas formas mais ocultas e intoleráveis do ponto de vista da ideologia liberal. Tudo ocorre como se, progressivamente iniciando no padrão-ouro e passando pelo sistema monetário inaugurado em Bretton Woods e sobretudo depois de 1991, o poder político e militar tenha se tornado no principal avalista do valor do dinheiro, e o inverso também se explicita, pois o dinheiro passa a assumir, de maneira mais transparente, o seu papel como instrumento do poder, indo dos antigos Príncipes às novas potências que governam o mundo (FIORI, 1999, p.74).

O enorme crescimento do capital fictício derivado desse processo é determinante para entendermos o surgimento do neoliberalismo. A fusão do capital bancário com o capital industrial que está na origem do *capital financeiro* com a consequente concentração e centralização dos capitais sofre, na época neoliberal, uma nova complexificação devido à fuga cada vez maior dos investimentos da esfera da produção para a esfera da especulação financeira. O capital portador de juros passa a ocupar papel determinante na valorização do valor. O enorme crescimento dos mercados bursáteis ao redor do globo determina o aparecimento, no interior da classe burguesa, de setores ainda mais fortemente voltados para a noção abstrata da valorização do valor, onde ignora-se cada vez mais as mediações concretas ligadas às necessidades de consumo, ao valor de uso das mercadorias¹⁶.

Já não são apenas bancos controlando cadeias produtivas inteiras, eles próprios são agora controlados por novas instituições financeiras cujo único propósito é extrair rendimentos dos títulos e ativos financeiros que possuem. O controle de fatias gigantescas da acumulação capitalista passa a se dar a partir da centralização da mais-valia não reinvestida no processo produtivo, tanto daquela que se transformaria em lucro do capitalista individual, quanto do

¹⁶Esse distanciamento foi retratado com maestria no filme, lançado em 2012, do diretor francês Costa-Gravas intitulado *Le Capital* (uma adaptação da novela de 2004 do escritor francês Stéphane Osmond). No filme, o anti-herói representado pelo personagem do banqueiro Marc Tournel, aventura-se no jogo das altas finanças subindo até o posto de presidente de uma grande corporação. A certa altura do filme, um de seus subordinados o interpela sobre a necessidade de vender títulos que encontravam constante desvalorização no mercado e Marc o questiona: “O que estamos vendendo mesmo?” e seu subordinado responde “Ora, eu achei que o Sr. soubesse...”.

valor-necessário pago à força de trabalho¹⁷.

Nos termos dessas transformações, instituições especializadas (antes pouco visíveis) tornaram-se, pela intervenção dos mercados bursáteis, as proprietárias dos grupos: proprietários-acionistas de um tipo particular que têm estratégias inteiramente submetidas à maximização de uma nova grandeza, o “valor acionário”. Correntemente designado pelo nome de “investidores institucionais”, esses organismos (fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimento) fizeram da centralização dos lucros não reinvestidos das empresas e das rendas não consumidas das famílias, especialmente os planos de previdência privados e a poupança salarial, o trampolim de uma acumulação financeira de grande dimensão (CHESNAIS, 2005, p. 36).

Essa nova estratificação no interior do grande capital implica a impessoalidade do investidor capitalista, o encobrimento dos seus interesses pela roupagem tecnocrática dentro e fora do aparelho de Estado. Segundo Chesnais, o antropomorfismo dos mercados expresso nos gestores das carteiras de ações mais importantes e internacionalizadas (cuja incidência nas economias menos desenvolvidas é significativa, incluindo a especulação em torno das *commodities*, a participação acionária nas indústrias locais e nas empresas públicas, no próprio capital bancário e, principalmente, nos títulos da dívida pública), implica no aumento de poder das autoridades monetárias, sustentado pelo fetiche em torno dos “valores” criados pelos mercados financeiros. São os operadores na bolsa de valores que “delimitam os contornos da mundialização financeira e decidem quais agentes econômicos pertencentes a quais países e em quais tipos de transações, participarão” (CHESNAIS, 2005, p. 45).

Esse processo coloca no primeiro plano da acumulação capitalista uma configuração específica da propriedade, outrora subordinada à acumulação do valor mais diretamente ligada à produção. É a propriedade patrimonial, cujo

¹⁷Um dado simples e corriqueiro, citado por Chesnais (2005, p. 37), a obrigação do trabalhador ter uma conta bancária para o provimento do salário, chama atenção sobre o quanto estamos habituados com o domínio do capital financeiro sobre nossas vidas.

sujeito fundamental passa a ser o proprietário-acionista e, principalmente, o acionista institucional proprietário de títulos da empresa.

Esta nova complexificação do capital financeiro eleva a concentração e centralização de capitais a um estágio superior, no qual já não se baseia tanto na realização do valor através da venda ou consumo das mercadorias, mas no rendimento em relação à propriedade de títulos e ações. Ela se estende agora não apenas à extração do trabalho vivo que se converte em mais-valia nas mãos da empresa ou do banco. Os chamados investidores institucionais centralizam em suas mãos o próprio lucro (a mais-valia não reinvestida), a renda das famílias, os dividendos oriundos de obrigações ligadas aos empréstimos, as dívidas dos Estados e, não menos importante, a poupança dos setores médios e da classe trabalhadora, particularmente sua aposentadoria.

Não é a toa que os fundos de pensão figurem como as principais instituições não bancárias no atual ciclo de financeirização. Eles centralizam nos regimes privados de previdência uma forma de poupança cujas rendas salariais representam a fonte inicial. Tais instituições atuam também na esfera dos empréstimos, antes restritos à esfera bancária, e na compra de títulos e ações. Isso tem implicações diretas sobre a luta de classes, com implicações ideológicas perversas sobre a classe trabalhadora nos países centrais.

Os assalariados aposentados deixam de ser “poupadores” e tornam-se, sem que tenham clara consciência disso, partes interessadas das instituições cujo funcionamento repousa na centralização de rendimentos fundados na exploração dos assalariados ativos, tanto nos países onde se criaram os sistemas de pensão por capitalização quanto naqueles onde se realizam as aplicações e as especulações. Os planos de poupança salarial fazem de seus beneficiários indivíduos fragmentados, cuja personalidade social está cindida: de um lado, a de assalariados e, de outro, de membros auxiliares das camadas rentistas da burguesia. Ambivalência que as oligarquias financeiras e políticas dos países capitalistas avançados estão plenamente conscientes e que buscam explorar ao máximo (CHESNAIS, 2005, p. 52).

Em seu estudo sobre a crise capitalista dos países centrais que eclodiu a partir de 2008/2009, Duménil e Lévy (2014), ressaltam a importância dessa nova fração financeira no interior da classe capitalista. Eles definem o neoliberalismo como uma das principais fases ou uma das três “ordens sociais” no interior da periodização mais geral do capitalismo, onde se delimita a existência de um “capitalismo moderno” a partir do início do século XX. As tais “ordens sociais” delimitadas pelos autores assemelham-se à noção das ondas longas explicitadas por Mandel, mas aqui sublinha-se a relação com o ascenso e declínio dos centros imperialistas internacionais. Dessa forma, o neoliberalismo surge como inseparável da hegemonia norte-americana e sua crise é também associada à crise do imperialismo e as crescentes dificuldades em submeter o mundo à sua hegemonia tanto econômica quanto política e militar (cf. Duménil e Lévy, 2014, p.17).

A noção de “capitalismo moderno” estaria ligada, segundo os autores, à três “revoluções” no interior da divisão internacional do trabalho ocorridas em fins do século XIX e no primeiro quartel do século XX: a revolução corporativa, referente ao processo de concentração e centralização de capitais de fins do século XIX, ao surgimento dos monopólios; a revolução financeira, ligada ao controle do capital industrial pelo capital bancário, surgimento do capital financeiro ou hegemonia das finanças; e a revolução gerencial, com a separação entre administração e propriedade do capital e a crescente autonomia da primeira em relação à segunda (cf. Duménil e Lévy, 2014, p.23 e 24).

É a conjugação dessas três revoluções que daria origem à hegemonia das finanças no plano internacional. O controle das empresas e de cadeias de produção inteiras passa a ser assegurado pela posse de títulos das empresas, originando uma classe burguesa cada vez mais distanciada do empreendimento individual e da materialidade que compõe as mercadorias a serem produzidas. As finanças passam a exercer um papel controlador das possibilidades de acumulação capitalista ao redor do globo ao controlarem diversas cadeias produtivas pela concentração dos títulos e ações das

empresas.

Antes das três revoluções, houve obviamente capitalistas monetários além dos “capitalistas ativos” (empreendedores), bem como o setor financeiro na economia. Porém no início do século XX construiu-se uma nova configuração institucional, em que grandes famílias capitalistas controlavam grandes lotes de ações e apólices, potencialmente diversificadas em muitas indústrias e na qual um setor financeiro desempenhava papel importante no financiamento da acumulação e no exercício das prerrogativas ligadas à propriedade. A noção de finanças é fundamental na análise do neoliberalismo. (Duménil e Lévy, 2014, p. 23)

Esse último aspecto teria dado origem à uma nova configuração entre as classes com o surgimento de uma “classe gerencial” formada pelo “pessoal gerencial e administrativo” cujos rendimentos (embora pagos na forma de salários) excedem em muito o preço da força de trabalho, participando indiretamente dos ganhos de capital e situando esses setores no topo da pirâmide social, entre os 5% mais ricos. Como estes setores, em tese, também vendem sua força de trabalho, os autores denominam “classes populares” ao conjunto dos trabalhadores assalariados (operários ou de serviços) que não participam desse estrato social. Trata-se aqui do pessoal vinculado tanto à administração das empresas, como operadores das bolsas de valores, seguradoras e gestoras de fundos de pensão, bem como parte da burocracia de Estado.

É essa nova configuração que daria conteúdo de classe às orientações de esquerda e direita no capitalismo moderno. Dessa forma, o *New Deal* norte-americano ou o “Estado de bem estar social” na Europa são compreendidos como uma primeira hegemonia das finanças, caracterizada pela aliança de centro-esquerda entre essa “classe gerencial” e as classes populares impondo limites ao avanço desenfreado do capital no pós guerra. De outro lado, o neoliberalismo é entendido como uma aliança entre capitalistas e gerentes pelo alto, excluindo as classes populares, sob hegemonia (a segunda hegemonia) das finanças, objetivando a valorização do valor e aproximando os interesses,

chegando próximo a fusão, destes dois setores (cf. idem, p.28).

Utilizar a categoria de “nova classe social” para definir o setor mais diretamente ligado às funções gerenciais das empresas e do capital financeiro pode, no entanto, confundir mais do que explicar a correlação de forças entre as classes sob o neoliberalismo. O termo classe social é usado pelos autores levando em conta a condição social dessa categoria frente aos meios de produção. De um lado, tal setor não é, *formalmente*, proprietário dos meios de produção e sua participação na extração do excedente econômico se dá somente de forma indireta. De outro, a forma *salário* aqui serve somente para encobrir a participação no excedente econômico, já que os altos rendimentos desse setor os afastam enormemente do conjunto da classe trabalhadora e já que seu trabalho serve somente para multiplicar a mais-valia e concentrá-la nas mãos das empresas do setor financeiro.

Entretanto, essa aparente contradição não é suficiente para classificar esse setor como uma *outra* classe, apartada das classes sociais fundamentais. O que define a divisão em classes em uma sociedade *especificamente* capitalista não é somente a condição de proprietários e não-proprietários de meios de produção, mas o fato de que uma parte cada vez menor da sociedade vive da extração do excedente econômico e que um enorme contingente de seres humanos passa a depender da venda e reposição de sua força de trabalho. Observe-se que formas menos desenvolvidas de capital já continham contradições semelhantes: o *capital bancário*, bem como o *capital comercial* também se relacionam de forma indireta, como fatores que atuam nas condições de produção ou de realização da mais-valia, mas nem por isso deixam de fazer parte do *capitalista coletivo*, ou seja, compõe frações de classe da burguesia.

O que define, para Marx, a burguesia em uma sociedade *especificamente capitalista* é o fato de que esta atua na produção ou circulação de mercadorias com vistas à maximizar a valorização do valor. O processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, descrito por Marx como a passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital, corresponde ao

processo pelo qual o capital liberta-se das relações pessoalizadas e da relação direta da compra e venda da força de trabalho, legadas pelo processo de transformação da antiga oficina medieval em pequena indústria capitalista.

No capitalismo consolidado o capitalista individual afasta-se cada vez mais das funções de coordenação e organização do processo de trabalho para cuidar exclusivamente das funções de valorização do valor¹⁸. O surgimento do capital financeiro é, sem dúvida, o ponto de chegada desse processo mais geral, com os bancos controlando cadeias produtivas inteiras e deslocando capitais ao redor do globo. Entendemos que a atual *hegemonia das finanças* não é outra coisa senão a especialização e complexificação no interior do capital financeiro.

De outro lado, o determinante econômico não basta, como vimos, para a definição das classes sociais. As classes sociais somente são definidas em luta, ou seja, em relação aos interesses históricos mais gerais que podem representar na luta pela conservação ou tomada do poder político. Nesse sentido, o setor de classe ao qual aludem Duménil e Lévy, dificilmente pode constituir um interesse próprio em separado dos interesses do imperialismo e do capital financeiro internacional, ao contrário, são justamente o setor dominante entre as frações da burguesia imperialista. Dessa forma, os administradores e gerentes das grandes corporações financeiras compõe o capitalista coletivo, sendo parte fundamental da fração de classe ligada ao capital financeiro internacional. O fato de entrarem na contabilidade das empresas como “renda do trabalho” não faz desse setor uma classe social em separado, pois atuam, tanto nas indústrias quanto no próprio Estado, de acordo com os interesses da maximização da extração do excedente.

De fato, a aliança destes setores com setores populares pode ter sido possível no imediato pós-II guerra mundial, mas isso se deu também aí em função dos interesses mais gerais (tanto econômicos como políticos) de manutenção da hegemonia imperialista, dando ênfase às corporações e à

18Cf. Marx, K. *Capítulo VI – Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Editora Moraes, s/d.

revolução tecnológica (elementos determinantes, como vimos, para a ascensão do capitalismo tardio). A mudança que se dá no período neoliberal é o fato de que esses setores passam a se orientar cada vez mais para a multiplicação da mais-valia pela especulação financeira, ou seja, para a produção do capital fictício. Isso reforça um setor dos gerentes do capital que passa a crescer e torna-se fração hegemônica no neoliberalismo.

No neoliberalismo, o objetivo principal tornou-se o mercado de ações e a renda do capital. Consequentemente, existe uma relação recíproca entre a prevalência de uma configuração específica de poder e a preeminência de um ou outro componente de gerência. A conjuntura histórica do New Deal conferiu certo grau de preeminência aos funcionários do governo. Orientou o desenvolvimento da gerência para essa direção particular. O compromisso do pós-guerra estimulou as capacidades gerenciais sob todos os aspectos, mas com ênfase particular na tecnologia e na organização. O neoliberalismo influenciou as tendências gerenciais em favor do componente financeiro da gerência. (Duménil e Levy, 2014, p.87)

Essa fração de classe passa a ser determinante também, como vimos, no perfil da burocracia de Estado, principalmente a partir do crescimento das instituições financeiras ligadas aos fundos de pensão, bem como dos administradores de títulos da dívida pública. O desmonte do Estado de bem estar social serviu diretamente à esses setores. Direitos sociais como a seguridade social tornam-se não somente mercadorias-serviço, mas ativos financeiros a serem negociados nos mercados de capitais. O caráter tecnocrático de que se revestem os representantes dos interesses das grandes corporações financeiras internacionais é funcional à nova ordem onde a disputa do fundo público adquire centralidade. Nesse contexto é que reaparece o “duplo movimento” contraditório do liberalismo que opõe não somente o princípio do livre comércio ao princípio do território e da soberania nacionais, trata-se de um antagonismo entre a liberdade de capitais e o próprio regime democrático.

Um dilema muito mais difícil de ser enfrentado agora do que foi há um

século, porque nesses cem anos, como previra Polanyi, alargaram-se os sistemas políticos e o crescimento das grandes metrópoles aumentou geometricamente o potencial de resistência social a ser atropelada por uma estratégia monetária e orçamentária que reduz, inevitavelmente, as expectativas de mobilidade social da população (FIORI, 1999, p. 81).

A produção capitalista expande-se, assim, para todos os domínios do convívio social. Os direitos conquistados no período de expansão do capitalismo (de 1940 a 1968), em particular com as políticas do *Welfare State*, tornam-se rapidamente mercadorias a serem conquistadas pelas transnacionais, o domínio estatal sobre a produção de serviços fundamentais (como fornecimento de água, energia elétrica, telefonia) se tornam uma prioridade para o avanço do capital.

O Estado no capitalismo tardio apresenta, assim, uma aparente dubiedade. De um lado, para fazer frente às crescentes dificuldades de valorização do capital, ele é levado a intervir na economia elevando (ao menos no período de expansão) seu papel de organizador e programador dos investimentos, de outro, é levado (no período de estagnação) a abrir novos flancos de investimento ao capital privatizando e entregando às forças de mercado funções que havia anteriormente acumulado, em grande medida pela pressão das classes subalternas e como forma de conter o descontentamento delas proveniente.

Assim, o chamado *Estado mínimo* neoliberal não significa uma redução do papel do Estado, mas a ampliação de seu papel de administrador dos interesses da classe dominante em uma conjuntura de estagnação e decréscimo das taxas de lucro, o que o leva a reduzir seu papel conciliador e sua capacidade de incorporar demandas das classes populares. Trata-se apenas da diminuição do papel do Estado diante das mazelas geradas pelo capitalismo, a questão social passa agora a ser tratada como um assunto também entregue às forças do mercado a partir da terceirização dos serviços. Ao mesmo tempo, há também o crescimento da função do Estado como

garantidor das condições mínimas de lucratividade das grandes transnacionais e do capital financeiro. A unidade constitutiva entre Estado e capital nacional se dissolve, retirando boa parte da capacidade do Estado em planejar os investimentos e desenvolver políticas industriais com um mínimo de autonomia. O papel central do Estado passa a ser o de articular os interesses do capital financeiro internacional com as frações da classe burguesa no plano interno, aumentando a atratividade do território nacional aos investimentos do capital estrangeiro:

[...] uma das funções econômicas do Estado – a qual Mandel caracteriza como sendo de assegurar as condições gerais de produção – passou a ser a garantia dessa *atratividade*, a partir das novas relações entre este e grupos mundiais, onde o primeiro tem um lugar cada vez mais subordinado. Dentro disso, os Estados nacionais restringem-se a: cobrir o custo de algumas infra-estruturas (sobre as quais não há interesse do investimento privado), aplicar incentivos fiscais, garantir escoamentos suficientes e institucionalizar processos de liberalização e desregulamentação, em nome da *competitividade*. (Behring, 2008, p. 59)

O neoliberalismo não é, portanto, apenas uma formulação ideológica, ele é a tradução para a esfera das superestruturas, da necessidade atual de reprodução da sociedade capitalista em um momento de aguçamento das contradições do capital que reforça o parasitismo da classe dominante. A necessidade, portanto, de liberalização e desregulamentação da economia dos diversos países corresponde às necessidades atuais do capital financeiro em expandir-se potencializando o aumento da taxa de lucro e a concentração e centralização do capital nas mãos do capital monopolista internacional.

A chamada “globalização neoliberal” implica, segundo Ianni (1998) uma nova definição das relações intercapitalistas no plano internacional em um processo ao mesmo tempo desigual, contraditório e combinado entre os países:

“Desigual”, devido aos desníveis e às irregularidades na realização das forças produtivas e das relações de produção. “Contraditório”, porque leva consigo tensões e atritos entre os subsistemas econômicos nacionais e regionais, enquanto províncias do sistema

econômico global. E “combinado”, já que, a despeito das desigualdades de todos os tipos e das contradições também múltiplas, desenvolve-se em geral alguma forma de acomodação, associação, subordinação ou integração, nas quais os polos dominantes ou mais dinâmicos subordinam, orientam ou administram os “emergentes”. (Ianni, 1998, p.29)

Dois aspectos chamam a atenção na reflexão de Octavio Ianni sobre o neoliberalismo. Em primeiro lugar, destaca-se a diferenciação no papel do Estado e seu distanciamento da sociedade nacional. É interessante notar que os Estados se tornam, segundo ele, “amortecedores situados entre as forças econômicas externas e a economia nacional” (ibidem.). Note-se que esse é justamente o papel do Estado nos países dependentes indicados na dupla pressão à qual as burguesias dos países latino-americanos estariam sujeitas, conforme vimos na análise de Florestan Fernandes. Entretanto, no neoliberalismo a seta se inverte: enquanto o papel do Estado era, para as burguesias latino-americanas no período pós-guerra, o de preservar minimamente os interesses do capital nacional diante do capital estrangeiro, no neoliberalismo o Estado transforma-se numa máquina cujo propósito é, justamente, o de adaptar a sociedade e economia nacionais aos interesses das grandes transnacionais dos países imperialistas.

As chamadas instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), dirigidas pelos países onde se concentram o capital financeiro e as transnacionais, formam uma estrutura supranacional cujo poder subordina e condiciona as políticas dos Estados nacionais. Isso não anula as contradições entre as burguesias locais (ou a burguesia interna) dos países e o capital estrangeiro, mas faz com que o raio de ação das burguesias internas se reduza enormemente. Para apropriarem-se, como antes, do Estado e instrumentalizá-lo segundo seus interesses essas burguesias devem, antes, adaptarem-se às regras do jogo ditadas desde fora. Devem se adaptar não somente à divisão internacional do trabalho, mas também às modernas formas de gestão do

trabalho e ao padrão de acumulação da burguesia internacional se quiserem garantir seus interesses diante desta através do controle do aparelho de Estado.

Nesse sentido, se antes a tônica ideológica do “nacionalismo burguês” articulava-se em torno da diferenciação dos seus interesses diante do Estado através de políticas protecionistas (tratamento diferenciado em relação ao capital estrangeiro com taxa de juros compatíveis ao investimento produtivo, imposto diferenciado, prioridade ao capital nacional, controle das remessas de lucro das multinacionais, etc.), agora suas principais exigências passam a ser articuladas em torno das palavras-chave: *adaptabilidade* e *competitividade*. Em outras palavras, passam a exigir do Estado as condições necessárias para que as empresas locais participem como sócias menores da desregulamentação e liberalização da economia nacional.

A adequação dos Estados nacionais às exigências da globalização neoliberal opera, segundo Ianni, um deslocamento da política ao transformar as nações em “províncias do capitalismo global”, secundarizando ou mesmo interditando as disputas referentes à questão nacional e temas como a soberania nacional, a democracia e a participação política. Ocorre, assim, um distanciamento entre Estado e sociedade civil, dificultando a disputa de hegemonia pelas classes subalternas (cf. *idem*, p. 29-30). Acrescentamos que essa dificuldade atinge também as frações locais da burguesia que se veem premidas entre o aprofundamento de sua condição de dependência ou seu aniquilamento diante do poderio do capital financeiro internacional.

O que está em causa, na base da política de reestruturação do Estado, destinada a criar o Estado mínimo e decretar a formação de “mercados emergentes”, é a destruição de projetos de capitalismo nacional e de socialismo nacional; bem como a transformação dessas nações em províncias do capitalismo global. Em lugar do projeto nacional, capitalista ou socialista, o projeto de capitalismo transnacional, transnacionalizado, administrado desde o alto e desde fora. (Ianni, 1999, p. 130)

Esse deslocamento da política que distancia o Estado das questões nacionais remete ao segundo aspecto recorrente nas análises de Ianni sobre o neoliberalismo, a saber, o papel central ocupado pela grande mídia na construção de hegemonia. A concentração e centralização do poder nas mãos das empresas e conglomerados internacionais faz com que as interpretações dos fatos e a elaboração coletiva de uma visão de mundo passem também pelo filtro desses interesses. A mídia passa a funcionar, segundo Ianni, como um “príncipe digital”, utilizando como metáfora o conceito de “moderno príncipe” de Gramsci, atuando como o “partido maior” da classe dominante. Ela passa a ocupar o papel de transmissão massiva das ideias da classe dominante agora filtrada pelos interesses externos. Dessa forma, às classes e frações de classe locais que quiserem garantir seus interesses particulares, não basta apenas ocupar o bloco no poder de Estado, mas também garantir seu espaço na grande mídia que atua como intelectual orgânico dos interesses mais gerais da classe burguesa cada vez mais sob o domínio dos grupos e do bloco no poder predominante em escala mundial (cf. idem, p. 131).

O neoliberalismo não é, assim, apenas um corpo ideológico que serve de justificativa à globalização capitalista sob o controle das transnacionais e dos setores financeiros. Ele é a forma de adaptar o Estado e a sociedade nacionais ao capitalismo tardio em seu momento de estagnação crônica. Trata-se de uma ideologia, certamente, mas qualquer ideologia para ter eficácia necessita de uma base material correspondente. Como vimos, são as transformações capitalistas do último quartel do século XX que servem de base à ascensão do capital financeiro e da hegemonia das finanças no plano internacional. São estas transformações que demandam a desregulamentação da economia, a reestruturação produtiva e a contrarreforma do Estado. Daí usarmos a terminologia de Gramsci, do *bloco histórico* para designar o período neoliberal. Trata-se, de fato, da adaptação não apenas econômica mas também ideológica a um novo padrão de dominação, nos remetendo às relações entre as mudanças observadas no nível das estruturas e sua tradução para as superestruturas, alterando as condições objetivas e também subjetivas

da dominação de classe, as relações entre as forças materiais de produção e as ideologias.

Sim, o neoliberalismo diz respeito à transnacionalização das forças produtivas e das relações de produção, atravessando os territórios e as fronteiras, tanto quanto os regimes políticos e as culturas. São “forças produtivas”, tais como o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o mercado, o planejamento e a violência, concretizando a transformação de formas de vida e trabalho, compreendendo práticas e imaginários. São “relações de produção”, tais como a liberdade e a igualdade de proprietários organizados no contrato, o que compreende a empresa, a corporação, o conglomerado, o Estado, o direito, os códigos jurídico-políticos, a contabilidade, a calculabilidade, a produtividade, a competitividade, e a lucratividade. Envolvem instituições e organizações, práticas e ideais, modos de pensar e agir, em geral racionais, pragmáticos ou instrumentais, de modo a agilizar e generalizar as condições de operação dos “fatores de produção” (Ianni, 1998, p. 29).

É isso o que explica a rápida generalização da ideologia neoliberal a partir da década de 1980, não apenas em governos à direita do espectro político. Segundo Anderson (1995), a combinação entre baixas taxas de crescimento com o aumento da inflação ampliavam enormemente a influência das ideias de Hayek e seus partidários, fornecendo uma explicação à crise que se ajustava às necessidades da recomposição das taxas de lucro do capital internacional. Mas foi apenas ao final da década de 1970 e início dos anos 80 que surgiu a oportunidade decisiva para a hegemonia do programa neoliberal, com as eleições de Margaret Thatcher e Ronald Reagan para os governos da Inglaterra e Estados Unidos, respectivamente. Chama a atenção o fato de que a influência do programa neoliberal não se restringiu a esses governos mais diretamente alinhados ao capital financeiro internacional. A ascensão de setores da social-democracia à governos no sul do continente europeu e a subsequente adesão de tais setores aos cânones do pensamento neoliberal comprovam a capacidade hegemônica do neoliberalismo como bloco histórico, ainda que constituindo aquilo que Anderson intitula uma “variante mansa do paradigma neoliberal” (ibidem, p. 19).

O que demonstravam estas experiências era a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia. No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal. O neoliberalismo havia começado tomando a social-democracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da social-democracia. Depois, os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais. (ibid., p.14).

O texto de Perry Anderson ao qual estamos fazendo referência é resultado de um seminário realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1994, meses antes da eleição de Fernando Henrique Cardoso, onde o autor faz um balanço crítico da implementação das políticas neoliberais no plano internacional. O neoliberalismo havia cumprido, de fato, várias de suas promessas. De um lado, conteve as altas taxas de inflação nos países da OCDE (caindo de 8,8% para 5,2% entre as décadas de 70 e 80) e recuperou as taxas de lucro do capital nesses países. Segundo o autor, a razão principal desse sucesso foi a derrota do movimento sindical (eleito como principal responsável pela depressão econômica dos anos 70) com a enorme redução do número de greves e a conseqüente redução salarial. Entretanto, o programa neoliberal demonstrava-se um grande fracasso naquilo que era o objetivo declarado desse conjunto de medidas.

Então, em todos estes itens, deflação, lucros, empregos e salários, podemos dizer que o programa neoliberal se mostrou realista e obteve êxito. Mas, no final das contas, todas estas medidas haviam sido concebidas como meios para alcançar um fim histórico, ou seja, a reanimação do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas altas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise dos anos 70. Nesse aspecto, no entanto, o quadro se mostrou absolutamente decepcionante. Entre os anos 70 e 80 não houve nenhuma mudança – nenhuma – na taxa de crescimento, muito baixa nos países da OCDE. Dos ritmos apresentados durante o longo auge, nos anos 50 e 60, restam somente uma lembrança distante. (Idem, p.15).

Essa introdução nos ajuda a demarcar o momento da primeira vitória do programa neoliberal no Brasil. Em aparente paradoxo, a proliferação de governos neoliberais na América Latina não se daria no auge de tais ideias, mas quando elas já demonstravam (mesmo do ponto de vista dos objetivos das economias de capitalismo avançado) sua insuficiência. Embora no início da década de 1990 já fosse possível um balanço crítico das experiências neoliberais, as ideias de desregulamentação financeira e desmonte do Estado de bem-estar social ganharam nova projeção com a derrocada das experiências do chamado “socialismo real” e a adesão dos países do leste europeu ao receituário neoliberal.

3.2 Neoliberalismo e correlação de forças nos anos 1980

A onda de estagnação do capitalismo mundial, a qual nos referimos acima, impactou a América Latina em duas fases. A primeira está diretamente vinculada ao período de adaptação das economias do continente às exigências do capital monopolista, na maioria dos casos levada à cabo pelos governos militares nas décadas de 1960 e 1970. Esse período construiu o ambiente propício para a exportação de capitais por parte dos países imperialistas como forma de compensar a queda na taxa de lucros. É o tempo do processo de industrialização dependente, integrando os países da América Latina à reprodução ampliada do capital.

Com a derrota dos projetos de corte nacionalista ou que visavam romper a dependência externa, o desenvolvimento industrial teve como combustível a entrada de capitais estrangeiros e o financiamento dos países centrais. Sendo assim, a segunda fase reflete a transferência da crise para as economias periféricas na forma de queda da taxa de investimentos e do aumento do endividamento externo. A dívida dos países do terceiro mundo foi o ponto de partida fundamental para constituir o ambiente favorável às medidas neoliberais.

A América Latina dos anos 1970 e 1980 foi o primeiro laboratório da

exploração de crises econômicas e políticas ocasionando choques que alavancaram a retirada de direitos e o desmonte do Estado. O primeiro país orientado a aproveitar a conjuntura de instabilidade econômica e política para alavancar as medidas de ajuste foi o Chile durante a ditadura Pinochet, da qual o próprio Milton Friedman era conselheiro. A instabilidade criada pelo golpe de Estado forneceu o ambiente adequado ao corte de impostos, a liberalização do comércio, à desregulamentação da economia, à privatização dos serviços fundamentais e à perda de direitos. Além disso, o governo tinha à sua disposição a perseguição aos descontentes pelos meios da tortura e do terror generalizado.

Mesmo nos países recém-saídos dos governos militares, em conjunturas de democracia formal e eleições regulares, a crise econômica e o aumento da inflação funcionavam como importante elemento de chantagem, já que o financiamento das dívidas vinha acompanhado do compromisso com as medidas neoliberais. Sob a justificativa da necessidade de um novo modelo de desenvolvimento para os países do “Sul” e do “Leste”, instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial, passaram a utilizar a pressão do endividamento externo como mote para impor o receituário neoliberal. Tratava-se de uma operação ideológica que associava, num mesmo pacote, o Estado de bem-estar social na Europa, o socialismo real do leste europeu e o Estado desenvolvimentista na América Latina, como expressões do mesmo mal: a concepção do Estado como provedor de serviços fundamentais e sua interferência nas leis do mercado. A nova ordem econômica viria acompanhada da estratégia de enfraquecimento de quaisquer laços de solidariedade entre os países em desenvolvimento.

Foi nos anos 80, entretanto, a partir da administração Reagan e da sua grande restauração liberal-conservadora, que se criaram as condições econômicas e políticas que permitiam associar esta nova orientação geoeconômica ao projeto simultâneo de abandono do próprio desenvolvimentismo. A “diplomacia do dólar forte” e a falência financeira dos últimos Estados desenvolvimentistas abriram as portas para a promoção ativa da convergência das políticas econômicas na região. Na segunda metade da década de 1980, a renegociação das

dívidas externas permitiu que a estratégia de “cooptação seletiva” se associasse de forma mais clara e definitiva ao projeto de restauração da periferia latino-americana do princípio liberal vigente no século XIX: mercados desregulados, economias abertas e exportadoras e Estados liberais não intervencionistas (FIORI, 1999, p. 78-79).

Estes elementos ajudam a situar a hegemonia do projeto neoliberal a partir do desfecho da correlação de forças aberta na luta de classes no Brasil durante a década. Esse período insere-se também como a expressão explosiva do acúmulo de contradições geradas no término do longo ciclo da revolução burguesa no Brasil (no sentido empregado por Florestan Fernandes). Em nosso entendimento é isso o que explica a entrada de novos sujeitos em cena recolocando na ordem do dia um projeto de reformas democráticas capaz de polarizar a sociedade. Isso ajuda a entender também as dificuldades das frações burguesas em unificarem-se no controle do aparelho estatal.

Segundo Filgueiras (2006, p.179), ao tratarmos do processo mais geral que configura a vitória do neoliberalismo no Brasil, é importante diferenciar, conceitualmente, o que vem a ser o *neoliberalismo*, como doutrina político-econômica mais geral; o *projeto neoliberal* que expressaria a forma como, concretamente, essa doutrina se expressou num programa correspondente às particularidades da sociedade brasileira, resultante das disputas entre as distintas frações de classe da burguesia e destas com o conjunto da classe trabalhadora; e, por último, o *modelo econômico neoliberal periférico* que diz respeito à forma como esse projeto acabou se configurando, respondendo a determinações presentes na conjuntura econômica anterior do país e que o diferenciaria de outros países da América Latina, embora mantendo o caráter comum subordinado aos centros imperialistas.

Dito de outra forma, ainda que se considere a abrangência do neoliberalismo enquanto ideologia, esta não foi pura e simplesmente implantada desde fora. Enquanto *bloco histórico* o projeto neoliberal teve de considerar os interesses locais das diversas frações burguesas e adaptar-se à conjuntura política e econômica imperante no Brasil no início dos anos 1980.

Esta última era marcada pelo esgotamento do ciclo desenvolvimentista levado a cabo durante a ditadura militar, com o recrudescimento do endividamento externo e suas consequências. A dificuldade na formulação de políticas de redistribuição de renda e investimento produtivo marcaram a luta política durante o período cujo elemento decisivo passa a ser a chamada “pedagogia da inflação”, o principal fermento da ideologia neoliberal na década seguinte (cf. Behring, 2008, p. 138).

A pressão imperialista pela adequação do Brasil às exigências da mundialização do capital representava uma resposta capaz de reunificar os interesses capitalistas no Brasil, mas isso não se deu de forma imediata. Havia várias razões para que ao menos parte da burguesia brasileira tentasse reformar o projeto desenvolvimentista tentando garantir seus interesses, o que as colocava em contradição com as frações do capital mais diretamente ligadas ao capital financeiro internacional.

Não obstante o regime militar tenha aberto o caminho para uma maciça entrada de capitais estrangeiros no país, ele não havia levado a cabo, como no Chile, a desregulamentação total da economia, preservando certos elementos característicos do modelo de substituição de importações. Mantiveram-se políticas de restrição à remessa de lucros, medidas de protecionismo à setores do capital nacional e o controle estatal sobre as empresas públicas. Isso forneceu um ambiente diferenciado ao ideário neoliberal. Ele não estava aqui associado à conjuntura ditatorial e, ao colocar o Estado como problema e alvo central, associava-se ao debate sobre os caminhos da redemocratização.

Além disso, como afirma Coutinho (2003), a ditadura havia modernizado as relações capitalistas no Brasil, submetendo o campo à cidade e deslocando um contingente enorme de pessoas para os grandes centros urbanos, construindo, assim, os pressupostos da sociedade civil burguesa, como uma arena ampliada de disputa de hegemonia para além do poder político central. É esse desenvolvimento que explica a entrada de novos sujeitos em cena com o vigoroso movimento operário do ABC paulista, o ascenso dos movimentos grevistas e dos movimentos populares, constituindo uma força social

alternativa que se expressaria na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e no Partido dos Trabalhadores (PT).

A transição democrática iniciava-se com um clima ideológico capaz de pautar forças à direita e à esquerda do espectro político. Segundo Vianna (2006, p.18) a radicalização da polarização entre *modernização* e *atraso* na retomada do pensamento crítico sobre a realidade brasileira, identificava um alvo comum dos problemas no período de transição democrática: o Estado era visto, à esquerda, como símbolo das relações oligárquicas, sinônimo de autoritarismo e dos interesses egoísticos das elites; à direita, a transição era entendida como processo de “americanização tardia” que visava emancipar as forças do mercado do controle do aparelho estatal. Negava-se, assim, a difícil tradição republicana brasileira identificada com essa herança patrimonialista na qual se incluía a chamada “era Vargas” e o desenvolvimentismo populista que a caracterizava. A depreciação do Estado daí decorrente viria acompanhada do esvaziamento da questão nacional e de um projeto capaz de colocar na ordem do dia a questão do poder.

Havia, assim, uma linguagem comum aos dois partidos que nasciam com a redemocratização caracterizada pelo anti-estatismo e pela sobrevalorização da “sociedade civil” entendida pela maioria das forças como uma esfera em separado e contraposta ao Estado.

A chamada Era Vargas fazia parte desse fardo negativo, e tanto a retórica do PT como a do PSDB passam a reforçar um viés anti-Estado, identificado como sede de uma burocracia parasitária e de relações perversas entre o público e o privado. A depreciação do Estado vai se fazer acompanhar pelo esvaziamento de sentido do tema da Nação, um dos valores de referência das antigas elites republicanas. A linguagem comum dos dois grandes partidos que surgem em São Paulo a partir da redemocratização do país – o PT e o PSDB – é a da sociedade civil. Para o primeiro, dominada pela gramática do social, e pela do mercado, a do segundo. (Vianna, 2006, p. 9)

Dessa forma, a oposição ao regime ditatorial e essa estranha associação da ditadura ao ciclo populista (contra o qual ela havia ao menos formalmente se instaurado) fazia com que o par conceitual Estado/sociedade civil adquirisse traços de uma dicotomia radical e maniqueísta. Tudo o que provinha da “sociedade civil” adquiria um sentido positivo, enquanto qualquer política direcionada a um controle do Estado sobre a sociedade adquiria ares de autoritarismo. Na década de 1980, o resultado desta operação ideológica redundava, tanto à direita como à esquerda, na incapacidade de formular um projeto capaz de exercer uma hegemonia permanente.

O forte movimento democrático-popular das forças progressistas recolocava na ordem do dia a bandeira das reformas estruturais¹⁹, incluindo nas suas reivindicações questões como o rompimento com o FMI, a estatização do sistema financeiro, a Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores, a Reforma Urbana, a saúde pública e a estatização do sistema farmacêutico, o ensino público 100% sob controle do Estado, etc. (PT, 1987, p. 7). Entretanto, a sobrevalorização da sociedade civil em detrimento do Estado criava um fosso entre o programa capaz de articular em bandeiras gerais as contradições vividas pela classe trabalhadora e um projeto de desenvolvimento nacional capaz de acirrar as contradições de classe e colocar na ordem do dia a questão, justamente, do poder político de Estado. Reivindicava-se um programa estatizante sem uma estratégia de poder que pudesse prever a capacidade de implementá-lo. Em outras palavras, a *revolução dentro da ordem* aparecia desarticulada da *revolução contra a ordem*. Tal lacuna na formulação estratégica era preenchida por uma espécie de meta-síntese expressa em palavras de ordem como “por um governo dos trabalhadores” e o clássico “Lula-lá”.

Essa ausência de um projeto claro de poder por parte da esquerda incidia sobre os rumos da redemocratização facilitando a ação das classes dominantes e de sua estratégia pactuada pelo alto. As esquerdas acabavam

190 PT incluiria com certa radicalidade, a partir de 1987, tais bandeiras como parte das resoluções políticas de seu 5º Encontro Nacional constituindo o chamado Programa Democrático Popular.

assumindo o discurso de *derrota* em detrimento da *derrubada* do regime militar:

É que aprofundar a estratégia da derrota significava admitir uma passagem para a democracia que não implicava, necessariamente, um momento forte e agonístico de ruptura com o antigo regime – o que, na linguagem da esquerda, significava aderir à via da reforma em desfavor da revolução. Para a esquerda, portanto, assumir o caminho da transição importava transformações em sua identidade e em sua trajetória tradicional, passando a se identificar plenamente com os valores da democracia – compreendida, aí, a tradição liberal –, a recusar antigas antinomias – entre igualdade formal e igualdade real, por exemplo – e a pôr sob o mesmo estatuto os valores da liberdade e da igualdade. (Vianna, 2006, p. 60)

A burguesia foi hábil em assimilar essa dicotomia para manter a influência do movimento de massas distante da esfera da economia e da política no aparelho de Estado e, mais tarde, incorporar as bandeiras antiditatoriais empunhadas pela esquerda, tornando-as funcionais ao projeto neoliberal. Como já afirmava Florestan Fernandes, a burguesia havia aprendido, em seu longo processo de revolução pelo alto, a incrementar as técnicas da contra-revolução utilizando os mecanismos de legitimação do Estado “para amarrar as classes trabalhadoras à segurança da ordem e soldar os sindicatos ou os partidos operários aos destinos da democracia” (2002, *op. Cit.*). O ascenso do movimento de massas que inaugura o período de redemocratização do país não significava por si só a construção de uma sociedade civil mais aberta ao conflito entre as classes; muito pelo contrário, ela era a contraface necessária da democracia entendida como expediente formal com vistas a encobrir as relações autoritárias que as classes dominantes necessitavam manter em seu próprio proveito. Nesse sentido, Florestan Fernandes alertava em artigo escrito em 1985, que o ascenso grevista que vêm à tona com a descompressão do regime indicava

[...] tão-somente, as brechas que se abriram entre facções de classes da burguesia e o crescente volume de pressões dos de baixo, no sentido de revolucionar a sociedade civil. Trata-se de um passo

importante. Porém, de um começo e de uma nova perspectiva de evolução histórica. Cumpre, nos dias que correm, abandonar a metáfora da sociedade civil, substituir o coletivo abstrato que esconde *quem luta contra o que e por quê!* (Fernandes, 2007, p. 81- *grifos no original*)

Além disso, segundo Vianna (op. cit., 2006, p. 20) a “primazia do social sobre a política”, característica do ambiente ideológico no qual nascia o PT, criava dificuldades para uma aproximação e influência do movimento democrático popular sobre as correntes e organizações que constituiriam o centro político (ou o chamado “centrão”) que seria mais tarde determinante para o desfecho do processo constituinte de 1988. Esse espaço foi habilmente ocupado por uma aliança de centro-direita que viabilizaria a coalizão neoliberal, bem como impediria um processo constituinte articulado desde baixo, ou seja, um processo que desvinculasse as decisões da carta magna dos representantes e do sistema político recém saído da ditadura.

A confrontação entre esses dois projetos, o projeto democrático-popular e o projeto de contrarreforma do Estado pelo neoliberalismo, percorre a década de 1980 desde a batalha pelas *diretas já*, passando pela formulação da constituição de 1988, e terminando com a vitória do neoliberalismo na eleição de Fernando Collor de Melo para a presidência em 1989. A constituição de 1988 aparece como o retrato mais fiel da correlação de forças no período, contando com conquistas importantes do movimento dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, com mecanismos de limitação e brechas para minar essas mesmas conquistas. Não é à toa que a crítica neoliberal se dirigiria particularmente àquela constituição como parte dos “resquícios populistas” a serem superados durante a década de 1990.

É importante salientar, contudo, que a unidade burguesa em torno do projeto neoliberal não estava dada de antemão. Em sua pesquisa sobre a atuação política da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Álvaro Bianchi (2010) demonstra que ela só foi possível após longas disputas

entre frações de classe e seus intelectuais orgânicos no interior da própria FIESP e nas relações do empresariado com os governos durante a década de 1980. No esgotamento do ciclo desenvolvimentista não era apenas a alternativa neoliberal que se anunciava. Segundo Bianchi, no início dos anos 1980 boa parte dos empresários estavam unificados em torno do que já se denominava “alternativa neodesenvolvimentista”, reservando ao Estado um papel central nas funções de planejamento econômico e na condução de investimentos estratégicos. O projeto do empresariado brasileiro guardava, assim, importantes diferenças em relação ao neoliberalismo clássico, então defendido por setores tradicionais de uma *burguesia comercial e bancária*.

A alternativa neoliberal não nasce pronta no interior do empresariado brasileiro. Ela é o resultado de um conflito projetivo que se desenvolveu por vários anos, seguindo uma trajetória nem sempre ascendente e resultando em uma formulação do projeto neoliberal que está muito longe da versão quimicamente pura preconizada pelos textos doutrinários de Friedrich Hayek, Milton Friedmann e James Buchanan, ou mesmo pelos institutos liberais. (BIANCHI, 2010, p. 181)

O início da década de 1980 demarca uma profunda mudança na condução das entidades representativas do empresariado, particularmente na FIESP. A entidade fora defensora e se considerava partícipe do golpe de 1964 e via-se agora em meio à uma crise econômica e política cuja determinação provinha, justamente, do endividamento externo levado a cabo pelos governos militares. Para completar, tratava-se de uma crise capaz de alavancar os interesses do capital financeiro internacional, ameaçando a já estreita margem de negócios ao capital nativo. Era necessário adaptar-se aos novos tempos combinando um discurso compatível com a pressão pela abertura comercial que preservasse os interesses particulares da burguesia dependente e, ao mesmo tempo, os vinculasse à defesa da democracia e da nova república.

As eleições para a presidência da FIESP em 1980 exemplificavam a maleabilidade do discurso empresarial. Na ocasião da posse da nova diretoria

da entidade, o conflito projetivo entre a burguesia industrial aparecia na contraposição entre o discurso de Theobaldo De Nigris, presidente da FIESP desde 1967, defensor da participação do empresariado no golpe de Estado (entendido por ele como uma “revolução” que visava preservar os “valores da democracia e da livre empresa”); e na oratória de posse de Vidigal Filho, defensor de um Estado regulamentador que fortalecesse o setor privado nacional e do fortalecimento da indústria nacional cuja implantação “chegou a seu ponto culminante no fim da década de 1950” (cf. Bianchi, 2010, p.139).

Tais reivindicações não se convertiam, contudo, num programa claro por parte da burguesia. A única exigência concreta dos empresários ao governo era a de mecanismos de participação destes no controle do aparato de Estado. Embora se falasse em “projeto de nação”, era o descontentamento com a falta de canais de diálogo com o governo e a temática da “representação” que dava a tônica do discurso empresarial.

os senhores certamente já me ouviram falar que o Brasil é um país em que o Estado é forte e a sociedade é fraca. Ao longo de nossa História, passada e recente, as instituições governamentais lograram obter um alto grau de controle, tutela e dominação sobre os outros segmentos da sociedade, fazendo com que as instituições sociais no Brasil crescessem sob uma patente fragilidade. Apesar de numerosa e economicamente poderosa, a classe empresarial não fugiu a essa dominação. A tal ponto que, até hoje, ela não detém um poder político compatível com seu poder econômico. (Vidigal Filho *apud* Bianchi, 2010, p. 140)

A disposição da nova diretoria exemplificava a necessidade do empresariado inserir-se na disputa hegemônica com um projeto próprio, mas havia um vazio programático que a impedia de apresentá-lo com clareza. A principal iniciativa para preencher essa lacuna era aproximar a entidade do ambiente acadêmico. A criação do Conselho Superior de Economia como órgão de assessoria cumpria essa exigência dos novos tempos, vinculando a entidades importantes intelectuais e técnicos como Eduardo Moura e Silva, Luiz Gonzaga Belluzzo, Celso Lafer e Luiz Carlos Bresser Pereira. O conselho

mesclava diferentes posições, algumas aparentemente antagônicas, mas que correspondiam a necessidade de adaptar a abertura comercial aos interesses particulares de classe dos industriais. A burguesia passava a acumular força em torno de seu projeto participando do conflito projetivo entre as classes na sociedade civil ou, em outras palavras, apreendia a necessidade de converter seus ideais particulares de classe em “ideias universais” como projeto dirigente para exercer o domínio político.

A referência ao período desenvolvimentista no discurso de Vidigal Filho estava longe de um simples exercício de retórica. A aproximação da FIESP aos “economistas críticos” ou “economistas de oposição” significava, segundo Bianchi (2010), a retomada de um comportamento típico do empresariado brasileiro na disputa de hegemonia desde 1932: construir um núcleo de intelectuais orgânicos aos setores burgueses como estratégia de intervenção no debate econômico.

O início da década de 1980 caracterizava-se, assim, pelas críticas do empresariado e de economistas heterodoxos às políticas econômicas ortodoxas e recessivas. O eixo articulador dessas críticas era a defesa de uma plataforma “neodesenvolvimentista” que incorporava a crítica ao modelo de substituição de importações, mas que ainda reservava ao Estado as funções de planejamento e controle dos investimentos estratégicos. O programa desse “neodesenvolvimentismo” expressava-se no “Documento dos 12” de 1983 que reunia importantes segmentos do setor industrial²⁰. Os empresários reivindicavam

[...] reforma do sistema financeiro, subordinando-o ao financiamento do desenvolvimento; controle público das empresas estatais, “preservando a capacidade produtiva dos setores estratégicos fundamentais (insumos básicos, energia, petroquímica, mineração e telecomunicações), cujo desempenho eficiente é fundamental para

20O documento dos doze era assinado por: Abílio dos Santos Diniz, Antônio Ermírio de Moraes, Claudio Bardella, Jorge Gerdau Johannpeter, José Ermírio de Moraes Filho, José Mindlin, Laerte Setúbal Filho, Manoel da Costa Santos, Olavo Egídio Setúbal, Paulo Vellinho, Paulo Villares e Severo Fagundes Gomes.

expansão do parque industrial brasileiro” e fechando as estatais deficitárias; uma política industrial que privilegiasse os setores capazes de irradiar novas tecnologias e permitisse avançar no processo de substituição de importações; uma política de investimentos estatais que maximizasse a geração de empregos; e “uma nova atitude na renegociação da dívida externa” (Documento dos Doze de 1983 *apud* Bianchi, 2010, p. 174)

Analisando a atuação das entidades representativas da indústria nacional, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), durante o início do governo de Tancredo Neves, Eli Diniz (2009) descreve a defesa dos interesses do empresariado durante o debate sobre a renegociação da dívida externa. O discurso do empresariado defendia a necessidade da abertura comercial combinada com a defesa de uma política de investimento na indústria por parte do novo governo e elegia como principal causa da inflação a transferência de recursos ao capital financeiro internacional.

A conversa com Tancredo Neves e os industriais abrigados na Fiesp e na CNI foi franca, cordial e direta. Eles condicionaram a renegociação da dívida externa à retomada do crescimento econômico duradouro e afirmavam: “Sob pressão dos credores internacionais, o Brasil iniciou um processo de transferências líquidas de recursos ao exterior que, apenas no ano de 1984, ultrapassaram um quarto do total da poupança nacional. Isto é inadmissível para um país em desenvolvimento” (DINIZ, 2009, p. 112).

O empresariado reivindicava maior participação direta na formulação da política industrial, através da criação do Conselho Nacional de Política Industrial (CNPI), órgão que contasse com a participação de representantes da CNI e Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, e que passaria a determinar decisões sobre a política de crédito, a concessão de investimentos fiscais, a política salarial e a fixação de limites à exportação e importação. Não se tratava de uma mera reforma administrativa. A criação do conselho teria como resultado a subordinação de órgãos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Secretaria do Planejamento,

a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), vinculada ao Ministério da Fazenda, e a Secretaria Especial de Informática (SEI), no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, ao CNPI, presidido pelo ministro da Indústria e Comércio. Tais organismos contavam com um expressivo grau de autonomia, daí a dificuldade de implementar uma mudança dessa magnitude. A instalação do CNPI, prevista para 15 de janeiro de 1986 acabou não se confirmando (cf. DINIZ, 2009).

Cabe assinalar que as reivindicações de canais de participação direta nas definições das políticas de desenvolvimento continuariam presentes nos documentos da CNI durante a década de 1990. Isso demonstra o esforço de adaptar o desmonte do Estado desenvolvimentista aos interesses particulares da burguesia nacional. Embora derrotada na proposta, tanto a CNI quanto a FIESP seguiram defendendo uma política industrial que combinasse a abertura comercial com certo protecionismo à indústria nacional.

A pressão faria efeito durante o governo Sarney que tentava intercalar uma política econômica recessiva com sinalizações positivas às propostas de política industrial por parte dos industriais. O Plano Cruzado (I e II) refletia essa tentativa de combinar o combate à inflação com promessas de manutenção das taxas de crescimento. O fracasso de ambos os planos (o segundo deles conduzido pelo próprio Bresser Pereira) aceleraria o processo de aproximação dos industriais à pragmática neoliberal os afastando dos “economistas críticos” (Cf. Bianchi, 2010, p. 181). Vale dizer que isso também impulsionava a aliança de centro-direita, atraindo para o chamado “centrão”²¹ tanto os industriais como os principais defensores das propostas neoliberais que se anunciavam como única saída válida para a crise.

Soma-se à isso a dificuldade das esquerdas na conformação de um projeto classista que tivesse como centralidade a conquista do poder de Estado. A estratégia de converter a força das mobilizações populares e

²¹Grupo suprapartidário com perfil de centro e direita criado no final do primeiro ano da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 para dar apoio ao presidente da República José Sarney. Foi responsável pela reviravolta no processo de elaboração constitucional ao conseguir alterar, por meio de um projeto de resolução, as normas regimentais que organizavam os trabalhos constituintes.

sindicais em força eleitoral, sem vincular a campanha à construção de uma força social para além dos limites da democracia formal, acabava canalizando a força popular para um terreno que lhe era visivelmente desfavorável.

A construção do projeto neoliberal no Brasil teve de responder às contradições típicas da burguesia dependente. Ela necessitava utilizar o aparelho de Estado como meio de salvaguardar seus interesses diante das ameaças do capital estrangeiro, controlando através dele os ritmos e contornos da abertura comercial. Entretanto, a questão que se colocava e que ficou clara durante o processo da Constituinte era a de como fazer isso sem a construção aberta de um consenso em torno dos seus interesses. A força do empresariado agindo em seu próprio nome era insuficiente para fazer frente à pressão dos interesses imperialistas. O problema era como angariar apoio das classes populares a seu projeto sem ceder, justamente, naquilo que é a pedra de toque da dominação no capitalismo dependente: o controle restrito do aparelho de Estado pelas frações burguesas.

Do ponto de vista político, a defesa de uma estratégia “desenvolvimentista” por parte da burguesia articulava-se à essa tentativa, apaziguando as lutas sindicais e comprometendo as classes trabalhadoras com a solução da crise. Tratava-se de impor sacrifícios aos de baixo garantindo os interesses particulares das frações autóctones da burguesia no aparelho de Estado, divulgando a ideia de que era possível uma solução comum à crise que beneficiasse igualmente a todos. Com isso, o empresariado demandava a despolitização do movimento sindical em ascensão. Isso se expressava na proposta de um “pacto social” cujo objetivo principal era a absorção dos conflitos entre as classes. Tal proposta de pacto não ocupava o centro do discurso empresarial, mas revelava a disposição de suas lideranças em “articular respostas políticas flexíveis adaptadas a contextos particulares” (cf. Bianchi, 2010, p. 161).

A proposta revelava, para além disso, o aprofundamento das contradições características da burguesia dependente. A combinação da crise econômica com o ascenso do movimento operário de massas dificultava a

construção de um bloco no poder que garantisse a expressão dos interesses das frações autóctones da burguesia sob hegemonia do capital financeiro internacional. Em uma conjuntura de crescimento dos movimentos sindicais e populares se tornava extremamente difícil a construção desse tipo de aliança.

Como moldar um pacto social sem reciprocidades, ainda que reciprocidades desiguais, como é a regra do capitalismo? Como podem as burguesias superpostas, as de dentro e as de fora, induzir os proletários a indulgências suicidas? Como resolver os problemas das relações da burguesia com os diversos proletariados do país sem resolver de antemão (ou ao mesmo tempo) os problemas das relações dessas burguesias entre si? Tudo isso quer dizer unicamente uma coisa: até um pacto social com benefícios e compensações mirrados e desiguais impõe à burguesia (e ao seu governo, ditatorial ou “democrático”) a prova de uma revolução política. Sem uma revolução política, vinda de cima para baixo (com o consentimento e o apoio dos de baixo), não há como se chegar a um pacto social, por si mesmo uma *revolução dentro da ordem*, no melhor estilo burguês. (Fernandes, 2007, p. 59, *grifos no original*)

A consolidação da alternativa neoliberal entre o empresariado respondeu, novamente, muito mais às pressões vindas de baixo do que a uma unidade sólida entre os diferentes interesses burgueses. Nos debates em torno da Assembleia Constituinte é que os interesses começam a convergir, em grande medida, em reação ao “estatismo” representado pelo movimento democrático popular no interior dos trabalhos da constituinte. Ainda assim, a defesa do neoliberalismo por parte dos industriais guardava importantes diferenças em relação ao neoliberalismo que seria implementado durante a década de 1990, reservando ainda papéis importantes para o Estado no que se refere à proteção dos setores de maior competitividade da indústria nacional e ao investimento econômico.

Foi somente com as eleições de 1989, e com o consequente acirramento entre projetos antagônicos na cena política nacional que a maior parte das frações da burguesia passam a convergir em torno de princípios gerais. A candidatura de Collor acabou se apresentando como a única opção viável para

derrotar Lula e afirmar o projeto neoliberal, ainda que contrariasse a preferência do empresariado paulista.

Collor não era um dirigente político tradicional da burguesia brasileira. (...) Em seus ataques fez da FIESP um dos alvos prioritários. Era natural que os industriais paulistas resistissem a seu nome. (...) Se o empresariado gradativamente assumiu a candidatura de Collor foi porque mantinha afinidade com seu programa e porque esta era a única que poderia derrotar o antagonista. (...) Collor era, ao mesmo tempo, o chefe carismático que se colocava acima das classes e de suas organizações e a personificação de um programa de refundação do Estado capaz de unificar as diferentes frações da burguesia. (BIANCHI, 2010, p. 189).

Segundo Luís Fernandes (1994), a própria participação do empresariado na mobilização em defesa do *impeachment* do presidente Collor expõe a determinação da burguesia brasileira em defender seus interesses diante do ritmo das mudanças trazidas pela abertura comercial. Para o autor, o relativo êxito da política de substituição de importações no Brasil na montagem de um amplo parque industrial, impunha contradições de difícil solução para a integração da economia brasileira no mercado global, a partir das medidas enunciadas por esse modelo.

Como integrar uma economia desse porte de maneira subordinada e dependente na divisão internacional do trabalho no mundo capitalista, com base no receituário neoliberal? As próprias dimensões do país – e o nível mediano e diversificado de desenvolvimento econômico já alcançado – inviabilizam a opção (viável economicamente em outros países latino-americanos, apesar do seu alto custo social) de assumir como base do desenvolvimento nacional alguns nichos de exportação comparativamente vantajosos no mercado mundial. (FERNANDES, 2005, p. 60)

Em suma, a construção do bloco histórico neoliberal no Brasil teve de responder à conjuntura de crise orgânica da hegemonia burguesa que percorre toda a década de 1980. Esse período evidencia, ao mesmo tempo, a resistência do padrão de dominação autocrático burguês e a fragilidade das

frações de classe da burguesia brasileira em constituir-se como classe dirigente na sociedade civil junto ao seu domínio político. Entre o risco de investir em um processo de polarização com o capital financeiro que aguçasse ainda mais os anseios de *revolução dentro da ordem* cuja descompressão do antigo regime despertava e reiterar, sob novas bases, sua condição de sócia menor da burguesia imperialista, ela não hesitou em trilhar o segundo caminho.

A chamada “Constituinte cidadã” de 1988 é a radiografia mais fiel da correlação de forças do período. É durante ela que as frações burguesas, articuladas ao “centrão” e já moldando sua alternativa neoliberal, abriam *na letra* da carta magna importantes concessões com a promulgação de direitos universais (com um destaque para a seguridade social). Com a outra mão, no entanto, asseguravam que tais direitos não sairiam do papel, ao conferir poderes constituintes ao Congresso Nacional, mantendo intacto o sistema político herdado da ditadura militar. Eis o significado real do pacto democrático que delimitaria os contornos da luta entre as classes e daquilo que Florestan Fernandes intitulava “democracia de cooptação”. Preservava-se a essência do Estado autocrático burguês no cerne da redemocratização, aspecto funcional para as estratégias de hegemonia da burguesia dependente, particularmente dos setores que sobreviveriam a desregulamentação financeira e a abertura comercial, na década seguinte.

A violência característica da implantação das medidas neoliberais, somada aos impactos da reestruturação produtiva durante os anos 1990, estreitaria ainda mais a margem de movimentação dos interesses da burguesia dependente, relegada não só a condição de sócia menor da burguesia dos países centrais, mas condenada a um retorno, em um novo patamar, à vulnerabilidade e dependência das oscilações de interesses imperialistas externos, agora sob hegemonia do sistema financeiro internacional.

3.3 A Consolidação do Bloco Histórico Neoliberal e a Hegemonia burguesa nos anos 1990

“Sem a existência de um proletariado constituído como classe independente, não haverá sindicatos e partidos operários independentes (e se eles o forem, isso não alterará ou alterará muito pouco a situação), já que os interesses de classe da burguesia estarão sempre presentes para atrofiar as classes trabalhadoras, ou seja, para atrofiar os sindicatos e os partidos operários”.

Florestan Fernandes

O processo contraditório e acidentado de adesão das frações burguesas à candidatura de Collor dificultou a implantação do regime neoliberal nos primeiros anos da década de 1990. Segundo Martuscelli (2012), não obstante a burguesia brasileira nunca tenha se oposto ao conjunto das políticas neoliberais, houve desde o início *resistências seletivas* às suas políticas no intuito de preservar o papel ocupado por setores do capital produtivo nacional diante do aparelho de Estado e do mercado interno.

A situação de recessão econômica somada à essas resistências seletivas engendraram uma situação típica de *instabilidade hegemônica* forçando os setores burgueses a um entendimento provisório para evitar a ascensão dos setores populares ao Palácio do Planalto. O fato de esse processo ter se dado em tal situação é o principal fator explicativo da crise do governo Collor. Sem o apoio de setores importantes do empresariado para a implementação das políticas, Collor se obrigara a limitar o próprio padrão regulatório neoliberal.

Uma análise da política empreendida pelo Governo Collor revela a persistência de medidas que não condizem necessariamente com o padrão regulatório neoliberal do Estado sobre a economia, o que contribui para a instauração de um “equilíbrio instável” entre as frações dominantes. O conteúdo e o processo de implementação dos dois planos de estabilização monetária possibilitam visualizar melhor essa questão (Martuscelli, 2012, p. 27).

Nesse aspecto, embora já houvesse consenso nas frações burguesas a

respeito da abertura comercial e financeira (mas não no ritmo de tais mudanças), tais políticas foram acompanhadas, durante a gestão do “caçador de marajás”, pelo confisco de ativos financeiros e pelo congelamento de preços, medidas que desferiam duros golpes na indústria nacional ampliando a dificuldade de competir com os produtos importados de alta tecnologia do estrangeiro. O principal resultado prático das mudanças ocorridas nesse primeiro e curto capítulo da ascensão neoliberal foi o aumento expressivo do poder do capital financeiro e das grandes transnacionais. Isso se evidenciava no início da política de privatizações levada a cabo pelo governo no setor siderúrgico e petroquímico.

Em ambos os casos, a presença do grande capital bancário e financeiro foi marcante na compra das principais empresas estatais – o que expressa uma tendência que se ampliou ao longo dos anos 90, a da ampliação dos investimentos dos bancos no setor não-financeiro, iniciada com o controle das estatais privatizadas, vindo a se materializar, posteriormente, no próprio controle das empresas privadas e, portanto, fortalecendo o processo de financeirização da economia brasileira (Idem, p. 30).

Dessa forma, as críticas seletivas do empresariado industrial às políticas neoliberais eram expressão, também aqui, da dupla contradição vivenciada por esse setor de classe: de um lado, a pressão imperialista para a abertura comercial e financeira e, de outro, a necessidade de um programa que conseguisse dar resposta às contradições entre capital e trabalho que se agudizaram durante a década de 1990. Restava, assim, tecer críticas não ao conteúdo das reformas, mas ao ritmo e a forma de sua implementação. Tais críticas eram quase sempre apresentadas de forma corporativa e setorializada, mas nem por isso deixaram de intervir e dificultar, nesse primeiro período, os planos do governo, já que representavam contradições internas ao capital, em particular entre as frações industrial e bancária.

Soma-se a isso a dificuldade do Governo canalizar tais contradições

para o interior do aparelho estatal, envolvendo as frações burguesas na elaboração e comprometimento com as políticas, centralizando o poder na esfera do executivo e, em particular, em sua área econômica com um destaque para o papel do banco central. Nesse cenário, as denúncias de corrupção contra o governo forneceram, aos setores burgueses, a possibilidade de canalizar seu descontentamento sem colocar em risco a construção de hegemonia do projeto neoliberal e sem gerar tensionamento com a burguesia dos países centrais. A conjuntura de recessão econômica dava ao processo contra Collor o apoio ou, pelo menos, a passividade das classes trabalhadoras e dos setores médios que se viam prejudicados em seus rendimentos e em suas condições de vida.

Entendemos aqui que, numa situação de crescimento econômico, a tolerância em relação à corrupção no governo poderia ser mais ampla. Ocorre que num momento em que a própria base de apoio do Governo Collor estava desgastada e a recessão econômica produzia efeitos deletérios sobre os rendimentos de diversos segmentos sociais, o aparecimento de denúncias de corrupção contra o governo tende a ter um impacto negativo para a continuidade deste no poder, passando a luta contra a corrupção ser utilizada pelos grupos de oposição ao governo como uma estratégia de resistência política (Martuscelli, 2012, p.56).

O neoliberalismo padecia, no início dos anos 1990, da dificuldade de constituir-se como projeto hegemônico de classe capaz de dar coesão aos setores burgueses e, ao mesmo tempo, exercer hegemonia sobre as demais classes em voga. O desafio era canalizar a insatisfação tanto dos setores burgueses quanto das classes subalternas sem conflitos ou rupturas, em uma conjuntura onde a burguesia dos países centrais, agora sob hegemonia da banca financeira, já não admitia concessões ao capital nacional como no ciclo de desenvolvimento ocorrido de 1930 a 1964. Para isso o neoliberalismo atuou em duas frentes: de um lado, mobilizava o poder de barganha do capital financeiro internacional tanto na compra das estatais como na compra do

capital privado nacional; de outro, investia na combinação do processo de reestruturação produtiva com a fragmentação, cooptação e bombardeio ideológico no seio das classes populares. O capital concentrado nos grandes meios de comunicação, monopólio oriundo das concessões estabelecidas durante o regime de 1964, passa a ocupar papel central nesse contexto.

Entretanto, como afirma Pomar (2002), esses dois elementos eram ainda insuficientes para uma hegemonia estável ao neoliberalismo como bloco histórico. Era necessário encontrar um segmento social que representasse, ao mesmo tempo, o projeto neoliberal como resposta consistente à crise econômica e que não estivesse vinculado aos setores mais atrasados da política nacional. Nenhuma fração de classe conseguiria, sozinha, ocupar tal papel. Nesse sentido, a ascensão do PSDB à presidência com Fernando Henrique Cardoso e o Plano Real representavam também a projeção de uma categoria social, que estivera vinculada à luta democrática na década de 1980, mas com considerável comprometimento com as classes dominantes.

Foi, desse modo, um achado que a maioria da intelectualidade brasileira, como segmento especial da classe média urbana, tenha encampado as ideias da modernização neoliberal e se disposto a assumir a direção do Estado e levar adiante a instalação do projeto de inserção subordinada do país à globalização. Essa subsunção é ainda mais notável quando se considera o fato de que, do ponto de vista político, tal intelectualidade estava situada à esquerda, havia se encontrado na oposição ao regime militar e era uma crítica assumida do modelo militar de desenvolvimento capitalista imposto ao país (Pomar, 2002, p. 81).

Pomar considera, ainda, que a funcionalidade desse setor à hegemonia burguesa está ligada ao fato de que, embora a burguesia seja a sua principal fiadora, a base social característica dessa intelectualidade eram os proprietários intelectuais e os novos setores assalariados ligados às novas tecnologias da informação. Estes setores do proletariado eram mais facilmente conquistados pela ideologia neoliberal que propagava aos quatro cantos as

possibilidades de ascensão social ligadas às novas tecnologias. Pense-se, por exemplo, na proliferação durante a década de 1990 de cursos de informática que, segundo o discurso dominante, eram um pré-requisito fundamental à entrada no mercado de trabalho. Os exemplos de indivíduos que enriqueciam com as novas invenções em suas garagens, o símbolo de Bill Gates e congêneres, alimentava a crença na competição individual e no enriquecimento rápido, embora fossem pouquíssimos aqueles que lograram alguma ascensão de classe a partir das novas tecnologias.

Essa intelectualidade portanto, representada na figura de um sociólogo saído do mesmo núcleo de intelectuais que consagrara Florestan Fernandes e Octávio Ianni, cumpria um papel ideológico fundamental na legitimação do neoliberalismo perante a sociedade. O neoliberalismo não era apresentado como uma necessidade dos setores dominantes, tampouco uma necessidade identificada com os políticos tradicionais. Aparecia como uma formulação da *intelligentsia* brasileira de “centro-esquerda”, passível de modificações e reformulações que provinham dos centros intelectuais dos países centrais.

O início da chamada *contrarreforma* do Estado Brasileiro se daria, portanto, com a derrota de Lula em 1989, mas se completaria somente com a chegada de Fernando Henrique Cardoso à presidência reunificando os interesses burgueses em torno do *Plano Real*.

Segundo Behring, o plano representava, diante do trauma da inflação que chegara à 50% ao mês em 1994, uma verdadeira chantagem eleitoral, legitimando o plano e a candidatura de FHC como uma alternativa de estabilização econômica (BEHRING, 2008, p. 156). A própria candidatura de FHC era, nesse sentido, o ponto de encontro entre os interesses burgueses internos com as exigências da dominação imperialista no continente:

O Plano Real não foi concebido para eleger FHC; FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial (FIORI *apud* BEHRING, 2008, p.156).

Os efeitos dessa política se fariam sentir progressivamente durante os anos 1990. A sobrevalorização do câmbio exigia uma captação cada vez maior de recursos do exterior para equilibrar a balança de pagamentos, combinada com uma altíssima taxa de juros para atrair os capitais especulativos, aumentando enormemente a transferência de lucros para setores improdutivos. Na linguagem dos “novos tempos” o que antes eram metas do desenvolvimento soberano, tornam-se riscos à estabilização econômica. A expansão da produção e do mercado interno, que necessitam do investimento estatal, passam a ser vistas como gastos desnecessários do Estado e como incentivos à inflação. Cortam-se os investimentos na indústria, justamente no momento em que esta é pressionada a adaptar-se ao novo padrão de acumulação importado dos países centrais.

Esse quadro facilitava a aceleração de políticas de desmonte dos direitos conquistados, particularmente aqueles consagrados pela Constituinte de 1988. A prioridade passa a ser a redução do chamado “custo Brasil”, destinado a reduzir o “gasto” com a força de trabalho tornando o país atrativo aos investimentos do grande capital internacional com vistas a alargar a extração de excedente. A seguridade social foi, sem dúvida, o principal alvo dessa política com a isenção de ICMS para as empresas exportadoras e com o desvio dos recursos da política social para o antigo Fundo de Estabilização Fiscal, hoje chamado Desvinculação das Receitas da União (DRU).

O outro objetivo explícito da primeira gestão de FHC foi a reforma do Estado. Para isso, mobilizou um setor da intelectualidade já bastante comprometido com os interesses da burguesia brasileira desde a década de 1980. Luís Carlos Bresser Pereira foi o nome escolhido para dirigir o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). Note-se que Bresser-Pereira justificava a necessidade da redução do aparato estatal como momentânea e diretamente ligada à crise da dívida externa e às práticas de populismo econômico herdadas do período ditatorial. Dessa forma, ele próprio não se

considerava um defensor do Estado mínimo, descrevendo a reforma do Estado como um momento de uma narrativa bem mais ampla que compreendia a superação do Estado social-burocrático, segundo ele característico do pós-Guerra, através do neoliberalismo, a partir do qual se seguiria uma retomada das políticas sociais em experiências de *social-liberalismo* (cf. Behring, 2008). A reforma do Estado estaria relacionada, segundo Bresser-Pereira, a quatro problemas fundamentais:

[...] (a) um problema econômico-político – a delimitação do tamanho do Estado; (b) um outro também econômico-político, mas que merece tratamento especial – a redefinição do papel regulador do Estado; (c) um econômico-administrativo – a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; e (d) um político – o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar (Bresser-Pereira, 1998, pp. 48-50)

Como afirma Behring (2008), ao analisarmos a reforma do Estado, é sempre importante distinguir entre a reforma *como projeto político, econômico e social mais amplo* e a *reforma do aparelho do Estado*, orientada para *tornar a administração pública mais eficiente*. Isso é importante porque a missão assumida e levada adiante por Bresser-Pereira excede em muito uma mera reforma administrativa. De fato, naqueles anos houve uma redefinição conceitual dos papéis do Estado e dos pares público-privado. A tônica geral da reforma era transferir para o setor privado toda e qualquer atividade que pudesse ser controlada pelo mercado. Surge, aqui, a figura do “setor público não-estatal”, permitindo que o setor privado assumisse a gerência dos recursos estatais e a mercantilização de serviços como saúde, cultura, educação e a pesquisa científica. A flexibilização e descentralização das decisões e investimentos estatais ou, em outras palavras, a diminuição da autonomia relativa do Estado frente aos interesses privados, aparecia na linguagem do MARE, como um pressuposto da eficiência do Estado.

A reforma do Estado tinha, dessa forma, a função de adaptá-lo às suas novas funções diante dos ajustes neoliberais. Em outras palavras, reduzir o

Estado em tudo aquilo que não reforce a sua função primordial que é a garantia dos interesses gerais do grande capital. Essa garantia, contudo, em tempos neoliberais já não compreende os interesses de uma burguesia nativa como prioritários. A função do poder político central em cada país passa a ser, antes, a de adaptar a burguesia interna às exigências e ao padrão de acumulação do capital financeiro internacional.

Expressa-se aqui a funcionalidade de uma intelectualidade orgânica aos setores dominantes no aparelho de Estado. A reforma do Estado visava também imprimir uma determinada visão de mundo e uma determinada linguagem ao aparelho estatal, um discurso passível de criar um determinado tipo de conformismo nas diferentes classes sociais. Trata-se de um discurso ideológico de legitimação de interesses de classe que dita quais temas e questões podem ou não entrar na ordem do dia, que estabelece o que pode ou não ser dito e debatido não só no interior do aparelho de Estado, mas no conjunto da sociedade a respeito daquilo que representa os interesses gerais da coletividade.

Ao reorganizar as prioridades e a função do Estado nacional, o neoliberalismo operava também um deslocamento ideológico de diversas categorias que impulsionaram um longo debate das forças políticas no Brasil até a década de 1980. Elimina-se qualquer dicotomia entre público e privado. Num aparente paradoxo, a ideologia neoliberal propagava a ideia de que os interesses públicos seriam melhor garantidos pela gestão privada, devido à ineficiência do Estado e das influências políticas que nele incidiam. O particular e privado passa a ser sinônimo de eficiência e neutralidade, enquanto aquilo que é estatal passa a ser visto como sinônimo de ineficiência e particularismos oriundos do “partidarismo”.

A própria eficiência da gestão pública passa a ser construída à imagem e semelhança da empresa capitalista tendo como pressupostos a racionalidade dos gastos e a maximização dos investimentos. Nesse sentido, categorias como desenvolvimento ou progresso social passam a adquirir conotação negativa. A garantia de direitos universais pelo Estado também passa ao

segundo plano do discurso governamental, já que representariam um perigoso paternalismo que intensificaria o mau uso do dinheiro público.

O conceito de reforma, tão caro ao pensamento progressista brasileiro no ciclo ideológico do desenvolvimentismo, agora passa a ser associado à adaptação do Estado aos interesses do capital financeiro internacional. Agora são os próprios setores dominantes que falam em um pacote de reformas necessárias, embora tais “reformas” em pouco ou nada alterem a correlação de forças entre as classes fundamentais.

Como dissemos, o neoliberalismo não se resume a uma ideologia de classe, mas a forma como a ideologia, o poder político, a estrutura jurídica, em suma, a superestrutura de uma sociedade adapta-se às mudanças operadas no seio da estrutura social, nas relações entre as classes fundamentais, ao padrão de acumulação da classe dominante. Dessa forma, a própria reforma do Estado e as mudanças no discurso ideológico que lhe são correspondentes transmitem para o conjunto da sociedade as mudanças exigidas pelo novo padrão de acumulação. Isso fica claro quando observamos na própria empresa capitalista as mudanças que seriam, doravante, determinantes para a adaptação do Brasil ao domínio do capital financeiro e monopolista internacional, principalmente naqueles setores em que o regime militar ainda não havia promovido sua ascensão. A adaptação do Estado era também a adaptação do capitalismo brasileiro ao processo de desindustrialização e desnacionalização que estaria por vir durante toda a década de 1990.

Isso induziu ao descontentamento de importantes setores do empresariado com o ritmo do processo de internacionalização de nossa economia, com o aumento da taxa de juros e com a conseqüente queda no investimento produtivo e endividamento das empresas. Isso sem falar de que a compressão da renda e do consumo, estimuladas pelo desemprego também prejudicavam setores da burguesia mais voltados para o mercado interno. Lentamente se opera, durante os anos 1990, uma mudança no seio da burguesia brasileira ocasionada por diversos fatores:

- a) O processo de concentração e centralização de capitais induzido pela liberalização do comércio com a entrada de capitais estrangeiros e o processo de aquisição e fusão entre empresas;
- b) Os processos de privatização das empresas estatais que favoreceram prioritariamente os grupos coligados ao capital estrangeiro;
- c) As reformas voltadas a desregulamentar a economia privilegiavam o capital financeiro, que também sofre um processo de concentração e controle do capital bancário nacional pelo capital estrangeiro. Isso obrigou o capital produtivo a diversificar suas fontes de lucro investindo no setor financeiro (particularmente nos juros da dívida pública). Soma-se a isso a política de altas taxas de juros, outro fator de deslocamento dos investimentos para a especulação financeira;

Esse conjunto de fatores, somado às exigências da reestruturação produtiva, modificariam de forma drástica o perfil do empresariado ocasionando mudanças nas práticas da burguesia e uma crise de representatividade diante de seus aparelhos privados de hegemonia e sua relação com o aparelho de Estado. Com isso, muda-se o discurso preponderante entre os empresários que durou até a metade da década de 1980. Nos anos 1990 o estatismo, o nacionalismo e o intervencionismo cedem lugar à pragmática do mercado, da livre-iniciativa e do internacionalismo. Isso repercutiu na representação do empresariado destacando novas lideranças mais ligadas aos setores que melhor se adaptaram à abertura comercial e à esse processo de concentração e centralização de capitais, criando uma maior fragmentação e heterogeneidade da representação empresarial.

O primeiro sinal dessa mudança data ainda do governo Collor. Segundo a pesquisa realizada por Bianchi (2010) a disputa no interior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), entre a chapa de Carlos Eduardo Moreira Ferreira e a chapa de oposição de Emerson Kapaz para a direção da entidade em 1992, com a vitória do primeiro sobre o segundo, representava

uma importante derrota dos setores industriais mais prejudicados com o processo de abertura comercial e financeira. Ambas as chapas eram compostas por setores do grande empresariado, mas a chapa de Kapaz representava majoritariamente setores nacionais produtores de máquinas e equipamentos que haviam sido duramente atingidos pela abertura dos mercados. Além disso, embora considerasse a abertura comercial um processo natural, Kapaz era bastante crítico ao neoliberalismo em seus discursos, reivindicando a alternativa neodesenvolvimentista formulada por institutos como o IEDI e PNBE. Ferreira, por sua vez, aglutinara em sua chapa uma maioria de empresários vinculados às multinacionais e ligados ao sistema financeiro.

As eleições de 1992 para o complexo Fiesp-Ciesp mostraram a existência de divergências no interior do empresariado industrial que ultrapassaram os níveis econômico-corporativos e mostraram as dificuldades inerentes à constituição de um projeto hegemônico. No embate eleitoral predominou uma versão mais forte do neoliberalismo, mas a articulação de um projeto liberal-desenvolvimentista por meio da chapa de oposição atestava a existência de um conflito projetivo significativo. A aproximação e o afastamento das entidades representativas do empresariado industrial do projeto neoliberal *stricto sensu* eram, portanto, o resultado da relação de forças no interior do empresariado e deste com as classes subalternas (Bianchi, 2010, pp. 235).

Não obstante a adesão massiva do empresariado à candidatura do PSDB em 1994, conforme os efeitos das políticas neoliberais se faziam sentir na indústria, retornavam as críticas seletivas ao neoliberalismo e os protestos da FIESP contra a política econômica de FHC. As políticas de abertura comercial induziram, durante todo o primeiro mandato do PSDB, a uma nova rodada de especialização regressiva da economia beneficiando enormemente o setor exportador de commodities e intensivos em recursos naturais e, internamente, induzindo a desindustrialização e desnacionalização do parque industrial. Todo esse processo foi ainda intensificado pela política de privatizações, a partir de 1995, com o nítido favorecimento do capital

estrangeiro internacional. Segundo dados do BNDES, enquanto a participação do capital estrangeiro nos quatro primeiros anos da década foi de apenas 5%, entre 1995 e 2002 o domínio das empresas estrangeiras sobre o capital nativo chegava a 53%.

O descontentamento com esse conjunto de medidas tornou-se particularmente agudo a partir de 1996. As manifestações da FIESP, secundadas pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) naquele ano foram significativas, ao mesmo tempo, de uma nova mudança no discurso empresarial bem como da tentativa de aproximação de setores do sindicalismo buscando influenciar as centrais sindicais e suas lideranças em prol do “sindicalismo de resultados” e de estratégias de conciliação de classes. FIESP e CNI organizavam, para maio daquele ano, manifestação em Brasília contra a política de juros do governo, contra o “ritmo lento” das privatizações e, ao mesmo tempo, contra o “ritmo acelerado” da abertura comercial. Em junho, o tom de crítica subiria ainda mais: em texto publicado pela FIESP e assinado pelo seu presidente, a entidade declarava seu apoio a uma greve nacional de protesto contra o desemprego que estava sendo organizada pela CUT e pela Força Sindical (Cf. BOITO JR, 2007; BIANCHI, 2010).

No ano seguinte se anunciavam novas disputas pela diretoria da FIESP, demonstrando as transformações ocorridas na base dos industriais. As duas chapas que haviam disputado o pleito em 1992 sofreram os impactos da internacionalização da economia e da desindustrialização. Entretanto, era na chapa de oposição representada à época por Kapaz que se faziam sentir as maiores transformações. Boa parte do grande empresariado que apoiara a chapa de oposição havia vendido suas empresas ao capital estrangeiro. Empresas como a Cofap, a Lacta e a Dako, haviam sido compradas por empresas estrangeiras.

Em 1997, não menos do que cinco candidaturas se apresentavam à imprensa como possíveis futuros presidentes do complexo FIESP/CIESP, mas apenas dois, Joseph Couri e Roberto Nicolau Jeha eram de fato levados em conta na disputa. Este último era, sem dúvida o que mais preocupava a grande

mídia. Jeha se declarava um “nacionalista convicto”, opositor das ideias neoliberais, “keynesiano e social-democrata” (Cf. Bianchi, 2010, pp. 251). Entretanto, a única candidatura de oposição que iria se viabilizar seria a de Joseph Couri que enfrentaria Horácio Lafer Piva como candidato da situação.

O favoritismo do candidato da situação era óbvio: sua família vinha de longa trajetória no comando da entidade, sendo neto de Horácio Lafer, fundador do CIESP, contava com a máquina da própria entidade, detinha ligações importantes com o palácio do planalto por ser filho de Pedro Piva, senador pelo PSDB. Ainda assim, o que chama a atenção na disputa era o tom de crítica assumida por ambas as candidaturas. Se na chapa de Couri ecoavam mais nitidamente as críticas à política econômica e antigas propostas características do IEDI e PNBE, em torno da defesa de políticas de desenvolvimento industrial, também a candidatura de Piva era caracterizada por propostas de mudança da política econômica em direção a um programa “liberal-desenvolvimentista”. Em outras palavras, grande parte do empresariado ia sendo convencida pelos fatos de que a previsão de Bresser-Pereira, de que após um duro período de ajuste econômico seria necessário adaptar o neoliberalismo à brasileira, era o caminho a ser seguido. Os industriais voltavam à cena política decididos a disputar o rumo da política econômica a ser implementado num segundo mandato do PSDB.

O novo presidente da Fiesp anunciava, assim, a intenção de influir nos rumos da disputa presidencial em curso. Sua candidatura era, sem dúvida, a de Fernando Henrique Cardoso, mas seu projeto hegemônico, de corte liberal-desenvolvimentista, não era o mesmo que havia predominado no primeiro mandato do presidente da República e no interior da Fiesp durante boa parte da gestão de Ferreira. Conquistada a estabilidade monetária, era, segundo ele, chegada a hora de abandonar o programa monetarista que havia guiado a equipe econômica (Bianchi, 2010, pp. 255).

O tom de crítica ao governo excedia, contudo, as disputas no interior do empresariado paulistano. Em documento dirigido ao planalto, publicado em

1998, logo após a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, a CNI tecia também duras críticas à falta de uma política industrial por parte do governo. A *Agenda da Indústria*, buscando maior competitividade e crescimento, centrava suas críticas e propostas em quatro eixos: a retomada dos investimentos no setor produtivo, a compreensão da estabilização econômica como dependente do investimento e não somente da gestão cambial, a criação de uma estrutura institucional voltada para criar maiores condições de competitividade e internacionalização da indústria e, mais uma vez, a criação de canais de diálogo permanentes entre governo e empresariado. Este é o documento que melhor demarca o afastamento entre o governo do PSDB e o empresariado nacional que se aprofundará nos anos seguintes.

O ônus do ajuste da indústria ao novo ambiente foi agravado pela ausência de determinação política para reduzir significativamente os entraves ao aumento da competitividade, para eliminar o desequilíbrio fiscal e para desenvolver ações estruturadas de combate à concorrência desleal.

O processo de adaptação da indústria também foi agravado pela insuficiência da política industrial e de comércio exterior e pela inexistência de um sistema de decisão capaz de focalizar as necessidades do setor real. (...)

A diferença entre o tempo da competição e o tempo da política se revela no desequilíbrio entre as pressões a que é submetida a indústria e a velocidade com que a igualdade de condições para competir é criada. As ações têm sido lentas e insuficientes.

A capacidade de o Brasil atingir estes objetivos não ocorrerá de forma natural e espontânea. A construção do crescimento depende de ações e investimentos institucionais que avancem além da necessária gestão macroeconômica. A estabilidade é um pré-requisito para o crescimento; porém, a política para o crescimento não se esgota na política de estabilização. A consciência deste fato é o primeiro passo para o Brasil avançar. (CNI, 1998, p. 9)

Note-se que o tom da carta, característico das *críticas seletivas* do empresariado ao neoliberalismo foca em “adaptar o tempo da política ao tempo da competição” e exigir canais de diálogo permanente entre empresariado e governo. Em outras palavras, a defesa dos industriais não era outra senão a de que o Estado operasse em seu clássico papel na formação social brasileira

como amortecedor das contradições entre a burguesia brasileira e o grande capital imperialista.

Nos primeiros anos do segundo mandato de FHC a Fiesp insistia, sem sucesso, na tática de influenciar os rumos da política econômica do governo. Protestavam contra as altas taxas de juros, pela desvalorização do real e por um Ministério do Desenvolvimento. Este último fora criado, mas sem uma política industrial clara por parte do governo, quadro que permaneceu até o último ano da gestão. Como as tentativas de influenciar o governo não deram resultado, a sucessão presidencial passava a entrar como prioridade na agenda do conjunto do empresariado envolvendo entidades como Fiesp, CNI, Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Confederação Nacional do Comércio (CNC), etc. A isso se soma o esforço da candidatura Lula em atrair esses setores do grande empresariado, a ponto do presidente da Fiesp afirmar que “houve um amadurecimento do empresário e houve um processo de amadurecimento do Lula. As pessoas reconhecem hoje o partido mais disposto a negociar” (Piva *apud* Bianchi, 2010, p. 258).

O baixo grau de conflitividade do empresariado com a candidatura de Lula representava a confiança de que sua eleição não significaria uma ameaça à propriedade privada nacional e estrangeira, por um lado, e, por outro, não produziria uma descontinuidade radical da política econômica. O limite de difícil transposição entre o empresariado e Lula eram os movimentos sociais identificados com a história do Partido dos Trabalhadores e seu candidato à Presidência. Paradoxalmente, depois da eleição de Lula, esse limite foi transposto com a crescente dissociação do governo dos movimentos sociais (Bianchi, 2010, p. 258).

Vê-se que o empresariado brasileiro não ficou alheio à política durante a década de 1990. Ele foi à disputa sempre que seus interesses significaram conflitos pontuais com o próprio neoliberalismo, inclusive em aliança com setores populares então excluídos do bloco de poder²². Essa aliança permeia

²²Vide as manifestações contra o desemprego e contra a abertura comercial realizadas em aliança pela CUT, Força Sindical, FIESP e CNI (BOITO JR, 2007, p.65)

toda a década de 1990, desaguando no esforço do PT em 2002 em atrair a burguesia industrial para sua candidatura, representada pelo vice José Alencar. Houve, assim, um deslocamento de setores da burguesia brasileira com contradições pontuais às políticas neoliberais durante esse período. O que nos interessa é saber de que maneira a defesa dos interesses desses setores articulam-se com a reforma da ideologia neoliberal durante os governos Lula.

Antes, contudo, são necessárias algumas considerações sobre a transformação que ocorre também no seio da classe trabalhadora e seu rebatimento sobre os instrumentos que forjara na década de 1980. Em outras palavras, a aproximação da classe dominante brasileira da candidatura Lula como estratégia para adaptar o neoliberalismo aos seus interesses particulares de classe assenta-se também sobre as contradições e limites do ciclo de lutas impulsionado pelo Partido dos Trabalhadores.

3.4 O transformismo petista

Não poderíamos terminar esse capítulo sem uma abordagem mais específica sobre o Partido dos Trabalhadores enquanto instrumento político hegemônico da esquerda brasileira durante as duas décadas que tratamos²³. O

23A análise mais geral da história do PT e o balanço dessa experiência excedem os limites da presente tese. É importante acrescentar que há um extenso debate e bibliografia sobre a história dessa ferramenta, bem como sobre seu processo de integração à ordem capitalista. Os primeiros trabalhos de maior relevância sobre a constituição do PT e as particularidades que ela trouxe à tona datam já da década de 1980. Durante a década seguinte os trabalhos passaram a uma abordagem crescente sobre o processo de adaptação do PT e as contradições a ele subjacentes, principalmente a partir da comparação de sua trajetória com a da *social-democracia* europeia (particularmente a experiência do Partido Operário Social Democrata Alemão). Nos últimos anos, multiplicaram-se trabalhos que buscam investigar quais as principais determinações do processo de adaptação dessa ferramenta à ordem institucional burguesa e seu reflexo sobre os governos petistas. O centro das investigações tem oscilado entre o processo de adaptação programática do PT à ordem (seja no abandono do Programa Democrático Popular da década de 1980, seja imputando justamente aquele programa os limites da estratégia petista). Para uma consulta sobre o processo de constituição do PT ver as dissertações de BERBEL (1991), KECK (1991) e MENEGHELLO (1989). Obras importantes que estabelecem uma comparação, ainda durante a década de 1990, entre a trajetória petista e a social-democracia europeia podem ser encontradas em GUIMARÃES (1990) e OZAÍ (1996). Obras mais recentes nos permitem uma abordagem mais geral da trajetória programática e de seu reflexo nos rumos do PT e da esquerda brasileira até anos mais recentes, sobre isso consultar COELHO (2005) e IASI (2006).

que nos interessa particularmente é perceber a relação entre as mudanças assinaladas nas relações de força entre as classes a partir do processo de implementação do neoliberalismo como bloco histórico e seu reflexo na representação da classe trabalhadora expressa na experiência do PT. Nos limitaremos a assinalar, no interior desse debate, que o processo de adaptação do PT à ordem capitalista e sua futura adesão à uma plataforma de reforma do neoliberalismo assenta-se sobre determinantes ao mesmo tempo políticos, econômicos e sociais que não podem ser ignorados.

A crítica à transformação do projeto político subjacente à experiência do PT deve ser feita levando em conta não apenas as opções de seus grupos dirigentes, mas as transformações operadas no interior da correlação de forças da qual eles faziam parte. Isto não significa que as ações do partido e das forças que o dirigiram sejam apenas um reflexo mecânico dessa relação de forças. A própria existência, no interior do PT, durante sua trajetória, de forças dissonantes aos caminhos adotados, sinalizam que o abandono do horizonte de superação do capitalismo não era uma necessidade imposta pela conjuntura ou pelas transformações sofridas no modo de produção do capitalismo. Elas eram uma necessidade imposta aos novos interesses e objetivos que passaram a comandar aquela agremiação. São esses novos interesses e objetivos que devem ser explicados a partir do contexto material que os cercam. Em outras palavras, o que se transformou, particularmente durante a década de 1990 foi a concepção de mundo daquele agrupamento e, portanto, também seu programa e horizonte políticos a partir da relação de forças entre as classes.

Em primeiro lugar, é necessário considerar que o PT não *se tornou reformista* na década de 1990. A defesa de mudanças sociais sem a construção de uma ruptura com o capitalismo esteve presente nas fileiras petistas desde a fundação dessa ferramenta política. O que diferenciava o PT durante a década de 1980 não era uma compreensão precisa do Estado e do poder e uma estratégia revolucionária clara. A diferença em relação aos anos

1990 deve ser buscada na conjuntura de ascenso das lutas sindicais e populares proporcionada pelo desenvolvimento capitalista anterior levado à cabo pela ditadura militar e a efervescência social alimentada pelo período de redemocratização da sociedade brasileira.

A base social que constituiu o PT era composta fundamentalmente por operários da indústria, como metalúrgicos, químicos, petroleiros, coureiros, vidreiros, e do setor de serviços, como os empregados em empresas de transporte, bancários, pequenos proprietários e trabalhadores rurais sem terra, além de funcionários públicos, como professores das redes municipais e estaduais de ensino. [...] Essa nova ossatura da sociedade civil era filha da urbanização e da industrialização amplificada sob o “milagre econômico” dos governos militares. A ditadura produziu uma nova base social e, logo, sua crise de legitimidade adicionou o fermento para a contestação política e social da década de 1980 (Martinez, 2007, pp. 246-247).

A isso é importante acrescentar a incompatibilidade entre o ascenso das lutas sindicais e populares no continente latino-americano e o refluxo das lutas da classe trabalhadora em âmbito mundial durante os anos 1980. Em outras palavras, nosso ascenso de lutas coincidiu com o início do descenso no âmbito mundial. Em nosso continente vivíamos o triunfo da Revolução Nicaraguense (em julho de 1979), a ofensiva militar em El Salvador, além dos êxitos econômicos e sociais em Cuba. Isso fornecia um clima ideológico diferenciado que impulsionou, no Brasil, a retomada da luta de massas expressa na reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Central de Movimentos Populares (CMP), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, obviamente, na própria fundação do PT. O ápice desse processo, enquanto expressão da luta de massas – a Campanha pelas Diretas Já – quando, pela primeira vez as massas urbanas concentradas nas imensas metrópoles mostraram seu potencial de alterar a correlação de forças, se deu quando os projetos de desmonte do *Welfare State* avançavam na Europa, iniciando as privatizações e dando os contornos da fase neoliberal. Soma-se a esse clima ideológico

diferenciado o impacto do processo revolucionário Chileno e seu desfecho. O Chile de Salvador Allende representava no imaginário a primeira tentativa de construção do socialismo pela via das sucessivas vitórias eleitorais e fora interrompido a 11 de Setembro de 1973 por um golpe militar impulsionado pelos interesses imperialistas norte-americanos.

O PT se construiria pela convergência de três segmentos fundamentais da luta contra a ditadura em fins da década de 1970. O primeiro e mais evidente, o forte movimento sindical da região do ABCD paulista, que seria o principal pólo de atração do partido e que seria determinante na conformação de seu grupo dirigente. Além deste, embora com uma influência bem mais restrita no movimento operário, estavam as organizações e militantes remanescentes do ciclo anterior à ditadura e também da esquerda armada. Tal setor era entendido como a “esquerda tradicional” no interior do PT e conformaria as diversas tendências internas que comporiam ainda na década de 1980, a oposição de esquerda. O terceiro segmento importante era a esquerda da igreja católica, cuja aproximação ao movimento pró-PT se deu a partir das campanhas contra a carestia e por movimentos de base territoriais ou até mesmo em oposições sindicais.

Essas três vertentes se aproximaram em meio a um clima ideológico comum às principais forças políticas na década de 1980 marcado, como dissemos, pelo anti-estatismo nascido da crítica não só à ditadura, mas também e principalmente, ao ciclo anterior de lutas hegemônico pelo PCB e ao *populismo*.

Para os setores do “novo sindicalismo” paulista, tratava-se da defesa do *sindicalismo autêntico e independente*, contraposto ao controle não apenas do Estado, mas também dos partidos políticos. A recusa do sindicalismo atrelado ou do sindicalismo pelego não se dava, portanto, identificando somente como alvo o trabalhismo ou o estilo populista de tipo varguista, mas também a própria experiência do PCB, principalmente durante o interregno democrático de 1945 a 1964. Tanto os políticos populistas quanto o *partido leninista* teriam em comum a manipulação das massas trabalhadoras através de bandeiras

políticas alheias aos reais interesses expressos no *chão de fábrica*. Tal recusa aparecia constantemente no discurso do principal dirigente do *novo sindicalismo*. Em entrevista ao jornal *Diário do Grande ABC*, ao ser questionado sobre a importância dos trabalhadores na luta pela redemocratização e, particularmente, na revogação do AI-5, Lula estabelecia uma surpreendente relação de distanciamento em relação às pautas democráticas. Estas deveriam subordinar-se às demandas econômico corporativas do movimento sindicalista em ascensão:

Algumas pessoas imaginam que deve haver a redemocratização para poder haver uma liberdade sindical, uma modificação na estrutura sindical brasileira. Então eu pergunto a mim mesmo quem disse que primeiro não tem de haver a briga do trabalhador pela modificação da estrutura sindical brasileira, para haver a redemocratização? [...]Para nós, democracia é liberdade sindical e a partir daí não tenho dúvidas de que alcançaremos uma democracia plena. Aí está a reforma do governo democratizando o país, com o fim do AI-5, com o fim do 477, que não tem nenhum interesse para a classe trabalhadora. Alguns artigos da CLT são muito mais graves para a classe trabalhadora do que o AI-5. Quem disse que mudando esses artigos a gente não conseguirá não uma democracia relativa, mas uma democracia plena?²⁴

Esta passagem revela a um só tempo a clareza do dirigente quanto aos limites do processo de transição pactuada e o aprisionamento da visão de mundo à dimensão econômico-corporativa dos interesses de classe. Note-se que as bandeiras democráticas como a ruptura do AI-5 deveriam estar subordinadas aos interesses imediatos da luta sindical.

Essa tendência de negação da política entendida como disputa pelo poder de Estado, remetendo necessariamente a elaboração de um projeto político que transcenda os limites dos interesses imediatos de classe, era também reforçada pelos setores oriundos da esquerda militante da igreja católica. Os principais intelectuais e dirigentes dessa vertente manteriam certa distância ao envolvimento nas instâncias partidárias do PT, mas sua influência para a participação das bases militantes da igreja católica na construção desse

²⁴Entrevista ao *Diário do Grande ABC*, 23 de julho de 1978. In: Lula, 1980, 129-30

partido seria de grande relevância²⁵.

A outra vertente constitutiva do PT, os intelectuais de esquerda oriundos das correntes marxistas da luta armada, os intelectuais do PCB, mas também e não menos importante, as correntes trotskystas, embora defendessem a identidade do PT como partido socialista e disputassem os rumos da agremiação nesse sentido, mantinham uma relação contraditória com a adoção de uma concepção estratégica mais clara na condução do PT. Isso porque, pela pouca influência que detinham no movimento operário, sua capacidade de disputar os rumos do partido dependia de manter suas concepções coesas nas tendências de que faziam parte. Uma concepção e projeto políticos claros por parte do PT diminuiriam consideravelmente a autonomia de tais grupos na disputa interna de rumos.

Segundo Montenegro (2009), essa tendência de recusa à experiência histórica anterior produzia uma auto-imagem característica da militância petista e de uma primeira geração de intelectuais ligados ao PT que descreviam-no como uma completa novidade em relação à esquerda brasileira: um partido democrático (o que implicava a designação de autoritarismo aos partidos comunistas tradicionais) e que visava uma autêntica *representação* dos reais interesses da classe trabalhadora (oposta à manipulação dos interesses de classe pelas estratégias impostas pelo partido “de cima para baixo”). Este aspecto é central para entender a conformação do que ficou conhecido como “campo majoritário” no interior do PT e que seria determinante nos seus rumos. Tal campo apresentava-se como o *petismo autêntico* já durante a década de 1980 e essa suposta autenticidade era justificada a partir da expressiva base sindical e popular que o formara.

Partindo do léxico gramsciano, Montenegro elabora a hipótese de que essa negação da política e de uma identidade que transcendesse os aspectos

²⁵Entre os principais intelectuais dessa vertente convém destacar Frei Beto cuja influência na militância petista de base católica é bem conhecida e que foi também um dos quadros chamados a compor o primeiro governo Lula, principal formulador do programa Fome Zero, programa esse que não sairia do papel o que o levaria a afastar-se do governo; e Herbert de Souza, oriundo da Ação Popular no período da ditadura e que orientaria sua atuação durante a década de 1990 principalmente à construção do terceiro setor.

da ação imediata dos trabalhadores no âmbito das lutas econômicas levou a recusa da idéia de partido como *moderno príncipe*, ou seja, como instrumento de mediação necessária à constituição da classe na superação do momento econômico-corporativo para a formulação de um projeto societário, o momento ético-político central para a conquista do poder de Estado. A conjuntura de redemocratização do país alimentava a predominância, nos dirigentes que construam o PT, da temática da *representação dos interesses de classe* como substituto do partido dirigente do movimento da classe.

Já vimos que essa recusa do Estado implicava numa sobrevalorização do termo “sociedade civil” que, ao contrário da impositação gramsciana, era entendido à esquerda e à direita do espectro político como esfera em separado do Estado e a ele contraposta. Não apenas o nascimento do PT mas também do PSDB teria marcante influência da crítica ao populismo que se desenvolveria fortemente em fins da ditadura militar. Nesse sentido, no caso do PT, esse desvínculo em relação à experiência acumulada pela esquerda brasileira era também reforçada por uma intelectualidade que se aproximara do PT, nele valorizando os aspectos diferenciadores em relação à “esquerda tradicional”.

Um dos intelectuais mais influentes no campo majoritário do PT nesse período era Francisco Weffort, um dos construtores, junto com Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Gianotti, Boris Fausto, Octávio Ianni, Paul Singer e Francisco de Oliveira, do projeto inicial do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). O tema central destes autores era a análise do nacional-desenvolvimentismo e a crítica ao *populismo*. A elaboração de Weffort foi, segundo Montenegro, a mais influente nos quadros fundadores do PT. Mais tarde, ele formaria juntamente com Lúcio Kowarick e Marilena Chauí, entre outros, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). Juntos, o CEBRAP e o CEDEC foram fundamentais para difundir as análises do *populismo* típicas daquela geração da Universidade de São Paulo. As análises de Weffort teriam grande influência nas teses defendidas pelo campo

majoritário no interior do PT²⁶.

A singularidade do caso de Weffort é facilmente compreensível: suas análises do período histórico que vai de 1930 a 1964, bem como suas reflexões acerca da necessidade da emergência da classe operária como ator social e político *autônomo* com relação ao Estado e aos partidos tradicionais da esquerda, apresentavam uma impressionante afinidade com a imagem que os dirigentes do *novo sindicalismo* viriam a construir de si mesmos e de seu papel histórico. A ampla influência das teses de Weffort junto à intelectualidade brasileira dos anos 70 e 80 contribuiu decisivamente para a construção de uma *narrativa* da história do movimento operário brasileiro que atribuía ao PT o papel de agente mais importante para a superação da herança *populista* (MONTENEGRO, 2009, p. 142-143).

Para Weffort, o caráter autoritário da transição capitalista no Brasil produziria entraves para a formação da classe trabalhadora enquanto sujeito histórico, uma heteronomia de seus interesses, fazendo com que sua entrada na cena política apresentasse menos a formação de um interesse coletivo de classe do que um comportamento típico das *massas*. Sua interpretação do conceito de populismo continha uma leitura do período democrático de 1945 a 1964 caracterizada pela predominância de uma relação entre Estado e classe trabalhadora marcada pela manipulação esta última, em prol de interesses que lhe são alheios. Este mesmo autor apontava, ainda, que a esquerda desse período teria contribuído decisivamente para a consolidação do pacto populista ao aceitar a participação nos sindicatos atrelados ao Estado. Mais do que isso, a crítica era dirigida à própria intromissão das reivindicações políticas no domínio sindical, já que para o PCB os sindicatos eram pensados “menos como instrumentos para a representação dos interesses econômico-corporativos da classe operária que como um instrumento de mobilização política dos operários” (cf. WEFFORT *apud* MONTENEGRO, 2009, p. 162).

26A influência de Weffort não era externa à experiência do PT. Na primeira década de sua construção (de 1980 a 1990) ele ocupou postos chave na organização do partido de forma ininterrupta. Foi suplente da Comissão Provisória em junho de 1980, segundo secretário da Executiva Nacional do PT eleita em seu primeiro encontro nacional em 1981, secretário geral de 1983 a 1987 e vice-presidente de 1988 a 1990.

Surge aí com toda a força a idéia de que a autonomia efetiva do movimento operário se expressa antes por uma ação de defesa dos seus interesses *econômico-corporativos* (“subordinados a uma concepção de construção da democracia no país”) do que pela vinculação político-ideológica a um projeto que transcenda a esfera particular de sua ação. É utilização do léxico gramsciano, com valoração invertida: confere-se um caráter positivo à afirmação do econômico-corporativo e rejeita-se a *política*, em seu sentido de esfera em que se manifesta o projeto universal, por considerá-la deturpadora dos *reais* interesses da classe operária (MONTENEGRO, 2009, p. 162).

Para que a classe trabalhadora não fosse agora manipulada por interesses a ela alheios fazia-se necessário evitar a extrema “politização” e “ideologização” do partido, algo que esteve bastante presente no discurso que conformava o campo majoritário já durante aqueles anos²⁷. Esse descrédito do tema da política e da construção de um projeto emancipatório de caráter mais universal atesta haver já desde o início da construção do PT uma forte tendência à adaptação ao sistema democrático burguês. Para construírem-se como autêntica representação de classe, tratava-se de priorizar a entrada da classe trabalhadora nas instâncias de poder, compreendidas como os fragmentos do Estado colocados em disputa nos processos eleitorais. Essa redução do político ao econômico indicava a necessidade do programa do partido priorizar mais as possibilidades de avanços imediatos nas reivindicações dos trabalhadores a partir das possibilidades colocadas pelas regras do jogo da política.

A dinâmica que iria se impor de forma preponderante no caráter do partido não era uma dinâmica de *extrema-esquerda*. O *novo sindicalismo*, que acolheu Francisco Weffort com ardor, foi o segmento que deu origem ao agrupamento majoritário no interior do PT e que lhe imprimiu sua marca de forma perene e profunda. E, neste segmento, o que prevalece não é uma política ou um programa mais ou menos extremista. O que prevalece é a anterioridade da

²⁷Sobre a conformação do campo majoritário do PT, fruto da combinação entre o “sindicalismo autêntico” ligado à Lula e a transformação ideológica do Partido Revolucionário Comunista (PRC), futura tendência Democracia Radical, ver a tese de Coelho (2005).

esfera econômica sobre a política; do interesse particular sobre o projeto totalizante; e, creio, a aceitação, em última instância, de um horizonte em que trabalhadores e empresários exerçam papéis complementares, ainda que contraditórios (Idem, p. 174).

Isso se refletia nas formulações do PT à época nas tentativas de combinar a luta de massas e a valorização da sociedade civil (aqui entendida como a construção da autonomia dos trabalhadores frente ao Estado) com um caminho alternativo para o poder. Embora não ficasse claro de que forma esse “acúmulo de forças” e construção da “alternativa popular” se confrontariam com o Estado capitalista, a meta-síntese *Lula-Iá*, ou seja, a conquista do governo com um programa democrático e popular que continha reformas estruturais capazes de polarizar a sociedade alimentavam, ao menos para os agrupamentos de esquerda no PT, a possibilidade de ruptura com a ordem burguesa.

Essa indefinição estratégica e programática se fazia sentir cada vez mais a partir do aumento do peso da tática eleitoral e da presença do PT no aparelho de Estado, particularmente das câmaras de vereadores e prefeituras ainda na década de 1980. Paradoxalmente, o intuito de preservar a identidade de classe e a “verdadeira representação” dos interesses da classe trabalhadora acabava distanciando o discurso petista da diferenciação desses mesmos interesses na cena política.

Analisando a disputa eleitoral para o governo municipal de São Paulo em 1985, Florestan Fernandes já indicava tanto a aproximação dos setores burgueses e da pragmática neoliberal ao centro político, representado pela candidatura de Fernando Henrique Cardoso pelo PMDB, quanto à adaptação do PT às regras do jogo eleitoral e sua aproximação ao discurso da socialdemocracia, representada na campanha de Eduardo Suplicy. Enquanto o PMDB progressivamente associava-se aos acordos político-eleitorais à direita, perdendo diferenciação e favorecendo Jânio Quadros (candidato da aliança PTB-PFL), segundo Florestan Fernandes

O outro partido quer decolar com força própria, sustentando-se na afirmação coletiva dos que se movem para o centro do palco como agentes reais da luta popular e proletária. Porém, adocica a sua propaganda eleitoral. Torna-a “atraente” e “interessante” – portanto, “mobilizadora” e “eficaz”. À custa de que preço? De uma social-democratização a la moderna e a la brasileira, de consciência crítica humanitária mas irônica, galhofeira e “pluriclassista”. O candidato vê-se convertido em um equivalente da Kibon. O que revela não é uma ida decidida e firme à luta política popular e proletária, à altura da garra e da língua afiada do Lula da campanha pelas diretas, mas uma acomodação às inquietações da classe média e de sua disponibilidade em não fazer onda, “porque a maré não está para peixe”... O partido cresce, porém não aparece (no sentido dos signos socialistas e proletários). (Fernandes, 2007, p. 77)

A derrota de Lula nas eleições presidenciais em 1989 veio acompanhada de uma derrota mais profunda da classe trabalhadora em nível mundial, fazendo com que o descompasso entre os ritmos da luta de classes no Brasil e no mundo atingissem em cheio as forças de esquerda, em particular o próprio PT. O fim da URSS e das experiências socialistas do leste europeu estimulou a criação de uma atmosfera antissocialista que invadiu os meios de comunicação, desmoralizando as propostas transformadoras e fortalecendo a ideia de “inevitabilidade do capitalismo”. O apregoado “Fim do Socialismo” com a queda dos regimes do Leste Europeu implicou, como vimos, uma profunda derrota do movimento operário, possibilitando ao capitalismo não somente avançar sobre a classe trabalhadora para recuperar suas taxas de lucro, mas a tentativa de construção de um mundo unificado, militarmente unipolar, no qual se verifica uma acumulação gigantesca do capital e onde o papel dos governos nacionais se limita a condição de “bons administradores dos interesses capitalistas internacionais”. Esse fato teve como rebatimento em nosso continente a interrupção da experiência Sandinista com a derrota de Daniel Ortega nas eleições diretas para presidente da Nicarágua em 1990.

A chamada crise do socialismo real se fez sentir, dessa forma, nas formulações e no horizonte estratégico dos dirigentes do PT. Na linguagem do I

Congresso do PT, realizado em 1991, a derrocada do socialismo real colocava o desafio de “compatibilizar socialismo e democracia” e na recusa da “democratização e revitalização da política apenas através do Estado”.

Na superação desse desafio, não caberia, por exemplo, “a ideia de democratização da sociedade a partir do Estado”, a exemplo do que havia sido praticado nos países do denominado “socialismo real”, sem democracia e sem liberdade. O socialismo era, então, proclamado como a “radicalização da democracia” e não como a “realização estatal da utopia”. Uma democracia socialista deveria distanciar-se do Estado, fortalecendo o controle deste pela sociedade civil, pela legitimação majoritária do poder político, pelo respeito às minorias e pela alternância do poder (Martinez, 2007, pp. 259)

Enquanto instrumento político o PT havia centrado seu programa durante a década anterior na luta pelas liberdades democráticas e, como vimos, havia engrossado o caldo das críticas contra o desenvolvimentismo levado à cabo através do Estado. No início da década de 1990 essa rejeição à centralidade do poder político de Estado passa a incorporar parte do vocabulário liberal. Se na década de 1980 essa inflexão havia sido necessária ao colocar o PT como principal símbolo de resistência à transição pactuada pelo alto, agora contribuía para obscurecer a crítica ao caráter de classe da democracia enquanto instrumento de dominação burguesa. As ideias que identificavam a nossa controlada democracia burguesa, como um bem universal, proliferaram sem nenhum significativo enfrentamento ideológico. Os cursos de formação do PT (enquanto existiram), identificavam o Estado como uma espécie de entidade neutra, desprovida do conteúdo de classe.

O terreno para essa mudança ideológica das direções sindicais e partidárias durante os anos 1990 foi cimentado pelas próprias mudanças no padrão de acumulação do capitalismo brasileiro levadas à cabo pelos governos neoliberais. No que tange à classe trabalhadora, seu poder de barganha frente ao capital foi rapidamente minado pelos efeitos deletérios da reestruturação produtiva. Os sindicatos viam estarecidos sua base social ser reduzida pela metade, seja com a entrada das novas tecnologias, seja com a reorganização

da produção incluindo unidades familiares e de subcontratação. A reorganização da produção com o padrão de acumulação flexível significava a desconstrução também da capacidade de luta e elevação do nível de consciência de classe.

Portanto, não desestruturou e liquidou apenas antigas profissões e especializações, elevando a concorrência entre os trabalhadores a uma guerra sem quartel. Destruiu muitas das próprias bases materiais que permitiam aos trabalhadores sua união espontânea e a elevação de sua consciência e organização de classe. E convenceu grande parte de suas lideranças de que a revolução tecnológica era uma inevitabilidade, criadora de uma sociedade pós-industrial, diante da qual a melhor forma de sobrevivência seria a reciclagem técnica e profissional, e não a luta pelo salário, pela redução da jornada de trabalho e, fundamentalmente, pela superação do capitalismo (Pomar, 2002, p. 97)

Os governos FHC dedicaram-se a uma política de crescimento sem geração de emprego, ou seja, uma política de crescimento, ainda que pífio, voltado para o capital especulativo e para as grandes transnacionais. Os efeitos mais visíveis do pacote neoliberal implementado a partir do Plano Real foram o crescimento do desemprego e da precarização do trabalho. Somente no primeiro mandato do PSDB, 764,1 mil postos de trabalho foram extintos. Em agosto de 1998 as pesquisas de Marcio Pochmann sobre o emprego, no Jornal do DIAP, apontavam que um em cada cinco trabalhadores e um em cada três jovens na Grande São Paulo encontravam-se fora do mercado de trabalho. Dessa forma, a reestruturação produtiva na década de 1990 determinou também o enfraquecimento do movimento sindical, principal polo de sustentação do PT e, até então, canal não eleitoral de ligação com as massas.

Discutindo o fenômeno da burocratização dos quadros partidários e sua relação com o fenômeno do *transformismo*, Eurelino Coelho identifica nessa mudança dos anos 1990, a base material da ruptura da “conexão orgânica viva” dos grupos dirigentes do PT com a classe que eles intencionavam representar. O prodigioso aumento da ocupação de cargos no executivo e

legislativo, bem como o aumento da profissionalização de militantes dele decorrente, alimentava o distanciamento entre a direção petista e a base partidária. Tratava-se de uma mudança nas condições sociais de vida daqueles dirigentes que tinham agora acesso a vantagens materiais que não estavam ao alcance da base do PT, majoritariamente composta de trabalhadores assalariados. Entretanto, esse elemento isolado não seria, como afirma Coelho, suficiente para impulsionar uma mudança das concepções de mundo dos dirigentes (cujo abandono do marxismo era a expressão mais evidente).

Contudo, a situação muda completamente de figura se a expansão da burocracia se dá num momento em que a “condensação ou concentração orgânica” da classe trabalhadora, isto é, seu poder de atração, encontra-se em declínio. Nessas condições, a fratura no elo entre a organização que sofre pressões burocratizantes e a classe torna-se uma possibilidade bem maior, enquanto a resistência a este afastamento se debilita. No Brasil, como vimos, estas condições se estabeleceram a partir de 1990, ano que marca o início de um prolongado refluxo das classes subalternas acompanhando, com retardo, a derrota histórica no plano mundial. A pressão burocrática pela sobreposição dos meios aos fins, que esteve presente no PT desde as origens, encontrou a partir de então um contexto favorável a uma mudança de qualidade (COELHO, 2005, p. 467-468).

A primeira administração municipal em uma capital importante como São Paulo, entre 1989 e 1992 expressava o impacto ideológico da responsabilidade do PT em gerir o aparelho de Estado. É na prefeitura de Luiza Erundina que os preceitos da *governabilidade* passam a fornecer os contornos de uma política de colaboração entre classes que seria doravante a razão de ser das administrações petistas.

A chamada *sociedade política*, para usarmos os termos de Gramsci, é a expressão da dominação de classe em seu sentido mais puro, ou seja, toda a ossatura do Estado é construída para garantir pela força e pelo convencimento a subordinação do conjunto da sociedade à reprodução da sociedade capitalista. Isso não quer dizer que toda e qualquer força de esquerda, ao compor partes do aparelho de Estado burguês, tenham fatalmente que

adaptar-se à essa estrutura transformando-se em gestores capitalistas. A conquista de postos no parlamento e no executivo pode ser uma tática válida se considerada como expediente para acirrar as contradições entre as classes fundamentais, tensionar os limites do Estado burguês no intuito de fortalecer a organização e força da classe opositora. Fazer isso, contudo, implica necessariamente abrir mão, justamente, do objetivo da “governabilidade”, já que envolve o aumento progressivo da polarização social e radicalização do enfrentamento entre as classes cujo horizonte é justamente a ruptura do Estado burguês. Mas como vimos, este objetivo não estava claramente colocado ao PT desde a sua fundação e, principalmente, ele já não fazia parte da concepção de mundo predominante em seus grupos dirigentes.

Analisando o impacto da influência do governo Erundina nas concepções dos grupos dirigentes do PT, Coelho chama a atenção para o dilema colocado pela responsabilidade da esquerda ao assumir administrações no Estado burguês, sem uma estratégia clara de superação da sociedade do capital.

[...] a gestão das prefeituras se caracterizou por ser um esforço político de contornar o antagonismo de classes. As prefeituras se ocupavam em produzir soluções políticas e administrativas que permitissem compatibilizar uma certa inversão de prioridades, favorecendo os setores populares com cotas maiores do gasto público, com preservação dos interesses dos grupos dominantes. Paul Singer, que também participou do primeiro escalão do governo Erundina, explicita o dilema sem meias palavras no seu livro sobre experiência na prefeitura: “O fato concreto é que, na economia capitalista, a acumulação de capital é vital. A esquerda, enquanto não chega ao governo, se recusa a reconhecer este fato.” Diante desta evidência, e da constatação do fato de que a “instauração do socialismo via poder de Estado não está na ordem do dia”, à esquerda restariam duas opções: lutar para governar, sabendo que as “propostas de redistribuição de renda e da riqueza, que dão identidade a qualquer programa de esquerda que se preze, teriam de ser compatibilizadas com as que objetivam assegurar a acumulação de capital”, ou desistir de governar (COELHO, 2005, p. 472-473).

É no interior deste processo que noções como “diálogo social”, “novo contrato” e “pacto social” passam a vigorar no vocabulário de diversas

lideranças sindicais. Segundo França (2003) a ideia de pacto social aparece no Brasil e, particularmente, na história do Partido dos Trabalhadores pela primeira vez durante o chamado acordo das montadoras ou Câmaras Setoriais do setor automobilístico no ABC paulista em 1992 e 1993. O setor automobilístico vinha sofrendo, à época, os impactos da abertura comercial com o aumento das importações e a pressão pela modernização do setor. Os resultados foram uma queda significativa na produção e o corte de cerca de 25 mil postos de trabalho. O próprio governo Collor iniciou o primeiro acordo entre governo e montadoras, na tentativa de recuperar parte da sua popularidade. Mas foi somente durante o governo Itamar Franco que o acordo envolvendo governos, montadoras e representantes sindicais seria assinado no intuito de “socializar entre todos” os efeitos da chamada “crise do ABC”.

Embora tenha se recusado a participar das primeiras tentativas de acordo, a CUT acaba participando das Câmaras Setoriais a partir do governo de Itamar Franco. A iniciativa veio, aliás, do próprio Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, o Vicentinho, que sob a ameaça de fechamento da fábrica de motores da Ford, viaja aos Estados Unidos se reunindo diretamente com a matriz da multinacional. Em seu retorno, Vicentinho se reuniria com os ministros do governo Itamar que decide reabrir as Câmaras Setoriais, dessa vez com a participação do movimento sindical.

As câmaras tripartites fariam um diagnóstico comum dos problemas do “ABC” que seriam de “responsabilidade de todos” (o chamado “custo ABC”) e proporião soluções de conjunto. Os problemas apontados eram: o excessivo protecionismo do mercado brasileiro, altas taxas tributárias sobre os automóveis aqui fabricados, ausência de mecanismos de créditos específicos, etc. Os primeiros acordos assinados giravam em torno da manutenção e até mesmo ampliação dos postos de trabalho; redução de impostos para o setor e políticas de financiamento.

Embora os defensores do pacto social no ABC sublinhassem as conquistas no aumento do emprego e reposição salariais, segundo França (2003) ficaria visível a desigualdade entre os ganhos. Com os acordos e o

aumento controlado tanto de postos de trabalho quanto de renda para o trabalhador, “a média de veículos fabricados por trabalhador cresce em uma proporção assustadora chegando a dobrar nos últimos cinco anos analisados” (idem, p.90). Esse fato indica não somente um aumento da produtividade, mas também um enorme aumento da intensificação e exploração da força de trabalho na região.

Mas o maior impacto da política de conciliação seria ideológico. Os dirigentes sindicais passam a assumir acriticamente o discurso de socialização dos impactos produzidos pela crise capitalista, não só no plano econômico, mas também no conjunto dos problemas sociais acarretados pela reestruturação produtiva. Cinco anos depois da assinatura dos primeiros acordos, o então presidente do sindicato dos metalúrgicos, Luís Marinho, avaliava a importância da Câmara Setorial do ABC nos seguintes termos:

(...) a câmara nasceu do sentimento comum de que já estava na hora de a sociedade assumir, conjuntamente, a responsabilidade sobre o destino de uma parte importante do país.(...) Sabemos também que precisamos enfrentar com coragem e ousadia a discussão do chamado “custo ABC” e o papel dos sindicatos verdadeiramente interessados em resolver essa polêmica. Há, ainda, os problemas do trânsito, das enchentes, do meio ambiente, do transporte, as traumáticas vias de acesso à região, a nova pista da Imigrantes no trecho da serra e a modernização do porto de Santos, a criminalidade, entre tantos transtornos inerentes ao “custo ABC”. Estas são algumas tarefas que todos, comprometidos com a câmara, deveremos discutir e ponderar, antes de arregaçar as mangas para trabalhar na criação e execução do planejamento estratégico regional do ABC paulista. (Folha de São Paulo, 25 de fevereiro de 1997)

A linguagem de Vicentinho, de socialização das perdas, passa a imperar entre os dirigentes sindicais na década de 1990. É que a relação estabelecida pelo PT na década anterior havia se invertido: já não se tratava agora como antes de acumular força no terreno institucional para fortalecer as organizações populares (ou o “poder popular”), tratava-se de acumular base social (eleitoral) através dos movimentos e sindicatos para ascender ao parlamento ou ao

executivo. Impotentes para travar embates para recompor os salários, boa parte dos dirigentes sindicais passam a priorizar a tática eleitoral, levando métodos burocráticos e a força dos aparelhos sindicais para as disputas entre as correntes de esquerda. Enquanto a categoria dos trabalhadores bancários era dizimada pelas inovações tecnológicas, perdendo direitos conquistados ao longo de décadas, o sindicato dos bancários fortalecia sua bancada parlamentar, constituindo um exemplo do papel desempenhado pelas lideranças sindicais petistas nos anos de refluxo.

A meta-síntese de conquista do governo sem uma perspectiva de ruptura com os limites da democracia liberal no Brasil vai ocupando o centro da agenda do conjunto mais amplo de dirigentes do PT. O central na década de 1990 passa a ser o contraponto ao neoliberalismo a partir do “modo petista de governar”. Tratava-se de buscar nas administrações municipais e governos estaduais do PT termos de comparação com o governo federal que simbolizavam para a militância caminhos de mudança sem ruptura com a ordem político-institucional instaurada.

Note-se que, se no âmbito federal já se desenvolviam mecanismos de blindagem jurídica à transferência de recursos para o capital financeiro internacional, o desmonte do Estado limitava ainda mais a capacidade de atuação nos âmbitos estaduais e municipais. O rápido desmantelamento dos estados nacionais com as aceleradas privatizações, tanto nas áreas estratégicas da economia, quanto na prestação de serviços públicos, aprofundou a dependência econômica externa. A dependência foi cristalizada por instrumentos jurídicos que blindaram tal situação. O Estado esvaziado não tem mais capacidade de gerar empregos e de interferir nos rumos econômicos. Qualquer decisão de um estado nacional somente subsiste quando avalizada pelo sistema financeiro nacional e internacional. Esse quadro contribuiu para determinar que o horizonte da política enquanto “arte do possível” se rebaixasse ainda mais. Os cursos de formação patrocinados pelo PT para seus candidatos a prefeito refletiram esse processo. Nenhuma prefeitura importante governada pelo PT esboçou qualquer enfrentamento com a Lei de

Responsabilidade Fiscal. Pior ainda, tal monstro jurídico contou com a complacência parlamentar de setores do PT.

Já na metade da década de 1990 as resoluções petistas passam a incorporar uma crítica ao neoliberalismo cujos pressupostos muito se assemelham às críticas pontuais e seletivas características de setores da burguesia dependente. Na resolução do X Encontro Nacional do PT, em 1995, a defesa das reformas estruturais e a crítica à dependência externa e ao imperialismo cedem lugar à defesa de uma transição do neoliberalismo para uma alternativa definida nos seguintes termos:

O PT terá que dar um salto de qualidade: reelaborar sua estratégia de poder, desenvolver um projeto de sociedade e um projeto partidário. Terá que atualizar e reelaborar o programa democrático e popular, articulando forças sociais amplas em torno de um projeto para a sociedade brasileira, *alternativo ao neoliberalismo vigente e ao nacional-desenvolvimentismo caduco* (PT, 1995, p.3 – *grifo nosso*).²⁸

A reelaboração do programa democrático popular, programa esse elaborado em 1987 e que daria os tons da plataforma de governo apresentada pela candidatura Lula em 1989, deveria levar em conta a superação do “nacional-desenvolvimentismo caduco”. Já vimos que a rejeição ao nacional-desenvolvimentismo e à estratégia do PCB marcam a própria origem do PT. Entretanto, essa rejeição é agora transformada na reformulação de bandeiras fundamentais dos movimentos populares e da esquerda brasileira: o programa democrático popular estava, na tradição do PT identificado com as bandeiras da reforma agrária, reforma urbana, estatização do sistema financeiro, etc. Além disso, não era também contra o “nacional-desenvolvimentismo caduco” que a ortodoxia liberal havia construído seu programa? A resolução do PT abria agora os horizontes para a aproximação de forças que não se contrapunham a totalidade do projeto neoliberal, mas que guardassem com este programa

²⁸Todas as resoluções dos Encontros e Congressos nacionais encontram-se disponíveis no sítio da Fundação Perseu Abramo na internet: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes>> - acesso em 01/10/2016.

conflitos pontuais, o que significava abrir caminho para uma política de alianças com setores da burguesia dependente.

A mesma resolução, ao tratar do balanço da derrota nas eleições em 1994, insere no processo de autocrítica a necessidade de um acerto de contas (que já se processava na cúpula do PT, em particular no campo majoritário) com as duas principais tradições políticas na história da esquerda de orientação marxista.

A derrota de 1994, entre outras lições, convida a uma reflexão mais crua sobre nossa imagem na sociedade, sobre o efeito exterior de nossas lutas internas, sobre as ambigüidades políticas e ideológicas que temos, sobre nossas dificuldades em realizar um ajuste de contas mais severo com as duas heranças socialistas deste século: o comunismo e a social-democracia (idem, p. 14).

Os anos que se seguiram descrevem, segundo Coelho (2005) a mudança de orientação do campo majoritário do PT, agora já sob comando de José Dirceu, de uma estratégia de construção interna de sua hegemonia, para uma estratégia de supremacia sobre os demais grupos e correntes internas.

Para a Articulação, isolar a oposição de esquerda tornava-se uma medida necessária ao cumprimento do seu segundo objetivo, o de impor a mudança de rumo ao PT. A antiga garantia da unidade política de base entre a Articulação e as demais correntes do PT, que denominamos aqui de princípio da independência de classe, era parte do que deveria ser definitivamente sepultado no caminho da renovação programática. Em vão clamariam as tendências da esquerda partidária pelo retorno ao “PT das origens”. O campo majoritário, Articulação à frente, estava determinado a implementar as profundas mudanças que julgavam necessárias para colocar o PT à altura dos seus novos desafios: “O Brasil que deu origem ao PT já não existe mais” (COELHO, 2005, p. 242).²⁹

A partir do XI Encontro Nacional do PT, em 1997, a superação do

²⁹A frase que encerra a citação é de José Dirceu e fora usada como epígrafe à tese da Articulação Unidade na Luta ao Encontro Estadual do PT na Bahia em julho de 1997.

nacional-desenvolvimentismo (que teria sido superado pela história) e do neoliberalismo passam a estar associadas à noção de “Revolução Democrática”. A defesa da democratização da sociedade brasileira também passa a incorporar pressupostos liberais. A defesa da democracia direta vêm agora associada não só à criação de plebiscitos e referendos, mas também à constituição de “novos espaços públicos não estatais, que permitam os mais diversificados mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado” (cf. PT, 1997, p. 2). Uma defesa, como vimos, cujos pressupostos eram a abertura para a mercantilização de direitos fundamentais e que forneciam a burguesia um argumento ideológico fundamental ao associar as ideias de eficiência e coisa pública à competitividade e seletividade características da gestão privada.

O mesmo encontro nacional colocaria mais claramente a estratégia que estava sendo desenhada pelo campo majoritário no sentido de atrair para a política de alianças setores do empresariado, através da defesa de um novo “projeto nacional de desenvolvimento” alternativo ao neoliberalismo e ao nacional desenvolvimentismo.

Apresentam-se nesse documento duas características marcantes do que depois seria intitulado *neodesenvolvimentismo*.

O atual padrão de consumo, imposto pela globalização do capital, não é universalizável. Temos que construir novos valores, capazes de *impulsionar uma economia do suficiente e da solidariedade*. Não nos confundimos com o *populismo irresponsável*, que não define como se financia o crescimento, *nem como são distribuídos os sacrifícios*. Temos também como horizonte a disputa do novo paradigma tecnológico e construção de uma economia competitiva, em novas bases e decisivamente orientada para a conformação de um amplo mercado de consumo de massas (PT, 1997, p. 3 – *grifo nosso*).

Apresentam-se aqui duas preocupações que eram recorrentes no debate do empresariado acerca do projeto de desenvolvimento. A primeira se dirigia ao *populismo econômico* e visava evitar tanto políticas cambiais

prejudiciais à industrialização (aspecto frequente na formulação posterior do novo desenvolvimentismo de Bresser-Pereira), bem como políticas do Estado visando facilitar o processo de adaptação competitiva da burguesia dependente aos preceitos da reestruturação produtiva. Note-se que o documento estabelece como pressuposto da construção de um amplo mercado de massas, os novos valores de uma economia voltada para a solidariedade e para o provimento do “suficiente”, sinalizando abertura para políticas focalizadas de combate à pobreza.

O programa que seria apresentado pelo PT à candidatura em 2002 já estava, portanto, bastante afastado das propostas do partido que o levaram ao segundo turno das eleições em 1989. Hoje, se olharmos as propostas centrais que caracterizavam aquele programa e, mais ainda, o programa posteriormente apresentado a partir do Instituto Lula e da famosa “Carta ao Povo Brasileiro” é forçoso dizer que os governos petistas não estiveram muito longe daquelas diretrizes, não obstante a decepção da militância e de quem apostava em mudanças estruturais a partir da chegada de Lula ao governo.

Já não se tratava, segundo o programa do PT, de uma polarização com a dominação externa, com o pagamento da dívida ou com os mecanismos jurídicos que blindavam os interesses do capital financeiro. A centralidade daquele programa focava na “construção de um amplo mercado interno de bens de consumo de massas” e da melhoria da posição do Brasil no mercado exterior. Embora o resultado prático dos 12 anos de governos do PT estejam aquém do desenho traçado, não é difícil identificar nas políticas implementadas por Lula e Dilma a persecução desses objetivos que correspondiam, em grande medida, aos anseios da grande burguesia interna brasileira em suas críticas seletivas ao projeto neoliberal.

O aumento do consumo era agora associado aos conceitos de desenvolvimento, civilização e progresso, o que significava, na prática, o abandono do horizonte das reformas estruturais. Isso porque mudanças estruturais que resolvessem efetivamente os problemas sociais brasileiros, inevitavelmente abalariam os padrões de consumo das classes médias. Com

os programas políticos determinados pelos institutos de pesquisa, sempre com o olhar voltado para as próximas eleições, as propostas petistas passaram, cada vez mais, a se igualar aos partidos burgueses, oferecendo soluções inviáveis aos problemas sociais por não atuarem em suas causas estruturais.

Esse processo de adaptação do PT à ordem burguesa vêm sendo analisado por muitos através da categoria gramsciana de *transformismo*. Sem dúvida, trata-se de um fenômeno mais amplo do que a simples cooptação de dirigentes, fazendo parte de uma estratégia de construção de hegemonia por parte da classe dominante brasileira através da qual, como prognosticava Florestan Fernandes ainda na década de 1980, a burguesia brasileira “abriu novos espaços para si própria, explorando as funções de legitimação do Estado para amarrar as classes trabalhadoras à segurança da ordem e soldar os sindicatos ou os partidos operários aos destinos da democracia” (cf. Fernandes, 2002, pp. 84). O próprio Florestan daria ao sistema político recém saído do processo de transição pactuada o nome de “democracia de cooptação”.

Entendemos, contudo, que existem diferenças consideráveis entre o transformismo operado no Brasil dos anos 1990 e àquele analisado por Gramsci a respeito do processo de unificação da Itália. Concordamos, nesse sentido, com Basualdo (2002), ao afirmar uma modalidade específica de *transformismo* nos países latino-americanos recém saídos de regimes ditatoriais. O autor formula a questão do transformismo como processo que necessita de explicação adequada à realidade latino-americana. No caso argentino, Basualdo questiona-se sobre a *maneira* pela qual os setores dominantes puderam assimilar os intelectuais orgânicos e dirigentes dos setores subalternos, em geral, e da classe trabalhadora, em particular (Cf. idem, pp.18).

A comparação com o caso italiano analisado por Gramsci é didática para entendermos as particularidades também desse processo no Brasil. No transformismo italiano, Basualdo observa dois determinantes na análise gramsciana que indicam diferenças substantivas em relação ao caso argentino

(e que podem ser, guardadas as devidas proporções, estendidas ao processo de adaptação das lideranças e intelectuais oriundos do PT brasileiro).

A existência de um forte partido de direita conformado pelos intelectuais orgânicos das classes dominantes como instrumento de cooptação das lideranças e intelectuais oriundos das classes populares; O papel cumprido por grandes intelectuais, como Benedetto Croce, que operava a separação entre os intelectuais das classes subalternas e suas bases populares; (Cf. Basualdo, 2002, pp. 19-20).

Estes dois elementos indicam, segundo o autor, a centralidade do componente ideológico do transformismo analisado pelo marxista italiano. A ausência desses determinantes obrigaria ao analista a busca de causas materiais ao transformismo, reunindo elementos pouco ou marginalmente considerados por Gramsci.

Nesse sentido, embora o PSDB no caso brasileiro tenha se sustentado ideologicamente em setores da intelectualidade progressista identificada com a redemocratização da sociedade brasileira, este partido nunca cumpriu isoladamente a função hegemônica identificada por Gramsci no partido dos “moderados” na Itália. Em outras palavras, não houve no caso brasileiro um partido de direita que cumprisse essa função hegemônica. A burguesia, no Brasil, nunca logrou criar um partido político próprio alimentado por uma intelectualidade orgânica aos setores dominantes. Ao contrário, ela sempre fez uso dos diversos partidos em prol de seus interesses. As transformações ocorridas no interior do PMDB e a adaptação desse partido às oligarquias dos diversos estados é um exemplo clássico.

Isso se deve, em parte, ao fato de que o conteúdo ideológico ao qual essa burguesia também encontra-se subordinada não é autóctone, mas formulado pelos países centrais. Isso reduz enormemente a capacidade desses setores exercerem hegemonia angariando consenso das classes subalternas prioritariamente pela via do convencimento ideológico, já que os interesses aos quais se encontram sujeitos interditam o conteúdo nacional e

democrático fundamental à esse exercício. Essa burguesia deve, assim, atrair as lideranças e intelectuais orgânicos aos setores subalternos por outras vias que não a do convencimento ideológico, ou seja, devem utilizar seu poderio econômico e político como forma de coagir os diversos partidos a contemplarem seus interesses no governo e a aceitarem jogar o jogo da política segundo suas regras. Mais do que isso, na ausência de um partido que a represente, é a própria burguesia dependente que age para cooptar os diversos partidos aos seus interesses moldando o sistema político para que isso funcione.

A própria condição de miséria das massas e a concentração do emprego e renda típicos do capitalismo dependente cimentam o terreno fértil para essa modalidade específica de transformismo. Nesse sentido, o neoliberalismo, com a desnacionalização e a conseqüente desindustrialização e aumento do desemprego foram ainda mais eficazes. Esse projeto desestruturou, como vimos, rapidamente a base social característica do PT e dos partidos de esquerda, retirando a estes a capacidade de organizar uma força social (por meio da organização popular e sindical) capaz de fazer frente aos limites da democracia burguesa.

As diversas frações da burguesia dos países dependentes necessitam, assim, apropriar-se do Estado para fazer valer seus interesses econômicos. O próprio sistema político se transforma em uma fonte de negócios da qual os setores dominantes esperam como retorno o atendimento desses interesses. Daí que a corrupção se apresente como elemento orgânico ao aparelho de Estado, como meio mais eficaz e permanente de cooptação dos partidos que dele queiram se apoderar.

A proximidade e confusão entre público e privado é uma característica central do transformismo latino-americano. Os elevados salários dos quadros definidores da política estatal e sua relação com o capital privado (travestido de “saber técnico”) é um elemento central de atração dos intelectuais oriundos das classes subalternas. Aqui não é somente através das universidades e da mídia que se formam intelectuais supostamente independentes mas sempre prontos

a afirmar os interesses burgueses como dogmas universais, a própria relação entre os quadros do aparelho de Estado e o capital privado aparecem como sinônimo de um saber tecnocrático desprovido de interesses e distante da política. Enquanto a gestão e maximização dos interesses privados por meio do Estado aparecem como saber técnico, qualquer debate que ultrapasse esses interesses ou a eles oponha as demandas oriundas dos setores populares tende a ser apresentado como “ideológico” ou como tentativa de “politização da economia”, etc. Daí a frequência com que, de um lado, os quadros do aparelho de Estado almejem se tornar e efetivamente se tornem consultores do capital privado ou, de outro, que consultores técnicos do grande capital passem a ocupar postos chave no aparelho de Estado.

É interessante notar a semelhança entre o caso argentino, analisado por Basualdo, e o transformismo das lideranças e intelectuais no Brasil da década de 1990. As semelhanças dizem respeito ao sistema político e ao padrão comum de dominação da burguesia dependente nesses países.

Por cierto, el predominio de la cooptación ideológica em el caso italiano y de la integración económica em el argentino son diferencias cruciales porque definen un comportamiento de los respectivos sistemas políticos marcadamente distinto. Si bien los efectos de estas disparidades se expresan de múltiples formas, una de especial importancia es el grado de autonomía relativa que exhibe el sistema de las clases y las fracciones sociales. Em el caso argentino se verifica un notable “angostamiento” de la autonomía relativa de la instancia política respecto a los intereses específicos de las fracciones sociales que constituyen los sectores dominantes, generando una falta crónica de alternativas que integren, mínimamente, las necesidades y las aspiraciones de los sectores populares, desencadenando, como proceso de largo plazo, una creciente ilegitimidad del sistema político em su conjunto (Basualdo, 2002, pp. 27)

Estariamos, assim, diante de uma modalidade que poderia ser descrita como “rebaixada” se comparada à centralidade do convencimento ideológico na acepção gramsciana. É importante observar, contudo, que aquilo que Basualdo considera uma especificidade do transformismo latino-americano compunha, também, uma das vias de transformismo já sinalizada na obra de

Antônio Gramsci, e que é descrita por Eurelino Coelho como a via *burocrática*. A separação entre a via ideológica e burocrática é muito mais didática do que orgânica. A mudança das condições materiais de vida dos quadros dirigentes, intelectuais da classe trabalhadora, é inseparável também da mudança da concepção de mundo (*Weltanschauung*). De fato, o transformismo no caso brasileiro liga-se diretamente à burocratização dos quadros partidários a partir de sua sujeição aos ditames da *sociedade política* burguesa e ao fato de esta corresponder aos novos interesses desses setores para se perpetuar na condição de burocratas. Falar em novos interesses materiais significa, entretanto, uma nova orientação subjetiva que comanda os interesses que serão priorizados pela ação política.

Atribuir valor maior a este ou àquele interesse não é uma decisão calculista, e sim ética, diz respeito não apenas aos interesses em si mesmos, mas também à visão de mundo que lhes confere sentido e valor. Além de estabelecer os interesses em jogo, a compreensão histórica da ação dos sujeitos deve explicar como aqueles interesses se constituíram como prioritários para os próprios sujeitos. Por esta perspectiva, o abandono do marxismo é, na verdade, parte de um processo de mudança de visão de mundo. [...] Mudar de lugar e mudar de visão de mundo são duas facetas de uma só e mesma mudança experimentada pela esquerda. As condições geradas pela derrota histórica das classes subalternas favoreceram este deslocamento e foram, por sua vez, retroalimentadas por ele (COELHO, 2005, p. 457-458).

Cabe destacar também que, no caso do transformismo vivenciado pelo Partido dos Trabalhadores, houve um aspecto também ideológico que era frisado por Gramsci em relação ao transformismo Italiano: a debilidade programática. No caso Italiano, Gramsci afirma que essa era justamente a razão pela qual o *Partido Moderado* conseguiu construir sua hegemonia sobre o Partido da Ação. Embora no caso brasileiro isso não tenha sido levado adiante por um partido único tipicamente burguês, houve também uma força razoável de atração das lideranças petistas e de seus intelectuais a um programa político formulado pela intelectualidade vinculada a setores da classe

dominante. A participação dos quadros petistas nas administrações mudava certamente os padrões de vida aos quais estavam habituados, mas mudava também a forma como encaravam a própria luta de classes e as funções do partido.

Essa mudança é crucial para entendermos o processo de transformismo como estratégia hegemônica dos grupos burgueses e forma de desorganizar os grupos subalternos. Segundo Coelho, a incorporação da idéia de “governar para todos” como objetivo fundamental das administrações petistas tinha como consequência a subordinação da atividade partidária à sociedade política, incorporando na visão de mundo dos intelectuais (dirigentes) do PT a universalidade ilusória do Estado burguês.

Isto exigia contornar e conciliar os antagonismos de classe, implantando no partido o reconhecimento da legitimidade dos interesses da classe dominante. A esquerda se torna, então, co-gestora dos interesses do capital, que tenta compatibilizar com políticas distributivistas e com a abertura de espaços de participação “de todos” na definição de políticas públicas. Ora, em termos gramscianos, gerir e organizar os interesses capitalistas são, precisamente, as funções dos intelectuais orgânicos da burguesia. Que aqueles interesses agora sejam combinados a algumas novas orientações demonstra apenas que o “estrato dirigente” tornou-se mais amplo e diversificado, e que conta, agora, com uma “ala esquerda” (Idem, p. 481).

A vertente ideológica do processo de transformismo petista tinha suas bases, como vimos, no anti-estatismo presente na década de 1980. A década de 1990 aprofundaria o processo de conversão ideológica das direções petistas a partir da derrota sofrida pela classe trabalhadora em nível internacional. A principal expressão teórica que emergiria dessa derrota já se anunciava no período pós-guerra. Trata-se do irracionalismo pós-moderno, descrito por Coelho, como a principal vertente teórica que influenciaria a guinada ideológica das direções petistas. O sucesso desse corpo teórico é ainda mais eficaz do que o clássico liberalismo burguês, já que o pensamento pós-moderno apresenta-se como uma suposta superação “progressista” do

marxismo e do liberalismo. A aceitação da ordem vigente entra no pensamento pós-moderno como a libertação do indivíduo da opressão contida em qualquer discurso totalizante a favor ou contra a própria ordem vigente.

A restauração é ainda mais completa porque consegue que boa parte dos “elementos ativos” do campo adversário se converta em intelectuais orgânicos do seu próprio campo. Em muitos casos, intelectuais de esquerda passaram a ocupar a linha de frente na guerra contra as posições intelectuais e morais (projetos e valores de uma outra visão de mundo) que eles mesmos defendiam até a véspera. Muitos, talvez a maioria, permaneceram articulados (ou se rearticularam) politicamente em torno de um projeto que ainda é designado publicamente como “de esquerda”. Este projeto de esquerda difere do seu predecessor “derrotado” em quase tudo, e nisto em particular: ele é voltado exclusivamente para o presente. O que ele propõe é um presente alternativo a ser construído através de mudanças que deliberadamente evitam qualquer nexos com um projeto de futuro que signifique a superação revolucionária do presente (Idem, p. 499).

Esse presenteísmo constante do pensamento pós-moderno, progressivamente incorporado na visão de mundo não apenas da burocracia partidária mas nas direções petistas nos movimentos sociais, foi também central no transformismo da social-democracia europeia e é parte inseparável da reforma do neoliberalismo, particularmente em sua vertente social-liberal. Ela estaria também presente no processo de construção, ainda que fragmentário e contraditório, da reforma da ideologia neoliberal operada durante os governos do PT.

Como sabemos, a crise da ideologia neoliberal no final dos anos 1990 somada à própria dinâmica da acumulação capitalista e suas crises abriu caminho para governos progressistas na América Latina e é a partir dessa crise e dessa dinâmica que se formou no Brasil o atual projeto “neodesenvolvimentista”. A chegada do PT ao governo federal, após esse processo de integração à ordem social capitalista e aos pressupostos da democracia burguesa no Brasil possibilitou que setores do grande empresariado pautassem o projeto que seria implementado durante esses

governos. Este cenário trouxe novamente à tona as diferenças entre frações do grande capital no Brasil e é a partir dele que a burguesia dependente pôde reformar àquela ideologia neoliberal segundo seus interesses. É a essa reforma que estamos chamando *neodesenvolvimentismo*.

4 A REFORMA DO NEOLIBERALISMO

“A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem.”
Antônio Gramsci

4.1 As novas estratégias da educação para o consenso

O advento do governo Lula em 2003 é, dessa forma, o ponto de chegada do conflito projetivo e da correlação de forças entre as classes que se desenvolveu durante as décadas anteriores. De um lado, ele é inseparável da conjuntura de rejeição ao projeto neoliberal que impactou a América Latina no final dos anos 1990 com o advento de governos progressistas na região. Como vimos, no caso brasileiro tal rejeição não se limitava aos setores populares. Também setores do empresariado acumularam pontos importantes de descontentamento com o projeto neoliberal como foi implementado durante os anos FHC. Se os conflitos intra-burgueses não contestavam a essência do projeto neoliberal isso se dava pelos próprios limites da burguesia dependente e pela nova mesclagem de tais interesses com os interesses do capital financeiro.

Se entendidas enquanto *bloco histórico*, as crises do neoliberalismo refletem a crise dos centros hegemônicos do capitalismo internacional ao qual as burguesias latino-americanas seguem estruturalmente dependentes. Esse caráter dependente leva a burguesia a buscar, nos momentos de crise dos centros hegemônicos, uma maior amplitude de movimentação e ampliação de seus negócios a partir do Estado nacional. A aproximação do grande empresariado à candidatura de Lula em 2002 simboliza esse processo de buscar adaptar o neoliberalismo aos seus interesses particulares de classe.

Por outro lado, a conjunção entre a liderança popular do candidato do PT e o processo de *transformismo* vivenciado por esse partido fez da candidatura de Lula o centro organizador tanto da crítica ao neoliberalismo por parte dos setores populares, quanto o símbolo da conciliação de classes capaz de

ampliar o espaço de influência da burguesia dependente no interior do aparelho de Estado.

Tais mudanças trouxeram para o primeiro plano do debate a retomada da crítica ao desenvolvimentismo no Brasil, buscando compreender as alterações operadas pelos intelectuais da classe dominante no plano internacional com o objetivo de reformar a própria ideologia neoliberal. A rejeição aos impactos das contrarreformas neoliberais e o crescimento dos movimentos antiglobalização levou os ideólogos burgueses vinculados aos principais aparelhos de hegemonia imperialista (OMC, Banco Mundial, ONU e FMI) a criticar a ortodoxia do Consenso de Washington, reformando a ideologia neoliberal com a incorporação da problemática da redução da pobreza e da admissão de um retorno do papel do Estado como indutor do desenvolvimento operando nas ineficiências dos mecanismos de mercado.

A conquista de hegemonia por setores da burguesia dependente que, embora subalterna e integrada à divisão internacional do trabalho, guarda conflitos pontuais com àquela ortodoxia acima referida, no interior do bloco no poder durante os governos petistas teria dado origem ao que chamamos *neodesenvolvimentismo*. Em primeiro lugar, não se trata de uma reedição da ideologia do nacional-desenvolvimentismo conforme a caracterizamos. Aqui cabe ressaltar que a crise do neoliberalismo fez com que seus próprios mecanismos de construção de hegemonia revisassem suas concepções sobre o desenvolvimento possível aos países da América Latina, retirando do conceito qualquer referência à desigualdades estruturais que permeariam a condição de dependência desses países e buscando compatibilizar projetos de desenvolvimento locais com a primazia das finanças e da condição primário exportadora, característica desses países.

Segundo Mota (2012), embora esse mesmo projeto no Brasil se sustente na oposição ao neoliberalismo dos anos FHC e possa ter de fato “ideologias e práticas com propósitos imediatos distintos”, não há antagonismo entre as medidas do próprio Consenso de Washington e o novo desenvolvimentismo já que:

as vias da austeridade e do crescimento econômico não se apresentam como alternativas antitéticas, posto que tão somente materializam 'modelos' desenvolvidos em conjunturas específicas, porém ambos determinados pela hegemonia das finanças e pelas estratégias de restauração da ordem, sob os imperativos da acumulação capitalista (Mota, 2012, p.22)

O discurso que impulsionou a reforma da ideologia neoliberal na América Latina parece ter se consolidado como uma mescla de diferentes formulações em voga com uma clara influência dos intelectuais da chamada terceira via ou do social-liberalismo, ainda que com alterações significativas em relação à forma como foram implementadas pela social-democracia na Europa. Neves (2005) identifica nesses autores da chamada terceira via, uma nova etapa na implantação do projeto neoliberal em particular no contexto dos países de capitalismo dependente. Ao encontrar uma esquerda disposta a adaptar-se aos pressupostos fundamentais do neoliberalismo, o capital financeiro internacional teria encontrado as condições ideais de apassivar as contradições inerentes à democracia cimentando o consentimento das classes subalternas aos limites impostos pela mundialização capitalista e pela reestruturação produtiva. Formar-se-ia assim uma nova pedagogia da hegemonia, perspectiva que une e fornece um sentido e significado comum a diversos fragmentos teóricos dispersos mas bem presentes no neodesenvolvimentismo que estamos analisando: o que une essas diferentes teorias é menos uma unidade e coerência teóricas e mais o seu objetivo comum, ser a base de um novo consenso, da formação de um novo "senso comum", ou seja, a forma como esses fragmentos se unem em uma visão de mundo fornecendo os alicerces à dominação na sociedade civil.

Os autores identificam teses comuns à nova pedagogia da hegemonia cujos fundamentos se relacionam à emergência do pensamento pós-moderno. Trata-se de concepções que apontam para o surgimento de uma ordem pós-tradicional (na qual se incluiria uma série superações não superadas: pós-

colonial, pós-industrial, etc.), para a inevitabilidade do processo de globalização capitalista; para o surgimento de uma sociedade civil ativa, aqui entendida como esfera que assume caracteres de sujeito social autônomo e contraposto ao Estado; e por fim para a consolidação de um Estado democrático voltado para o entendimento entre as classes e desprovido de sua característica nacional, assumindo um suposto caráter “cosmopolita”.

É curioso notar a semelhança entre tais teses e os pressupostos teóricos dos defensores do “fim da história”. Em seu livro *O Fim da História: de Hegel à Fukuyama*, Perry Anderson mostra como as tentativas de argumentar a favor de um suposto fim da História são bem anteriores à Julho de 1989 (momento do aparecimento do artigo de Francis Fukuyama), tendo sua origem na Fenomenologia do Espírito de Hegel, passando por autores como Antoine-Augustin Cournot e Alexandre Kojève, tendo um impacto decisivo sobre constelações teóricas posteriores.

Existiriam, segundo o autor, três fontes comuns aos teóricos do fim da história: em primeiro lugar, Nietzsche com o encerramento das possibilidades heroicas de futuro; em segundo, a teoria da racionalização e da burocratização que transformaria a sociedade numa máquina integrada, atribuída à Weber; por último, as “insinuações de entropia civilizatória”, ligadas à Henry Adams (idem, p.7). Há cinco características fundamentais que estão presentes na argumentação desse conjunto de autores.

1) **A democracia liberal como horizonte último:** seria a principal característica desde Hegel. Se o liberalismo não pode ser entendido como capaz de resolver de uma vez por todas as desigualdades e contradições da sociedade, tais respostas só poderiam ser encontradas em seu desenvolvimento, ou seja, no aperfeiçoamento dos mecanismos da democracia liberal.

2) **O Desenvolvimento da razão como causa do fim da História:** Em Hegel, a razão aparece ainda de forma positiva como motor do progresso. Todo progresso é sempre o progresso do espírito para sua realização. Em Cournot, ao contrário, a crítica da razão aparece como crítica dos destinos da

civilização. O desencantamento do mundo, que reduz o real a meras relações de causa e efeito, retiraria da história o acaso, ou seja, o princípio ativo das mudanças sociais de larga escala. Ambos, no entanto, identificam o desenvolvimento da razão com o próprio desenvolvimento da história e a realização dos objetivos iluministas como o término da própria História.

3) **O Fim das Alternativas:** o fim da história não representa a entrada no paraíso ou na sociedade perfeita, mas justamente o fim da crença na possibilidade de realização de ambos. Não se trata do fim da miséria, das contradições sociais e da desigualdade, mas do fim de soluções alternativas melhores do que o capitalismo para lidar com esses problemas.

4) **O hedonismo como realização da liberdade:** com Kojève e, mais ainda, com Fukuyama, a realização dos desejos através do consumo, crescente no pós-guerra, passa a ser identificada como a realização plena da liberdade e como mecanismo de acesso de parcelas cada vez maiores da população às vantagens do capitalismo.

5) **O Fim das Alternativas é o Fim dos Discursos Alternativos:** o fim da história é a uniformização da cultura. As diversas teorias que propõe a crítica e a superação do real convertem-se, de antemão, em uma variante na galeria de discursos sobre o próprio real. O fim da História seria o fim das grandes narrativas sobre a história.

A semelhança com os argumentos do pós-modernismo parece bastante evidente. O próprio Perry Anderson nos fornece um importante roteiro sobre o surgimento de tais ideias em seu *As Origens da Pós-Modernidade*. A semelhança parece aumentar quanto mais o termo se desloca das artes para a sociedade.

Uma das primeiras apreensões do termo “pós-modernidade” refere-se ao seu uso na arquitetura a partir do manifesto *Learning from Las Vegas* (aprendendo com Las Vegas). O manifesto parte do impacto do consumo e da propaganda na arquitetura das cidades. A função do arquiteto seria a de aceitar as mudanças da sociedade atual integrando-as em seu estilo: não mais a utopia progressista da arquitetura moderna, mas a aceitação complacente

daquilo que é como é. Tal estilo seria resumido na oposição entre “construção para o Homem” versus “construção para os homens (mercados)” (cf. ANDERSON, 1999, p. 29).

A transferência do termo para a filosofia ficou a cargo de Jean-François Lyotard em seu *A Condição Pós-Moderna* de 1979. A própria Ciência Moderna estaria ligada, segundo o autor, ao surgimento das meta-narrativas sobre a história sempre que estas recorrem “a algum grande relato, como a dialética do espírito, a hermenêutica do sentido, a emancipação do sujeito racional ou trabalhador, o desenvolvimento da riqueza...”(cf. LYOTARD, 1993, p. xvii). O início da era pós-moderna se daria, assim, com a crise desses meta-discursos. São as mudanças no jogo do campo científico que determinam as mudanças na própria sociedade, aqui caracterizadas, justamente, pelo descrédito de quaisquer mudanças objetivas. Isso se justifica, em Lyotard, pela referência a autores como Alain Touraine, com a defesa do surgimento de uma sociedade pós-industrial, onde o conhecimento tornara-se a força produtiva determinante.

Com a ascensão de governos sociais-democratas na Europa ocidental e sua adaptação aos pressupostos do bloco histórico neoliberal, essas teorias tornaram-se o principal critério de legitimação de tal ideologia, passando a reformá-la segundo os interesses das diversas burguesias locais e inserindo um componente de busca do consenso das classes subalternas, originando o chamado social-liberalismo ou neoliberalismo de terceira via. Embora envolva uma plêiade diversificada de autores e formulações, é possível uma síntese dos pontos que unificam tal visão de mundo, a partir da leitura de Castelo (2013):

- 1) **O Mercado como o mecanismo mais eficiente de promoção da liberdade:** tanto nos intelectuais da chamada terceira via (Giddens), como na “via dois ½” (Touraine), na nova agenda de desenvolvimento (Stiglitz) e mesmo nos autores do pós-consenso de Washington (Williamson e Rodrik), o mercado aparece como o mecanismo mais eficiente de produção e distribuição da riqueza, da

garantia de liberdade individual dos agentes, como um instrumento dinamizador do desenvolvimento, quando respeita as particularidades dos “diferentes tipos de capitalismo”. Dessa forma, não se atacam os princípios e o conteúdo do pacote neoliberal imposto pelo consenso de Washington, mas apenas o ritmo de sua aplicação nos diversos contextos e países.

- 2) **O Indivíduo como núcleo central do desenvolvimento:** o social-liberalismo desloca a análise das políticas de desenvolvimento dos projetos coletivos. Para esses autores, o objetivo do desenvolvimento social é abrir as possibilidades da plena participação do indivíduo nos mecanismos de mercado e na participação política no seio da sociedade civil (entendida aqui como uma esfera em separado do Estado e do mercado).
- 3) **O combate à pobreza como questão técnica e administrativa:** as políticas de combate à pobreza distanciam-se do problema da distribuição da riqueza, sendo tratadas como questão técnica a ser operada pelo Estado para a eliminação dos níveis de extrema pobreza (a partir da fórmula do IDH, elaborada pela Organização das Nações Unidas para medir o índice de desigualdade para além do Produto Interno Bruto dos países). Daí a centralidade das políticas compensatórias.

Ficam evidentes as semelhanças entre tais formulações e o neodesenvolvimentismo que caracterizou os governos Lula e Dilma. Vale destacar aqui as formulações de Joseph Stiglitz, que nos dão importantes pistas de como esse conteúdo ideológico foi capaz de soldar a colaboração entre classes nos governos petistas.

O eixo central da nova agenda do desenvolvimento é a manutenção

de um equilíbrio entre governo e mercado nas ações políticas e econômicas – é nisso que Stiglitz insiste em seus artigos e livros. O mercado, deixado ao sabor das intenções individuais virtualmente coordenadas por uma mão invisível, não seria capaz de resolver problemas como a poluição ambiental, o desemprego, a pobreza e as desigualdades sociais. (...) O governo deveria atuar nas externalidades geradas pelas falhas de mercado, reconhecendo todavia, o papel central do mercado e os limites de sua atuação. Em primeira instância, o governo deveria preservar as instituições e convenções básicas de uma economia mercantil, como a propriedade privada e a concorrência, criando um clima de negócios propício à acumulação capitalista (Castelo, 2012, p. 321).

Da mesma forma, as teorias de Amartya Sen, sobre o desenvolvimento como a remoção dos “mecanismos de privação de liberdade”, também centrados no indivíduo como agente econômico fundamental, lançam uma importante luz sobre a centralidade das políticas compensatórias e da inclusão pelo consumo, nos “anos Lula”.

Para Sen, a liberdade de mercado é um avanço em si, independentemente de seu resultado, mas essa liberdade para ser ampliada deve recorrer a uma ação pública que garanta as oportunidades básicas para desenvolver a capacidade de liberdade dos cidadãos (MARANHÃO, 2012, p. 91).

Em seu artigo *O desenvolvimento como expansão de capacidades*, Sen (1993) critica a definição do desenvolvimento como algo restrito à prosperidade econômica. Esta seria apenas uma forma do “enriquecimento”, mas a mera conquista do enriquecimento individual seria “ineficaz na consecução de fins realmente valiosos” (idem, p. 315). É que o autor associa a qualidade de vida dos cidadãos à formação das tais capacidades individuais para que eles exerçam determinadas funções que seriam úteis tanto ao desenvolvimento capitalista quanto à eles próprios. Partindo de Kant, afirma a “auto-realização humana como necessidade interior” (id., p. 316). A garantia da auto-realização se daria pela possibilidade de os agentes individuais escolherem entre uma ou outra forma de efetivação de seus objetivos individuais. Dessa forma, caberia

às estratégias de desenvolvimento nos diferentes países captar os fins que podem ser buscados por esses agentes e garantir que não lhe faltem meios para alcançá-los. O problema central a ser resolvido seria como escolher quais capacidades e efetivações são mais importantes e a que grupos deve se destinar a ação do Estado para viabilizá-las, considerando os valores sociais e preocupações que fazem com que algumas efetivações e capacidades sejam consideradas importantes e outras não... A solução adotada pelo autor aos países “em desenvolvimento” é reveladora dos limites e dos objetivos que a reforma do neoliberalismo se propõe:

No contexto de alguns tipos de análise do bem-estar, por exemplo, ao tratar da pobreza extrema em economias em desenvolvimento, é possível restringir-se, em boa parte da análise, a um número relativamente pequeno de efetivações centralmente importantes e das capacidades correspondentes, tais como a capacidade de se alimentar e morar bem, a capacidade de não sofrer de morbidade evitável e de morbidade prematura e assim por diante. Em outros contextos, que incluem problemas mais gerais de avaliação do desenvolvimento econômico e social, a lista será bem mais longa e mais variada. (SEN, 1993, p. 320)

O desenvolvimento dos países já não tem, para Amartya Sen, o objetivo da autonomia de capitalismos nacionais, do desenvolvimento industrial ou de reformas estruturais que busquem a desconcentração da riqueza. Basta que o Estado forneça aos indivíduos as condições mínimas para escolher entre uma opção de realização pessoal ou outra. Cabe ao analista obter as informações necessárias para julgar se essa escolha existe ou não. O exemplo dado pelo autor para exemplificar essa liberdade de escolha que necessitaria da combinação entre a garantia de liberdade pelo mercado e a ação do Estado é significativo do cinismo presente no discurso do social-liberalismo:

Algumas vezes pode ser útil redefinir as efetivações de maneira “refinada”, para captar algumas das alternativas disponíveis

obviamente relevantes, embora não escolhidas. Jejuar é um exemplo de uma efetivação “refinada”, em oposição à pouco refinada de “passar fome”, que não especifica se houve ou não uma escolha (Sen, 1993, p. 326).

Trata-se de um discurso que não rompe com os pressupostos ideológicos do neoliberalismo mas que acrescenta a esses pressupostos mecanismos de legitimação diante dos resultados inevitáveis da concentração de renda e de riqueza. O discurso de Sen legitima e prioriza para os países da periferia do capitalismo mundial políticas focalizadas contra a extrema pobreza, partindo do pressuposto que bastaria ao Estado garantir as condições *mínimas* aos indivíduos para que eles busquem no mercado os meios de se emancipar. Ao combater somente a miséria dos mais pobres entre os pobres, preserva-se a riqueza e a concentração de renda e poder dos mais ricos entre os ricos.

Outros autores dedicados a reformar as concepções liberais retomando propostas de desenvolvimento para América Latina dariam uma ênfase maior na retomada da capacidade de investimento estatal e na predominância de um projeto industrial que vise uma melhor inserção das burguesias locais no interior da divisão internacional do trabalho. Destacam-se, aqui, a abordagem das “variedades de capitalismo”, conferindo papel predominante para os arranjos institucionais de cada país (formas democráticas ou autoritárias de regime político, gestão dos processos decisórios, presença de instituições do Estado voltadas para o planejamento econômico, etc.). Tal abordagem aparece no contexto brasileiro a partir da incorporação das teorias neocorporativistas para justificar o caráter supostamente mais participativo e adequado ao capitalismo brasileiro das políticas econômicas em curso.

Partindo igualmente da premissa de que o desenvolvimento não seria outra coisa senão a garantia de escolha racional aos agentes econômicos individuais, Adam Przeworski define, contudo, de forma mais ampla o papel dos Estados nacionais. Trata-se de uma diferença pontual, mas importante, com os formuladores do *social-liberalismo* ou neoliberalismo de terceira via.

Aqui verifica-se não somente a preocupação com o mecanismo de legitimação necessário ao neoliberalismo diante das classes subalternas. A crítica de Przeworski aproxima-se ainda mais dos teóricos novo-desenvolvimentistas no contexto latino-americano por preocupar-se com a inadequação do neoliberalismo à iniciativa das burguesias locais. Daí uma definição mais ampla do papel do Estado.

[...] os governos deveriam dedicar-se a investimentos infra-estruturais não oferecidos eficientemente por agentes privados e deveriam tomar medidas no sentido do aumento da taxa de lucro de projetos privados. Esse papel incluiria uma política industrial seletiva, que contemplasse taxas de crédito preferenciais para indústrias de alta tecnologia (nas quais a taxa de lucro do mercado é muito mais baixa do que a taxa social); também para projetos afetados por altos custos de entrada, substanciais economias de escala ou curvas de aprendizado acentuadas; e para projetos com perdas nas relações interfirmas devido a externalidades e a assimetrias entre compradores e produtores (Przeworski, 1993, p. 216).

O principal desafio para que essa tarefa seja posta em prática é aquilo que pode ser definido como a pedra de toque das diversas correntes de pensamento envoltas com a reforma da ideologia neoliberal na América Latina: um novo desenho institucional do Estado para que consiga regular as relações entre diversos agentes econômicos e grupos sociais. Em outras palavras, um Estado que garanta o consenso entre as classes em torno dos objetivos necessários à garantia do lucro capitalista tendo como pressuposto a atual divisão internacional do trabalho e a hegemonia das finanças.

Outro autor que insiste nesse ponto é Peter Evans (1993). Em seu texto, *O Estado como problema e solução*, o autor faz uma clara defesa da recuperação de certo papel para os Estados nacionais na própria execução das medidas do “Consenso de Washington”. Trata-se de uma tentativa de superação da dicotomia entre Estado e as forças do mercado, ainda dentro de uma perspectiva liberal. Evans identifica a partir daí “três ondas” (*sic*) de elaboração acerca das relações entre o Estado e uma economia de mercado:

uma primeira onda se refere ao Estado como ferramenta central nas mudanças estruturais com o objetivo de acelerar a industrialização (Estado desenvolvimentista), onde o Estado é tido como *solução*. Uma segunda onda surge em reação ao esgotamento da primeira e se refere ao Estado como *problema*, culpabilizando a ingerência estatal como principal entrave ao livre desenvolvimento das forças de mercado (chamada pelo autor de “neo-utilitarismo”, em bom português, trata-se do que estamos chamando de “neoliberalismo clássico”). A terceira onda nada mais é do que a tentativa de preencher as lacunas e dificuldades de implementação das medidas de ajuste macroeconômico identificando os “pontos fortes” que configuram um tipo ideal de Estado desenvolvimentista (*a partir das experiências do leste asiático*).

A matriz weberiana se faz presente tanto no método de análise do autor, partindo da construção de *tipos ideais*, quanto nas conclusões do texto. O que nos dá a relevância do Estado para uma sociedade de mercado é, para Evans, a existência de uma burocracia estatal capaz de potencializar as relações de troca entre os proprietários de mercadorias, sem utilizar as prerrogativas oficiais em interesse próprio. Em outras palavras, o papel do Estado é o de transformar os interesses particularistas oriundos da sociedade civil em interesses coletivos.

Considerando as sociedades com mercados consolidados, Weber avançou nessa linha de raciocínio ao afirmar que a operação da empresa capitalista de grande escala dependia da disponibilidade do tipo de ordem que apenas o moderno Estado burocrático poderia oferecer. (...) Os burocratas de Weber estavam envolvidos apenas na execução de suas atribuições e na contribuição ao cumprimento das metas do aparelho como um todo. O uso das prerrogativas oficiais para a maximização de interesses privados era, para Weber, uma característica de formas pré-burocráticas anteriores (Idem, p. 115)

Para o autor, dois problemas se colocam para a consolidação desse aparelho burocrático ideal. Em primeiro lugar, a história demonstrou que a

utilização do Estado para obter ganhos individuais e corporativos não se restringe a formas pré-capitalistas. Daí o que ele chama de “Estados predatórios”, ou seja, Estados cuja dificuldade de alavancar uma política de desenvolvimento capitalista se deve, justamente, a utilização egoística da máquina estatal por determinados grupos de indivíduos, orientados para a obtenção de renda particular em detrimento das metas coletivas. De outro lado, em Weber o surgimento dessa burocracia exige um isolamento em relação às demandas dos grupos sociais que circundam o Estado, consolidando um modelo de seleção da burocracia baseado na meritocracia e no “status” da carreira como compensação. O papel do Estado se resume, como nos pressupostos neo-utilitaristas, a propiciar o ambiente adequado ao desenvolvimento dos interesses particulares. O problema é que em países de industrialização tardia o papel do Estado pode e deve ser ampliado, pois há “uma disjunção entre a escala de atividade econômica necessária ao desenvolvimento e o alcance efetivo dos sistemas sociais existentes” (EVANS, 1993, p. 116).

Aqui, o Estado deve atuar como “organizador” e “empresário substituto”, assumindo os riscos que “os capitalistas individuais não são capazes nem se interessam em assumi-los” (idem). Dessa forma, o que caracteriza o sucesso do desenvolvimentismo é menos a capacidade de “insular” o Estado do conjunto da sociedade e mais a sua capacidade de *inserção*. Para inserir-se, o Estado precisa institucionalizar canais de participação dos empresários e, ao mesmo tempo, ser capaz de induzir os investimentos públicos e privados na direção correta. Esse foi o caso do Japão onde os anos de escassez do investimento privado fizeram com que o MITI (Ministério do Comércio Internacional e da Indústria) assumisse o papel de alavancar o desenvolvimento industrial.

Dado seu papel na aprovação de empréstimos de investimento do Banco de Desenvolvimento do Japão, sua participação na alocação de divisas para fins industriais e licenças de importação de tecnologia

estrangeira, sua capacidade de fornecer isenções fiscais e sua capacidade de articular “cartéis de orientação administrativa” que regulamentaria a concorrência em determinado setor, o MITI estava em perfeitas condições de “maximizar o processo induzido de decisão” (EVANS, 1993, p. 123)

Evans defende que tais prerrogativas de *inserção* do Estado devem estar presentes para fazer os ajustes econômicos necessários ao desenvolvimento em cada época histórica. Isso quer dizer que certa inserção do Estado na economia deve ser necessária mesmo para os ajustes de liberalização econômica característicos do consenso de Washington. O Estado deve preservar sua “autonomia”, mas quando se trata do capital privado tal autonomia deve ser “inserida”. O Estado pode ser mínimo, mas há que se tomar cuidado para que ele não seja mínimo para o capital, ou seja, para que ele preserve a função de unificar e maximizar os interesses capitalistas.

A “autonomia relativa” do MITI é o que viabiliza sua dedicação aos problemas de ação coletiva do capital privado, ajudando o capital como um todo a encontrar soluções que de outra forma seriam difíceis de alcançar, mesmo no interior do organizadíssimo sistema industrial japonês. (...) Esta autonomia depende de uma combinação aparentemente contraditória entre isolamento burocrático weberiano e inserção intensa na estrutura social circundante (EVANS, 1993, p. 125)

Se insistimos em expor os pontos de vista de Evans é porque essa centralidade da dimensão político-institucional do Estado é um dos aspectos que vêm sendo recuperados fortemente pela intelectualidade orgânica do empresariado brasileiro nos anos 2000 (cf. DINIZ, 2010, p. 49) e está bastante presente em uma plêiade variada de autores autointitulados novo ou social desenvolvimentistas no contexto brasileiro. Isso sugere que a centralidade do discurso novo-desenvolvimentista está na combinação entre desenvolvimento dependente e mecanismos de construção de hegemonia. Não é à toa que esse “novo desenho institucional” do Estado seja pensado sempre na relação entre

democracia e desenvolvimento e na ideia de conciliação ou “concertação” de interesses no interior do aparelho estatal.

O pressuposto da concertação é, sempre, a compatibilização entre interesses públicos e privados, entre Estado e mercado. A oposição entre estes dois entes é sempre intitulada como “ideológica”, “fundamentalista” ou “populista”. Segundo Lechner (1993), nem Estado nem mercado possuiriam condições de regular de forma eficiente a organização das diversas sociedades: somente a combinação da eficiente alocação de recursos por parte do mercado com a regulação do Estado em suas falhas seria eficiente nesse sentido.

Segundo o autor, essa polarização “ideológica” assumiria especificidades no contexto latino-americano devido ao necessário papel do Estado como indutor do desenvolvimento capitalista no período de acumulação primitiva. Esse esforço tinha de ser, ao contrário dos países desenvolvidos, deliberado para construir os pressupostos da sociedade moderna. O desenvolvimentismo assumiria na América Latina por muito tempo o caráter de uma “razão de Estado”. Este fato levou a um agigantamento da ação estatal criando o “populismo econômico” que estaria no centro do problema do desenvolvimentismo clássico e que teria aberto o espaço para a hegemonia das ideias neoliberais no continente (cf. Lechner, 1993, p. 238-239).

As suaves críticas ao neoliberalismo feitas pelo autor não se diferenciam muito do caráter pontual e seletivo feitas pela burguesia dos países latino-americanos, em particular no contexto brasileiro. No entanto, é nos méritos reconhecidos pelo autor que o discurso novo-desenvolvimentista mais se revela. A redução da presença do Estado na economia é tida como positiva e necessária para dirimir a corrupção e ineficiência burocrática além de, sabe-se lá de que forma, “eliminar a mentalidade rentista”.

O mérito do “modelo neoliberal” consiste em propor um ajuste estrutural que responda às novas tendências da economia capitalista, como a globalização acelerada, a flexibilidade dos processos produtivos, a independência dos circuitos monetários e creditícios, a

incorporação de inovações tecnológicas. Devido a esse processo de globalização, nossos países se condenariam ao subdesenvolvimento se não se adaptassem aos mercados mundiais. Mas seria uma falácia identificar mercado com desenvolvimento (Lechner, 1993, p. 241).

Sem adaptar-se a isso os países latino-americanos estariam assim condenados ao subdesenvolvimento. O papel do Estado seria o de tentar evitar a fragmentação social e desigualdades inerentes a esses processos. Para isso, teriam se formado “consensos globais” sobre o quadro normativo da ação política em torno de questões como: igualdade de gênero, defesa do meio ambiente, luta contra a *pobreza extrema* e a democracia. Segundo o autor, a consolidação dessa última é o que diferenciaria uma estratégia de superação do modelo neoliberal, uma vez que o grande desafio seria, justamente, o de compatibilizar os ajustes estruturais com a obtenção de consenso e legitimidade política. O que diferencia esta concepção, tanto do neoliberalismo clássico quanto do neoliberalismo de terceira via, é que ela formula teoricamente a ameaça real do capital financeiro internacional sobre as sociedades latino-americanas, ao afirmar que essas ou são capazes de garantir a coesão social e a preservação da ordem adaptando-se aos pressupostos da liberalização comercial e financeira ou essa necessária coesão pode dar lugar à interrupção dos pressupostos da democracia liberal com o risco de “regressões populistas e/ou fundamentalistas” (Lechner, 1993, p. 243).

Não é casual, portanto, a referência do autor à ditadura Pinochet, no Chile, onde o grande problema não teriam sido, segundo o argumento do autor, as políticas econômicas implementadas (essas, aliás seriam o melhor exemplo da aplicação bem sucedida do neoliberalismo, argumento que encontraremos presente em outros autores mais recentes do novo-desenvolvimentismo), mas o fato de que elas não contaram com mecanismos de *legitimação* adequados. Em outras palavras, o autor quer os ajustes neoliberais sem a terapia de *choque* que viabilizou sua implementação, quer a coesão social garantida pelo

consenso, quer a comunidade em meio à barbárie.

A próxima seção é dedicada à análise dos formuladores do neodesenvolvimentismo no Brasil. Consideramos as diferentes formulações acompanhadas do prefixo “novo” ou “social” desenvolvimentismo como variantes de um mesmo corpo ideológico. Isto se torna possível porque, embora contenham pontos de divergência, partilham da preocupação comum que caracteriza a particularidade da reforma do neoliberalismo no contexto brasileiro: adaptar o Estado para abrigar os interesses de setores da grande burguesia local e abrir espaço de “diálogo institucional” entre as classes para viabilizar a legitimidade do projeto de desenvolvimento capitalista nos marcos do neoliberalismo.

4.2 A Reforma do Neoliberalismo no Brasil

Dessa forma, se é certo que houve uma reforma na ideologia neoliberal que foi em parte conduzida por intelectuais oriundos das instituições multilaterais do próprio neoliberalismo, a questão que mais nos interessa aqui é a forma particular que assume tal ideologia na correlação de forças entre as classes e frações de classe no Brasil durante os governos do ciclo PT. Ainda que o neodesenvolvimentismo não possa ser considerado uma teoria autóctone da burguesia brasileira, a sua adoção pela classe dominante no Brasil passou por mediações particulares de nossa formação social, inserindo novas contradições entre as promessas renovadas pelo desenvolvimentismo burguês e a sua viabilidade no contexto de renovação do capitalismo dependente sob o ciclo da acumulação financeira internacional.

Segundo Castelo (2012), a tradução da reforma da ideologia neoliberal à correlação de forças entre as classes no Brasil passou por sua adoção, por diversos intelectuais orgânicos à burguesia nacional e por sua divulgação através de aparelhos privados de hegemonia. Em sua pesquisa, Castelo aponta a convergência de intelectuais de diferentes matrizes ideológicas em torno dessas ideias (entre eles os já citados Pochmann e Sicsú) que passaram

a utilizar centros difusores como a Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), a Associação Brasileira Keynesiana e a Revista de Economia Política para divulgá-las. Essas diversas iniciativas confluem, em 2011, para a formação da Rede Desenvolvimentista, formada com financiamento do Ministério da Ciência e Tecnologia e coordenada pelo Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon) sob direção do economista Ricardo Carneiro. O autor evidencia ainda a presença dessas formulações no âmago do aparelho de Estado, simbolizadas na presença de Luciano Coutinho na presidência do BNDES (Idem.). O novo desenvolvimentismo contaria ainda com aparelhos privados de hegemonia como o Centro Celso Furtado, as revistas *Carta Capital* e *Le Monde Diplomatique Brasil*, bem como a agência de notícias *Carta Maior* (cf. Castelo, 2012, p. 645).

Destaca-se aqui a formulação de Luís Carlos Bresser-Pereira (2004), por sua relação com o empresariado brasileiro refletida tanto em sua atuação junto aos principais aparelhos privados de hegemonia da burguesia industrial brasileira, como pela afirmação constante do caráter estratégico dessa fração de classe no interior de um projeto de desenvolvimento nacional. Esse autor tornou-se o principal expoente do novo-desenvolvimentismo no Brasil, a partir de um texto publicado em 2004³⁰, no qual o ex-ministro da reforma do Estado nos governos FHC, intencionava diferenciar-se tanto do “velho” desenvolvimentismo quanto da ortodoxia convencional, ou seja, das políticas neoliberais de desenvolvimento:

O antigo desenvolvimentismo estava baseado no modelo de substituição de importações e, portanto, na proteção da conta comercial. Hoje, os grandes protecionistas são os países ricos. Ao Brasil interessa continuar a abrir sua conta comercial, embora de uma forma negociada, com a devida reciprocidade, para poder exportar. (...)

Já em relação à ortodoxia convencional as diferenças são muito mais profundas. (...) A discordância (...) começa pela definição de estabilidade macroeconômica. Ao contrário da ortodoxia convencional, que se preocupa apenas com a inflação e o equilíbrio

30Não deixa de ser interessante notar que o mesmo jornal, na mesma data, exibia a matéria já referida, em tom de enfrentamento ao novo presidente da FIESP, sob o título *Novo presidente da FIESP é um “sem indústria”* (Folha de São Paulo, 19 de Setembro de 2004, p.A15)

fiscal, o novo desenvolvimentismo está preocupado também com o equilíbrio do balanço de pagamentos, e com um razoável pleno emprego. A ortodoxia convencional quer independência para o Banco Central, que deve ter como única responsabilidade o controle da inflação, enquanto o novo desenvolvimentismo considera a atual autonomia já suficiente, e quer que a lei defina que o Banco Central, como seu congênere americano, tenha duas responsabilidades e não uma: além do controle da inflação, a manutenção do emprego. (Folha de São Paulo, 19 de Setembro de 2004)

Tal formulação, no entanto, é melhor compreendida como ponto de chegada de uma trajetória teórico-política bem mais ampla, recentemente expressa em sua obra *A Construção Política do Brasil* (Bresser-Pereira, 2015). O livro é, ao mesmo tempo, um acerto de contas com as posições anteriores do autor e uma adaptação dessas mesmas posições aos “novos tempos”.

Bresser-Pereira divide a história política e econômica do país a partir do século XIX em três grandes ciclos que definiriam saltos importantes na constituição do capitalismo no Brasil e na consolidação do Estado-nação: o ciclo “Estado e integração territorial” correspondente ao período do Império, o ciclo “Nação e desenvolvimento” que se daria a partir do que ele intitula *Revolução Capitalista Brasileira* de 1930 a 1977, e o ciclo “democracia e justiça social” que se estenderia até anos recentes. O que difere esses ciclos é a relação entre Estado e sociedade civil, sendo o primeiro ciclo caracterizado pelo domínio do Estado sobre a sociedade onde apenas o aparelho estatal era capaz de dar coesão e unidade nacionais ao território e as relações sociais. A partir da industrialização em 1930 a relação passa a se inverter com a construção de uma sociedade civil ativa. A partir do terceiro ciclo e da consolidação da democracia seria a sociedade que passaria a ditar os rumos e a direção do Estado (Cf. Bresser-Pereira, 2015, p. 14).

Duas considerações chamam atenção nessa periodização. A primeira é o intervalo de tempo referente aos dois últimos ciclos e, a segunda, o fato de incluírem aí períodos aparentemente contraditórios entre si. O período da ditadura inaugurada em 1964 se insere não como a ruptura, mas como a

continuidade, por outras vias, da Revolução Capitalista Brasileira ou do projeto nacional-desenvolvimentista. Outro período que chama atenção por reunir dentro de uma mesma caracterização décadas com diferenças significativas entre si é o ciclo “Democracia e Desenvolvimento social”. Tal período seria marcado por um denominador comum que é a hegemonia dos direitos sociais garantidos pela constituição de 1988 e pela consolidação da democracia.

É que cada um desses ciclos possui uma subdivisão cuja característica dominante seriam diferentes *pactos ou coalizões entre as classes*. Essa é, sem dúvida, a característica mais marcante na visão de mundo dos defensores do novo-desenvolvimentismo no Brasil: o desenvolvimento da sociedade e de um projeto de nação não se encontraria no conflito e na polarização entre distintos projetos de classe, mas nas coalizões possíveis em cada época entre esses projetos. Os conflitos de classe existem, mas já não têm (ou nunca tiveram) no capitalismo qualquer possibilidade de fazer avançar a história, o progresso se daria não pela mudança entre classes sociais no controle da produção, mas na conciliação entre diferentes interesses de classe no interior do Estado.

Embora o sistema capitalista esteja marcado pela luta entre as classes sociais, eu entendo que uma alternativa não excludente, mas complementar, que uso extensamente neste livro, é a de analisa-lo em termos de coalizões de classe. O conflito de classes está sempre presente nas sociedades modernas, e é impossível entender a história sem levá-lo em consideração, mas sabemos que, ao contrário do que pensava Marx, esse conflito não é resolutivo, e o socialismo não teve até agora nem há perspectivas de que venha a ter no futuro previsível capacidade de substituir o capitalismo. Mas isso não significa que não possa haver progresso ou desenvolvimento (Bresser-Pereira, 2015, p. 134).

Note-se que a categoria de classes sociais está aqui muito distante da definição marxiana. Ele inclui na categoria da classe social, e com uma importância significativa, a *tecnoburocracia*, na qual compreende tanto os funcionários do aparato estatal, quanto a burocracia das empresas. Dessa forma, a teoria da estratificação social é determinada não pelo conflito entre

interesses históricos dos diferentes sujeitos inseridos na produção social da vida, mas por determinantes como *status* e renda, se aproximando da definição Weberiana das classes sociais.

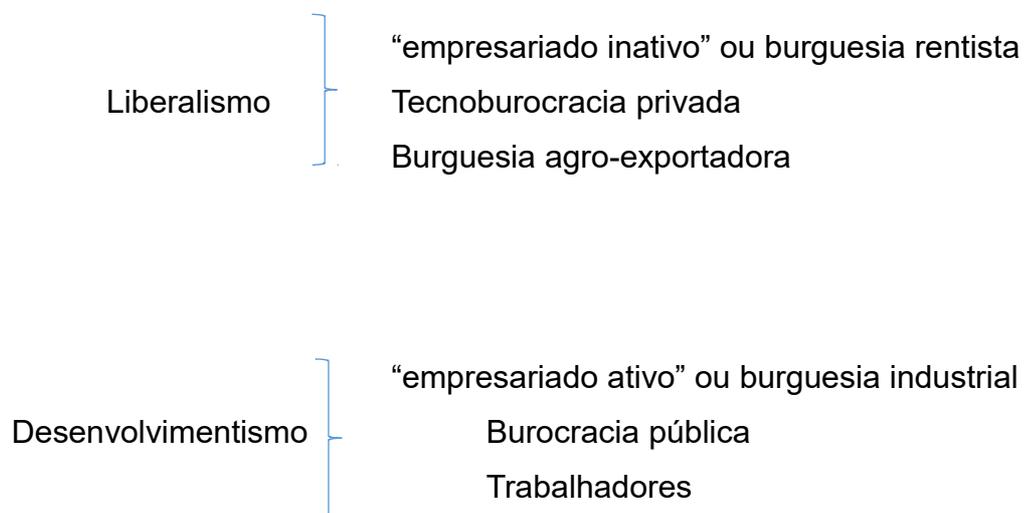
Os diferentes pactos entre as classes seriam possíveis, segundo Bresser-Pereira, porque estas não constituem interesses homogêneos, mas possuem subdivisões que determinam diferentes possibilidades de combinação entre projetos conflitantes. Dessa forma, a classe burguesa é dividida entre os “empresários ativos”, nos quais o autor inclui tanto a burguesia industrial, como a comercial e agrária, e os “empresários inativos” compreendendo o capital rentista. Entre a “classe tecnoburocrática” ele diferencia a tecnoburocracia pública da burocracia das instituições privadas. E, finalmente, diferencia a classe trabalhadora entre trabalhadores urbanos, rurais e empregados de lojas e escritórios (Cf. *ibidem.*).

Em outras palavras, também Bresser-Pereira considera central entender as possibilidades de composição do bloco no poder a partir dos conflitos existentes entre as frações de classe no capitalismo contemporâneo, mas aqui o pacto entre as classes divide-se não mais entre estratégias voltadas para projetos societários antagônicos, mas em alternativas possíveis mais ou menos progressistas nos marcos do capitalismo.

Geralmente se supõe que a luta entre trabalhadores e capitalistas se expressa ideologicamente no liberalismo e no socialismo, mas, quando pensamos em termos de coalizões de classe, a luta se dá em torno de duas formas alternativas de *organização econômica e social* do capitalismo: o desenvolvimentismo e o liberalismo econômico. Enquanto no desenvolvimentismo uma coalizão de empresários, burocratas públicos, intelectuais progressistas e trabalhadores defendem para o Estado um papel coordenador do sistema econômico ao lado do mercado, no liberalismo econômico capitalistas rentistas e financistas afirmam que basta que o Estado garanta a propriedade e os contratos, e mantenha suas contas equilibradas, porque o restante o mercado coordenará de forma ótima (Bresser-Pereira, 2015, p. 134-135, *grifos no original*).

Se desenvolvimentismo e liberalismo econômico se tornam “alternativas

de organização econômica e social” cabe questionar que nome dar ao próprio capitalismo. Dessa forma, eterniza-se a sociedade capitalista como o único horizonte possível, dentro do qual, se alternariam diferentes formas de gestão das desigualdades inerentes a essa sociedade a partir das combinações entre setores da classe burguesa, a burocracia de Estado ou a classe trabalhadora. As duas “ordens sociais” seriam assim definidas pelas diferentes formas de conciliação entre classes e frações de classe, originando o seguinte quadro possível no interior do capitalismo:



Voltando aos ciclos nos quais o autor divide a história do Brasil, estes seriam caracterizados por diferentes pactos, alternando períodos de hegemonia ideológica do liberalismo ou do desenvolvimentismo, como podemos observar no quadro a seguir.

QUADRO 1 – Ciclos e Pactos Políticos

<i>Ciclos da sociedade e do Estado</i>	<i>Pactos políticos</i>
Ciclo Estado e Integração territorial	Pacto Oligárquico
Ciclo Nação e Desenvolvimento (ou Revolução Capitalista Brasileira)	Pacto Nacional-Popular de 1930
	Pacto Autoritário-Modernizante de 1964
Ciclo Democracia e Justiça Social	Pacto Democrático-Popular de 1977 e das “Diretas Já”
	Pacto Liberal-Dependente de 1991

Fonte: Bresser-Pereira, 2015, p. 15

No interior do ciclo da “Revolução Capitalista Brasileira”, o período da ascensão de Getúlio Vargas se caracterizaria por um acordo social, estratégico ao desenvolvimento, entre a burguesia, os trabalhadores e a burocracia contra o antigo pacto oligárquico, dominado pela burguesia agro-exportadora. O período da ditadura militar significaria uma nova aliança entre a burguesia e o setor agroexportador. Curiosamente esse pacto conservador do período dos governos militares não inclui, segundo Bresser, a fração do capital internacional e não traria qualquer mudança significativa no projeto nacional-desenvolvimentista. Como seria comum nos teóricos do novo-desenvolvimentismo, a ditadura não teria se instaurado no país, segundo esses autores, como forma de associar o desenvolvimento às exigências do capital monopolista internacional, mas como forma de continuidade de um projeto nacionalista evitando as conturbações políticas oriundas da radicalização da esquerda latino-americana a partir da revolução cubana de 1959. Como afirma o autor em texto de comparação entre o novo e o velho desenvolvimentismo:

Enquanto a crise econômica desorganizava as economias nacionais, a revolução cubana radicalizava a esquerda e a direita na região. Consequentemente, golpes militares irromperam na América Latina, principalmente no Cone Sul, começando com o golpe de 1964 no Brasil, patrocinado pela burguesia local e pela burocracia pública, que temiam o comunismo. Embora esses golpes pudessem contar com o apoio dos Estados Unidos, os regimes autoritários resultantes, principalmente no Brasil, continuaram nacionalistas, e o nacional-desenvolvimentismo foi retomado (Bresser-Pereira, 2010, p. 9-10).

É importante perceber também que o período que estamos estudando recebe, significativamente, o mesmo título do pacto entre as classes característico do início do nacional-desenvolvimentismo, o que sugere que o autor identifica no período recente do Brasil uma nova aliança estratégica entre a burguesia industrial, os trabalhadores e a burocracia de Estado.

As oscilações teóricas de Bresser-Pereira se assemelham, de certa maneira, à posição contraditória ocupada pela própria burguesia dependente. Isso fica claro tanto na sua conceituação do que vem a ser o *imperialismo* quanto do projeto do novo-desenvolvimentismo.

O imperialismo aparece como um efeito inevitável da competição e dominação intrínsecas ao capitalismo. Entretanto, para o economista, nos países que já realizaram sua revolução nacional e industrial (como seria o caso do Brasil, a partir de 1977) a dominação imperialista se expressaria muito mais no nível ideológico do que econômico, político ou militar. A supremacia dos países do capitalismo central seria garantida pela alienação e dependência ideológica e cultural das elites locais. O imperialismo seria, assim, a expressão do convencimento das elites locais em abrirem mão de um projeto nacional aceitando uma política de crescimento com poupança externa. Sua definição é tautológica: o convencimento das elites locais por parte do imperialismo gera as condições para a dominação *ideológica* do próprio imperialismo.

Ao aceitar a tese da restrição e procurar “resolvê-la” com uma política de crescimento com poupança externa, a sociedade em desenvolvimento cria as condições ideológicas para a dominação externa. Se o Brasil “precisa” de crédito externo para se desenvolver, e, por isso, se a situação de alto endividamento externo é inerente aos países em desenvolvimento, isso significa que deve fazer tudo para garantir seu crédito e sua credibilidade junto aos credores externos, e, portanto, deve se dedicar à prática do *confidence building*, ou seja, que deve adotar as recomendações e pressões vindas do Norte através do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional – muitas das quais são contra a boa teoria econômica e o interesse nacional (Bresser-Pereira, 2015, p. 208, *grifos no original*).

O convencimento das “elites locais” em aceitar as restrições vindas dos Estados Unidos, implementando políticas de crescimento com poupança externa gerariam, dessa forma, as condições para a dominação ideológica, ou seja, para o convencimento e para a aceitação da pressão oriundas do imperialismo norte-americano. Nenhuma referência, portanto, ao fato de que para a própria burguesia brasileira pode ser mais rentável e lucrativa a aliança

com o capital internacional, em determinados períodos, já que dela permanece dependente não só financeiramente mas também no nível tecnológico. A contestação às restrições dos países imperialistas significa, para a burguesia brasileira, a contestação de sua heteronomia na divisão internacional do trabalho, um enfrentamento que essas burguesias já não se dispõem a fazer, não obstante possam utilizar a nação e o desenvolvimento como argumento ideológico fundamental para mobilizar forças sociais e disputar um maior espaço no interior dessa divisão, daí a importância de “acordos sociais” ou “pactos políticos” com as classes subalternas nos períodos intitulados como desenvolvimentistas.

Não é à toa, portanto, que o que caracteriza, para Bresser-Pereira, a dependência ou autonomia das elites locais em relação aos centros hegemônicos é a coalizão de classes interna aos países, ou seja, somente a aliança entre ricos e pobres em um país possibilitaria a construção de um projeto nacional (cf. Bresser, 2010, p. 209). Trata-se, como vimos, de uma estratégia clara de hegemonia das frações burguesas locais para buscar, no interior da divisão internacional do trabalho, um maior espaço para a preservação de seus interesses tanto no mercado interno quanto, no período mais recente, para a exportação de capitais. Isso fica ainda mais claro quando observamos a definição dada pelo autor das diferenças entre o novo-desenvolvimentismo, tanto em relação ao que ele chama de “ortodoxia convencional” quanto do “velho desenvolvimentismo”.

O novo desenvolvimentismo é caracterizado de forma normativa como uma estratégia de desenvolvimento para países de renda média, tendo como base teórica a macroeconomia desenvolvimentista ou estruturalista. Essa estratégia tem, no entanto, como ponto de partida a aceitação do “quadro competitivo da globalização”, ou seja, o atual quadro da mundialização capitalista é tida como um dado inevitável, o que significa de uma forma ou de outra a aceitação de vários preceitos do próprio neoliberalismo.

QUADRO 2 – O Antigo e o Novo Desenvolvimentismo

Antigo Desenvolvimentismo	Novo desenvolvimentismo
1 A industrialização é baseada na substituição de importações.	Crescimento baseado na exportação combinado com um mercado interno forte.
O Estado tem um papel central na obtenção de poupança forçada e na realização de investimentos.	O Estado deve criar oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades econômicas.
3 A política industrial é central.	A política industrial é subsidiária.
4 Atitude mista em relação aos déficits orçamentários.	Rejeição dos déficits fiscais.
5 Relativa complacência com a inflação.	Sem complacência com a inflação.

Fonte: Bresser-Pereira, 2010, p. 22

O quadro de comparação entre essa nova estratégia e o “antigo desenvolvimentismo” é elucidativo e reflete esse processo de adaptação de uma estratégia de desenvolvimento típica da burguesia dependente adaptada às exigências da globalização neoliberal sob hegemonia do capital financeiro. Segundo seus defensores, o que difere o novo-desenvolvimentismo é a necessidade de “adequar a estratégia desenvolvimentista aos novos tempos”, nos quais não faria mais sentido a presença de um “Estado-empresário” e de um protecionismo do mercado interno. O Estado deve, agora, assumir apenas o seu papel de estimular o investimento privado e gerir “políticas econômicas redutoras de incertezas inerentes ao mundo financeiramente globalizado” (cf. Sicsú *et. al.*, 2007, p. 515). Sendo assim, mesmo a privatização de setores estratégicos sob controle do Estado aparecem como compatíveis a uma estratégia de desenvolvimento que se propõe como alternativa ao regime neoliberal, já que

trata-se de uma realidade diversa e em certo sentido muito mais indecifrável que aquela dos anos 1950, quando a industrialização esteve baseada no modelo de substituição de importações, que tinha como pilares básicos um protecionismo generalizado do mercado interno e uma ampla intervenção governamental, inclusive através de empresas estatais atuando em setores de infraestrutura e de

produção de insumos básicos. Hoje, contudo, não faz mais sentido o Estado brasileiro atuar diretamente em setores como indústria siderúrgica ou petroquímica; ademais, as disputas comerciais internacionais se tornaram muito mais complexas e acirradas e os sistemas financeiros nacionais de diversos países se integraram - globalizaram-se (Sicsú et. al., 2007, p. 508).

É isso o que explica o quadro de nove pontos que diferenciariam o novo-desenvolvimentismo da “ortodoxia convencional”. Reproduzimos aqui o quadro de comparação elaborado pelo próprio Bresser-Pereira. Ele não apresenta, ao contrário do que o autor afirma, nenhuma linha de ruptura em relação aos eixos fundamentais do neoliberalismo enquanto *bloco histórico*, ainda que guarde algumas diferenças significativas em relação à sua forma ideológica mais pura. Para aqueles que esperavam da ideologia novo-desenvolvimentista um esforço sincero de superação do neoliberalismo ele é realmente desalentador.

QUADRO 3 - Liberalismo X Novo desenvolvimentismo

	<i>Ortodoxia liberal</i>	<i>Novo desenvolvimentismo</i>
1	Equilíbrio macroeconômico é fundamental, mas o mercado já o garante, desde que haja responsabilidade fiscal.	Não basta responsabilidade fiscal. A taxa de câmbio e a taxa de lucro esperada tendem a ser deprimidos.
2	Superávit primário é sempre necessário.	Superávit primário é necessário, exceto quando crise exige política anticíclica.
3	Déficit em conta-corrente é desejável: faz parte da política de crescimento com poupança externa.	Superávit em conta-corrente é desejável: quando há doença holandesa o superávit significa que ela foi neutralizada.
4	É necessária moralidade para enfrentar a maldição dos recursos naturais; o que é mesmo doença holandesa?	É necessária coragem para neutralizar a doença holandesa ou maldição dos recursos naturais.
5	Política cambial é desnecessária.	Política cambial é fundamental para neutralizar tendência à sobreapreciação.
6	A meta de inflação é o principal objetivo da política macroeconômica.	Além de uma meta de inflação o governo deve ter uma meta de taxa de câmbio.

7	Política industrial (incentivos ao investimento) é prejudicial.	Política industrial é necessária, mas não substitui câmbio competitivo.
8	As falhas humanas são maiores do que as do mercado, porque os políticos só se preocupam com seus interesses.	Quando há competência os resultados são muito melhores. Há políticos republicanos e políticos desonestos.
9	Para legitimar os governos é necessário reduzir a pobreza.	Não basta reduzir a pobreza; é necessário reduzir as desigualdades. O novo desenvolvimentismo é sempre social.

Fonte: Bresser-Pereira, 2010.

Embora o autor reforce que essas diferenças são muito mais significativas do que aquelas que opõe o novo ao “velho” desenvolvimentismo, quando olhamos para o quadro de comparação que o autor nos fornece, a impressão não é outra senão a de que esse é o desenvolvimentismo possível nas fronteiras do bloco histórico neoliberal. O único antagonismo entre as duas visões é explicitado no debate acerca da taxa de câmbio e da necessidade de evitar a todo custo a *doença holandesa*. Em outras palavras, o novo-desenvolvimentismo acredita ser possível um processo de melhoria na inserção do Brasil no comércio internacional sem contestar os pilares do projeto neoliberal, preocupando-se com os impactos da exportação de *commodities* e a consequente sobrevalorização da taxa de câmbio. Assim, bastaria aos países em desenvolvimento esforçarem-se para manter uma taxa de câmbio competitiva e adaptar aqueles pressupostos (liberalização comercial e financeira, privatizações, controle da inflação via política de juros, superávit primário, etc.) aos interesses do crescimento da indústria local.

Quanto ao último ponto, resta a dúvida de como conseguir reduzir não apenas a pobreza, mas as desigualdades, sem reformas estruturais que apontem rupturas com os pressupostos neoliberais e com o imperialismo. Aqui fica claro os limites da visão de mundo novo-desenvolvimentista. O sujeito estratégico fundamental na redução das desigualdades é o próprio

empresariado capitalista.

para isto não se deve reduzir o lucro dos empresários, porque são eles que investem, porque são eles os sócios estratégicos de uma coalizão de classes desenvolvimentista. A redução da desigualdade deve ser realizada gradualmente através (1) de impostos progressivos; (2) de uma política macroeconômica que mantenha os juros no *nível* mais baixo possível (sem prejuízo da política monetária para a qual o essencial é a variação dos juros, não o seu nível); e (3) do aumento do gasto público com os grandes serviços sociais de educação, cuidados de saúde, previdência e assistência social. Em outras palavras, no quadro da democracia o novo desenvolvimentismo é social por uma questão de justiça e por uma questão de legitimidade política (Bresser-Pereira, 2015, p. 33)

É forçoso constatar que das três medidas apenas a da redução da taxa de juros tem sido recorrente entre o empresariado. As outras duas não figuram entre as propostas centrais das reivindicações por motivos óbvios: se na mentalidade do intelectual a defesa do imposto progressivo figura como uma forma justa de aumentar a arrecadação do Estado, para o capital não é outra coisa senão, justamente, a redução de seus lucros.

Quanto ao aumento do gasto público com serviços essenciais, observe-se que não há, no novo-desenvolvimentismo uma defesa consistente do aumento da renda do trabalho, embora o autor defenda em diversas passagens uma política de aumento real do *salário mínimo*. Ao contrário disso, sua preocupação com a depreciação do câmbio deixa de levar em conta o impacto dessa política sobre o poder de compra da classe trabalhadora. Isto porque, diferentemente dos debates entre as correntes do “velho” desenvolvimentismo, a estratégia adotada não vê como caminho prioritário o aumento do mercado interno de consumo de massas. Além disso, como vimos, no atual estágio da acumulação capitalista, não apenas a disputa do fundo público assume centralidade para o capital financeiro, como os serviços públicos passam a ser vistos pelo conjunto da burguesia como um monopólio a ser quebrado, uma esfera fundamental para a valorização do capital. Nesse

sentido, resta ainda a questão de como compatibilizar o aumento do investimento público em serviços como saúde, educação, previdência e assistência social com o aumento da taxa de lucros.

Acontece que, para o novo-desenvolvimentismo defendido por Bresser-Pereira, a reforma do Estado (implementada por ele mesmo na década de 1990) é defendida como uma necessidade universal oriunda da inevitabilidade da adaptação dos países à reestruturação produtiva e à globalização capitalista. Dessa forma, o aumento do gasto estatal nos serviços públicos fundamentais é compatibilizado com a privatização desses mesmos serviços na aceitação de um dos pressupostos fundamentais da ideologia neoliberal: a ideia do “público não-estatal”, ou seja, a de que os serviços públicos podem ser geridos pela iniciativa privada. O Estado pode até aumentar o gasto com esses serviços ao contratar entidades privadas do chamado terceiro setor abrindo espaço para a lucratividade do capital e para a apropriação privada do fundo público. A reforma gerencial implementada em 1995 é, assim, considerada como a segunda reforma administrativa essencial ao bom funcionamento do Estado moderno (após a “reforma burocrática” levada a cabo nos governos desenvolvimentistas) que viria não como ruptura, mas como “aperfeiçoamento” do Estado de bem-estar social. O primeiro governo Lula teria resistido em aprofundar a reforma gerencial, mas a teria aceitado como inevitável a partir do segundo governo.

Mas de forma tímida, mostrando que a esquerda brasileira é dependente dos servidores públicos de segundo escalão que, de modo geral, não apoiaram a reforma. Não o fizeram porque *a reforma os tornava relativamente desnecessários*, na medida em que reservava para os servidores públicos estatutários apenas as funções de formulação e direção das políticas públicas e de controle dos recursos do Estado, e transfere para as organizações sociais (organizações públicas não estatais que são financiadas pelo Estado, com o qual mantêm contrato de gestão) os serviços sociais e científicos gratuitos, ou quase, que a sociedade decide que o Estado deve prestar (Bresser-Pereira, 2015, p. 354, *grifo nosso*).

Ora, afirmar que a reforma gerencial do Estado implementada em 1995

garantia a “eficiência dos serviços do Estado de bem-estar social” ao transferir para as “organizações públicas não-estatais” a gerência desses serviços não é outra coisa senão admitir a premissa, criticada pelo autor no que se refere à política de controle cambial e de juros, da primazia do mercado sobre o Estado no que se refere à competência na alocação dos recursos. Afirma-se um retorno do Estado e sua intervenção na esfera econômica no que se refere à garantia da ampliação dos negócios e do lucro do capital privado nacional, mas a diminuição da presença do Estado no que se refere à questão social é vista como premissa necessária ao desenvolvimento.

Na mesma linha, João Sicsú afirma que, para que o novo-desenvolvimentismo possa se consolidar como uma “alternativa aos males do capitalismo” (Cf. Sicsú *et. al.*, 2007), é necessária uma reforma da gestão pública como forma de adequar o Estado à necessidade de poupança interna para o investimento produtivo.

Para tanto, é necessário não só buscar formas inteligentes de ação estatal, complementares à ação privada, como também proporcionar condições para que o Estado possa desempenhar de forma mais eficaz sua ação — para o que pode ser necessário uma “reforma da gestão pública”. Trata-se de adotar uma forma de gestão que aproxime as práticas dos gerentes públicos às dos privados, tornando-os ao mesmo tempo mais autônomos e responsáveis perante a sociedade. Tal reforma requer não somente uma maior profissionalização da gestão pública como também um certo grau de descentralização do Estado, com a transferência de determinadas funções específicas do Estado a agências (semi)autônomas e a transferência de serviços sociais e científicos a organizações de serviço públicas, semi ou não-estatais (Sicsú *et. al.*, 2007, p.512-513).

Por último, mas não menos importante, o novo-desenvolvimentismo acredita que, após concluído a transição ao capitalismo e à sociedade moderna, a consolidação da democracia torna-se um processo irreversível o que obriga as estratégias de desenvolvimento burguês a conviverem com a necessidade de obtenção de consenso das classes subalternas. Trata-se de

uma estratégia de desenvolvimento capitalista que têm de lidar com os preceitos da democracia formal, ou seja, buscar legitimidade pelo consenso, abrindo concessões mínimas às classes subalternas já que, na democracia, estas “têm suficiente poder para exigir serviços sociais universais melhores”.

Esta é a razão principal que leva Bresser-Pereira a incluir os governos FHC e Lula no interior de um mesmo ciclo histórico. Ambos teriam cumprido papéis fundamentais na consolidação e aperfeiçoamento de uma “democracia de massas”. O exercício do governo teria sempre de contornar duas *restrições*, a econômica, por um lado, e a democrática, por outro. Essa teria sido a principal habilidade de ambos os governos e seria o principal mérito de Fernando Henrique Cardoso.

Estava claro para ele que um governante tem de olhar para duas restrições quando governa. Tem tanto que se pautar pela “restrição econômica”, que lhe impõe severos limites, como para a “restrição democrática”, que o obriga a considerar sempre o povo. Lembro-me de uma frase que ele me disse, no final de 1998, quando sua popularidade despencava em virtude da crise de balanço de pagamentos em que o país mergulhava: “Com esses índices, meu poder está diminuindo”. Foi nesse quadro que ele tomou sua decisão mais corajosa e mais acertada no plano econômico: a de desvalorizar o real (Bresser-Pereira, 2015, p. 280).

Para o autor, os governos do PT teriam aprofundado esse processo de legitimação das medidas econômicas junto ao conjunto da sociedade, mas agora com facilidades ainda maiores de angariar apoio dos setores populares já que, pela própria origem social de Lula e de seu partido “boa parte desse povo (*sic.*) sabia que as decisões que estavam sendo tomadas seriam o que melhor se podia fazer pelos pobres” (idem, p. 281). Os dois mandatos de Lula teriam, assim, aprofundado a democracia no sentido de uma “democracia de opinião pública” abrindo espaços para o exercício democrático para além do momento eleitoral. A democracia é entendida como um exercício constante de negociação com interesses divergentes de classes e setores de classe. Aqui a

defesa do novo desenho institucional do Estado adquire grande relevância, na abertura de canais que permitam ao governo esse exercício.

A própria concepção de democracia do autor evidencia esse processo de transição e sua preocupação em pensar o processo de legitimidade das estratégias burguesas de desenvolvimento a partir da socialização da política. Os dois governos, compreendidos como um processo contínuo de aprofundamento da democracia, seriam a superação dos limites impostos pelos centros capitalistas hegemônicos à esse exercício. Trata-se da melhor tradução, pelo pensamento orgânico à burguesia dependente, daquela estratégia de explorar as funções de legitimação do Estado.

A democracia brasileira enfrenta uma curiosa contradição que parte dos trabalhadores: a democracia foi fundamentalmente uma conquista deles, mas nas pesquisas de opinião eles mostram pouco apoio a ela. Provavelmente porque as esperanças que depositaram nela não foram realizadas. *Nem poderiam sê-lo. [...] A democracia está condicionada pelo próprio sistema capitalista – pelas diferenças de riqueza e poder que lhe são inerentes.* Podemos também pensar a democracia como uma ideologia, mas pensada como tal surge uma contradição básica: em princípio a democracia é a ideologia da igualdade que permite aos pobres e aos trabalhadores defenderem seus direitos. Este é o caso do Brasil e de muitos outros países que já completaram sua revolução capitalista realizando sua revolução industrial, e, portanto, têm sua democracia consolidada. Mas a democracia, desde os anos 1980, transformou-se nas mãos dos Estados Unidos em um instrumento para, nos países pobres, neutralizar o surgimento de governos nacionalistas empenhados em realizar sua revolução nacional e industrial. *Felizmente o Brasil já superou essa fase* (Bresser-Pereira, 2015, p. 290, *grifo nosso*).

A centralidade da proposta novo-desenvolvimentista é a necessidade da retomada de um *pacto* entre a burocracia estatal e a classe empresarial e, numa conjuntura democrática, a necessidade de somar à esse pacto a classe trabalhadora. A própria reforma do Estado e a adaptação das medidas do Consenso de Washington às necessidades da burguesia interna necessita, nesse sentido, da construção de hegemonia no seio das classes subalternas para fazer frente à pressão oriunda dos centros hegemônicos. Para Bresser-

Pereira, a estratégia da “ortodoxia convencional” foi a de minar o acordo político entre a burocracia estatal e os “empresários ativos”. É importante notar que a necessidade de incluir no consenso as classes subalternas está sempre ligada ao fato de a estratégia nacional de desenvolvimento se efetivar em uma conjuntura democrática. Dessa forma, a “alternativa” de desenvolvimento nacional, diante do imperialismo deve evitar que se rompa o acordo entre a burguesia nativa e a burocracia estatal.

Nada é mais estratégico para os países ricos que dividir para reinar, nada mais importante na sua relação com os países de renda média que minar o acordo político básico que forma uma nação: o acordo entre os empresários ativos, a burocracia de Estado e os trabalhadores. É esse acordo que permite que o Estado defenda os interesses nacionais e se torne um instrumento de desenvolvimento econômico; é ele que permite que não apenas a política industrial, mas toda a política macroeconômica do país seja pensada em termos de apoio à empresa nacional. Quando a esse acordo se juntam os trabalhadores, *como é próprio das democracias*, o Estado, além de instrumento do crescimento econômico, torna-se também instrumento da diminuição das desigualdades e do *aumento da coesão social* (Bresser-Pereira, 2015, p. 308, *grifo nosso*).

Daí que a avaliação dos governos petistas se aproxime da estratégia novo-desenvolvimentista e se fale de um “novo pacto nacional-popular” reunindo a burocracia estatal, os setores populares e um “representativo número de empresários” dando ao governo um caráter “pluriclassista”. O principal gesto concreto deste pacto é, para Bresser-Pereira, a criação de um órgão formal para esse exercício: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (cf. *idem*, p. 363). Entretanto, vale dizer que os limites do pacto e do exercício de “concertação” entre interesses divergentes no interior da estratégia novo-desenvolvimentista não é outro senão os interesses do grande capital privado nacional, definido por Bresser-Pereira como o principal ator estratégico dessa aliança. A própria fixação dessa estratégia, mais voltada à manipulação da taxa de câmbio do que ao crescimento do mercado interno, ajuda a entender os limites da conciliação entre as classes. Isso fica claro nas

críticas feitas à gestão econômica em fins do primeiro governo Dilma, onde o autor faz eco às reivindicações do empresariado nacional que, à época, exigia como contrapartida ao investimento econômico, a redução do chamado “Custo Brasil”, ou seja, a redução do custo da força de trabalho.

O problema da sobreapreciação cambial, tanto em termos de valor quanto de preço, *se resolverá se os salários caírem em termos reais*, mas isto é impossível dado o quadro legal que proíbe a redução dos salários nominais e devido à baixa inflação. A depreciação real ocorrida em 2012 e 2013 foi um início de caminho nessa direção, mas enquanto o governo não lograr, de um lado, uma melhoria do índice comparativo do custo unitário do trabalho, e de outro, uma depreciação da taxa de câmbio, o crescimento não será retomado (Bresser-Pereira, 2015, p. 358, *grifo nosso*)

As diferenças entre a formulação do novo-desenvolvimentismo e a do “social-desenvolvimentismo”, esta última mais vinculada aos intelectuais da Rede Desenvolvimentista e ao aparelho de Estado durante os governos Lula e Dilma são bastante sutis, mas evidenciam-se na análise que ambos fazem em relação à esses governos. De certa forma, enquanto o novo-desenvolvimentismo de Bresser-Pereira vincula-se de forma mais direta aos interesses do empresariado, buscando influenciar os rumos desses governos, o “social-desenvolvimentismo” é em si mesmo a tentativa de transformar as políticas que foram implementadas pelos governos em uma teoria do desenvolvimento nacional. O próprio surgimento do “social-desenvolvimentismo” estaria vinculado à ascensão do PT ao governo federal.

A abordagem social-desenvolvimentista é típica da chamada “Geração PT”. Interpreta que o apoio político do Partido dos Trabalhadores e seus aliados respaldou a luta sindical pela reposição salarial contra a corrosão inflacionária e pela conquista de maior participação nos lucros e resultados das empresas. A fiscalização vigilante, após 2003, somada à reivindicação de direitos trabalhistas, como a “carteira assinada”, elevou o grau de formalidade do mercado de trabalho. Em contexto de crescimento da renda e do emprego,

conjuntamente com a política de elevação real do salário mínimo e o programa de transferência direta de renda com condicionalidades (Bolsa Família), toda essa política social ativa, inclusive educação, fomentou o mercado interno com a mobilidade social. Essa inclusão social transformou o mercado do País no quinto maior do mundo em número de consumidores, considerando ranking de Nações (Nogueira da Costa, 2012, p. 31).

Em seu artigo, sugestivamente intitulado *Desenvolvimento do Desenvolvimentismo: do socialismo utópico ao social-desenvolvimentismo*, Nogueira da Costa resgata o histórico do departamento de economia da Universidade de Campinas, cuja segunda geração seria responsável pela formulação do “social-desenvolvimentismo” ou “desenvolvimentismo de esquerda”, uma nova escola de economistas desenvolvimentistas contrários tanto à ortodoxia neoliberal quanto à estratégia novo-desenvolvimentista. O *socialismo utópico* que teria sido superado na escola de Campinas, refere-se à influência, na primeira geração de economistas durante as décadas de 1960 e 1970, da crítica ao capitalismo no Brasil com uma clara influência da teoria marxista e da teoria da dependência (cf. Nogueira da Costa, 2012).

Segundo Costa (2012), a grande diferença entre o novo-desenvolvimentismo e o “desenvolvimentismo de esquerda” da segunda geração da escola de Campinas se resume ao que segue

Na luta que a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe travava contra a ortodoxia, um grande objetivo era mostrar a existência de determinada temática própria ao subdesenvolvimento. A primeira geração da “Escola de Campinas” diferenciou as relações de produção do Brasil das existentes em outros países latino-americanos. O Novo-Desenvolvimentismo pressupõe “países de renda média” e não mais “países pobres”. A segunda geração da “Escola de Campinas” focaliza apenas a economia brasileira, não pretende elaborar Teoria Geral do (sub)desenvolvimento, válida universalmente, seja em todos os lugares, seja em todos os tempos (Nogueira da Costa, 2012, p. 24).

O que diferencia, portanto, o “desenvolvimentismo de esquerda” atual

tanto da formulação do novo-desenvolvimentismo, quanto da primeira geração da escola de campinas, seria o abandono da pretensão de elaborar teorias totalizantes da realidade econômica e social. Em outras palavras, trata-se do desenvolvimentismo possível no *aqui* e no *agora*. O social-desenvolvimentismo abarca formulações teóricas *post factum*, ou seja, é a tradução teórica das estratégias (se é que se pode usar essa expressão) adotadas pelos governos Lula e Dilma, ao identificarem as linhas de menor resistência para viabilizar o crescimento econômico com distribuição de renda.

Assim como o novo-desenvolvimentismo, essa teoria tem como ponto de partida a “inevitabilidade” da globalização e dos ajustes neoliberais para a inserção do país na divisão internacional do trabalho. O social-desenvolvimentismo defende, no entanto, que as estratégias de desenvolvimento dependem sempre de um contexto e de uma conjuntura específicos e que, nesse sentido, a teoria elaborada teria viabilidade apenas para o caso brasileiro e, ainda mais, para a conjuntura recente. Dessa forma, o analista deve, para traçar as linhas gerais da política econômica a ser adotada, combinar os elementos oriundos da conjuntura econômica internacional e a disponibilidade dos fatores domésticos na determinação do dinamismo do capitalismo brasileiro. Como afirma Carneiro (2002, p. 28) “são as *conjunturas históricas específicas* que determinam a hierarquia dos fatores externos e internos como elementos de obstáculo ou estímulo ao crescimento”.

Segundo a segunda geração da escola de campinas (G2), devido à complexidade atual das relações econômicas internacionais, nenhum país seria estruturalmente autônomo ou dependente, as condições de heteronomia da economia nacional se alternariam em graus diferentes em diferentes conjunturas históricas. Em outras palavras, a “estratégia” adotada é, sem mais nem menos, o aproveitamento dos momentos propícios do capitalismo internacional para políticas de exportação que financiem o desenvolvimento internamente. Daí a importância de saber quais são os determinantes externos e internos em cada conjuntura e tentar combiná-los da melhor forma.

A G2 elege como principais fatores de dinamismo endógenos ao

capitalismo brasileiro a dimensão do mercado interno e a diversificação setorial. Os fatores de esgotamento internos à nossa economia seriam a dificuldade de inovação tecnológica e os limites do financiamento do desenvolvimento. Os condicionantes externos a serem levados em consideração em cada conjuntura seriam: a dinâmica tecnológica, ou seja, o grau de disseminação ou acesso às tecnologias produtivas dominantes; relacionada à disponibilidade de financiamento, a forma pela qual se organizam as finanças internacionais, submetidas à ordem econômica internacional, ou seja, regras relativas ao comércio e às finanças, bem como instituições capazes de cumpri-las e supervisioná-las; o grau de autonomia que esse conjunto de condicionantes externos permite à política econômica doméstica. Uma vez considerada a combinação possível entre cada um desses fatores, cabe ao analista observar, no contexto interno das prioridades do investimento estatal, os seguintes fatores últimos: o padrão de crescimento, isto é, a combinação de setores produtivos líderes do processo; o padrão de financiamento, ou seja, sua capacidade em financiar o investimento nos prazos e volumes requeridos pelo primeiro; o papel do Estado, seja em intervenção direta na economia, seja em incentivo ou articulação com o setor privado (cf. Nogueira da Costa, 2012, p. 23). Em suma,

A G2 investiga quais são as decisões práticas (a ser) tomadas em cada conjuntura e em cada lugar, entre alternativas de trajetórias possíveis, contemplando o conflito, a negociação e a conciliação de interesses. Essa Economia tem Política – e também Sociedade. Uma vez definido o contexto externo, cabe ao analista explicitar os condicionantes internos do crescimento (Idem, p. 24).

Sem dúvida, o auto proclamado social-desenvolvimentismo é, em relação aos defensores do novo-desenvolvimentismo, muito mais preocupado em ampliar no curto espaço de tempo os gastos estatais com políticas sociais e com o aumento da renda do trabalho. Isso se faz, contudo, na aceitação das

condições impostas pela conjuntura econômica internacional buscando, a partir daí, as linhas de menor resistência para o crescimento econômico. Por isso reserva espaço privilegiado ao papel coordenador do financiamento estatal na indução dos investimentos do capital privado em áreas com maior potencial exportador. Nesse sentido, enquanto a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento defende um papel do Estado condicionado pelos interesses do capital privado, no social-desenvolvimentismo, agora intitulado “Capitalismo de Estado Neocorporativista”, defende-se que o Estado passe a coordenar o investimento do capital privado para o melhor aproveitamento dos interstícios abertos em cada conjuntura internacional para a ampliação do capitalismo brasileiro.

Portanto, a partir de estudos da Geração do IE-UNICAMP (pos-1985), detectamos uma das trajetórias possíveis de desenvolvimento para o capitalismo nacional: a do Capitalismo de Estado Neocorporativista. Levantamos a hipótese de que, *embora tenha ocorrido enorme redução do peso do Estado na economia brasileira, promovida pelas privatizações da era neoliberal, ele ainda manteve sua capacidade de coordenação*. O investimento do setor produtivo estatal, em conjunto com o gasto público orçamentário, pode operar como indutor do gasto privado, ou seja, como investimento autônomo diante das condições da demanda agregada. Nossa visão, portanto, se diferencia da ótica do Novo-desenvolvimentismo, que supõe que as decisões de investimento passaram a se pautar tão somente por critérios privados, induzidos pelo comportamento da demanda (Nogueira da Costa, 2012, p. 26, *grifos no original*).

Sabemos que o desenvolvimento levado adiante nos governos do PT beneficiou-se, em larga medida, do aumento do valor das *commodities* impulsionado pelo crescimento das economias dos países centrais e, a partir de 2008, pela centralidade da economia chinesa como carro chefe das importações de matéria prima dos países dependentes. Não é de se estranhar, portanto, que a preocupação em evitar a *doença holandesa* (quase uma fixação do novo-desenvolvimentismo), que seria a principal contraindicação para a exportação de commodities, não figure entre as propostas da escola de Campinas. Daí que os setores burgueses chave dessa modalidade do

neodesenvolvimentismo sejam ainda mais amplos do que aqueles para os quais Bresser-Pereira direciona sua preocupação. Além da indústria de transformação, o social-desenvolvimentismo inclui como central o direcionamento do investimento estatal e privado nos seguintes setores, devido aos seus “efeitos de encadeamento para a frente e para trás” nas cadeias produtivas:

- 1) Servindústria: educação e saúde; PNBL (Plano Nacional de Banda Larga); trem-bala; ferrovia transnordestina; transposição do Rio São Francisco;
- 2) Construção: mobilidade urbana; urbanização de favelas; saneamento básico; financiamento para moradia popular;
- 3) Extrativa: mineração; petrosal;
- 4) Agroindústria: complexo da soja, inclusive biodiesel; complexo sucroalcooleiro (etanol); complexo das carnes.
- 5) Indústria de Transformação: encadeada aos setores destacados, seja pelo fornecimento de insumos, seja pelo atendimento da demanda por seus produtos finais.

(Cf. Nogueira da Costa, 2012, p. 32)

Embora com um tom bem mais contundente no que se refere à crítica aos governos neoliberais da década de 1990 e à urgência no enfrentamento da questão social via ampliação das políticas sociais, Marcio Pochmann, outro representante da segunda geração da escola de economistas da Unicamp, também vê na mundialização capitalista e na reestruturação produtiva um processo irreversível ao qual os países em desenvolvimento têm forçosamente de se adaptar. Ele argumenta que tais transformações dariam origem à um “novo padrão civilizatório” onde a dominação econômica cederia lugar à dominação através do conhecimento, em uma sociedade “pós-industrial”. Segundo Pochmann (2010), a crise atual da globalização neoliberal faria surgir

uma mudança significativa de paradigmas no cenário internacional, marcada por uma nova relação entre as forças do mercado e a necessidade da regulação estatal.

[...] cabe ainda chamar a atenção para o fato de que ao contrário do paradigma anterior de mudanças, que exigia o afastamento do Estado para o pleno e efetivo funcionamento dos mercados, prevalece a atual força da realidade. Ou seja, a forte pressão das próprias forças de mercado para que o Estado avance mais e de forma rápida frente à emergência da crise internacional. Destaca-se que no cenário da mudança de paradigma, o Estado forte torna-se plenamente compatível com o vigor do mercado, colocando em desuso a máxima do pensamento neoliberal de que menos Estado representaria mais mercado e vice-versa (Pochmann, 2010, p. 131).

O argumento da crise como oportunidade de ascensão para os países “em desenvolvimento” nos chama a atenção por corresponder, de certa forma, a própria condição de classe da burguesia dependente. Ela necessita ampliar seu espaço de negócios e adequar-se às necessidades de valorização do valor que se aproximem do desenvolvimento dos países imperialistas, mas insere-se na contradição de não poder superar sua condição subalterna na divisão internacional do trabalho sem colocar em risco a própria dominação burguesa no Brasil.

As conjunturas de crises e transição entre centros imperialistas reduzem, durante certo período, a pressão oriunda das economias centrais permitindo uma maior margem de movimentação nas relações internacionais e a ampliação do desenvolvimento capitalista nacional dependente. Foi essa transição, a partir da crise do capitalismo internacional nas décadas de 1930 e 1940 do século passado que impulsionou o primeiro surto de industrialização brasileiro, permitindo a ampliação da burguesia industrial em meio às contradições intra-burguesas no plano internacional. Não é à toa, portanto, que a crise de 2008/2009 que, como vimos, se insere como uma crise do bloco histórico neoliberal e, portanto, uma crise do imperialismo norte-americano, seja apresentada pelos autores como uma nova oportunidade para que o Brasil

possa, nas palavras de Pochmann, “utilizar as políticas públicas para ampliar e aprofundar o funcionamento de mercado”

Tratam-se de ações convergentes com o propósito maior de sustentação do atual ciclo de investimentos que acompanha o Brasil nos últimos 19 trimestres. Para isso, observa-se até agora a priorização dos recursos orçamentários para ações do Plano de Aceleração do Crescimento e reforço financeiro aos bancos públicos. Na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, bem como ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social houve aporte de mais recursos para suprir dificuldades de capital de giro das empresas e, fundamentalmente, fortalecer os investimentos em energia e infraestrutura, bem como o *apoio à reestruturação patrimonial dos grandes grupos econômicos privados em operação no Brasil* (Pochmann, 2010, p. 133, grifo nosso)

A tese da “sociedade pós-industrial”, leva tais autores a não identificarem um segmento estratégico ao desenvolvimento econômico nacional, como o faz Bresser-Pereira. Já não se trata de um projeto voltado para o crescimento da indústria. Trata-se de um desenvolvimentismo que privilegia diferentes interesses buscando o crescimento econômico trilhando os caminhos de menor resistência no interior da divisão internacional do trabalho. Daí que não apenas o empresariado brasileiro voltado para a indústria de transformação (principalmente aquele com maior capacidade de absorção tecnológica, como defende o novo-desenvolvimentismo) seja caracterizado como aliado estratégico do projeto de desenvolvimento, também a burguesia agro-exportadora e a fração voltada ao setor de serviços, são vistos como setores chave para o investimento estatal.

O Social-Desenvolvimentismo argumenta que a diversidade setorial da economia brasileira só tem paralelo, entre as economias emergentes, na China e na Índia. Então, o Brasil não se restringe à indústria. Deve acentuar a sua condição de potência agrícola, candidatar-se a posição de peso no conjunto interrelacionado de atividades industriais e de serviços, com o nível de sofisticação tecnológica em que a própria agricultura vem sendo praticada no País (Nogueira da Costa, 2012, p. 31).

É importante ressaltar que, também no caso de Bresser-Pereira, o agronegócio e o setor exportador tem papel importante, principalmente quando os recursos oriundos das exportações são transferidos para o crescimento da indústria local ou para a absorção tecnológica. Para os defensores do social-desenvolvimentismo, contudo, trata-se de aproveitar os setores com maior potencial exportador e maior capacidade competitiva no plano internacional para aumentar a arrecadação do Estado, dando a este maiores condições de investir em políticas sociais, ainda que focalizadas. Não é à toa que a própria noção de desenvolvimento é definida nos termos “desenvolvimento = crescimento + política social”. Mas a justificativa real para a prioridade ao setor agroexportador não está somente na maior competitividade internacional: com a abertura comercial e financeira os ganhos desse setor passam a se dar na razão direta dos ganhos oriundos da especulação financeira internacional. Como afirma a própria Rede Desenvolvimentista em seu documento *O Desenvolvimento Brasileiro: temas estratégicos*.

a organização dos mercados desses produtos muda significativamente nos últimos anos, pelo menos em duas direções: a) ocorre uma maior oligopolização da comercialização com a ampliação do peso das trading companies em simultâneo à desregulação dos mercados, em especial a extinção dos estoques reguladores públicos; b) os mercados futuros e outros derivativos assumem uma importância crucial na determinação dos preços das commodities, tornando-se ao mesmo tempo não só o loci das atividades de hedging dos envolvidos com o setor, mas também um importante campo de especulação de investidores financeiros (Carneiro et. al., 2012, p. 11).

Assim como o novo-desenvolvimentismo, o “social-desenvolvimentismo” ou “Capitalismo de Estado Neocorporativo”, defende, como condição essencial para a consecução de seu projeto, um novo *pacto* entre as classes, mas aqui o exercício da conciliação entre as classes é ainda mais amplo do que aquele

proposto pela macroeconomia do desenvolvimento. Trata-se de um desenvolvimentismo pensado a partir da necessidade da negociação constante de diversos interesses de classe desde a base até o topo da pirâmide social.

Nos dias de hoje, uma nova agenda civilizatória permite ser defendida a partir da construção de uma maioria política travestida pela coalizão interclasses sociais, capaz de compreender – no plano nacional – a reunião desde as famílias de maior renda plenamente incluídas no atual padrão de produção e consumo até os segmentos extremamente miseráveis da população, geralmente pouco incluídos pelas políticas sociais tradicionais (Pochmann, 2010, p. 122)

Esta é, sem dúvida alguma, a característica que nos permite unificar as diferentes correntes do “desenvolvimentismo” atual sob uma mesma forma ideológica. Por mais aguçado que seja o debate entre essas correntes, todas elas partem do pressuposto da necessidade de uma nova maioria política baseada no *pacto* entre a classe trabalhadora e a grande burguesia brasileira. O próprio termo “neocorporativismo” refere-se à necessidade de adequar o Estado para o exercício de práticas de “concertação” entre classes e grupos sociais no interior do aparelho estatal com vistas a estabelecer acordos mínimos a respeito das prioridades do investimento público e das políticas sociais. Não se trata, portanto, de um projeto com vistas a superar a condição de dependência dos países latino-americanos, mas de buscar adequar os pressupostos da globalização neoliberal às estratégias de consenso necessárias à burguesia dependente para desenvolver-se fazendo frente às pressões do capital financeiro e dos grandes monopólios dos países centrais.

Por fim, cabe salientar a existência, no interior do debate sobre novas alternativas de desenvolvimento, de um pensamento crítico nacionalista dificilmente enquadrável nessas duas correntes. Embora tais formulações tenham tido pouco impacto na condução política e econômica do Estado brasileiro, tais pontos de vista são importantes contrapontos por distanciarem-se tanto da ortodoxia neoliberal quanto dos limites das estratégias

neodesenvolvimentistas. Dentre elas, destacamos a formulação da Wilson Cano (2010) e o tom crítico do autor às teorias tanto do novo-desenvolvimentismo quanto do social-liberalismo. O autor critica principalmente o abandono de estratégias nacionais que incluam em seu enunciado políticas protecionistas da indústria nacional e políticas econômicas que rompam a lógica do curto-prazo e dos limites impostos pelo capital financeiro internacional.

Mas esses comportamentos não se restringiram à análise e à política econômica. Também copiaram, mais uma vez, muito do ruim que se produziu na teoria: o papel das reformas neoliberais (Consenso de Washington), o neoinstitucionalismo, o neoestruturalismo, os modelos de convergência internacional, a maior parte dos modelos de crescimento endógeno e muitas das “novas teorias” do desenvolvimento. De desenvolvimentistas de ontem, passaram a inimigos do elevado crescimento; de industrialistas, passaram a aceitar a reprimarização de nossa pauta exportadora. Trocaram a estratégia do protecionismo necessário pela estultice da abertura internacional dos mercados de commodities, em troca de nosso imprescindível mercado interno de manufaturados. E, mais curioso ainda, se esforçaram para ampliar o Mercado Comum do Sul (Mercosul), ao mesmo tempo que endossaram a contraditória ideia do regionalismo aberto, “missão impossível” do novo pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). (Cano, 2010, p.8)

O autor contesta, ainda, a política de “agigantamento” de setores do capital nacional com generosos investimentos do BNDES inclusive para a ampliação dessas empresas na América Latina, sem a exigência de metas de produção e exportação (como era frequente nas estratégias do nacional-desenvolvimentismo), tampouco de geração de empregos e renda. Ao contrário, o resultado têm sido o fortalecimento do vínculo desses setores com os centros de decisão e interesses externos.

Cano também identifica na crise mundial uma possível transição entre centros hegemônicos do capitalismo internacional, destacando o papel da China. Contudo, alerta para os riscos de uma estratégia de desenvolvimento que busca a variação de parceiros comerciais escolhendo entre formas

diversas de subordinação. Nesse sentido, alerta o papel da China enquanto potência imperialista e a relação que vêm tendo com os países subdesenvolvidos.

A China ensaia agora, em vários países subdesenvolvidos, a repetição do papel britânico do século XIX, criando novos mercados para seus produtos industriais e grandes empórios para adquirir commodities baratas. A propósito, a estatal chinesa State Grid recentemente comprou, por US\$ 1,7 bilhão, de empresas espanholas, sete plantas energéticas no Brasil e, antes disso, já havia comprado, por US\$ 1,2 bilhão, parte da Itaminas – de Eike Batista –, para a construção da Siderúrgica de Porto do Açu. Por outro lado, o grupo Votorantim firmou acordo de US\$ 400 milhões – parte de US\$ 2,6 bilhões do investimento total futuro – com os chineses, para a venda da Sulamericana de Metais e uma mina de ferro, de onde estima exportar 25 milhões de toneladas/ano de minério, algo como 20% de suas compras atuais no Brasil. Será que, além disso, também perderemos o mercado africano para a China? (idem, p.17)

O autor não se opõe ao aumento da exportação de *commodities*, tampouco às estratégias de aumento do consumo familiar utilizadas pelos governos Lula/Dilma. Mas critica o pouco recurso destinado à indústria de transformação e a priorização do setor de serviços gerando um aumento de empregos no setor terciário onde predominam as ocupações de menor renda e qualificação e, principalmente, o aumento da vulnerabilidade externa causada pela dependência de recursos externos e do aumento do crédito ao consumo familiar (Cf. Cano, 2010, p. 34).

A principal crítica, tanto à corrente do “social-desenvolvimentismo” quanto do novo-desenvolvimentismo é a priorização de um único vetor para o crescimento econômico (o direcionamento dos recursos oriundos da exportação para o fortalecimento do mercado interno, no caso do primeiro, e a priorização da competitividade exportadora, no do segundo), dando ênfase a necessidade de combinar, embora não fique claro de que maneira, as duas variáveis na priorização do mercado interno de massas. Dessa forma, os investimentos estatais deveriam se destinar prioritariamente à habitação

popular, saneamento básico, educação, cultura e saúde públicas, bem como a produção de bens de primeira necessidade (Cf. idem, p. 35). Embora ainda nos marcos da sociedade capitalista, trata-se de uma formulação com um tom de crítica bem mais elevado à dependência externa e aos pressupostos do neoliberalismo. O autor não ignora o conjunto de tensões que tal programa de mudanças desencadearia, no entanto, sua proposta para enfrentá-las é, novamente, a construção de um *pacto nacional* interclasses que possibilite tal enfrentamento.

Não ignoro que os propósitos expostos e as reformas a seguir itemizadas poderão desencadear conflitos externos – com os Estados Unidos, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o BIRD, a Organização Mundial do Comércio (OMC), os bancos internacionais e outros exemplos – e internos – com as elites nacionais e regionais, os partidos políticos, parte dos empresários, o sistema financeiro, alguns sindicatos etc. – o que implica, necessariamente, a prévia construção de um novo e difícil pacto de poder político. Este pacto terá de passar por negociações entre *partidos, classe trabalhadora, empresariado, regiões e setores*, exigindo acurado e afinado preparo político para tal. Sem isto, é difícil pensar em opções nos limites da democracia. (Cano, 2010, p. 36)

Assim como os autores analisados acima, propõe-se como eixo central adequar a “engenharia institucional” para a construção de uma “nova concertação política nacional, que possa equacionar os conflitos entre os distintos segmentos sociais do país” (ibidem). Só não fica claro quais setores do referido empresariado teriam interesse em tal estratégia.

A importância dessas formulações está, para os objetivos a que nos propomos nesse trabalho, menos em seu potencial explicativo da realidade nacional do que na influência maior ou menor que tiveram sobre as classes e frações de classe durante os governos Lula. Na verdade, elas se articulam a estratos sociais bastante específicos a partir dos quais é possível estabelecer um parâmetro de comparação entre o neodesenvolvimentismo atual e a ideologia desenvolvimentista conforme se apresentou no ciclo da industrialização capitalista brasileira de 1930 a 1964.

Utilizando o quadro elaborado por Bielschowsky (2000, p. 242-243), o pensamento econômico brasileiro, no período de concretização da revolução burguesa até o fechamento desse ciclo pelo golpe em 1964, se dividia em seis correntes principais:

A Corrente Neoliberal: O conjunto de teóricos dessa corrente se destacavam pelo seu distanciamento ou oposição às propostas desenvolvimentistas e de crescimento da indústria. De início, caracterizava-se pela defesa da “vocação agrária” do capitalismo brasileiro e era a corrente que opunha-se de forma mais contundente à qualquer proposta de reforma agrária. Eram também contrários ao planejamento econômico e à intervenção estatal na economia. Ela expressava os interesses tanto da burguesia compradora, bem como da burguesia agrária e comercial. Os principais centros difusores desse pensamento eram, naquele período, as associações de classe ligadas a essas frações (Associação Comercial de São Paulo e Confederação Nacional do Comércio), a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Conselho Nacional de Economia (CNE). Quanto mais avançava o projeto de industrialização, entretanto, essa corrente foi perdendo importância e vários de seus defensores passaram a incorporar a defesa de um desenvolvimento vinculado ao capital estrangeiro típica do desenvolvimentismo do setor público “não nacionalista”.

Desenvolvimentismo do setor público não nacionalista: Defensora do desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, essa corrente era parcialmente favorável ao planejamento econômico e defendia a intervenção do Estado como indutor do crescimento através de estímulo ao capital privado nacional e estrangeiro. O controle estatal sobre as empresas era admitido somente nos casos onde tanto o capital privado nacional como o estrangeiro não manifestasse interesse. Compreendia a redistribuição de renda como ameaça ao crescimento econômico e era omissa em relação às propostas de reforma agrária. Embora tivesse pouca influência direta sobre associações de classe e sobre o próprio empresariado, essa corrente passou a ganhar

influência a partir do governo de Juscelino Kubitschek e foi determinante no projeto de desenvolvimento implementado a partir do golpe de 1964. É, sem dúvida alguma, a corrente que mais representava naquele contexto os interesses do grande capital monopolista internacional e do capital financeiro.

Desenvolvimentismo do setor privado: Esta corrente ligava-se mais ou menos diretamente ao surgimento dos aparelhos privados de hegemonia do empresariado, com destaque para a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Defensora da industrialização com proteção estatal ao capital privado nacional, essa corrente era favorável à abertura moderada do desenvolvimento ao capital estrangeiro apenas nos segmentos onde nem o Estado nem o capital privado nacional pudessem suprir as necessidades demandadas pelo crescimento econômico. Era enfaticamente favorável ao protecionismo econômico. A intervenção estatal direta era admitida nas áreas onde o capital privado nacional era insuficiente, com destaque para as indústrias de base. Tal corrente defendia uma reforma agrária limitada e via com desconfiança propostas redistributivas, tais eram condicionadas pela garantia de lucratividade das empresas. Nitidamente essa corrente de pensamento ligava-se aos interesses da *burguesia interna* brasileira, com destaque para a burguesia industrial.

Desenvolvimentismo do setor público nacionalista: Essa corrente foi de grande influência nas formulações das políticas de desenvolvimento no Estado brasileiro até os anos do governo JK. Ela caracterizava-se pela defesa enfática da intervenção do Estado na economia para fazer frente à condição estrutural de dependência do capitalismo brasileiro, através de políticas de substituição de importações, investimentos em infraestrutura e indústrias de base e do planejamento econômico de longo prazo. Encarava à concentração de renda como obstáculo ao crescimento econômico e incluía em suas proposições o combate ao latifúndio e a reforma agrária. Seus principais centros difusores eram a CEPAL, o Iseb, o Clube dos Economistas e órgãos estatais como a

Assessoria Econômica de Vargas e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Tratava-se de uma corrente eclética que não estava ligada à um claro projeto de classe. A radicalidade de suas posições estava condicionada pela variação na correlação de forças entre as classes durante o período desenvolvimentista.

A Corrente Socialista: Ligada principalmente ao Partido Comunista Brasileiro, defendia claramente reformas estruturais como a *reforma agrária*, a *reforma urbana*, o controle do sistema financeiro. Seu alvo principal era eliminar a dependência do capitalismo nacional que, segundo sua interpretação, era marcada por resquícios feudais, sendo necessário impulsionar o desenvolvimento autônomo do capitalismo nacional em oposição ao imperialismo como forma de passar à construção da sociedade socialista. Embora suas defesas não tenham logrado um projeto autônomo, muitas vezes confundindo-se com as teses econômicas da Cepal, essa corrente tinha o mérito de relacionar um projeto de desenvolvimento nacional à uma estratégia proletária levando em conta o problema do poder político de Estado.

Uma comparação destas correntes com aquelas ligadas às estratégias do “neodesenvolvimentismo” atual é profícua, não apenas por elucidar a evolução (ou involução) do pensamento econômico brasileiro, mas também por trazer à tona os interesses de classe que as condicionam a partir das transformações no capitalismo brasileiro após a conclusão do longo ciclo da revolução burguesa (na forma como a entendia Florestan Fernandes) e os impactos da forma contemporânea do imperialismo sob o domínio do capital financeiro internacional.

Em primeiro lugar, é forçoso dizer que há nessas teorias, ao contrário do que afirmam seus defensores, linhas de ruptura quando as relacionamos ao desenvolvimentismo clássico, mas ausência de ruptura em relação aos principais elementos que dão sustentação ao bloco histórico neoliberal. Há um ponto de partida comum que é a crítica ao nacional-desenvolvimentismo, geralmente como um bloco homogêneo, tanto pelo esgotamento do modelo de

substituição de importações, pela política de crescimento com poupança externa, quanto por ser uma proposta válida somente para o período de constituição do capitalismo industrial, incapaz de fazer frente aos desafios da globalização financeira e dos novos desafios que este coloca ao padrão de desenvolvimento a partir das novas tecnologias e da reestruturação produtiva.

Tudo se passa como se a atual inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho, nosso atraso tecnológico, o controle financeiro sobre nossa economia, os ajustes neoliberais e a redução do Estado fossem um dado inevitável, seja por fruto das opções oriundas do passado, seja porque parte dessas medidas seriam uma pré-condição necessária para a inserção no capitalismo global, opção a partir da qual os diferentes governos devem traçar estratégias que busquem melhorar sua inserção diante das potências econômicas estrangeiras. Trata-se de vislumbrar o desenvolvimento capitalista possível sem perspectivas de ruptura com o imperialismo e a hegemonia das finanças. Como afirma Claudio Katz (2016):

Os teóricos neodesenvolvimentista exibem ambições mais limitadas que seus antecessores, legitimam a especialização primário-exportadora e abandonam o léxico anti-imperialista. É certo que tentam recompor a débil influência da indústria, mas apenas introduzindo leves ajustes dentro do mesmo bloco dominante. Promovem subsídios aos capitalistas manufatureiros muito inferior (sic.) à enorme porção apropriada pelos setores financeiros e buscam um novo equilíbrio com o agronegócio. [...] Seus teóricos estimulam políticas econômicas diferentes da ortodoxia neoclássica, mas não aceitam rupturas significativas com o neoliberalismo e compartilham mais terreno com essa vertente do que com sua precedente desenvolvimentista (KATZ, 2016, p. 183).

Há que se considerar aqui a mudança ideológica operada em importantes centros difusores do pensamento econômico no Brasil, tanto no que se refere a defesa do liberalismo econômico quanto aos centros de pesquisa identificados outrora com a defesa do nacional-desenvolvimentismo. De um lado, tanto as universidades latino-americanas como centros de pesquisa e formulação, como a Cepal, passaram a incorporar fortemente a

mudança operada nas próprias instituições multilaterais vinculadas ao grande capital imperialista, com destaque ao Banco Mundial e o FMI, nos quais se verifica uma clara influência das ideias de Stiglitz ou Amartya Sen e dos teóricos do neoliberalismo de terceira via. De outro, centros importantes na difusão do neoliberalismo também revisaram suas ideias aproximando economistas vinculados ao neodesenvolvimentismo no Brasil, com destaque à Fundação Getúlio Vargas. Não é à toa, portanto, que apesar do acirrado debate que opõe essas concepções àqueles que seguem defensores da inexorabilidade do Consenso de Washington, exista uma solidariedade entre várias propostas dessas escolas com a ortodoxia neoliberal.

O que estamos entendendo por neodesenvolvimentismo, a partir da formulação tanto de sua variante “social” ou do “novo” desenvolvimentismo de Bresser-Pereira, guarda diferenças significativas em relação à reforma da ideologia neoliberal oriunda dos centros formuladores do imperialismo. A diferença entre o neodesenvolvimentismo brasileiro e o social-liberalismo ou neoliberalismo de terceira via está no papel que o primeiro atribui ao Estado. Nas teorias do social-liberalismo o Estado adquire um papel voltado para a mediação das contradições de classe via políticas compensatórias, sua intervenção se dá na atenuação das condições de miséria oriundas do atual padrão da acumulação financeira. O neodesenvolvimentismo sem dúvida incorpora esse papel na defesa das políticas compensatórias voltadas para os mais pobres entre os pobres. Entretanto, ele vai além disso e visa deslocar parte do fundo público para atender aos interesses das frações locais do grande capital. É a presença dos interesses fracionais da burguesia dependente que dá a tônica da reforma da ideologia neoliberal no Brasil.

Quando nos perguntamos a que interesses e a que classes se relacionam as principais correntes do neodesenvolvimentismo brasileiro é evidente que, em ambas, há uma adequação das propostas de desenvolvimento capitalista à hegemonia das finanças. Entretanto, elas também se diferenciam no conflito projetivo entre as frações de classe da burguesia brasileira.

O novo-desenvolvimentismo, assim como a corrente desenvolvimentista do setor privado, representa ou almeja representar os interesses da grande burguesia industrial brasileira. O próprio Bresser-Pereira seguiu sendo, durante os governos Lula/Dilma, intelectual influente nas associações de classe do grande empresariado e parte importante de suas ideias foram incorporadas pelos aparelhos privados de hegemonia dessa fração: com destaque ao Conselho Superior de Economia da Fiesp (Cosec) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

Quanto ao social-desenvolvimentismo, embora tenha se originado entre economistas da Unicamp e da UFRJ, liga-se aos intelectuais que têm origem ou foram influenciados pelo chamado “Ciclo PT” e sofreram, à imagem do processo de adaptação à ordem vivido por aquele partido, um processo de mutação das ideias desenvolvimentistas que ocorreu nos centros difusores mais influentes do desenvolvimentismo clássico. Os principais centros difusores de suas ideias foram não só a Rede Desenvolvimentista, mas também o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Pela própria influência e envolvimento nas políticas implementadas pelos governos do último ciclo, estes economistas preocupavam-se em aumentar o mais rápido possível a arrecadação estatal e o aumento do investimento estatal nas políticas sociais compensatórias, daí que o caminho escolhido seja o de atuar nas linhas de menor resistência da dinâmica internacional do capitalismo. Há, aqui, uma preocupação maior em garantir um pacto mais amplo entre as classes, angariando condições para a “governabilidade” e manutenção do conjunto da classe trabalhadora, ainda que de forma subordinada, no interior da política de conciliação de classes que se configurou nos governos do PT.

O que nos permite implicar ambas as correntes no bojo do que estamos chamando de ideologia neodesenvolvimentista é a sua característica marcante comum, sem dúvida também um traço de continuidade com as ilusões da ideologia desenvolvimentista no período da industrialização: a harmonização entre o crescimento da intervenção estatal com os pressupostos da economia

de mercado, bem como a necessidade de um “novo” desenho institucional capaz de abarcar no interior do aparelho de Estado interesses conflitantes entre as diferentes frações de classe da burguesia brasileira. Trata-se da profissão de fé em torno da possibilidade de uma amplo pacto entre classes sociais antagônicas expressa nas propostas de *concertação social*, da estratégia de conformar um novo bloco no poder envolvendo a grande burguesia brasileira, o agronegócio e contemplando interesses imediatos de setores da classe trabalhadora, sem ruptura com os interesses do grande capital financeiro internacional.

O que diferencia o neodesenvolvimentismo enquanto ideologia é que sua formulação reflete os interesses econômicos da burguesia dependente, em tempos de crise do capitalismo global. O *pacto* entre as classes levado adiante durante os governos do PT foi possível justamente porque estes setores tornaram-se dirigentes do aparelho estatal e da condução das principais mudanças nas políticas econômicas em relação à ortodoxia neoliberal dos governos do PSDB.

4.3 Neodesenvolvimentismo e mudanças na composição do bloco no poder

Quando estudamos a origem dos setores diretamente beneficiados pelo investimento estatal nos últimos anos vemos que, longe de representar a negação do período anterior, as políticas industriais dos “anos Lula” aparecem como um resultado das relações intercapitalistas e da adequação do Brasil ao padrão de acumulação do capitalismo global. A burguesia industrial que tem crescido nos últimos anos é fruto dos processos de abertura comercial e financeira, das políticas de privatização e da desnacionalização da economia brasileira, que teriam criado as condições para a atual centralização de capitais.

Em suma, no âmbito da inserção do país na nova divisão internacional do trabalho, há uma articulação e um processo

complexos: de um lado, a reprimarização relativa das exportações – agronegócio e indústria de baixo valor agregado (...) e, de outro, o fortalecimento de alguns segmentos industriais típicos da 2ª Revolução Industrial, modernizados pelas tecnologias difundidas pela 3ª Revolução (automóveis, petroquímica e aviões); estes últimos segmentos integrados ou não em redes transnacionais e grandes grupos econômicos (FILGUEIRAS... [et. al.], 2010, p.43)

A particularidade dessa atual centralização seria o transbordamento do capital nacional para além de suas fronteiras combinando, num aparente paradoxo, a reprimarização da pauta de exportações e a desindustrialização da economia. Durante os anos 90 do século passado, tal desindustrialização gerou uma “especialização regressiva”, ou seja, uma redução da diversidade das cadeias produtivas com a ampliação do peso dos ramos industriais menos dinâmicos, intensivos no uso de recursos naturais e mão de obra.

A atual estratificação de nossa grande burguesia origina-se, assim, na abertura comercial e no desmonte do Estado desenvolvimentista durante a década de 1990. Este período marca “o fim de um padrão de acumulação centrado no tripé Estado/capital privado nacional/capital privado estrangeiro” (POCHMANN et. al., 2009, p.53). É a partir daí que passam a cair os investimentos produtivos que só iriam sofrer alguma recuperação a partir de 2004. O novo padrão de acumulação que surge desse processo é agora dependente da combinação entre uma carga tributária elevada (principalmente sobre o consumo das famílias) e juros altos redirecionados aos portadores de títulos da dívida pública.

A implicação disto foi a separação entre os ritmos de acumulação do capital bancário e do capital industrial. Considerada a variação da taxa de lucro entre capital bancário e industrial de 1987 a 1989 os lucros do capital industrial cresciam de 5% para 15%, enquanto os do capital bancário, de 15% para 35%. A partir de 1994 os lucros do capital bancário crescem na razão inversa dos lucros do capital industrial: de 1994 a 1999 a taxa de lucro do capital industrial e bancário passam de cerca de 11% para -2% e de 13% para 23%, respectivamente (id., p. 63).

É evidente que isso acarretou enormes dificuldades para a indústria nacional, incapaz de competir com a base tecnológica e com os preços dos produtos importados. O principal resultado, e que está na origem das transformações sofridas pela burguesia dependente, foi a concentração e centralização de capitais em pouquíssimas empresas que lograram sobreviver à esse processo. Em 1999, as cinco maiores empresas detinham os seguintes percentuais de participação nas vendas: nos eletrodomésticos, 81,7%; nas comunicações, 93,1%; nos produtos químicos, 67,1%; em higiene e limpeza, 88,7%; e nos alimentos, 75,9% (id., p. 66). Importante lembrar que as possíveis perdas de lucratividade foram atenuadas, para esses setores do grande capital, pela enorme redução da capacidade de mobilização da classe trabalhadora durante toda a década de 1990. Com o fechamento das empresas de menor porte e com as demissões massivas, tornou-se possível a esses setores mais concentrados do capital reduzir custos e salários ampliando a extração do excedente.

Trata-se de um processo que combinou a reprimarização das exportações com o fortalecimento de alguns segmentos industriais com fortes vínculos com o comércio exterior. A expansão de grandes transnacionais brasileiras intensificou-se a partir de 2008, quando os estoques de capitais brasileiros no exterior atingiram o montante de US\$122,1 bilhões. Predominaram as empresas de mineração (Vale), siderurgia (Gerdau, Votorantim), petróleo (Petrobrás) e de engenharia (Odebrecht, Camargo Corrêa). Houve também uma ampliação considerável de multinacionais brasileiras nos ramos de alimentação de origem animal (Friboi, Bertin, Marfrig e outras), perfumaria e cosméticos (Natura, O Boticário), bens de capital (Weg, Schulz), tubos e conexões (Tigre), autopeças (Sabó, lochpe-Maxion), carrocerias de ônibus (Marcopolo, Busscar), tecnologias de informação (Itautec, Stefanini IT Solutions, Totvs, etc.) e na produção de aviões (Embraer) (Cf. FONTES, 2013, p. 105).

Não se trata, portanto, de um desenvolvimentismo centrado no papel do Estado em promover a industrialização intensiva via substituição de

importações, muito menos de um Estado voltado às reformas estruturais necessárias para o desenvolvimento do capitalismo autônomo no cenário internacional.

Comparando as políticas de desenvolvimento em curso nos anos Lula com o chamado “nacional-desenvolvimentismo”, Reinaldo Gonçalves (2003) afirma que o Brasil teria caminhado na contramão do desenvolvimento econômico nos últimos 20 anos, período que compreende o que intitula Modelo Liberal Periférico, comum aos governos Lula e FHC. O desenvolvimento levado a cabo pelos governos Lula convive com a desindustrialização e desnacionalização de parte importante do parque industrial, além da manutenção do “tridente satânico”: câmbio flexível, juros altos (regime de metas de inflação) e foco na geração de superávit primário. Os pressupostos da liberalização financeira se apresentam como elementos estruturantes nesse modelo (GONÇALVES, 2003, p.54 a 60).

Entretanto, ao sintetizar as características centrais comuns em todo o período desenvolvimentista (que compreende meio século de nossa história) Reinaldo Gonçalves acaba por unificar sob o signo do desenvolvimentismo defesas e políticas bastante díspares e por vezes conflitivas no período analisado. Além disso, a principal crítica dirigida pelo autor atenta para as diferenças entre as promessas alardeadas pela ideologia neodesenvolvimentista e seus resultados práticos. O mesmo não poderia ser dito das correntes do antigo desenvolvimentismo de 1930 a 1964? Também aquelas ideologias haviam alcançado um caminho de crescimento econômico, mas tiveram pouco sucesso em seus alvos de redução das desigualdades e de reinserção da economia brasileira de forma soberana nas relações capitalistas internacionais. Entendemos que a crítica à ideologia passa sempre pela crítica das estratégias de obtenção do consentimento por parte dos grupos dominantes, pelo entendimento da forma como as classes e frações de classe formulam sua visão de mundo e a difundem visando apresentar seus interesses particulares como interesses universais. Nesse sentido, os limites do desenvolvimento como ideologia, ontem como hoje, inserem-se nas

contradições do capitalismo dependente e da classe dominante por ele criada.

Cabe questionar se aquela defesa dos interesses fracionais da burguesia dependente (característica do “nativismo” da classe dominante brasileira, do qual nos falava Ianni) não encontrou novos canais de expressão durante os governos Lula, ainda que com determinações novas a partir das mudanças no padrão de acumulação do capitalismo mundializado. O que nos permite falar em neodesenvolvimentismo é o fato de que essa reforma do neoliberalismo correspondia aos interesses de uma fração do grande capital nacional que sobreviveu à abertura comercial e beneficiou-se da concentração e centralização de capitais decorrentes do neoliberalismo, mas que agora recupera do “Estado desenvolvimentista” os canais apropriados de participação na política nacional viabilizando maior espaço para seus negócios *no interior* do Modelo Neoliberal Periférico.

A burguesia dependente dos tempos atuais é algo bastante diferenciado da burguesia industrial que caracterizava a defesa do nacional-desenvolvimentismo pré-64. O empresariado que vinculou-se à defesa das ideias neodesenvolvimentistas durante a “Era Lula” reflete uma burguesia que teve de adaptar-se não somente à globalização comercial e financeira, mas ao modo de acumulação flexível, com a consequente reestruturação produtiva que as acompanha. Dessa forma, a atual defesa do neodesenvolvimentismo por parte do empresariado reflete a defesa do papel do Estado para adaptar a sociedade e economia nacionais aos pressupostos da acumulação flexível e da globalização financeira, preservando seus interesses fracionais de classe no interior da divisão internacional do trabalho.

Isso aparece na mudança de tom e discurso de vários representantes da burguesia brasileira. Principal acionista de uma das maiores empresas de siderurgia e metalurgia, Jorge Gerdau Johannpeter afirmava, durante o apagar das luzes do governo Fernando Henrique Cardoso, que o principal desafio da indústria brasileira era adaptar-se não somente à globalização comercial e financeira, mas também a modificação profunda que estes trazem nos conceitos de mobilização e logística, com destaque às novas tecnologias,

particularmente à informatização da produção. O texto, publicado em coletânea organizada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) em 1999, é quase uma carta de reivindicação exigindo do governo uma política industrial que auxiliasse a adaptação das empresas às exigências da reestruturação produtiva.

A CNI, em trabalhos conjuntos, tem colocado isso de forma forte junto ao governo e à comunidade, mas a percepção de que a competitividade não é um problema só da empresa ainda tem que ser muito desenvolvida. Mesmo sendo construída na empresa a visão de impactos tecnológicos mundiais e da organização flexível para absorver mudanças, é notório que o ambiente externo à empresa tem que colaborar. Inclui-se aí obviamente a qualidade dos serviços de infraestrutura, seja telefonia, transportes, portos, etc. A qualidade tem que vir até o nosso colaborador, porque *a produtividade do indivíduo passa indiscutivelmente pelas condições de qualidade de vida* (Johannpeter, 1999, p.194-195, *grifo nosso*).

Vale dizer que vários dos pontos levantados no texto como barreiras para a “inserção do Brasil na competitividade global” foram alvos de políticas frequentemente reivindicadas pelas administrações petistas no palácio do planalto, a exemplo da prioridade ao Mercosul, a “qualidade dos serviços de infraestrutura”, bem como a “melhoria das universidades, da qualificação e da educação” (cf. idem, p. 195).

O industrial pergunta-se que comportamento devem ter as empresas que almejam a posição de “líderes do futuro”, concluindo pela necessidade de preparar as empresas não apenas para agradar seus acionistas e clientes, mas também para relacionar-se com o conjunto da sociedade, criando soluções para seus problemas e comprometendo-se com a preparação dos indivíduos para a inserção no mundo do trabalho flexibilizado. Dessa forma, após corresponder aos interesses dos acionistas e clientes da empresa, esta deve se preocupar com seus trabalhadores, aqui descritos como a “comunidade interna”.

A etapa posterior deve incluir a satisfação de um terceiro público: nossa comunidade interna, para capacitá-la e potencializá-la com

oportunidades de crescimento profissional e pessoal. Eu aqui gosto de usar a palavra colaboradores. Vou dizer o seguinte, nós ainda usamos a palavra mão-de-obra, mas seu uso deveria ser proibido a todos nós, porque mão-de-obra significa que a pessoa entra na organização e usa sua mão. Eu não quero uma pessoa que use a mão; eu preciso que a pessoa use a cabeça. Eu preciso de colaboradores. O que quer dizer colaboradores? São pessoas que laboram com: trabalham juntas. Importante aqui novamente é o conceito de times que trabalham juntos nos processos (Johannpeter, 1999, p. 193).

O texto de Gerdau é também um manifesto de adesão ao que Alves (2011) convencionou chamar *espírito do Toyotismo*, ou seja, a universalização do conjunto de procedimentos técnico-organizacionais oriundos da matriz ideológico-valorativa toyotista. A defesa da qualificação do trabalho omite a extrema desespecialização e o aumento da intensificação do trabalho subjacentes à lógica de um trabalhador “polivalente” que agora manipula não mais uma parte restrita do processo produtivo mas têm de preocupar-se com um conjunto maior de tarefas no processo de trabalho. Note-se que o elogio do “trabalho em equipe” e a metáfora dos “times de trabalho” repete, quase que nos mesmos termos, a formulação do criador da filosofia do Sistema Toyota de Produção, Taiichi Ohno, segundo o qual o esporte seria a melhor metáfora organizativa para o processo de trabalho, já que em um time também se trata de combinar “o bom trabalho de equipe com habilidade individual”. Não é casual a menção às mãos e à cabeça dos trabalhadores já que, nessa nova etapa da racionalização do trabalho pelo capital, exige-se do trabalhador não apenas o condicionamento físico mas também, como afirma Alves, a captura de sua subjetividade.

A analogia que Ohno faz entre trabalho e jogo em equipe é deveras sugestiva, tendo em vista que expõe uma dimensão essencial do espírito do toyotismo (que não havia no fordismo-taylorismo): a imprescindibilidade do “engajamento” moral-intelectual dos operários e empregados na produção do capital (o que implica a necessidade da “captura” da subjetividade do trabalho vivo pelos ditames da produção de mercadorias). O toyotismo mobiliza a subjetividade, isto é, corpo e mente. Convém notar que essa implicação subjetiva do

toyotismo entre corpo e mente é peculiaríssima. Como diz Ohno, o importante é “lembrar com o corpo” ou “conhecer e fazer instintivamente”. Desse modo, o espírito do toyotismo implica não apenas a mobilização total da mente (diz ele que “é fácil compreender a teoria com a mente”), mas a mobilização total do corpo e da mente. Não apenas conhecer e fazer, mas conhecer e fazer “instintivamente” (Alves, 2011, p. 46).

No modelo de acumulação característico do fordismo/taylorismo prevalecia a coerção física e econômica do trabalho, ou seja, sua sujeição aos ditames do capital pelo desvinculo entre o trabalhador, os meios e o conhecimento do trabalho e pela garantia de sua subordinação através da coerção dentro e fora da fábrica. A mudança para o modo de acumulação flexível trouxe consigo a necessidade de aprisionar também a subjetividade do trabalho. O engajamento moral do trabalhador à empresa, o “sentir-se parte” não exclui, evidentemente, a coerção e a violência, mas faz surgir a necessidade de combinar coerção e consenso nos processos de submissão do trabalho ao capital. Dito de outra forma, o exercício da hegemonia, da dominação combinando força e consenso, começa no chão de fábrica.

Trata-se, portanto, da adaptação da empresa capitalista brasileira aos novos padrões tecnológicos impostos pela globalização capitalista e, com eles, aos imperativos da dominação pelo consenso e das novas formas de gestão do trabalho. Isso excede, obviamente o ambiente interno à empresa. O engajamento dos trabalhadores na produção exige o engajamento do próprio capital na obtenção do consenso das classes subalternas dentro e fora da empresa. É significativo que Gerdau, após enunciar a necessidade de a empresa preocupar-se com sua “comunidade interna” insira como “quarto público que tem que ser satisfeito”, a comunidade externa: “É um conceito para nós ainda novo. É o nosso compromisso com a sociedade, através do respeito com o meio ambiente e da *participação no desenvolvimento social*” (Johannpeter, 1999, p. 193, *grifo nosso*).

O conceito de “desenvolvimento social” aparece, assim, vinculado à necessidade de adaptação da indústria nacional aos pressupostos da

reestruturação produtiva. Trata-se de exigir do Estado políticas de investimento que adaptem o conjunto da sociedade às exigências do atual estágio da acumulação capitalista. Trata-se de desconstruir a polarização entre as classes dentro e fora do espaço da fábrica.

Indo na mesma lógica de seu colega industrial, o presidente da Natura, Guilherme Peirão Leal, reforça os argumentos de que a competitividade global agora demanda “trabalhadores inteligentes, competitivos, criativos e comprometidos” (cf. Leal, 1999, p. 197). Replicando um argumento típico dos teóricos da terceira via e do “social-desenvolvimentismo” brasileiro, essa necessidade aparece no empresário estreitamente ligada à emergência da “sociedade pós-industrial” onde “o conhecimento passa a ser claramente o grande vetor de riquezas” (idem). Essa nova realidade é que mudaria, segundo Leal, as funções do Estado:

Trabalhadores capazes e criativos são críticos e conscientes de serem sujeitos de direitos e responsabilidades para com a empresa e para com a sociedade. O estado muda o seu papel. O sentido da mudança é *do Estado produtor para o estado facilitador* (sic.), articulador das condições do empresariamento e do desenvolvimento social, garantindo as condições de acesso de todos à cidadania, à educação, à justiça, à saúde. É este Estado que vai mais e mais se desenhando (Leal, 1999, p. 198, *grifo nosso*).

Essa mudança do “Estado produtor” para um “estado facilitador” de inicial minúscula, expõe, na linguagem típica do pragmatismo da classe em si, um ponto de vista comum às correntes de pensamento neodesenvolvimentista, ligado à defesa da intervenção moderada do Estado para propiciar um ambiente favorável à atuação do capital na esfera dos serviços, transformando direitos sociais em mercadoria e nova fonte de lucros ao capital, por intermédio do *terceiro setor*. Diferente da intelectualidade neodesenvolvimentista, Leal retrata mais claramente de onde nasce essa mudança: o crescimento do poder das 100 ou 200 maiores corporações sobre o PIB mundial que, para ele, teria como consequência a redução das barreiras entre público e privado. O terceiro

setor, “privado mas com fins públicos” seria responsável, sabe-se lá de que maneira, pela “ampliação da cidadania”, do poder do “cidadão-consumidor” e do “cidadão trabalhador” (Cf. *ibidem*).

Aqueles “consensos globais” aludidos por Lechner (1993, *op. cit.*), em torno de questões como a degradação do meio ambiente, o combate à pobreza extrema e a democracia aparecem no discurso empresarial como responsabilidade de todos e, mais ainda, da própria burguesia. Obviamente não por ser ela a principal responsável pelas condições de miséria e degradação ambiental, mas porque seu envolvimento em formas de atenuar esses problemas estaria ligado à prosperidade e competitividade das empresas no capitalismo global.

Creio que esta é uma responsabilidade nossa, das elites. Será que não temos pensado demais nos nossos interesses individuais? Será que esse comportamento não acabou nos prejudicando a todos? Será que essa falta de percepção de que nós temos uma responsabilidade na construção de um ambiente propício ao desenvolvimento social e ao empresariamento não é uma das razões para ainda não termos entrado nesse período de desenvolvimento? Não existe empresa competitiva em ambiente não competitivo, numa sociedade retrógrada, numa sociedade sem educação, sem justiça, sem alimentação, sem as condições mínimas de criar trabalhadores criativos e competentes. Esta contribuição para o ambiente social propício à criação de *valor para todos* é, acredito, uma característica necessária para as empresas de futuro (Leal, 1999, p. 200, *grifo nosso*).

A defesa de um Estado que crescerá na razão direta das forças de mercado, bem como de um novo desenho institucional que comporte a conciliação entre os interesses das classes e frações de classe é também a tradução de uma mudança no discurso ideológico da burguesia brasileira. Esta, tendo de se adaptar aos pressupostos da liberalização comercial e financeira, faz uma inflexão no discurso de combate aos direitos sociais conquistados desde a Constituinte de 1988. Estes seguem sendo definidos como parte substancial do chamado “Custo Brasil” e como entraves burocráticos à competitividade das empresas brasileiras. A partir dos anos 1990, contudo, a

burguesia brasileira passa a associar o desmonte dos direitos à transferência dos mesmos para a “responsabilidade social” das empresas, colocando em pauta o colaboracionismo entre as classes.

Trata-se, como o define precisamente Monica Cesar, do discurso da “empresa cidadã”, transmitindo ao conjunto da sociedade a mensagem de confiabilidade das forças do mercado na resolução das contradições da questão social. Tal discurso surge com força já nos governos de Fernando Henrique Cardoso, tendo como lócus privilegiado o programa “Comunidade Solidária”, mas que se desenvolve naquele período distanciando-se do filantropismo sempre presente no discurso empresarial, para fazer da “responsabilidade social” parte integrante fundamental da estratégia de construção de hegemonia no seio das classes subalternas. A recusa de qualquer reforma social do capitalismo brasileiro que, na análise de Florestan Fernandes, incidia sobre as contradições da “revolução dentro da ordem” faz com que a burguesia tenha de adaptar esse combate nos marcos da democracia. A melhor estratégia segue sendo fazer com que as “palavras de ordem” da classe opositora entrem em desordem.

Verifica-se, assim, que o ideário da “responsabilidade social corporativa” busca incorporar os conteúdos progressistas dos movimentos sociais da década de 1980-90. Tais conteúdos, como a defesa da cidadania, da participação popular e do controle social, são transmutados, refuncionalizados e destituídos de seus componentes mais críticos, em prol de uma sociabilidade “harmoniosa”, do desenvolvimento sustentável e da união de esforços indiferenciados no combate à pobreza. Trata-se de uma “velha” concepção das “classes produtoras” que busca apregoar a “conjugação harmônica de interesses particulares em interesses comuns”, e com isso, apagar as diferenças, os antagonismos, as contradições, e ocultar os conflitos e as lutas de classes (Cesar, 2008, p.31).

No caso brasileiro, esse discurso da responsabilidade social corporativa cresceu em paralelo à reivindicação empresarial de mais espaço na formulação das políticas do próprio Estado. A referência constante à figura de Roberto Simonsen e à reivindicação do papel formulador da “liderança empresarial” no

período de industrialização tornam-se frequentes entre o empresariado em fins da década de 1990. Tratava-se de exigir que, após as reformas gerenciais que adequavam o Estado à redução de sua capacidade interventora e abriam campo à iniciativa privada na mercantilização dos serviços, este deveria adaptar o restante dos ajustes econômicos neoliberais aos interesses da grande burguesia brasileira, dialogando diretamente com seus principais líderes.

Essa centralidade da dimensão político-institucional do Estado é um dos aspectos que vêm sendo recuperados fortemente pela intelectualidade orgânica do empresariado brasileiro nos anos 2000 (cf. DINIZ, 2010, p. 49). Vale lembrar que a exigência de canais de participação na elaboração e execução das políticas econômicas figurava entre as principais reivindicações do empresariado brasileiro e principal motivo de descontentamento com o regime militar durante a década de 1980 (cf. BIANCHI, 2010, p.140). Tal exigência irá retornar constantemente aos discursos empresariais durante toda a década de 1990 e em várias críticas do empresariado aos governos de Fernando Henrique Cardoso, reivindicando e projetando lideranças empresariais na cena política nacional. Como reivindica Ney Lima Figueiredo:

Com essa verdadeira revolução ocorrida no mercado, este passou a cada vez mais se comunicar com a sociedade e com o poder político através dos seus *líderes naturais e autênticos*, assim reconhecidos pela mídia. Pessoas como Jorge Gerdau, Roger Agnelli, Benjamin Steinbruch, Antônio Ermírio de Moraes, Emílio Odebrecht, Josué Alencar, Roberto Setúbal, Lázaro Brandão, Abílio Diniz e alguns outros mais, que falam estribados na autoridade pessoal advinda dos seus atos na sociedade em que vivem e pelo *mandato legitimamente conferido pelos grandes negócios que comandam* – todos bem-sucedidos e líderes de mercado (Figueiredo, 2009, p. 14-15, *grifo nosso*).

Vimos que o desenvolvimentismo esteve presente entre o empresariado brasileiro durante todo o longo ciclo da industrialização, ao menos até o golpe de 1964. Vimos também que uma alternativa neodesenvolvimentista já se

anunciava como possibilidade entre setores importantes do grande capital no período de redemocratização. Essa defesa retorna em fins da década de 1990, agora com alterações substantivas oriundas da subordinação da economia brasileira ao domínio das grandes transnacionais e do capital financeiro. Em outras palavras, o empresariado brasileiro esteve longe do anonimato e construiu-se como alternativa de poder angariando apoio de uma intelectualidade progressista e, ao mesmo tempo, de setores importantes da classe trabalhadora. É isso o que explica esse mínimo denominador comum das correntes do atual desenvolvimentismo: a necessidade de um novo desenho institucional do Estado capaz de comportar diferentes interesses de classe dialogando diretamente com suas principais lideranças, através de políticas de “concertação social”.

Tal reivindicação teria sido atendida pelo governo Lula em 2003, com a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Mas dialogar com as lideranças empresariais não era, à época, o mesmo que dialogar com suas entidades representativas de classe:

A criação do Conselho de Desenvolvimento Social pelo presidente Lula, logo no início de seu governo, em 2003, sinaliza nessa direção. Em vez de dialogar prioritariamente com FIESP, CNI, CNC, CNIF e CNA, como fizeram governantes no passado, que ele (Lula) sabe não representarem o verdadeiro capital, resolveu criar uma assembleia permanente não só com representantes dessas entidades patronais, mas convocando os próprios detentores do poder econômico. (FIGUEIREDO, 2009, p. 15).

Essa reivindicação simbolizava o descontentamento de setores empresariais com as políticas econômicas do segundo governo FHC, com dramaticidade crescente a partir do início dos anos 2000 e que influíram decisivamente na disputa interna de frações pelo controle dessas entidades nos primeiros anos do Governo Lula. Não é à toa, portanto, que boa parte dos “líderes naturais e autênticos” listados por Figueiredo se fariam representar na própria direção da FIESP a partir da eleição de Paulo Skaf, representante da

indústria têxtil, para a diretoria da entidade em 2004. Era a primeira vez, desde 1979, que uma chapa de oposição ganhava a presidência da entidade. Paulo Skaf, embora acusado por seus opositores de ser “um industrial sem indústria”³¹, unificava em sua chapa setores importantes do capital transnacional brasileiro, representados, entre outros, por Benjamin Steinbruch, principal acionista da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e João Guilherme Ometo, da COSAM. Três anos depois de sua posse, sua atuação na direção da entidade era descrita da seguinte forma em matéria vinculada pela revista *Isto é*:

Sob a liderança de Skaf, a Fiesp resgatou o protagonismo político de outros tempos, e o empresariado paulista hoje está unido contra a política econômica conservadora do Banco Central. Antes dele, a Fiesp havia sido dirigida pelo político Carlos Eduardo Moreira Ferreira e pelo discreto Horácio Lafer Piva. Nenhum dos dois jamais teve metade do trânsito ou da credibilidade que Skaf construiu nos círculos do poder. E isso se traduziu em ganhos concretos para o empresariado. “O trabalho de Skaf deu resultados”, diz Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Base (Abdib). E, apesar de ter recebido o apoio de setores do governo, como o vice-presidente José Alencar, também industrial do setor têxtil, Skaf manteve o tom crítico em relação à ortodoxia econômica. Ele foi quem mais cobrou crescimento econômico do País. Gritou tanto e tão alto que conseguiu reconstruir a unidade empresarial. (Revista *Isto É*, 23 de Abril de 2007)³²

É importante registrar que além do próprio Skaf e de seu vice-presidente, Steinbruch, diversos outros membros de sua chapa se faziam representar na composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, no mesmo ano.

Segundo Boito Jr. (2007), essa aproximação do empresariado com os governos Lula teria ampliado o papel da chamada *burguesia interna* no interior do bloco no poder, justamente, através do crescimento do setor agroexportador

³¹Conforme reportagem vinculada na Folha de São Paulo em 19 de Setembro de 2004. Disponível em << <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1909200412.htm>>> - acesso em 04/02/2015.

³²Revista *Isto É*, N° Edição: 1956 | 23.Abr.07. Disponível em << http://www.istoe.com.br/reportagens/3591_O+TRUNFO+DE+PAULO+SKAF>> - acesso em 04/02/2015.

e produtor de commodities (bens de capital com baixo valor agregado). Já em 2007 o autor indicava, a possibilidade de conversão dessa fração em fração hegemônica. O pensamento econômico autointitulado “neodesenvolvimentismo”, chocar-se-ia com o pensamento monetarista característico dos governos FHC e atenderia aos interesses, justamente, dessa grande burguesia interna.

O programa neodesenvolvimentista choca-se no seu conjunto – ainda que não se choque ponto por ponto – com o programa monetarista reinante na imprensa e atende, como é possível demonstrar, aos interesses da grande burguesia interna. Essa fração da classe dominante local também quer a participação do capital internacional no capitalismo brasileiro. Ela não é nacionalista no sentido popular do termo. Porém, a grande burguesia interna – presente em diversos ramos da economia: indústria de transformação, mineração, prospecção e refino do petróleo, construção civil pesada, agronegócio, alimentos e bebidas – pretende regular essa participação e moldá-la de acordo com os seus interesses específicos. (...) É sabido que o governo Dilma, que representa e organiza os interesses da grande burguesia interna, segue essa linha, tendo tomado inúmeras medidas – na área do juro, do câmbio, da proteção alfandegária, do cálculo do superávit primário e no financiamento público de investimentos (BNDES) – que devem ser caracterizadas como neodesenvolvimentistas e que são alvo da oposição dos monetaristas ligados ao grande capital financeiro internacional. (BOITO JR., 2013)

Para este autor, o que segue diferenciando as frações burguesas e o que permite identificar a presença desse setor da grande burguesia no interior do bloco no poder é menos a natureza da extração do excedente econômico (industrial, agrário, bancário) do que os interesses diferenciados dessa fração na sua relação com o *imperialismo* (Idem, 2010, p. 75).

Segundo Boito Jr (2010, p.71), segue existindo uma fração da burguesia perfeitamente integrada ao capital internacional e à hegemonia das finanças tanto externa quanto internamente e cujo lucro se dá na razão direta da abertura comercial e financeira da economia brasileira. É este setor que reivindica o retorno do PSDB ao palácio do planalto. De outro lado, o apoio do grande capital nacional ao governo justificava-se, segundo o autor, porque

somente em uma frente política capaz de incluir o movimento sindical e popular este foi capaz de impor os seus interesses diante do poderio do capital financeiro internacional. As dificuldades do próprio movimento operário e popular, já carente de um projeto alternativo de nação e com sua força social minada por mais de uma década de hegemonia neoliberal, acabou por entregar a direção política dessa frente à grande burguesia interna. O fato de a iniciativa ter partido do conjunto de forças aglutinadas pela experiência do Partido dos Trabalhadores acaba impondo, não sem disputas e contradições, diversas concessões às demandas desses setores já que a frente depende em grande medida da hegemonia do neodesenvolvimentismo sobre o proletariado (BOITO JR., 2010, p. 72-73).

A caracterização utilizada por Boito Jr. é extraída da obra de Nicos Poulantzas. Este não é o espaço para uma discussão mais ampla sobre o tratamento dado por este autor à categoria das frações de classe. Entretanto, são necessários alguns comentários acerca dessa caracterização para os países latino-americanos e, particularmente para o Brasil.

Para Poulantzas, o Estado aparece como a condensação de uma relação entre forças: “sua política, suas formas, suas estruturas traduzem [...] os interesses da classe dominante não de modo mecânico, mas através de uma relação de forças que faz dele uma expressão condensada da luta de classes em desenvolvimento” (POULANTZAS, 2000, pg. 132).

Isso fica ainda mais nítido quando se percebe que a noção de frações de classe em Poulantzas não se relaciona somente ao papel que ocupam diante da divisão do trabalho, o que nos daria somente uma repartição entre ramos industrial, comercial, agrário, bancário, etc. Acontece que no interior mesmo desses setores dão-se também outras cisões reativas a política econômica de Estado a cada período. Dessa forma, pode ocorrer, a título de exemplo, que uma determinada política crie cisões no seio da burguesia agrária ao privilegiar um setor detentor de maior tecnologia e mais integrado à indústria em detrimento do latifúndio mais atrasado e menos competitivo ou, ainda, políticas que privilegiem bancos nacionais em detrimento de bancos estrangeiros, etc.

O surgimento do Imperialismo, com a crescente concentração e centralização de capitais e sua integração em grandes redes via o domínio do capital financeiro, torna mais difícil a clara definição das frações em que se divide o capital. Isso não significa, contudo, que o capital monopolista crie uma homogeneidade de interesses de toda a classe burguesa. E isso por duas razões principais. Primeiro, porque isso demandaria eliminar a existência da concorrência intercapitalista, aspecto central da lógica de funcionamento do capital. A concorrência entre monopólios reproduz as contradições no seio do grande capital e cria outras novas. O capital monopolista para dominar necessita pactuar e dividir o poder com frações do capital não monopolista, desdobramentos da própria internacionalização do capital.

A burguesia se apresenta sempre como que constitutivamente dividida em frações de classe: capital monopolista e capital não-monopolista (pois o capital monopolista não é uma entidade integrada, mas designa um processo contraditório e desigual de "fusão" entre diversas frações do capital), fracionamentos desdobrados se se consideram as atuais coordenadas de internacionalização do capital. (POULANTZAS, 2000, pg. 130)

Da mesma forma, não se trata, segundo Poulantzas, da suposta fusão dos monopólios com o Estado. Uma tal fusão, comumente preconizada nas análises do "Capitalismo Monopolista de Estado" presentes nos documentos do Partido Comunista Francês da época, acabaria por anular a necessária autonomia relativa do Estado diante dos interesses particulares desta ou daquela fração do capital, imprescindível para a manutenção dos interesses gerais de dominação da burguesia.

Isso é o que explica a possibilidade de uma fração tornar-se politicamente dominante ainda que não seja a fração economicamente mais poderosa. Mais uma vez, o critério que agrupa os interesses burgueses é, em última instância, a necessidade de preservar a dominação do conjunto da burguesia sobre a classe trabalhadora. Nesse sentido, o Imperialismo é, em si mesmo, um critério diferenciador das frações burguesas de classe, em particular nas formações sociais da periferia do capitalismo internacional. A

posição dos diferentes setores capitalistas diante das políticas de Estado pode revelar uma maior aproximação ou distanciamento em relação ao capital estrangeiro ou, ainda, posições anti-imperialistas a depender da inserção da burguesia na divisão internacional do trabalho.

Utilizando como critério as relações da burguesia nos países com o capital estrangeiro monopolista, Poulantzas a decompõe em burguesia compradora, burguesia nacional e burguesia interna.

A burguesia compradora é aquela mais dependente diretamente do capital internacional, ocupando papel de intermediária de seus interesses no espaço nacional. Exemplos de burguesia compradora podem ser encontrados no capital bancário voltado ao financiamento de empreendimentos do capital estrangeiro, no setor industrial formado por empresas mistas nas quais o interesse preponderante é o da matriz e no capital comercial voltado para a importação de bens manufaturados dos países centrais. Por tal imbricação de interesses tais empresas não opõe resistência às políticas de Estado que favoreçam interesses imperialistas em solo nacional (cf. SAES, 2014; FARIAS, 2009).

A burguesia nacional representa, segundo Farias (2009), a fração autóctone do capital nacional que com base numa capacidade produtiva própria, inclina-se à oposição a um leque amplo de interesses imperialistas. Tais frações foram, em determinadas conjunturas, suscetíveis à uma aliança com as classes populares em correlações de forças onde a pressão do capital estrangeiro sobre o Estado nacional comprometia seus interesses particulares de classe. Entretanto, devido ao alto grau de dependência das burguesias locais em relação ao capital financeiro internacional este tipo de posição é cada dia mais improvável.

A terceira fração definida por Poulantzas e que é utilizada por Boito Jr. é a chamada burguesia interna. Ela não possui vocação nacional pois encontra-se em relação de dependência no sistema econômico capitalista internacional. Este setor possui uma dimensão nacional que, embora não tenha condições de contestar a heteronomia na divisão internacional do trabalho,

tende a defender políticas que assegurem sua sobrevivência potencialmente ameaçada pela presença do capital estrangeiro. Daí seu comportamento ambíguo diante da cena política oscilando entre a defesa de políticas moderadas de protecionismo à indústria nacional, mas ao mesmo tempo, sendo cautelosa ao tomar posições que possam ferir os interesses do capital estrangeiro.

Dessa forma, nas formações sociais de tipo dependente, a burguesia industrial teria mais dificuldade em assumir a posição de burguesia compradora, principalmente os setores mais voltados ao mercado interno. Segundo Farias (2009, pg 88), essa contradição pode existir mesmo no caso das multinacionais que produzem para o mercado interno quando as filiais tentam adaptar-se às necessidades dos países, criando conflitos do tipo matriz-filial.

No que diz respeito ao mercado interno, a contradição não se resume à disputa de território, a entrada do capital estrangeiro pode também acelerar o processo de internacionalização do capital nativo. O comportamento da burguesia interna modifica-se, assim, de acordo com as diversas formas de presença do capital estrangeiro na economia. Poulantzas difere três situações diferenciadas na presença do capital estrangeiro em determinada formação social: o capital estrangeiro totalmente externo; o capital estrangeiro internalizado que atua como capital local mas envia dinheiro para a matriz; e o capital associado que é o capital nativo que sofreu processos de fusão ou assimilação pelo capital estrangeiro. A burguesia interna pode, assim, ter posturas diferenciadas de acordo com as diferentes formas de articulação do capital estrangeiro na economia, oferecendo resistência maior ou menor em cada caso (Cf. FARIAS, 2009).

Embora a burguesia interna identificada por Boito Jr. se aproxime dos setores do empresariado nacional aos quais estamos fazendo referência, tal caracterização pode confundir mais do que revelar o comportamento desses setores do grande capital na cena política contemporânea. Isso por duas razões principais.

Em primeiro lugar, a tradição de que parte o autor compreende o Estado

como uma condensação da luta de classes, mas esta última é entendida como um nível ou forma de expressão das estruturas. O Estado aparece, dessa forma, como o “econômico condensado”. Ele segue tendo a função primordial de coesão de uma formação social, mas aqui essa coesão aparece não mais como determinada pela correlação de forças entre as classes, uma vez que essas não são mais que a expressão de uma determinação estrutural (Cf. POULANTZAS, 1977, p.47). Isso é o que leva o autor a buscar uma classificação permanente das frações de classe que aparecem quase que como a formulação de “tipos ideais” de comportamento burguês nas sociedades dependentes.

Isso implica em algumas incoerências importantes de seu sistema de análise que aparecem principalmente quando consideramos a abrangência da fração intitulada burguesia interna. Ela acaba abarcando praticamente todos os setores em que se divide o grande capital: os industriais brasileiros voltados para o mercado interno; as transnacionais brasileiras exportadoras de capital; a burguesia agro-exportadora; o capital comercial com interesses no mercado interno; os bancos nacionais; e, por último, também as filiais das grandes multinacionais. Alguns questionamentos são relevantes nesse sentido. A burguesia agro-exportadora, que no período da industrialização substitutiva de importações fora o setor mais diretamente alinhado aos interesses imperialistas, era então burguesia compradora naquele período, mas agora não é mais? Os banqueiros brasileiros seriam parte da burguesia interna, mas quando passam a defender os interesses do capital financeiro internacional deixariam de sê-lo? A burguesia industrial, dependente da importação de tecnologias dos países centrais (que ela formula, inclusive como parte do projeto industrial de desenvolvimento, o *catch up*, na linguagem dos economistas) não seria, a um só tempo, “interna” e também “compradora”? De que forma um conflito pontual entre matriz e filiais de uma multinacional colocaria a filial como outra fração de classe com interesses diferenciados ao do imperialismo?

Acontece que essa divisão estava, para Poulantzas, condicionada à

existência de uma fração de classe inexistente nos países que fizeram sua revolução burguesa através da modernização conservadora. Tanto a burguesia interna, esse setor que tenderia a uma postura oscilante diante do capital estrangeiro, bem como a burguesia compradora, o setor mais diretamente alinhado ao imperialismo, só fazem sentido em relação a uma terceira fração que é a burguesia nacional, um setor anti-imperialista e nacionalista da burguesia nos países dependentes. Onde existe subordinação existe também contradição. O próprio caráter dependente da burguesia latino-americana indica uma relação ao mesmo tempo contraditória e complementar ao capital imperialista. Sua condição de heteronomia em relação aos interesses imperialistas faz com que ela se desenvolva nos estreitos limites da dominação estrangeira. Ela não pode romper estes limites porque esta ruptura já não corresponde à manutenção dos seus interesses históricos de manutenção da sociedade capitalista nas formações sociais latino-americanas. O caráter contraditório da burguesia dependente se dá porque ela é ao mesmo tempo “compradora” e “interna”.

A segunda razão pela qual não adotamos a caracterização utilizada por Boito Jr. se deve ao atual estágio da dominação imperialista em nosso continente. A atual hegemonia das finanças interdita não somente o surgimento de setores burgueses fortes economicamente para colocarem-se em posição de enfrentamento ao capital imperialista. Ela dificulta também que as contradições com o capital estrangeiro se traduzam em um projeto alternativo ao próprio neoliberalismo. A atual reforma do neoliberalismo é descrita aqui como uma *reforma*, justamente porque a burguesia dependente, embora siga com contradições pontuais com o capital estrangeiro, é dependente também dos círculos financeiros internacionais. Os setores do grande capital nacional beneficiados pelas gestões de Lula e Dilma não extraem valor apenas da produção, são eles também portadores de títulos da dívida pública, acionistas de fundos de pensão, etc. Além disso, o financiamento de suas atividades produtivas segue dependente dos investimentos estrangeiros que advém, fundamentalmente, dos “novos investidores institucionais”, dos setores

rentistas do capital financeiro internacional (cf. CHESNAIS, 2005).

Pelo que entendemos, a defesa dos interesses particulares das frações burguesas locais no interior do aparelho estatal, não exclui a existência de uma continuidade com o modelo capitalista neoliberal periférico. A questão é elucidar as possíveis diferenças na condução desse modelo e a que interesses correspondem na política brasileira dos anos 2000. Isso nos permitiria entender o por que setores do grande capital seguem fazendo oposição ferrenha aos governos neodesenvolvimentistas. É nesse sentido que a identificação de contradições entre interesses fracionais do grande capital no Brasil, identificada por Boito Jr., adquire relevância.

O atual “desenvolvimentismo” expressaria, assim, não só a concentração de capitais pelas chamadas transnacionais brasileiras através de uma ampliação estatal seletiva³³, mas também a consolidação de diversos aparelhos privados de hegemonia patronais e burgueses e de repressão à associatividade contra-hegemônica.

Essa caracterização segue alvo de grande polêmica no debate acerca dos governos Lula e Dilma. Em artigo publicado em 2013, Rodrigo Castelo argumenta que, apesar da força adquirida pela ideologia neodesenvolvimentista no Brasil, essa não teria dado a tônica das políticas implementadas pelo Estado, estas seriam uma continuidade ou mesmo aprofundamento do bloco histórico neoliberal, sendo pautadas por sua atual forma hegemônica, o *social-liberalismo*. A não ruptura dos governos petistas com a hegemonia das finanças é o principal motivo reivindicado pelo autor para fundamentar essa tese. Sua pergunta central é “é correto afirmar que essa ideologia supera o social-liberalismo e detém a hegemonia na pavimentação do capitalismo no nosso país, deslocando a plutocracia dos seus postos

³³Tal ampliação pode ser facilmente visualizada através dos investimentos do BNDES, que hoje superam os investimentos na América Latina do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial somados. Tais investimentos direcionados a setores de maior competitividade no mercado internacional, ou seja, cerca de 30 grandes corporações atuando no setor agroexportador, de *commodities*, construção civil, de transformação, etc. Sobre isso ver TAUTZ... [et. al.], 2010, p.249 a 286, bem como FONTES (2010).

dominantes no bloco histórico neoliberal?” (CASTELO, 2013, p. 120).

O debate em torno da ruptura com o neoliberalismo teria surgido a partir do segundo mandato de Lula. Diversos autores afirmariam que as políticas econômicas anti-cíclicas do governo a partir de 2008, particularmente a redução gradual dos juros, o aumento do crédito e do salário mínimo e o financiamento do capital monopolista nacional via BNDES, representariam o rompimento com o neoliberalismo e a adesão do PT ao neodesenvolvimentismo. O artigo não cita quais autores fariam essa afirmação. Supomos que está tratando dos próprios formuladores do novo desenvolvimentismo.

Essa ruptura efetivamente ocorreu? Podemos nos questionar como uma ruptura dessa magnitude - com um dos maiores projetos de supremacia de toda a história da ordem burguesa, ou mesmo da humanidade [...] - pode ocorrer sem enfrentamentos diretos, sem massivas mobilizações e reformas institucionais, isto sem falarmos na eclosão de processos revolucionários. Uma "marolinha", como Lula chamou os rebatimentos da crise internacional do país, teria mudado o curso da história brasileira? (CASTELO, 2013, p. 123)

De fato, tanto Bresser-Pereira quanto os defensores do social-desenvolvimentismo no Brasil entendem seus projetos como uma superação do neoliberalismo. A questão é a definição que estes autores dão ao próprio neoliberalismo. O neoliberalismo, conforme o entendemos neste trabalho aproxima-se muito da definição dada por Castelo, como “uma estratégia política mundial de reversão da crise orgânica do capitalismo nos anos 1970 hegemônica pelas frações rentistas do grande capital financeiro” (cf. Idem.). Esta não é, contudo, a definição assumida pelos teóricos do neodesenvolvimentismo no Brasil. Para eles o neoliberalismo é uma *teoria econômica*, fundada na primazia das forças de mercado contrapostas ao Estado. Eles não tratam o neoliberalismo, nem o próprio neodesenvolvimentismo, como conceitos históricos, mas como conceitos normativos (cf. Bresser Pereira, 2014). Aliás, é isso o que permite, como vimos,

assumirem a globalização financeira como um dado irreversível a partir do qual a economia dos países em desenvolvimento teria de se adaptar.

Castelo se questiona como as políticas de valorização do salário mínimo, do aumento do crédito, da mudança de orientação nos investimentos do BNDES, representariam uma perda de hegemonia do capital financeiro no Estado brasileiro. Acontece que os formuladores do neodesenvolvimentismo nunca se propuseram a uma ruptura “dessa magnitude”, o que significa dizer que não propõe, de fato, uma ruptura com os interesses do capital financeiro. O que procuraram fazer foi garantir maior espaço no interior do bloco no poder às frações do grande capital nacional, cujos interesses não podem contrapor-se em definitivo àquela hegemonia. Esta disputa do fundo público por interesses fracionais da burguesia dependente não constava, obviamente, entre os objetivos da social-democracia europeia de onde nasce a ideologia social-liberal. Trata-se de uma reforma da ideologia neoliberal que corresponde às particularidades da formação social brasileira. A pergunta é se as políticas econômicas do governo corresponderam ou não a este objetivo. Vejamos a própria análise que Castelo faz das políticas anticíclicas implementadas pelo segundo governo Lula.

Desde o período pós-crise, o governo federal reduziu, em determinados anos, a poupança dos gastos públicos em 1 ponto percentual. A medida anticíclica é uma tentativa de reativação da economia nacional diante da queda do crescimento do PIB. A questão que merece ser discutida é: qual é o destino dos recursos que voltam a entrar em circulação *além dos circuitos especulativos do capital portador de juros*? Grande parte deste dinheiro foi alocada no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em capitalizações do caixa do BNDES e nas desonerações fiscais e tributárias de setores produtivos, numa operação de transferência de renda para o grande capital estimada em R\$106 bilhões no biênio 2013-2014. Somente uma pequena fração da queda do superávit primário foi utilizada no reajuste dos salários dos servidores federais e dos valores de benefícios sociais (CASTELO, 2013, p. 124 – *grifo nosso*)

Tais medidas nos parecem bastante coerentes com as correntes que defendem tanto o “social” como o “novo” desenvolvimentismo. Elas não

propõe, como vimos, em momento algum a transferência dos recursos antes destinados ao capital financeiro diretamente para as políticas sociais ou para a renda do trabalho. O que elas propõe é, justamente, que uma parte desse recurso se destine às atividades produtivas, particularmente aos setores exportadores de nossa economia. O aumento da renda do trabalho deveria vir, segundo os ideólogos neodesenvolvimentistas, da transferência dos ganhos de produtividade do capital, ou seja, pela adequação do mercado de trabalho aos pressupostos da acumulação flexível.

Outro argumento utilizado por Castelo é extraído da análise de Reinaldo Gonçalves, segundo o qual as políticas dos governos Lula representariam um “desenvolvimento às avessas” por terem estimulado a especialização regressiva da pauta de exportações brasileiras. Os governos Lula e Dilma priorizaram o setor exportador de *commodities* agrícolas e minerais para angariar saldos positivos na balança comercial, devido ao aumento do preço desses produtos no mercado internacional (cf. *Idem*, p. 128). De fato foi isso que ocorreu, mas este era um objetivo formulado, justamente, pelos defensores do neodesenvolvimentismo: utilizar as vantagens competitivas de nossa pauta exportadora para reinvestir parte desses recursos no crescimento do grande capital (a política das “campeãs nacionais”) e nas políticas sociais compensatórias. É o próprio Castelo que sintetiza as teses do novo desenvolvimentismo que teriam contado com o apoio dos intelectuais orgânicos da alta burguesia (se não foram, de fato, por eles elaboradas): “intervenção estatal na economia e na ‘questão social’ para estimular crescimento e distribuição de renda, política externa mais ativa, investimentos em infra-estrutura” (*Idem*, p. 130). Tais itens não implicam ruptura com a predominância da plutocracia financeira no aparelho de Estado, embora representem interesses que dela se diferenciam. De fato, não foi isso o que se deu durante os governos do PT?

A crítica do neodesenvolvimentismo deve ser feita, dessa forma, não por sua contraposição ao antigo desenvolvimentismo ou pelo não cumprimento de alvos de superação aos quais seus próprios defensores nunca se propuseram

ou sequer acreditam ser possível. O debate deve incidir menos sobre a validade da nomenclatura do que sobre a relação entre as mudanças no conteúdo ideológico dos intelectuais burgueses e os interesses de classe a que correspondem na correlação de forças entre as classes. Neste ponto, concordamos com a afirmação de Katz (2016):

Se a validez do termo assumido por cada enfoque estivesse determinada pelo grau de cumprimento do programa invocado, se tornaria impossível qualquer classificação. [...] Tal como qualquer outro conceito político ou econômico, o neodesenvolvimentismo pretende singularizar um projeto representativo de certos setores sociais. É um erro ignorá-lo e desclassificá-lo pela sua distância com o desenvolvimentismo clássico. [...] A crítica a esta corrente não deve recair na veneração do velho desenvolvimentismo, esquecendo que tampouco esse antecessor cumpriu com suas metas. O frustrado processo de reindustrialização atual prolonga as dificuldades enfrentadas pela versão fracassada dos anos 1950-1960. As contradições com a primeira experiência anteciparam os problemas que voltam a emergir na atualidade (KATZ, 2016, p. 207 – 208).

Nesse sentido, cabe questionar se estaríamos vivenciando um processo de *hegemonia às avessas*, como defende Francisco de Oliveira (*op. cit.*), onde a direção moral, bem como a articulação entre *força* e *consenso* na conquista de hegemonia pelos setores dominantes estariam sendo dirigidas pelos dominados, ou se este processo corresponde à conquista de hegemonia pelos setores do grande capital nacional operando mudanças na condução do projeto neoliberal.

Não obstante o processo de *transformismo* vivenciado pelo principal partido de esquerda, o PT, com sua consequente adaptação às vicissitudes da democracia liberal ter aberto caminho para a construção da atual supremacia burguesa, tratou-se de uma estratégia levada a cabo pelas classes dominantes e que fora bem-sucedida, ao menos até recentemente. Reivindicar, portanto, que o “sucesso nos negócios” seja traduzido em um “mandato legítimo” na condução do próprio Estado é reivindicar que a forma organizativa dominante do capital determine a forma de atuação de seu principal instrumento

organizativo. Como afirma Bianchi, recuperando o pensamento de Antônio Gramsci.

a ideia fundamental que é preciso reter é que os empresários são os organizadores do capital. Ou seja, eles ocupam um papel determinado no processo de produção e reprodução ampliada do capital, que os vinculam de maneira indissociável à classe dos capitalistas. Seu pertencimento à classe dos capitalistas não é, portanto, definido por uma relação jurídica de propriedade e sim pelo lugar ocupado no conjunto das relações de produção [...] uma parcela desses empresários reúne as capacidades necessárias para serem organizadores da sociedade em geral, de modo a permitir a máxima expansão de sua própria classe. Ou seja, devem ser organizadores estatais. Ou melhor, devem ser organizadores políticos, ao mesmo tempo em que são chefes de negócios, industriais, comerciantes, ou banqueiros. Estes empresários organizadores estatais realizam a identidade entre representante e representado e são a vanguarda orgânica da burguesia. São aquilo que Gramsci chamava, referindo-se aos moderados no processo de unificação italiana, “intelectuais condensados”. O prestígio e influência destes “intelectuais condensados” sobre o conjunto do empresariado provêm não apenas de suas ideias, como de seu sucesso, nos negócios (Bianchi, 2001, p. 31-32).

A ideologia neodesenvolvimentista, teria encontrado no Brasil uma fração de classe que ocuparia a dianteira desses processos e que seria capaz de adaptar tais formulações à necessidade de responder às contradições particulares do capitalismo dependente. Se é evidente que tais mudanças não podem ser explicadas se não entendermos o processo de *transformismo* de lideranças populares e mesmo de grupos inteiros da esquerda brasileira, esse transformismo necessita também ser explicado na correlação de forças entre as classes e frações de classe no Brasil. Daí a importância de apreender a forma como essa fração burguesa (que guarda conflitos pontuais com o capital rentista hegemônico na economia mundial) construiu essa hegemonia durante os governos Lula, analisando a atuação política do empresariado brasileiro no exercício da “concertação social” no interior do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Embora nos primeiros anos do conselho houvesse uma diferença substantiva entre os “intelectuais condensados” da

burguesia e a direção de seus aparelhos ideológicos no seio da sociedade civil, tal distanciamento foi diminuindo conforme avançavam as políticas de investimento estatal direcionado à concentração e centralização de capitais, influenciando no processo interno das próprias entidades empresariais.

Quando cruzamos os dados sobre a concentração de riqueza em poucas mãos com a configuração das diretorias da FIESP e CNI, salta aos olhos a presença determinante desse grande capital nacional no interior da entidade, com destaque para seu vice-presidente Benjamin Steinbruch, fundador do Grupo Vicunha na indústria têxtil e atualmente principal acionista da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), José Roberto Ermírio de Moraes, membro da terceira família mais rica do Brasil, segundo a revista Forbes, proprietária do grupo Votorantim. Ambas as empresas vêm recebendo investimentos consideráveis do BNDES e dos Fundos de Pensão das estatais. Em 2008, o BNDESPAR³⁴ participava de 3,64% dos investimentos na CSN e de 34,9% do capital da Votorantim Celulose e Papel S.A. (Boito Jr., 2012, p. 83-83).

Atendendo às reivindicações de maior investimento estatal visando a inserção competitiva das empresas na globalização capitalista, o segundo mandato de Lula investiu fortemente na criação de grandes grupos do capital nacional através do BNDES. O Banco, antes utilizado para financiar as privatizações e a entrada de capital estrangeiro, converteu-se em banco de fomento à burguesia nacional. No ano de 2008 a grande maioria das empresas brasileiras com atuação no exterior contavam com participação acionária do BNDES, seja através do BNDESPAR, de fundos de pensão das empresas estatais ou com aporte de crédito a juros facilitados pelo banco.

O quadro relativo aos investimentos do BNDES e fundos de pensão nas 20 maiores empresas que atuam no exterior, a seguir, demonstra bem a origem e tamanho dos setores do grande capital nacional a que estamos nos referindo:

34A BNDESPAR foi criada para administrar as participações em empresas detidas pelo banco, com a missão de desenvolver o mercado de capitais. Capitalizando empresas brasileiras por meio de aquisição de ações ou debêntures conversíveis.

QUADRO 4 – Investimentos do BNDES e fundos de pensão

1	Petrobrás	Participação direta do BNDESPar em 7,62% do capital
2	Petrobrás Distribuidora	Controlada pela Petrobrás
3	Companhia Vale	Participação direta do BNDESPar em 4,8% do capital e dos fundos de pensão Previ, Petros, Funcesp e Funcef no bloco controlador
4	Ambev	_____
5	Companhia Brasileira de Petróleo Ypiranga	Vendida em 2007 para Petrobrás, Braskem e Grupo Ultra
6	Braskem S.A.	Participação direta do BNDESPar em 5,22% do capital
7	Companhia Siderúrgica Nacional	Participação direta do BNDESPar em 3,64% do capital
8	Gerdau Aços Longos S.A.	Participação direta do BNDESPar em 3,5% do capital
9	Usiminas	Previ detém 10,4% do capital; Grupo Votorantim 13% e Grupo Camargo Correa, 13%
10	Sadia S.A.	Previ detém 7,3% do capital e BNDES participou da fusão da empresa com a Perdigão em 2009
11	Centrais Elétricas Brasileiras	Participação direta do BNDESPar em 11,81% e da União em 53,99% do capital
12	TAM Linhas Aéreas S.A.	_____
13	Embraer	Participação direta do BNDESPar em 5,05%, da Previ em 14% e da União em 0,3% do capital
14	Cemig Distribuição S.A.	Participação do Estado de Minas Gerais em 50,96% do capital
15	Perdigão Agro-Industrial S.A.	Previ detém 14,16% do capital; Petros, 12,04%; Sistel, 3,98%; BNDESPar participou da fusão da empresa com a Sadia em 2009
16	Gerdau Açominas S.A.	Participação indireta da BNDESPar por meio da Gerdau Aços Longos
17	Bertin S.A.	Participação direta do BNDESPar

7		em 26,98% do capital
1 8	Globo Comunicação e Participações S.A	_____
1 9	J.B.S S.A. (Friboi)	Participação direta do BNDESPar em 13% do capital
2 0	Aracruz Celulosa S.A./ Votorantim Celulose e Papel S.A.	Participação direta do BNDESPar em 34,9% do capital na nova empresa (Fibria)

Fonte: Mansueto Almeida, "Desafios da real política industrial brasileira no século XXI". Apud, revista Retrato do Brasil, edição no 30, janeiro de 2010, p. 11.

Para além do investimento direto, o governo Lula teria fomentado a recomposição da burguesia nacional em setores como o das telecomunicações, ajudando a formar as "campeãs nacionais" em tais setores. Destaca-se aqui o papel central do BNDES na fusão da Oi com a Brasil Telecom formando a maior empresa brasileira no setor, a ação de maior envergadura do banco em fusões e aquisições entre 2008 e 2010. Para viabilizar a compra o banco aportou 2,5 bilhões de reais e emprestou mais R\$ 5 bilhões para o financiamento da empresa. Com isso, o BNDESPAR passou a controlar 16,7% do capital da Oi e os fundos de pensão passaram a deter outros 28,4% (Cf. CAVALCANTE, 2012).

É interessante notar o lugar que tais empresas ocupam hoje no interior do capitalismo internacional. A maior parte delas consta entre as 25 empresas mais valiosas do Brasil segundo a Revista Forbes:

QUADRO 5 – 25 maiores empresas segundo o patrimônio

Posição no Brasil	Posição no ranking internacional (Forbes)	Empresa	Valor do Patrimônio em Bilhões de dólares
1	30	Petrobras	86,8 bilhões
2	46	Itaú Unibanco	74,9 bilhões
3	63	Banco Bradesco	58,5 bilhões
4	104	Banco do Brasil	28,3 bilhões
5	442	Vale	71,4 bilhões
6	637	JBS	9,6 bilhões
7	710	Grupo Pão de	11,7 bilhões

		Açúcar	
8	751	BRF - Brasil Foods	17,5 bilhões
9	755	Itaúsa	22,8 bilhões
10	872	Oi	2,3 bilhões
11	914	Cemig	8,7 bilhões
12	1043	Cielo	25,3 bilhões
13	1060	Eletróbrás	4,5 bilhões
14	1157	Sabesp	6,5 bilhões
15	1166	CPFL Energia	7,8 bilhões
16	1179	Braskem	5,3 bilhões
17	1181	Metalurgia Gerdau	2,9 bilhões
18	1363	CSN	6,2 bilhões
19	1367	CCR	13,2 bilhões
20	1468	BM&F Bovespa	8,7 bilhões
21	1530	Cosan	3,1 bilhões
22	1546	Embraer	6,6 bilhões
23	1587	Porto Seguro	4,5 bilhões
24	1672	Banrisul	2,3 bilhões
25	1833	WEG	8,7 bilhões

Fonte: <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2014/05/25-maiores-empresas-brasileiras-segundo-forbes.html> acesso em 15/08/2014.

Vale dizer também que o Brasil ocupa, atualmente, a quinta posição em número de bilionários, com 65 bilionários concentrados principalmente nas regiões sul e sudeste do país³⁵. A questão que nos interessa é saber como esse setor do grande capital nacional influi na política brasileira nesse período.

O período de 2004 a 2010 compreende ainda dois momentos aparentemente importantes na aproximação entre o grande capital nacional e o governo Lula. O primeiro deles é a chamada “crise do mensalão” e a consequente tentativa de desestabilização do governo por parte da oposição e do monopólio da mídia³⁶. Um documento da CNI, de Abril de 2005, intitulado *Crise Política e Economia: uma agenda mínima para a governabilidade*, é significativo da nova postura do grande capital frente às políticas de desenvolvimento em curso:

35Cf. << <http://forbesbrasil.br.msn.com/listas/10-pa%C3%ADses-com-mais-bilion%C3%A1rios>>> acesso em 10/08/2014.

36Para uma análise aprofundada das relações entre a chamada *burguesia interna* e a crise política de 2005, ver tese de doutorado de Martuscelli, 2013.

O cenário político e as eventuais consequências das investigações não devem, no entanto, levar o país à paralisia, ao descrédito e à perda de confiança em seu futuro. Essa crise deve ser transformada em oportunidade de avanços institucionais que regenerem a confiança na política, aperfeiçoem o sistema político e consolidem a democracia. (...)

O setor produtivo vê a necessidade de um movimento de diversos segmentos da sociedade para evitar que a crise política ameace os avanços conquistados e crie obstáculos para o desenvolvimento econômico e social (CNI, 2005, p. 1).

Outro momento que demarca uma nova relação já consolidada das posições neodesenvolvimentistas é, como vimos, a própria gestão das políticas anticíclicas pelo governo (com destaque aos investimentos do BNDES) após a eclosão da crise capitalista mundial em 2008.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) é um lócus privilegiado para a apreensão da atuação do empresariado brasileiro junto ao governo e para entendermos o consenso possível em torno das ideias novo-desenvolvimentistas. Vinculado diretamente à Presidência da República, os objetivos do CDES são descritos da seguinte forma pelo próprio presidente Lula durante a reunião de apresentação do Conselho em fevereiro de 2013:

Se vocês vieram aqui só para falar bem do Governo, erraram. Se vieram aqui só para falar mal do Governo, erraram. Se vieram aqui só para se queixar, erraram mais ainda. Este Conselho – foi-lhes dito no início e vou repetir agora – é a primeira vez em que a sociedade civil organizada, através das suas entidades e das mais diferentes instâncias em que ela se organiza, tem a oportunidade de dizer o tipo de Brasil que a gente deseja, e o tipo de coisas que podemos fazer no país.³⁷

Na primeira *Carta de Concertação*, visando apresentar os principais objetivos do novo órgão e também os desafios que o novo governo teria já no primeiro ano de mandato, o CDES aparece como a materialização da ampla aliança de classes em torno de “um novo contrato social”:

³⁷Disponível em << <http://www.cdes.gov.br/conteudo/42/objetivos-do-conselho.html>>> - acesso em 04/02/2015.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) é a materialização dessa aliança. A construção de um espaço público não estatal, a partir de uma representação plural da sociedade civil, inaugura um novo caminho em nosso país: a civilização do Estado brasileiro, ou seja, a subordinação do Estado à sociedade civil. (...) O processo de concertação, que ora iniciamos, pressupõe a busca, através do diálogo e do debate, de diretrizes e propostas consensuais ou majoritárias em questões estruturais para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Um esforço que objetiva a celebração de um novo Contrato Social - uma nova vontade política majoritária para recoesionar a sociedade brasileira na construção consciente de uma nação moderna, democrática e socialmente solidária. (CDES, 2003, p. 1-2)

Para que o consenso entre interesses divergentes se torne possível, o documento afirma ser necessário “que se processem *conflitos regulados*”, colocando os “pontos comuns que interessam ao Brasil como nação, *acima dos interesses setoriais e de classe*” (Ibidem, *grifo nosso*). Entre estes “pontos comuns” figuravam, já na primeira reunião do conselho, as reformas da Previdência, a reforma trabalhista e a reforma tributária. A primeira reforma é descrita pelo documento como de interesse geral e a mais urgente.

O CDES surge assim, como principal interlocutor das propostas do governo com a chamada “sociedade civil” buscando conciliar o inconciliável, ou seja, atuando na conformação do consenso dos diferentes interesses de classe e frações de classe em torno das medidas a serem adotadas.

Nosso próximo capítulo destina-se, assim, a analisar o movimento de construção ideológica do novo-desenvolvimentismo junto à atuação política do empresariado no interior do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social no período, tarefa importante para a apreensão do novo padrão de desenvolvimento vigente nos governos do ciclo PT e as contradições que ele enseja por estes na correlação de forças entre as classes.

5 PACTO SOCIAL E HEGEMONIA BURGUESA

*“Se atiras mendigos
No imundo xadrez
Com teus inimigos
E amigos, talvez
A lei tem motivos
Pra te confinar
Nas grades do teu próprio lar”
Chico Buarque*

5.1 O Pacto Neodesenvolvimentista e suas contradições

A criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no ano de 2003 surge como síntese de dois processos, a um só tempo, contraditórios e complementares. De um lado, ele é a expressão da adaptação de todo um ciclo da esquerda brasileira às regras do jogo da democracia liberal, que possibilitou a reforma do neoliberalismo no Brasil, no intuito ampliar a presença de políticas sociais voltadas aos setores populares. De outro, era a consagração de uma estratégia de hegemonia do grande capital nacional com vistas a adaptar as regras do jogo neoliberal aos seus interesses particulares, exigindo do Estado maior participação direta na formulação e implementação das políticas que facilitassem as condições de adaptação à globalização neoliberal e à reestruturação produtiva.

A confluência desses dois processos está na raiz daquilo que intitulamos ideologia neodesenvolvimentista: conteúdo programático da tentativa de reforma do neoliberalismo, preservando-o como bloco histórico. Ela envolve, como vimos, uma gama de intelectuais orgânicos do empresariado e intelectuais vinculados ao debate sobre os rumos do desenvolvimento econômico durante os governos Lula/Dilma. Embora a estratégia seja expressa em torno do eixo “desenvolvimento com distribuição de renda”, a principal convergência dessas teorias está na necessidade de um novo desenho institucional que permita, em tempos de democracia política, a “concertação” dos interesses dos diferentes grupos sociais no interior do aparelho de Estado. Travestida de controle social, a prática da conciliação dos

interesses de classe seria fundamental para legitimar a reforma do neoliberalismo, comprometendo as classes subalternas com os limites do desenvolvimento capitalista dependente. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é portanto central para entendermos a forma como se consolidou a hegemonia do grande capital nacional no bloco no poder durante os governos Lula.

Como vimos, o chamado “conselhão” atendia reivindicação antiga do empresariado brasileiro de um canal permanente de interlocução com o palácio do planalto que privilegiasse diretamente os detentores do poder econômico. A composição do CDES nos governos Lula, não obstante a retórica da horizontalidade presente em seus documentos, deu uma prioridade nítida a representação da grande burguesia dependente e aos seus aparelhos privados de hegemonia.

O CDES foi criado no primeiro dia de mandato petista, já na ocasião de sua posse, através da Medida provisória nº103 de 1 de janeiro de 2003. Em 28 de Maio do mesmo ano o conselho seria regulamentado pela lei 10.683 e estruturado através da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES), órgão consultivo vinculado diretamente à Presidência da República. Mais tarde a SEDES passaria a integrar diretamente a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência (a partir da lei 11.204 de 2005), passando a se chamar somente Secretaria Especial para o Desenvolvimento Econômico e Social, tendo como prioridade assessorar o funcionamento do CDES.

Trata-se do segundo conselho ligado diretamente à Presidência da República (sendo precedido apenas pelo conselho de governo composto pelos ministros), cuja função é descrita nos seguintes termos:

assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento, e apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas a

articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e no concerto entre os diversos setores da sociedade nele representados. (Lei 10.603, 28 de maio de 2003, art. 8º)

Os objetivos do CDES são descritos da seguinte forma pelo próprio presidente Lula durante a reunião de apresentação do Conselho em fevereiro de 2013:

Se vocês vieram aqui só para falar bem do Governo, erraram. Se vieram aqui só para falar mal do Governo, erraram. Se vieram aqui só para se queixar, erraram mais ainda. Este Conselho – foi-lhes dito no início e vou repetir agora – é a primeira vez em que a sociedade civil organizada, através das suas entidades e das mais diferentes instâncias em que ela se organiza, tem a oportunidade de dizer o tipo de Brasil que a gente deseja, e o tipo de coisas que podemos fazer no país.³⁸

Pela abrangência do objetivo a que se propõe, o CDES chama atenção não apenas por seu caráter diferenciado de conselho vinculado à presidência da república com membros indicados pelo presidente, mas também por sua composição. Sofrendo poucas variações ao longo dos anos, o CDES compunha-se de uma maioria de empresários ligados aos ramos monopolistas do grande capital nacional, além de representantes de grandes meios de comunicação, capital bancário e setores do sindicalismo patronal. As grandes centrais sindicais de trabalhadores com expressão nacional, bem como entidades de representação dos movimentos sociais e estudantil também têm sua representação no Conselho. Entretanto, enquanto o grande empresariado faria representar-se a si próprio no interior do conselho, além de ter também uma forte representação das entidades corporativas (sindicatos empresariais por ramo da indústria, confederações nacionais e regionais do patronato, bem como institutos de pesquisa vinculados a ele), a representação das classes subalternas ficaria restrita às entidades nacionais e alguns representantes de

³⁸Disponível em << <http://www.cdes.gov.br/conteudo/42/objetivos-do-conselho.html>>> - acesso em 04/02/2015.

movimentos sociais.

Nos dois primeiros mandatos de Luís Inácio Lula da Silva, o CDES debateu praticamente todas as questões centrais da agenda governamental: da reforma da previdência, tema das duas primeiras reuniões ordinárias já em 2003, passando pelo tema da reforma política em 2005, ano em que o tema do “mensalão” ocupou a grande mídia gerando a primeira crise política dos governos petistas, até o tema da taxa de juros e dos grandes programas de investimento ligados ao BNDES e aos PACs 1 e 2.

Nesse sentido, não nos resta dúvida da importância do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) no interior da estratégia de conformação do consenso entre classes sociais durante o período de reforma do neoliberalismo, tanto pela sua composição quanto pela centralidade da chamada “concertação social” na impoção típica do neodesenvolvimentismo.

Este capítulo apresenta a análise do funcionamento, composição e debates no interior do CDES. Entendemos ser possível, através da análise das diferentes posições apresentadas no “conselhão”, identificar o conflito projetivo entre frações do grande capital nacional, conflito esse que delineou os contornos da política nacional durante os governos petistas, bem como as contradições suscitadas entre as classes sociais fundamentais, oriundas do período de aprofundamento do desenvolvimento dependente durante as primeiras décadas dos anos 2000.

5.2 As origens ideológicas da “concertação”

Em uma pesquisa bibliográfica preliminar sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social percebe-se a escassez de trabalhos orientados por um viés crítico. A maioria dos artigos e teses que visitamos demonstram a adesão dos pesquisadores às formulações que embasam a existência do próprio conselho ou, em outras palavras, a adesão à forma como o CDES define-se a si próprio. As análises ressaltam a importância inovadora do espaço, como instância de alargamento da democracia para além da

democracia representativa tradicional, um espaço de diálogo capaz de superar os “interesses corporativos”, uma abertura à participação da “sociedade civil” na definição das políticas do Estado. Nessas análises, a sociedade civil é entendida como uma esfera harmônica formada pelos múltiplos interesses individuais e corporativos em contraposição à burocracia estatal (cf. KUNRATH, 2005; COSTA, 2006, 2010;).

O principal termo de referência que chama a atenção nos debates do CDES é a prática da “concertação” ou “pactuação”. Trata-se de um processo onde os diferentes atores, cujos interesses se apresentam como conflitantes, iniciam um processo de “diálogo” (outro termo repetido à exaustão tanto nos debates do CDES quanto nas análises que buscam entendê-lo) onde as divergências possam ser superadas buscando a formulação de políticas que sejam de interesse de todos. Desaparecem das análises qualquer referência à projetos antagônicos de classe inerentes à sociedade civil. Os interesses de classes aparecem metamorfoseados em interesses “corporativos” ou de categorias, daí a expressão “neocorporativismo” para se referir à prática dos conselhos.

Quando predominam os interesses dos detentores do poder econômico isso seria um resultado não do caráter de classe do Estado, mas da insuficiência de suas instâncias burocráticas em regular os conflitos oriundos da sociedade civil no sentido do interesse geral da sociedade. Como afirmam o intelectuais do IPEA:

Entende-se que a fragmentação dos interesses articulados em torno do Estado e a frouxidão das instituições burocráticas e processuais, em termos de canalização e resolução dos conflitos, limitam a autonomia efetiva das decisões estatais cruciais e fazem que o Estado brasileiro seja, ao mesmo tempo, o lócus de condensação e processamento das disputas por recursos estratégicos – financeiros, logísticos, humanos, etc. – e o agente decisório último por meio do qual, de fato, se materializam ou se viabilizam os projetos políticos dos grupos dominantes vencedores. (IPEA, 2010, p. 19)

Para a retomada de um projeto de desenvolvimento nacional seria necessário, segundo os autores, um novo desenho institucional do Estado onde os interesses dos diferentes grupos sociais pudessem ser contemplados levando em consideração os alvos prioritários daquele projeto. Recupera-se a teoria das “variedades de capitalismo” de Peter Evans, argumentando a necessidade de adaptar os ajustes necessários à economia globalizada às especificidades do capitalismo em cada país. Daí a necessidade de um “novo Estado” nascido da crítica à “monocultura institucional” do neoliberalismo, definida por Evans nos seguintes termos:

A monocultura institucional baseia-se tanto na premissa geral de que a eficiência institucional não depende da adaptação ao ambiente sociocultural doméstico, como premissa mais específica de que versões idealizadas de instituições anglo-americanas são instrumentos de desenvolvimento ideais, independentemente do nível de desenvolvimento ou posição na economia global. Formas institucionais correspondentes a uma versão idealizada de supostas instituições anglo-americanas são impostas naqueles domínios organizacionais mais sujeitos à pressão externa (como organizações formais do setor público). Outras arenas menos acessíveis (como redes de poder informais) são ignoradas, assim como o são as questões de combinação entre as necessidades das instituições modificadas e as capacidades das organizações que as circundam. Na maioria das arenas da vida pública, especialmente aquelas ocupadas com a pressão de serviços públicos, a monocultura institucional oferece a proposta estéril de que a melhor resposta ao mau governo é menos governo. Seus defensores ficam, então, surpresos quando seus esforços resultam na persistência de uma governança ineficiente, ‘atomização inaceitável’ entre os cidadãos e a paralisia política (Evans, 2004, p. 28-29).

O novo desenho institucional do Estado pretende, assim, resgatar o papel de coordenação das políticas e planejamento do desenvolvimento econômico, agora nos marcos do capitalismo financeiro internacional. A reivindicação do ponto de vista de Evans pelos intelectuais do neodesenvolvimentismo no Brasil é reveladora. Já vimos que, para o autor, não se trata da crítica aos ajustes neoliberais em si mesmos, mas de sua adequação às particularidades de cada tipo de capitalismo. Para que isso seja

possível, defende a inserção do Estado na sociedade, ou seja, a institucionalização de canais diretos de participação entre governo e empresários para desenhar os rumos do investimento estatal.

O Estado brasileiro contaria, nesse sentido, com uma importante vantagem por ter preservado, mesmo durante a década de 1990, órgãos centrais para planejar o investimento e coordenar as ações dos agentes econômicos como as empresas estatais (com evidente destaque à Petrobrás), os bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e, obviamente, o BNDES), além dos fundos públicos e fundos de pensão. Tais mecanismos teriam sido imprescindíveis para o enfrentamento da crise internacional nos anos de 2008 e 2009, sempre reivindicados pelos ideólogos do neodesenvolvimentismo como comprovação do acerto de suas teses, na consolidação de políticas anticíclicas que teriam revertido as expectativas dos agentes econômicos arrefecendo os impactos da crise e retomando o crescimento econômico nos anos seguintes. Segundo o Ipea

o Estado brasileiro utilizou “raios de manobra” de que dispunha em suas políticas monetária e fiscal, além de instrumentos de intervenção direta provenientes, sobretudo, das empresas estatais e dos bancos públicos, para corrigir falhas do sistema econômico, obtendo com isso considerável sucesso. Isto mostra a necessidade de reforçar as capacidades estatais e os instrumentos disponíveis para planejar e coordenar o desenvolvimento nacional, considerando a independência política do Estado, o interesse público sobre interesses particulares, bem como a preponderância das instituições e dos princípios da República e da democracia sobre o mercado. (Ipea, 2010, p. 25)

A ruptura com a monocultura institucional ou convenção institucionalista restrita³⁹ daria origem a um novo paradigma de governança, aqui entendida

³⁹Chama a atenção o abuso da lógica formal presente nas definições teóricas do neocorporativismo. Chega a ser cômica a definição dada ao que vem a ser uma *convenção*: “O conjunto de regras, as agendas positiva e negativa que gera e a teleologia subjacente, constituem uma convenção – uma representação coletiva que estrutura as expectativas e o comportamento individual, de tal forma que, dada uma população P, observamos um comportamento C que tem as seguintes características: (i) C é compartilhado por todos os membros de P; (ii) cada membro de P acredita que todos os demais seguirão C e (iii) tal crença dá aos membros de P razões suficientes para adotar C. Uma convenção surge da interação

como “modos de articulação entre Estado, mercado e sociedade, nos quais se organizam processos e estilos decisórios fundados em diferentes critérios e *modus operandi*” (cf. Tapia, 2007, p. 182).

Há nessas teorias um saudosismo constante em relação ao compromisso keynesiano/fordista estabelecido a partir da crise de 1929 e da pressão oriunda dos países do leste europeu. A combinação entre crise econômica e disputa com os países do socialismo real teria impulsionado o pacto entre as classes, possibilitando a retomada do desenvolvimento e do planejamento estatal, ainda que com diferenças significativas entre os países a depender da correlação de forças real entre as classes encontrada. Segundo esses autores, na América Latina a possibilidade de tal pacto fora interrompida pelos sucessivos golpes militares, fazendo com que aquela articulação das diferentes esferas estatais para o desenvolvimento fosse conduzida hegemonicamente de forma autoritária.

A própria origem do “diálogo social” é, assim, descrita de forma idílica como decorrente da necessidade de alargamento da democracia, fruto da insuficiência das instâncias representativas da democracia liberal, em particular no período entre guerras, estimuladas pela iminência das ameaças fascistas e comunistas desde o início do século XX (KUNRATH, 2005).

A menção ao período entre guerras e à ameaça comunista são esclarecedoras quanto à necessidade de tais práticas. O surgimento do Welfare State não pode, ao nosso ver, ser entendido senão como uma resposta estrutural para a manutenção da dominação capitalista em um mundo polarizado. Trata-se não de um alargamento da democracia, mas da própria ampliação do Estado como organizador dos interesses da classe dominante, garantindo a supremacia dos interesses capitalistas através da combinação entre força e consenso, dominação e direção. A “ameaça comunista” vinda do Leste forçosamente abria espaços de ampliação de direitos, mas também de entre atores sociais, mas é externa a esses atores e não pode ser reduzida à sua cognição individual – ou seja, é um fenômeno emergente, em que o todo não é redutível às partes” (Órlean, De Wolf e Holvoet *apud* Erber, 2008, p. 2). Ou seja, uma convenção se dá quando a todos os “P” *convém* adotar “C”, o que torna “C > P”!

participação política nos países capitalistas, ampliando a esfera estatal e fazendo com que a classe burguesa tivesse de dominar também pelo convencimento, daí a abertura de canais de participação através de consultas, conselhos, etc.

Com a crise dos regimes socialistas, de um lado, e a eclosão da crise capitalista no final da década de 1970, esse processo teria sido interrompido abrindo espaço para a hegemonia das ideias neoliberais e seu institucionalismo restrito ao culto às forças de mercado.

No livro “Estado, instituições e democracia: desenvolvimento”, os intelectuais do IPEA fazem um balanço, no ano de 2010, da experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, como a retomada de um pacto entre as classes pró-desenvolvimento. Estabelecem ao mesmo tempo a crítica ao Consenso de Washington e a defesa das ideias neodesenvolvimentistas. Salta aos olhos o ecletismo teórico combinando na análise crítica ao neoliberalismo autores vinculados à tradição marxista com tradições que, embora neguem aspectos importantes do liberalismo na economia, afirmam seus preceitos fundamentais do ponto de vista político, alguns desses autores são parte do escopo de intelectuais vinculados à defesa do empresariado nacional. O ecletismo teórico tem por função identificar uma homogeneidade entre as teses neodesenvolvimentista e toda a crítica ao neoliberalismo, que aparece resumida nos seguintes termos:

A partir desse diagnóstico, as propostas e ações neoliberais são todas no intuito de desestruturar o compromisso keynesiano/fordista dos *anos dourados* e engendrar uma nova forma de governança. Para tanto, fazia-se necessário: *i)* romper com o poder dos sindicatos, buscando restaurar a taxa “natural de desemprego”; *ii)* desregular os diversos mercados, principalmente o financeiro e o de trabalho; e *iii)* reduzir as intervenções estatais no campo econômico e social, ou seja, substituir a regulação keynesiana pela “livre concorrência”, com o Estado assumindo uma dimensão mínima e forte para manter a ordem e a livre iniciativa. (Ipea, 2010, p. 165)

Critica-se a redução da capacidade reguladora do Estado e sua

intervenção na economia, mas nenhuma menção é feita ao longo do texto às reformas administrativas do Estado que visavam adequar a burocracia estatal à referida dimensão mínima de manutenção da economia de mercado. É que tais reformas, para os defensores do neodesenvolvimentismo, relacionam-se a defesa, presente em Evans (1993), de insulamento burocrático e racionalização do aparelho estatal.

A monocultura institucional característica do neoliberalismo teria seu momento de ruptura, na América Latina, pela ascensão dos governos progressistas em fins da década de 1990 e início dos anos 2000 (com a primeira vitória eleitoral de Hugo Chávez na Venezuela em 1998 e sua reeleição em 2006; com Lula em 2002 e 2006; Tabaré Vasquez no Uruguai em 2004; com Evo Morales na Bolívia em 2005; Nestor Kirchner na Argentina em 2002; etc.) com proposições políticas de tipo “nacional-popular” ou “desenvolvimentistas” (cf. Ipea, 2010, p. 169)⁴⁰.

A mudança viria do resgate da ideia furtadiana do caráter social do desenvolvimento econômico. Promover o desenvolvimento econômico não seria, segundo essa visão, outra coisa senão a transferência dos ganhos de produtividade do capital sob a forma de redução de preços e indução da demanda.

No processo de desenvolvimento, em uma perspectiva histórica, o progresso tecnológico desempenha um papel fundamental, pois o progresso técnico, em certas áreas, gera o aumento da acumulação que modifica o perfil da demanda, abrindo espaço para o aumento da produtividade do sistema econômico como um todo e, *consequentemente*, gerando ganhos salariais para o conjunto da população. Nessa perspectiva, o social passa a ser integrado a todas as dimensões da atividade produtiva sem ser tratado como apenas um setor de atividades. (Ipea, 2010, p. 170, *grifo nosso*)

A questão que salta aos olhos é porque e de que forma a burguesia dos

⁴⁰Embora os autores utilizem duas nomenclaturas para enquadrar esses diferentes governos, não fica claro, como é comum nos teóricos do neodesenvolvimentismo, qual é a real diferença entre eles. Dessa forma, incluem o conjunto desses países em uma mesma estratégia, seja ela a do novo ou “social” desenvolvimentismo.

países latino-americanos, contrariando a própria lei geral da acumulação capitalista, estaria disposta a abrir mão da intensificação da extração do trabalho excedente essencial aos momentos de aumento da produtividade do capital, no intuito de “integrar o social a todas as dimensões da atividade produtiva”. Vale lembrar que, para Marx, o aumento da produtividade do capital, não obstante possa gerar o aumento da massa salarial num primeiro momento (devido à redução relativa do valor unitário dos produtos que compõe a própria força de trabalho), reverte esse processo quando os ganhos em produtividade dispensam força de trabalho, aumentando o contingente da superpopulação relativa (exército industrial de reserva).

Se os meios de produção, ao aumentarem sua extensão e sua eficácia, se tornam em menor grau meios de emprego dos trabalhadores, temos de considerar ainda que essa relação é modificada pelo fato de o capital, à medida que cresce a produtividade do trabalho, aumentar sua obtenção de trabalho mais rapidamente que sua procura de trabalhadores. O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva, numa escala correspondente ao progresso da acumulação social. (Marx, 2013, p.748)

A emergência do padrão de acumulação flexível não apenas confirma essa tendência como a aprofunda em grande medida. A utilização das técnicas oriundas da terceira revolução industrial, como a informática e a microeletrônica, permitiram ao capital dispensar uma massa ainda maior de seres humanos do espaço da fábrica, com a utilização do chamado trabalhador “polivalente”, bem como recuperar formas de obtenção de mais-valia absoluta pelo aumento da jornada de trabalho e redução salariais, com a precarização e terceirização do trabalho.

Diante disso, como se pode esperar que o desenvolvimento e o

aumento do progresso técnico possam ser transferidos ao conjunto da sociedade? Segundo os ideólogos do neodesenvolvimentismo, trata-se de recuperar a articulação entre Estado e setor privado, planejando os alvos prioritários ao desenvolvimento, como fora feito no período de industrialização substitutiva de importações, onde

era imprescindível que o Estado funcionasse em articulação com o setor privado, pois deste último dependeria as ações de mudança e melhoria da produtividade. O processo de desenvolvimento até então tinha sido concentrador de renda e de poder. O progresso técnico era controlado pelas empresas estrangeiras que não repassavam o aumento da produtividade dele decorrente para os trabalhadores sob a forma de aumento de salários, mas sim de aumentos de lucros. (Ipea, 2010, p. 172).

Resgatam-se as ilusões características da ideologia desenvolvimentista não apenas no que se refere ao Estado capitalista, mas também e principalmente, em relação à burguesia nacional. A pergunta seria, obviamente, como convencer a burguesia brasileira a, diferentemente do capital estrangeiro, repassar os ganhos de produtividade em aumento salarial e não ao próprio bolso. A resposta não é outra senão firmando um *novo contrato social* entre as classes a partir das práticas de “concertação” de interesses conflitantes no interior do aparelho estatal. Daí a centralidade dada às teorias do neocorporativismo. A ideologia neodesenvolvimentista mostra-se, assim, a estratégia mais adequada para a combinação entre coerção e consenso no interior do bloco histórico neoliberal, ao combinar os mecanismos de democracia representativa com estratégias de pactuação entre as classes pela democracia direta, ou seja, a reunião sem mediações entre capital e trabalho para a “concertação” de seus interesses antagônicos.

O corporativismo deveria complementar a democracia representativa, não suplantá-la. Suas funções são muito diferentes: os fóruns corporativos servem para facilitar a consulta (e com isto a comunicação) e a coordenação (e com isto a negociação) entre interesses sociais e órgãos públicos. Servem como canais para a

influência recíproca de organismos governantes e governados. Isto propiciaria à influência governada e aos governantes os meios para orquestrar efetivamente a política, *minimizando ao mesmo tempo a coerção* (HIRST, 1992 *apud* FLEURY, 2006, p. 84-85, *grifo nosso*).

É significativa a omissão ao fato de que o resgate das instituições características do compromisso fordista/keynesiano pela social-democracia europeia nas décadas de 80 e 90 tenha sido utilizado, justamente, para aplicar o conjunto dos ajustes neoliberais e a retirada de direitos da classe trabalhadora. Quando tratam do assunto, os defensores da reforma do neoliberalismo descrevem aquelas reformas como a necessidade de adaptação das economias aos preceitos da competitividade global. Segundo Tapia (2005), embora haja um declínio nas práticas de concertação no início dos anos 1980, em 1990 os “pactos sociais” ressurgem com força na Europa a partir da criação da União Econômica e Monetária Europeia (UE). Dessa vez, no entanto, seria o desmonte do Estado de bem-estar social que exigiria práticas de abertura do Estado e políticas de pacto entre classes:

A nova onda de concertações sociais dos anos 1990 refletiu a busca de *soluções de compromisso em torno de exigências contraditórias*. De um lado, a *necessidade de introduzir reformas voltadas para flexibilizar relações contratuais, redimensionar o Welfare State* e, de outro, a necessidade de criar fortes apoios, cooperação e compromisso social para aumentar a competitividade no mercado internacional. Diante deste quadro complexo e contraditório, os atores optam por diferentes estratégias ora privilegiando um polo de medidas ora o outro (TAPIA, 2005, p. 8 – *grifo nosso*).

A solução de compromisso trata de conquistar apoio da classe trabalhadora para políticas que retiram direitos da própria classe trabalhadora. Trata-se de um “pacto” bastante desigual onde “todos” devem se responsabilizar pelo crescimento econômico e fazer sacrifícios. Os sacrifícios do capital ninguém os conhece, mas a conta a ser paga pelo trabalho é o ponto de partida:

Os pactos sociais na Europa dos anos 1990 têm sido organizados em torno de 3 temas principais: primeiro, a introdução da disciplina salarial como adaptação ao novo contexto monetário. O segundo tema é o da introdução de medidas de flexibilização do mercado de trabalho. Por último, o terceiro tema é o da reforma da proteção social. (Idem, p. 9)

O exemplo de pacto nacional que serviria de inspiração para o continente está situado na Espanha quando em 1978, período de transição para a democracia, todos os partidos, centrais sindicais e diversos setores do grande capital assinariam o famoso “Pacto de Moncloa” dando início à desregulamentação econômica do país e subordinando os interesses nacionais aos desígnios das grandes corporações financeiras internacionais.

Também no Brasil o Pacto de Moncloa serviu de referência para a convocatória à uma centena de empresários, centrais sindicais e partidos para participarem de um “novo contrato social”, ainda entre o primeiro e o segundo turnos em 2002, onde o então candidato Lula já defendia a criação de um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Logo após a sua eleição Lula já delimitava o conteúdo do pacto social que levaria adiante:

Vou fazer uma coisa que o Fernando Henrique Cardoso falava muito em 1982, o famoso Pacto de Moncloa. Aqui nunca foi executado porque não houve presidente que conversou menos com a sociedade do que Fernando Henrique. Então queremos construir uma espécie de um novo contrato social. (Folha de São Paulo, 13 de agosto de 2002)

Como vimos no capítulo 3 da presente tese, a ideia de pacto social aparece na história do Partido dos Trabalhadores pela primeira vez durante o chamado acordo das montadoras ou Câmaras Setoriais do setor automobilístico no ABC paulista em 1992 e 1993. Mais tarde a lógica incorporada no ABC paulista seria transplantada para o aparelho de Estado e a prefeitura de São Paulo seria seu laboratório principal durante o Governo de Marta Suplicy (2001 a 2004). Em uma acurada e rara pesquisa feita sobre a

atuação do empresariado brasileiro na conformação de um projeto próprio, Martins (2009) identifica no *Instituto Ethos* de Empresas e Responsabilidade Social, associação empresarial de íntima relação com o Partido dos Trabalhadores, o principal difusor das propostas de pactos e da criação do primeiro conselho canalizando a influência do grande empresariado nacional na definição das políticas públicas, o *Fórum Empresarial de Apoio à Cidade de São Paulo*:

Em 2002, a Prefeita Marta Suplicy inaugurou, pioneiramente, o Fórum Empresarial de Apoio à Cidade de São Paulo. Inspirado na proposta do Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, o Fórum Empresarial constitui-se como um espaço de diálogo capaz de promover a articulação entre os setores público e privado. [...] Os trabalhos para implantação do Fórum Empresarial de São Paulo foram desenvolvidos pelo Conselho de Empresários, formado pela Prefeita nos primeiros meses de seu mandato, em 2001. (INSTITUTO ETHOS apud MARTINS, 2009, p. 242)

Observe-se que o presidente do Instituto Ethos é Oded Grajew, empresário conhecido por suas relações com o PT e que se tornaria assessor direto da presidência da república nos primeiros onze meses de mandato de Lula. A proposta já testada na prefeitura de São Paulo seria rapidamente incorporada ao programa de governo do PT em 2002 para se materializar na criação do CDES e na simbologia do “novo contrato social”:

Nosso governo será marcado pelo diálogo permanente com a sociedade civil. Uma das tragédias do Brasil tem sido a incapacidade dos dirigentes de estabelecer pontes, acordos, entendimentos com os quais todos possam ganhar. (...) Para mudar o rumo do Brasil será preciso um esforço conjunto e articulado da sociedade e do Estado. Esse é o único caminho para pôr em prática as medidas voltadas ao crescimento econômico, que é fundamental para reduzir as enormes desigualdades existentes em nosso País. (...) Só um novo contrato social que favoreça o nascimento de uma cultura política de defesa das liberdades civis, dos direitos humanos e da construção de um País mais justo econômica e socialmente permitirá aprofundar a democratização da sociedade, combatendo o autoritarismo, a desigualdade e o clientelismo. Na busca de um novo contrato, a mobilização cívica e os grandes acordos nacionais devem incluir e

beneficiar os setores historicamente marginalizados e sem voz na sociedade brasileira. Só assim será possível garantir, de fato, a extensão da cidadania a todos os brasileiros. (SILVA, 2002a, p.15)

Embora apareça aqui muito da linguagem das políticas de pacto social características do período da ascensão neoliberal, entendemos que a criação do CDES obedece a particularidades da conjuntura brasileira que devem ser levadas em conta. Em primeiro lugar, a vitória de Lula em 2002 se insere na sequência de derrotas sofridas pelo neoliberalismo na América Latina, fruto do crescente descontentamento popular com os efeitos de tal projeto em fins da década de 1990. Em segundo, como vimos, setores do empresariado acumulavam descontentamento com o ritmo e com o conteúdo dos ajustes econômicos.

A candidatura Lula e sua política do “novo contrato social” representava a esses setores a possibilidade de adequar tal projeto aos seus interesses particulares de classe. É o que explica a retomada do debate sobre o desenvolvimento nacional. A questão que se insere é se é possível identificar, a partir da composição e dos debates do CDES, um conflito projetivo que revele tais interesses e a forma como solidificaram a aliança de classes que sustentou o chamado neodesenvolvimentismo até recentemente.

5.3 Um conselho do grande capital nacional

Diferente de outros conselhos vinculados às pastas ministeriais, o CDES teve seus membros indicados diretamente por ato formal do Presidente da República com mandato de dois anos e possibilidade de renovação. Embora o site do conselho indique a pluralidade do órgão, que contaria com representantes de “trabalhadores, empresários, movimentos sociais, governo e lideranças expressivas de diversos setores”⁴¹, em uma análise rápida já se nota a presença majoritária do empresariado no interior do conselho, o que indica que o governo seguiu à risca a indicação de Figueiredo (2009, op. Cit.)

41Fonte: www.cdes.gov.br – Acesso em 26/09/2015 (grifo nosso)

de convocar diretamente os detentores do poder econômico cujo “mandato é legitimamente conferido pelos grandes negócios que comandam”.

Dentre os noventa e dois conselheiros indicados em 2006/2007, excetuando-se os representantes do governo, quarenta e cinco eram empresários (50% do total), enquanto apenas quatorze conselheiros representavam entidades sindicais de trabalhadores (15% do total). Embora os mandatos dos conselheiros sejam de dois anos, uma breve comparação demonstra pouca variação nos dois primeiros mandatos petistas. Do total, 67 conselheiros indicados em 2003, seguiram ocupando cadeiras por cinco anos ou mais, sendo que 60 destes permaneceram no conselho até 2009 e 25 até o final do segundo mandato petista, ou seja, uma taxa de 70% de permanência no interior do conselho. Dos 25 conselheiros que permaneceram durante todo o tempo das duas gestões, 16 eram empresários⁴². A maioria das mudanças aparentam ser pela desistência de conselheiros ou substituição de nomes representando um mesmo setor.

Se considerarmos a influência direta que o empresariado exerce sob entidades do terceiro setor e sobre os institutos de pesquisa, podemos ter uma noção do quão limitada é a dita “pluralidade” do conselho.



Figura 1 – Conselheiros – Empresários por setor

Fonte: www.cdes.gov.br – elaboração própria.

Essa desproporção entre capital e trabalho no interior do conselho

⁴²Entre eles Abílio Diniz (Península Participações, Carefour e grupo Pão de Açúcar), Amarílio Macedo (J. Macedo S.A.), Jorge Gerdau Johannpeter (grupo Gerdau) e Paulo Skaf (Presidente da FIESP).

explica-se pelo caráter da representação conferido à uns e outros. Enquanto do lado dos trabalhadores, com a honrosa exceção do Sindicato dos Bancários de São Paulo e do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, temos apenas representação de grandes sindicatos nacionais e centrais sindicais⁴³, os patrões possuem não apenas as representações sindicais⁴⁴, mas representam a si próprios e às suas empresas. Este é o caso, por exemplo, de Roger Agnelli que representa a si como Presidente da Cia. Vale do Rio Doce, de Abílio Diniz que aparece na galeria de conselheiros simultaneamente como Presidente do Conselho de Administração da BRF (Brasil Foods) do Conselho de Administração da Península Participações e Membro do Conselho de Administração do Carrefour ou ainda de Jorge Gerdau Johanpetter que aparece representando a Presidência do Conselho Consultivo da própria Gerdau.

Não é exagero se referir ao CDES como um conselho do grande capital monopolista nacional. Os empresários do CDES representam um setor da burguesia brasileira que atravessou com sucesso os ajustes neoliberais e a reestruturação produtiva durante a década de 1990 sabendo convertê-los em vantagens competitivas na ampliação de suas empresas. Essas se beneficiaram, algumas diretamente outras de forma subordinada ao capital financeiro internacional, da rodada de privatizações de empresas públicas durante os governos FHC. A tabela a seguir mostra a presença desses setores importantes do grande capital nacional. Boa parte das empresas figuravam entre as duzentas maiores em patrimônio líquido listadas pela Revista Balanço Anual da Gazeta Mercantil em 2004:

43Em 2004/2005 encontramos as seguintes representações do movimento sindical no interior do conselho: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central Geral dos Trabalhadores (CGTB), Força Sindical, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), Sindicato dos Bancários de São Paulo, Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Conselho Nacional de Seringueiros, Central Autônoma de Trabalhadores (CAT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

44Por representações sindicais patronais entendemos as entidades de representação empresarial como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), as Federações das Indústrias estaduais (FIESP, FIERJ, etc.), a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), etc.

QUADRO 6 – Posição dos Conselheiros no Ranking das Maiores Empresas

Conselheiro- Empresário	Principais empresas (em 2004/2005)	Ranking 2004 PL (R\$ MIL)
Roger Agnelli	Presidente da Cia Vale do Rio Doce (CVRD). Trabalhou no Bradesco como Diretor Executivo do Banco e Diretor Presidente da Bradespar S.A.	CVRD (RJ) 3º lugar – 153.937.000
Fernando Xavier Ferreira	Presidente do Grupo Telefônica do Brasil. Principal executivo da Telefônica de Espanha no Brasil e presidente da Tele Sudeste Celular Participações; Presidente da Northern Telecom do Brasil e da Interunion Trading S.A. Membro do Cons. Adm. do Grupo Ouro Verde. Foi Presidente da Telebrás e Secretário Executivo do Ministério das Comunicações (governo FHC).	Telefónica (Espanha) 4º lugar – 15.723.484 Grupo Ouro Verde (PR) – 265º lugar 87.974
Roberto Egydio Setúbal	Presidente do Banco Itaú	Itaúsa (SP) 6º lugar – 14.759.584
Milu Villela	ITAÚ - UNIBANCO	Itaúsa (SP) 6º lugar – 14.759.584
Márcio Artur Cypriano	Presidente da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN, Presidente do Bradesco	Bradesco (SP) 7º lugar – 13.659.609
Carlos Jereissati Filho	Associação Brasileira de Shopping Centers – ABRASCE / O Grupo Jereissati, através da sua controlada La Fonte Telecom, adquiriu participações na Telemar Participações SA (TmarPart), ainda em 1999, os quais dobraram em 2008, em consórcio com a Andrade Gutierrez.	Telemar (RJ) 10º lugar – 11.0671.471 Jereissati São Paulo (SP) 41º lugar – 2.764.546
Fernando Roberto Moreira Salles	Diretor Geral da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM Presidente do Instituto Moreira Salles / Sócio proprietário do Unibanco.	Unibanco (SP) 15º lugar – 7.991.561
Gabriel Jorge Ferreira	Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF e Membro do Cons. Adm. do Unibanco	Acima
Benjamin Steinbruch	Presidente da CSN. Sócio proprietário do Banco Fibra e do Grupo Vicunha (setor têxtil). Presidiu o Cons. Adm. da Vale durante três anos. Foi presidente do Cons. Adm. da Light e da Metropolitana, além de participar do Cons. Adm. do BNDES, Petrobrás e CETESB.	CSN (RJ) 16º lugar – 7.419.382 Grupo Vicunha (SP) 104º lugar – 551.139

Fábio Colletti Barbosa	Presidente do Banco ABN AMRO Real S.A.	ABN AMRO (Holanda) 17º lugar – 7.138.513
Jorge Gerdau Johannpeter	Presidente do Grupo Gerdau, Presidente do Cons. Adm. Da Açominas. Membro do Cons. Adm. da Petrobrás.	Gerdau (RJ) 24º lugar – 4.836.920
Rinaldo Campos Soares	Presidente da Usiminas	Usiminas (MG) 27º lugar – 4.113.825
Abilio dos Santos Diniz	Dono da Cia. Brasileira de Distribuição (Pão de Açúcar, Extra, Assaí, Eletro, Ponto Frio (Globex). Sócio das Casas Bahia e membro do Conselho do Groupe Casino, varejista francês.	Pão de Açúcar (SP) 30º lugar - 3.768.422
Daniel Feffer	Vice-Presidente Corporativo da Suzano Holding	Suzano (SP) 34º lugar – 3.290.743
Gustavo Carlos Marin Garat	Executivo do Citibank Brasil. Começou carreira no Citibank Uruguai (1981). Foi Presidente do Citibank Paraguai (1993-1995), período o qual assumiu a Presidência da Associação de Bancos do Paraguai. Tornou-se Presidente do Citibank no Peru.	Citibank (EUA) 35º - 3.290.287
Horácio Lafer Piva	Membro do Conselho de Administração da Klabin S. ^a e Presidente do Conselho da Semco	Klabin (SP) 52º lugar – 1.817.701
Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira	Membro do Conselho Superior Petróleo Ipiranga. Presidente do Cons. Adm. da Cia Petroquímica do Sul (Copesul), da Ipiranga Petroquímica, da Petroquim, da Prochrom Indústrias Químicas, da Carbonatos do Nordeste.	Petróleo Ipiranga (RJ) 64º lugar – 1.238.569
Waldemar Verdi Junior	Vice-Presidente do Conselho de Acionistas do Grupo Verdi - GV Holding S/A. Cons. Adm. do Banco Dibens S/A.	Verdi (SP) 99º lugar – 564.498
Amarílio Proença de Macêdo	Diretor-Presidente da J. Macêdo S/A, maior grupo nacional de moagem de trigo.	J. Macêdo (CE) 167º lugar – 261.166
Paulo Vellinho	Presidente do Conselho da Avipal S/A Avicultura e Agropecuária, membro da Associação Gaúcha de Avicultura e SPRINGER/AS	Springer (SP) 253º lugar – 102.674
Eugênio Emílio Staub	Presidente da Gradiente	Gradiente (AM) 260º lugar – 91.657

Fonte: Balanço anual da Gazeta Mercantil, 2004.

O quadro revela também a dificuldade em separar esse grande capital do ponto de vista da produção e circulação do valor, havendo um entrelaçamento entre capital industrial, comercial e bancário. Entretanto, é notável a presença de famílias no controle acionário dos grupos econômicos, em particular de origem industrial, bem como a dependência mais acentuada do capital bancário em relação ao sistema financeiro internacional. Dessa forma, torna-se possível diferenciar as frações burguesas representadas no conselho pelo capital de origem e pelas empresas principais de cada conselheiro.

As relações com o capital estrangeiro de cada empresa são também fundamentais para identificar o conflito projetivo entre esses setores do grande capital. Nesse sentido, não se pode identificar uma posição geral e constante na burguesia brasileira a esse respeito, não obstante exista um princípio geral de conjunto que se expressa na aceitação seletiva do capital estrangeiro. Segundo Gorender (2004), essa posição encontra uma gradação diferente das atitudes do empresariado se tomarmos como parâmetro seu comportamento individual (ou de suas empresas) que iria da recusa ao louvor da presença da burguesia imperialista. Embora escrito no início da década de 1990, o texto de Gorender segue esclarecedor sobre o fracionamento de nossa burguesia e dos conflitos a ele subjacentes.

Se nos voltarmos para o comportamento dos empresários individuais, não encontraremos uma posição única, mas uma gradação de atitudes. Numa ponta, colocar-se-ia o falecido José Ermírio de Moraes, sucessor de Pereira Ignácio na liderança do grupo Votorantim. Nele encontramos a expressão empresarial mais avançada do nacionalismo burguês. O interesse do seu grupo pela extração e industrialização de minérios (alumínio, ferro e aço, zinco, níquel, cimento) levou-o a prolongado confronto com os cartéis internacionais, enfrentados com êxito e sem aceitação de acomodações associativas. De tal posição não-associada, em que se situam também grupos de produção especializada como Brahma e Romi, passamos aos grupos empresariais cuja associação com o capital estrangeiro é significativa, porém secundária, a exemplo de Villares, Gerdau-Johannpeter e Bardella; em seguida, aos grupos estreitamente associados com o capital estrangeiro, a exemplo de Vidigal, Monteiro Aranha, Klabin, Antarctica e Ultra (Peri Igel); àqueles

que, em todos os empreendimentos importantes, estão fortemente associados ao capital estrangeiro, como Azevedo Antunes; até chegar à figura do testa-de-ferro, que Antônio Galloti, ex-presidente da Light e da Brascan, personificou de maneira mais completa e bem-sucedida. Todas as gradações reproduzem-se nas instâncias decisórias do aparelho de Estado, constituindo as correntes profundas que provocam turbulências mais ou menos profundas na superfície visível (Gorender, 2004, p. 91-92).

Essa forma variada de associação que já se apresentava durante a década de 1990 se aprofundaria conforme o avanço do processo de liberalização da economia e desregulamentação financeira no decorrer da década de 1990. Os grupos que melhor se saíram desse processo foram aqueles que lograram ter uma razoável associação com o capital estrangeiro no processo de privatizações das empresas estatais, com destaque aos grupos ligados à distribuição de energia.

Além disso, mesmo grupos de capital fechado tiveram de constituir bancos e empresas financeiras como forma de potencializarem seus lucros no dominante circuito especulativo. É o exemplo do grupo Votorantim que permanece com capital fechado e controle majoritário familiar, cujo presidente, José Roberto Ermírio de Moraes é hoje membro do CDES. O Banco Votorantim foi uma das instituições fortemente atingidas pela crise financeira em 2008-2009 e teve pronto-socorro do governo brasileiro que, através do Banco do Brasil à época, adquiriu praticamente metade das ações do banco.

A partir da análise dos grupos econômicos nos quais os conselheiros ocupam papel determinante (Presidência, acionista majoritário, etc.) dividimos os empresários nos seguintes setores: Indústria de base (mineração, construção civil, siderurgia, petróleo, energia, etc.); Indústria de Bens duráveis (automóveis, brinquedos, eletroeletrônicos, roupas etc.), indústria de bens não duráveis (alimentos, remédios etc.), agronegócio, comércio, setor de serviços, setor financeiro, sindicatos e federações (membros do conselho que pertencem à entidades de representação patronal como CNI, FIESP ou institutos de pesquisa vinculados ao empresariado). O que chama a atenção é, justamente,

a maciça presença da indústria de base, com uma maior concentração no setor extrativista e de construção pesada, setores que possuem, como vimos em Gorender, contradições mais aguçadas, ainda que seletivas, com a presença do capital estrangeiro na economia nacional.



Figura 2 – Representação no Conselho
 Fonte: www.cdes.gov.br – elaboração própria.

O setor com maior número de representantes no conselho é, não por acaso, o dos grupos econômicos de maior concentração de capital e que comporiam o hall das 30 maiores empresas que receberiam vultuosos investimentos do BNDES e fundos de pensão durante os governos Lula. Trata-se do setor que unifica as empresas exportadoras de *commodities* e produtos com alto consumo de recursos naturais e baixa tecnologia: papel e celulose (Suzano holding e Klabin), Metalurgia e Mineração (Vale e CBMM), Siderurgia (Usiminas, Gerdau e CSN), Petroquímica (Ipiranga). Várias dessas empresas são também fornecedoras de produtos da Petrobrás. Tais setores terão defesas unificadas no interior do conselho principalmente no que se refere às políticas de taxas de juros, aumento do investimento estatal, reforma política, reforma tributária e reforma cambial e, não raras vezes, terão fortes divergências com representantes do sistema financeiro.

O Conselho também é bem pouco plural se considerarmos a distribuição regional desses setores do empresariado. Como se pode imaginar, há uma enorme concentração na região sudeste que detinha, nas primeiras indicações ao conselho, trinta e seis do total de quarenta e cinco empresários no CDES, representando 82% do total.

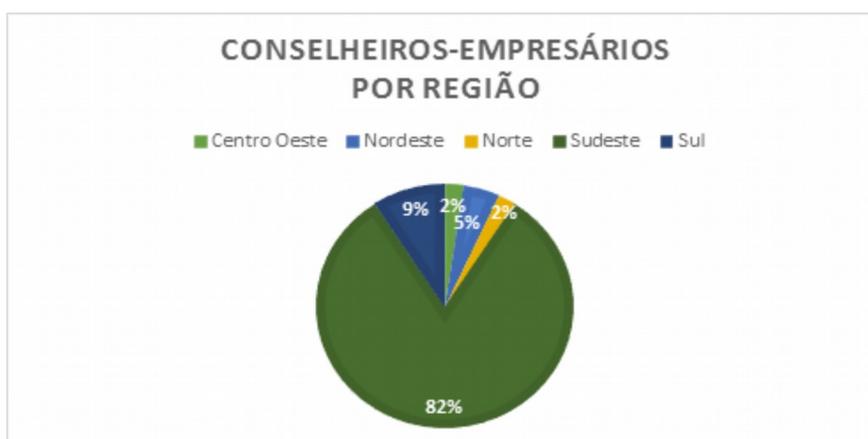


Figura 3 – Representação no Conselho – por região
Fonte: www.cdes.gov.br – elaboração própria.

A região Sudeste concentra não apenas a maior parte do PIB nacional, é nela também que se concentram o maior número de aparelhos privados de hegemonia do grande capital. Em São Paulo se concentram as principais organizações do associativismo empresarial com destaque para a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), a Associação Comercial de São Paulo (ACSP). É no Sudeste também que se concentram os principais órgãos difusores do pensamento burguês, como o Instituto ETHOS, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Vale lembrar que esses setores do grande capital, presentes no CDES, passariam a exercer

maior influência sobre a FIESP com a eleição de Paulo Skaf para a presidência da entidade e de Benjamin Steinbruch para vice a partir de 2004.

A predominância da grande burguesia monopolista brasileira, particularmente do capital concentrado no sul e sudeste, era justificada pelos defensores da estratégia do neocorporativismo, como necessária pois

(...) revela a intenção de construção de um novo pacto de poder, com o nítido predomínio do empresariado industrial e a singularidade da inclusão de organizações e movimentos sociais, além das representações sindicais, que já haviam sido reconhecidas como resultado das lutas travadas a partir do final dos anos 70. A composição do conselho revela alta correlação com a distribuição do PIB brasileiro, fortemente concentrado em São Paulo, reafirmando a intenção de construir um pacto de poder com aqueles que já detêm poder, ou seja, com as elites políticas e econômicas do país. (Fleury, 2006, p. 92)

Embora o discurso dê a entender uma provisoriedade necessária dessa composição para comprometer o empresariado paulista no interior do novo pacto entre as classes, as composições posteriores do conselho seguiram à mesma lógica até o último mandato petista.

A questão é, portanto, apreender a forma como esses setores do grande capital traduziram seu projeto neodesenvolvimentista para a disputa de posições no interior do chamado “conselhão”. Como o centro articulador dos debates no interior do conselho e objetivo central a que aparentemente se propõe, a ideia do “pacto social”, do desenvolvimento com distribuição de renda, se afigura como um eixo articulador das posições. Dividiremos a análise dos debates do conselho em três momentos principais:

- 1) A engenharia do pacto (2003 – 2006): esse período é marcado pelo debate em torno do aprofundamento das medidas de ajuste neoliberal, em particular, a fatídica reforma da previdência, bem como a primeira grande crise política dos governos petistas. Não

obstante, é nesse período que os primeiros acordos em torno dos objetivos do conselho e do “consenso mínimo” em torno de um projeto nacional de desenvolvimento se desenham. Ao final do período esses acordos passam a se expressar na formulação da Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND);

- 2) A “vitória” do neodesenvolvimentismo (2008 – 2010): trata-se do período marcado pela eclosão da crise internacional do capital e pelas políticas anticíclicas utilizadas pelo governo. Tal período é geralmente utilizado como uma clivagem devido a suposta oportunidade aberta pela crise à projetos de desenvolvimento nacional na América Latina.
- 3) O Esgotamento do pacto (2013 – 2016): compreende um período de reversão das expectativas geradas pelo neodesenvolvimentismo em um amplo conjunto das classes e frações de classe. Acirra-se a disputa no interior do bloco no poder, bem como a expressão do descontentamento social de setores da classe trabalhadora e dos setores médios.

5.3.1 A Engenharia do Pacto (2003 – 2006)

Os contornos e limites da conciliação entre classes a ser exercida no CDES não eram uma novidade. Eles aparecem desde a campanha eleitoral, em particular na famosa *Carta ao Povo Brasileiro*. Na carta, o então candidato sinalizava mudanças através de um “novo contrato social” que conduziria o país à “retomada do crescimento econômico com estabilidade” e, ao mesmo tempo, professava o juramento ao capital financeiro internacional de manter a ortodoxia neoliberal na política econômica e honrar os contratos

internacionais⁴⁵.

Tais limites aparecem ainda melhor formulados no primeiro documento de orientação estratégica colocado em debate entre os conselheiros, intitulado “Ação Política para a Mudança e Concertação”. O documento também chamado de “primeira carta de concertação” apresentava da seguinte forma os desafios do novo governo:

O grande desafio do nosso país, hoje, para todos os que amam a democracia e querem aperfeiçoá-la, é promover uma renovação política e social nos marcos da Constituição para *bloquear o caminho* que pode nos levar a uma ruptura da sociedade formal com a sociedade informal, dos excluídos com os incluídos, *que poderá levar a um confronto de ricos e pobres, sem perspectivas de solução pela política nos marcos da democracia*. Por isso, o caminho que buscamos é o da mudança com inclusão social, participação na vida pública e distribuição de renda. (CDES, 2003a, p. 1 – *grifo nosso*)

Aqui o propósito do conselho aparece às claras. Trata-se, como na experiência das câmaras do ABC, de evitar o confronto entre projetos antagônicos de classe, evitar o confronto “entre ricos e pobres” que não pode ser equacionado nos marcos da democracia liberal burguesa. Projetos de classe são descritos como interesses corporativos que devem ficar de fora do espaço do conselho, que serviria para “concertar” as diferenças buscando os “pontos comuns que interessam ao Brasil como nação” (idem, p.2). Dois avisos são dados aos conselheiros nesse primeiro documento de orientação:

Primeiro: a agenda da concertação não vai satisfazer todos os interesses específicos de classe, grupos ou setores da sociedade, nem se destina a eliminar da cena pública interesses corporativos, que sempre serão pauta de qualquer sociedade democrática;
segundo: para que haja produção de alguns consensos fundamentais é necessário que se processem conflitos regulados, abertos a toda a sociedade, para que se dê visibilidade a pontos comuns que interessam ao Brasil como nação, acima dos interesses setoriais e de classes; (ibidem)

45Publicada na Folha de São Paulo de 24/06/2002. Disponível em <<<http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u33908.shtml>>> acesso em 28/09/2015.

Quais seriam esses pontos comuns situados acima dos “interesses setoriais e de classes”? A agenda prioritária para o conselho, orientada para a consecução desses pontos descritos como de interesse comum, pressupostos para a retomada do crescimento econômico segundo o documento, seriam: a reforma da previdência, a reforma da legislação trabalhista e a reforma tributária.

A Reforma da Previdência é apresentada como prioridade emergencial e o documento procura comprometer os conselheiros, “independente do conteúdo das propostas que defenderemos ao longo do processo de discussão”, a buscar uma reforma da previdência que extinga “vantagens e privilégios” e que possibilite à previdência “deixar de ser deficitária” (Idem, p. 3). Ora, qualquer um que tenha acompanhado os debates em torno da Reforma da Previdência em 2003 deve lembrar-se de que o suposto déficit da previdência não era, e continua não sendo até os dias atuais, algo consensual mesmo entre especialistas sobre o tema⁴⁶. O pressuposto do debate no conselho era de que sistemas de seguridade social são um custo para o Estado que precisa ser sanado e não um direito.

Não foi fácil entender a metodologia de trabalho do conselho. Esta não é definida em um estatuto ou regimento permanente. De acordo com nossa pesquisa fomos logo procurando as divergências entre os conselheiros nas atas e registros das reuniões. Aparentemente, nas primeiras atas só encontramos consensos. Isso soa muito estranho se considerarmos que o tema prioritário das primeiras reuniões era justamente consolidar um relatório sobre a Reforma da Previdência, matéria bastante polêmica e que sem dúvida

46A contestação acerca do argumento ideológico do caráter deficitário da previdência social no Brasil existia desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. Sobre este debate consultar MARQUES (2000) e MARQUES E MENDES (2001). Sobre o caráter de classe apresentado pela proposta da reforma em 2003 ver OLIVEIRA (2003). A reforma tinha como pressuposto a manutenção de retrocessos já aplicados pelo governo Fernando Henrique Cardoso e seu aprofundamento, inclusive retomando pontos aos quais o Partido dos Trabalhadores havia feito extrema oposição e que foram derrotados durante a década de 1990, das quais destaca-se a contribuição dos inativos e o teto da aposentadoria aos servidores públicos, cujo objetivo era abrir campo para o crescimento dos fundos de pensão privados.

dividia as opiniões no conselho. Na verdade, o registro das diferenças aparece na divisão entre opiniões consensuais (que em geral retratam o ponto de partida do debate, previamente acordado), recomendações (questões que não foram fruto de votações e sob as quais não havia consenso) e sugestões (aqui são propostas por vezes antagônicas entre si e, em alguns casos, com diferenças consideráveis de interpretação sobre aquilo que era objeto de consenso).

O processo de “concertação” das diferenças no Conselho tinha como pressuposto, portanto, o apaziguamento de conflitos nos limites do Estado burguês, mas não apenas isso. Tratava-se de respeitar as fronteiras de contratos feitos no interior do regime de acumulação financeira ou, em outras palavras, respeitar o domínio do capital financeiro sobre a economia, ainda que o fazendo em busca de aberturas que possibilitassem a “inclusão dos mais pobres” e, principalmente, maior espaço para o capital nacional nos negócios do estado e no mercado interno.

A 2ª Carta de Concertação, intitulada “Ação pelo progresso e inclusão social”, dissertaria sobre o aumento da criminalidade nas regiões metropolitanas elencando um número de medidas para o aumento da segurança pública e defendendo o papel do Estado na redução da pobreza como aspecto central para o combate à violência. O mais importante na carta seria, contudo, o elenco de pontos de unidade que já teriam sido alcançados naquele momento (10 de abril de 2003) pelo conselho. O primeiro ponto de unidade (A) dizia respeito, justamente, as reformas em curso naquele ano:

as reformas que defendemos têm a finalidade de criar as condições para o crescimento sustentado da economia, preservar a estabilidade fiscal do Estado, estimular a formação de poupança, elevar a produtividade, possibilitar que os recursos públicos sejam alocados de acordo com as verdadeiras prioridades dos brasileiros e de permitir políticas efetivas para reduzir as desigualdades e distribuir renda; (CDES, 2003b, p. 3)

O segundo e terceiro pontos apontados como consensuais na carta

chamam atenção pela aparente contradição entre si. Afirma-se, como é comum nos teóricos neodesenvolvimentistas, a necessidade de uma política econômica capaz de “recoesionar (*sic.*) a sociedade, reduzir fortemente a exclusão e o desemprego, e incentivar uma intensa cooperação entre trabalhadores e empresários”. Entretanto, no ponto seguinte defende-se “um novo modelo de desenvolvimento, no qual seja enfatizado o *papel do sistema financeiro como agente de produção e desenvolvimento*” (ibidem, *grifo nosso*). O mesmo documento afirma ainda a necessidade do aumento das exportações que dependeriam do exercício da soberania “perante as instituições multilaterais de comércio”, uma política industrial voltada para o mercado interno, uma política de gestão que vise “a eficiência e a produtividade nas empresas públicas”, o respeito ao meio ambiente, uma política de Reforma Agrária e apoio à agricultura familiar, o apoio à educação pública e a geração de novos empregos. Como conciliar tais objetivos conferindo ao sistema financeiro o papel central na promoção do desenvolvimento?

Essa contradição entre os pontos tidos como consensuais refletia a dificuldade gerada no interior do conselho. Era impossível conciliar as expectativas dos setores populares que haviam eleito o Partido dos Trabalhadores na contramão do discurso neoliberal, com as expectativas hegemônicas do empresariado no conselho e as do próprio governo, ao mesmo tempo cumprindo a promessa de manter e aprofundar as medidas de ajuste neoliberal herdadas pelo governo anterior. O plano era, dessa forma, realizar o mais rápido possível tais medidas para aumentar o raio de ação do governo, como fica claro no discurso de Lula na segunda reunião do CDES:

Uma coisa que nós conseguimos, na política tributária, e eu espero que a gente consiga na política da Previdência Social, foi passar a ideia que o objetivo dessas reformas não é prejudicar quem quer que seja. O objetivo da reforma tributária é dar condições para o país fazer uma política tributária justa, que desonere a produção, que possa tornar o nosso país mais competitivo nesse mundo globalizado e que faça pagar mais imposto quem ganha mais, para que a gente possa fazer política social para quem ganha menos ou não ganha

nada. E eu sei da discussão que vocês fizeram aqui. (Silva, 2003b, p. 1)

Essa contradição entre o objetivo proposto ao CDES e as políticas implementadas pelo governo duraria até a metade do primeiro mandato, dificultando a própria legitimação do conselho perante importantes setores tanto do empresariado quanto das entidades ligadas à classe trabalhadora. O CDES assimilava, no entanto, a própria estratégia governamental, aceitando aquele conjunto de políticas como um mal temporário e necessário para a retomada do crescimento, como fica claro na terceira carta de concertação, intitulada significativamente “Fundamentos para um novo contrato social”:

A responsabilidade de formular um novo projeto nacional veio acompanhada de um compromisso de firmar uma renovada autoridade sobre a política econômica, sem deflagrar um processo de ruptura e em consonância com os mercados e com a estabilidade. Este comportamento em alguma medida contesta as expectativas disseminadas a partir do momento de instabilidade ocorrido ao longo do processo eleitoral. Como resultado, o mercado vem formando novas expectativas, em regra opostas ao quadro negativo que se configurava. Nesse sentido, a atual política econômica pode ser considerada como responsável, pois em pouco tempo vem ganhando confiança e criando um clima mais favorável junto aos mercados financeiros, o que se reflete inclusive na redução do risco país. (CDES, 2003c, p. 3-4)

O primeiro ano do governo Lula esteve fortemente marcado pela tensão entre a continuidade da ortodoxia econômica herdada dos governos FHC e a aceitação meramente tática dessa continuidade, com vistas à implementação das medidas defendidas pelos intelectuais neodesenvolvimentistas e por parte do empresariado nacional adiante. Essa tensão refletia-se também na disputa entre ramos do aparelho de Estado ainda fortemente sob controle do PT e na própria luta interna entre facções do partido. Hoje pode parecer irônico, mas à época José Dirceu e Antônio Palocci representavam visões bastante distintas quanto aos rumos a serem adotados futuramente pelo governo, bem como as

possibilidades de alianças futuras.

Em seu livro “Imobilismo em movimento”, Marcos Nobre descreve estas duas posições em relação ao pemedebismo, ou seja, a cultura política estabelecida na democracia representativa brasileira em torno do chamado “centrão” no congresso nacional, blindando o regime político contra quaisquer forças sociais de transformação. A grande questão dos primeiros governos Lula seria, dessa forma, como lidar com as exigências da governabilidade, se rompendo ou adaptando-se à cultura do pemedebismo. É nesse sentido que se apresentavam as diferenças de posicionamento entre a Casa Civil e o Ministério da Fazenda e as facções petistas que as dirigiam:

Traduzindo a organização geral dessas duas facções em sua relação com o pemedebismo, é possível dizer que a diferença fundamental estivesse entre uma continuidade em relação ao modelo herdado do governo FHC (Palocci) e uma aceitação meramente tática dessa herança, com vista a uma mudança mais profunda adiante (Dirceu). Palocci representava a ideia de que o limite da ação política estava posto em dirigir o pemedebismo do sistema, buscando introduzir inovações e mudanças dentro dessa moldura fundamental. Já Dirceu pretendia utilizar o pemedebismo como escada, como instrumento não apenas para dirigi-lo (...) mas para subordiná-lo ao PT (Nobre, 2013, p. 107).

Embora a tese do “pemedebismo” tenha seus limites por entender a luta no parlamento como expressão totalizante do sistema político e não privilegie os pressupostos de classe que determinam aquela luta, ela nos é útil para entender a relação entre a estratégia neodesenvolvimentista adotada pelo governo e as tensões oriundas das diversas frações de classe até então acostumadas a política de barganhar seus interesses no interior da democracia representativa. Como vimos no capítulo três, o PMDB constitui-se como a síntese da estratégia burguesa de deslocar-se ao centro do espectro político durante a Constituinte de 1988 para garantir mecanismos de preservação de seus interesses e, justamente, de barreira contra as conquistas dos setores populares. Dessa forma, as diferentes estratégias de contornar ou adequar-se

aos limites do sistema político se expressavam nas facções petistas no interior do governo expressas nas posições de Dirceu e Palocci, este último como se sabe com ligações bem mais íntimas com setores do capital financeiro.

Essa disputa refletiu-se na quarta reunião do CDES realizada em setembro de 2003. Tentando acirrar a disputa entre os ramos do aparelho de Estado, os jornais à época acusavam o conselho de ser uma estratégia da casa civil para minar o poder do Ministério da Fazenda, ao abordar os temas de política econômica. O secretário executivo do conselho, ministro Tarso Genro, aproveitou a reunião para responder a acusação dos jornais, como consta na ata do conselho.

O Ministro Tarso Genro esclareceu sobre manchete de jornal, publicada no dia anterior, tratando da relação do CDES com o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Informa que a matéria não tem fundamento na realidade, pois o CDES não é órgão para formulação de política econômica nem de crítica ao Ministério da Fazenda, ou a qualquer parte do governo. O CDES é um órgão para discussão aberta sobre os problemas nacionais, o que, às vezes, provoca equívocos, por conta de a sociedade não estar ainda acostumada aos debates num processo de concertação social aberta. (CDES, 2003c, p. 3)

A postura do governo e de seu chefe de Estado seguia a estratégia marcante dos governos neodesenvolvimentistas: acenar para o capital financeiro com uma mão e para a burguesia interna, com a outra. Na ocasião, o governo acabara de aprovar na câmara dos deputados a fatídica reforma da previdência e, um dia antes da reunião do conselho, a reforma tributária. Eram reformas que tinham predominância dos interesses do capital financeiro, mas eram um ponto de contato deste com os interesses da burguesia dependente. Em particular a reforma tributária havia incorporado várias das propostas defendidas pelos industriais, como a desoneração das exportações, a redução da tributação na compra de bens de capital e da cumulatividade de impostos nas cadeias produtivas.

O discurso de Lula na reunião não refletia as disputas no interior do

governo, mas acenava mudanças na política externa que coadunavam os interesses de uma estratégia neodesenvolvimentista. Em sua retórica, era como se a experiência de negociação no congresso, onde o PT demonstrou imensa subalternidade aos interesses do capital financeiro, fosse uma linha de continuidade com o exercício de soberania nacional no plano externo.

A experiência de negociação nos leva a entender que ninguém respeita subalternos. Ninguém respeita a pessoa que vai negociar de cabeça baixa, ninguém respeita um pedinte. Nós temos que chegar lá com força. Por isso, nós consolidamos e estamos consolidando a América do Sul. [...] Em dezembro vamos visitar o Líbano, os Emirados Árabes, a Arábia Saudita, a Síria, o Egito, a Líbia, porque não é possível que parte dos bilhões de dólares que os árabes têm, hoje, nos Estados Unidos, não possa vir um pouco para cá. [...] Nós vamos fazer isso por quê? Porque isso vai nos garantir forças suficientes [...] nos organismos internacionais, sobretudo, na Organização Mundial do Comércio. É por isso que nós estamos já alinhados com a África do Sul e com a Índia. Vamos agora atrás da China e atrás da Rússia, porque nós vamos compor um bloco capaz de ter força política para forçar uma negociação na Organização Mundial do Comércio. [...] Quando eu tinha marcado para ir a África, para julho, o que eu fiquei impressionado é que, só no Itamaraty, 203 empresários se inscreveram para fazer a viagem [...]. Não é nenhuma vergonha o empresário brasileiro pensar em ser um empresário multinacional. E se ele quiser ser multinacional, ele tem que deixar de ser pessimista e começar a procurar outros espaços. (SILVA, 2003d, p. 6)

A última reunião realizada em 2003 não fugia muito à esses limites. A quinta carta de concertação publicada na ocasião, intitulada “Caminhos para um novo contrato social” vinculava o planejamento estatal aos alvos típicos da adaptação do capitalismo aos padrões de desenvolvimento toyotista. Segundo o documento, as “bases racionais e éticas” do novo contrato social deveriam levar em conta a necessidade da “inclusão informacional” dos trabalhadores para adaptar as empresas brasileiras à competitividade de “um mundo digital e mediático”. Tal projeto só poderia ser viabilizado, segundo o consenso do CDES, pela parceria público-privada. O documento incorpora o argumento ideológico típico do empresariado nacional a respeito da carga tributária (que

parte da aparência de uma sobre apreciação útil para ocultar seu caráter regressivo), bem como da “empresa cidadã” que se responsabilizaria pelas mazelas da questão social complementando o investimento público.

Nosso objetivo maior é promover a inclusão social e informacional da maioria excluída. Esta é a meta que molda o eixo do novo contrato, determina as condições das políticas econômicas, define as prioridades de investimento, regula as relações políticas e jurídicas entre os grupos sociais, e estabelece os direitos e obrigações dos indivíduos. Dadas as restrições impostas ao setor público, em função das exigências de gastos, financeiros ou sociais, frente a uma carga tributária que não pode ser incrementada, sob pena de se transformar em ônus demasiado à sociedade, então deve caber também à própria sociedade assumir, mesmo que parcialmente, os compromissos da agenda social. Muitas empresas já têm consciência de suas responsabilidades sociais, investindo em educação, meio ambiente, cultura e outros setores. Investir é caminho certo, pois, desses dispêndios, a empresa retira elevados dividendos, que vão desde incrementos na produtividade até a consolidação de marca e imagem, que servem para conquistar mercados. (CDES, 2003e, p. 3-4)

O ano de 2004 traria à tona um dos momentos mais marcantes na aproximação entre o grande capital nacional e o governo Lula. Trata-se da chamada “crise do mensalão” e a conseqüente tentativa de desestabilização do governo por parte da oposição e do monopólio da mídia⁴⁷. Tal crise, como sabemos, teve como resultado final a desconstrução de ambas as figuras que marcaram a disputa interna ao governo no primeiro ano.

Contraditoriamente, ela foi aproveitada por Lula tanto para ampliar sua relação com o empresariado nacional, quanto para atuar diretamente na condução da governabilidade junto ao sistema político. É a partir dessa crise que inicia-se o processo de aproximação com o PMDB no congresso que se ampliaria nos anos seguintes, que Dilma Rousseff assumiria a Casa Civil e que o projeto neodesenvolvimentista levaria adiante a reforma do neoliberalismo. Segundo Nobre (2013) é a partir dessa crise que se desenha o caminho da adaptação dos governos petistas ao sistema político herdado da ditadura

⁴⁷Para uma análise aprofundada das relações entre a chamada *burguesia interna* e a crise política de 2005, ver tese de doutorado de Martuscelli, 2013.

militar. Naquele contexto (bastante diferente da crise política que se instauraria ao final do primeiro governo Dilma), ao contrário de minar os objetivos do neodesenvolvimentismo, a crise teria como consequência uma mudança significativa no interior do bloco histórico neoliberal.

O episódio do mensalão é também um marco do processo de estabilização iniciado em 1994, com o lançamento do Real. Pela primeira vez, uma crise política passou totalmente ao largo da economia. Esse é o marco final do longo processo de estabilização política, concomitante ao processo de estabilização econômica. Nesse momento, a alternância de poder se consumou de fato. Com a manutenção pelo governo Lula dos pilares do novo centro político, a blindagem da economia contra os solavancos do pemedebismo se completou. Não foi surpresa, portanto, que a reeleição de Lula em 2006 não tenha sido acompanhada de nenhuma crise cambial ou similar, mesmo depois de um escândalo da magnitude do mensalão. (Nobre, 2013, p. 115-116)

O governo já começava a representar para o empresariado nacional uma alternativa adequada aos seus interesses particulares de classe. Não é à toa que o ano de 2004 seja um marco da mudança também no interior da Fiesp, com a eleição de Paulo Skaf. Durante todo o período que antecede sua eleição, o próprio Lula fez extensiva campanha em prol de sua candidatura. A chapa de Skaf representava, como vimos, uma maior aproximação do empresariado paulista com aparelhos privados de hegemonia bastante empenhados na divulgação e formulação do neodesenvolvimentismo, em particular o IEDI. Uma das primeiras ações da diretoria diante da base empresarial foi relançar a publicação *Revista da Indústria*, periódico que havia sido retirado de circulação pela diretoria anterior da entidade. Skaf fez do lançamento da Revista um grande acontecimento político convocando o próprio presidente Lula para a solenidade. A primeira edição da revista contava com artigos assinados pelo próprio Skaf e seu vice-presidente Benjamin Steinbruch onde criticavam o monetarismo dos governos anteriores, a abertura comercial desenfreada, a alta carga tributária e a política de juros elevados. Todas essas propostas seriam uma defesa constante do empresariado nas reuniões plenas

do CDES e seriam, em parte, contempladas nos relatórios do conselho.

Um documento da CNI de Abril de 2005, intitulado *Crise Política e Economia: uma agenda mínima para a governabilidade*, demonstrava a nova postura do grande capital frente às políticas de desenvolvimento anunciadas pelo governo:

O cenário político e as eventuais consequências das investigações não devem, no entanto, levar o país à paralisia, ao descrédito e à perda de confiança em seu futuro. Essa crise deve ser transformada em oportunidade de avanços institucionais que regenerem a confiança na política, aperfeiçoem o sistema político e consolidem a democracia. (...) O setor produtivo vê a necessidade de um movimento de diversos segmentos da sociedade para evitar que a crise política ameace os avanços conquistados e crie obstáculos para o desenvolvimento econômico e social (CNI, 2005, p. 1).

Em agosto de 2005, mês em que estava agendada uma reunião do CDES onde o empresariado apresentaria um manifesto sobre a questão, a Revista da Indústria publicava uma entrevista com o então presidente da Fiesp onde este criticava a ação oposicionista do PSDB, defendendo que os trabalhos da CPI não atrapalhassem o andamento dos projetos enviados pelo governo ao congresso nacional⁴⁸. Na mesma edição uma reportagem expressava a postura dos industriais frente à crise política e as ações que defendiam.

O empresariado defende que Executivo e Legislativo saiam do atual imobilismo e adotem as medidas necessárias para estimular a produção. [...] No início do mês, atendendo a pedido do presidente da República [...] foram em comitiva ao planalto. O grupo de 24 empresários apresentou uma pauta de reivindicações singelas [...]. Os empresários querem agora uma agenda mínima que garanta a governabilidade [...]. No Mesmo dia em Brasília, o presidente da FIESP e diretores também se encontraram com a ministra Dilma Rousseff, para tratar de projetos que aguardam o encaminhamento da Casa Civil ao Congresso Nacional. [...] “O momento é importante para o despertar. O Brasil não pode ficar somente por conta da apuração de denúncias ou privilégios” reforçou Skaf. (Revista da Indústria, n. 110, p. 42 – 44)

48Cf. *Revista da Indústria*, n. 110, agosto de 2005. (p. 17-19).

Nesse mesmo mês, o CDES aprovaria o documento, proposto por figuras de peso do empresariado no interior do conselho⁴⁹, intitulado “Manifesto à nação” reafirmando diversos pontos já presentes no documento da CNI e na publicação da Fiesp, exigindo que o Congresso nacional não paralisasse as políticas de desenvolvimento por conta da crise política: “Com isto ainda, ficará demonstrado que o Brasil é maior do que a crise política, que as nossas instituições estão em pleno funcionamento democrático e que assim não interromperemos o nosso desenvolvimento social e econômico” (CDES, 2005, p. 2).

Essa aproximação demarca, segundo Boito Jr. (2012) a principal mudança operada pelos governos petistas em comparação com os governos do PSDB. É a partir da crise do “mensalão” que se pode notar uma reorientação do governo em relação ao conflito projetivo entre as frações burguesas no Brasil.

Ironicamente, foi a chamada “Crise do Mensalão”, que o capital financeiro internacional e a burguesia compradora imaginavam representar o toque de reunir para reconquistar o poder governamental, foi essa crise que induziu o Governo Lula a passar para a ação ofensiva na implantação da política neodesenvolvimentista. A desativação a frio da Alca, a diplomacia e a política de comércio exterior visando à conquista de novos mercados no hemisfério sul, o fortalecimento econômico e político das empresas estatais remanescentes e o novo papel do BNDES na formação de poderosas empresas brasileiras nos mais diferentes segmentos da economia, configura um conjunto de medidas dessa política econômica que tende a priorizar os interesses da grande burguesia interna em detrimento, muitas vezes, dos interesses da grande burguesia compradora e do mercado financeiro internacional (Boito Jr., 2012, p. 81).

Essa retomada da ofensiva governamental marca também uma importante mudança de orientação e prática do conselho, com a apresentação do debate em torno da *Agenda Nacional do Desenvolvimento*, que consolidaria

49Entre eles Abílio Diniz, Amarílio Macedo (conselheiro do IEDI à época), Antoninho Trevisan, Horácio Lafer Piva, Jorge Gerdau, Joseph Couri, Luftala Bittar e o próprio Paulo Skaf.

o novo pacto social característico do neodesenvolvimentismo. Os debates no conselho passavam a ter agora maior repercussão e identidade com as políticas que eram implementadas pelo governo, pelo menos ao que tange às reivindicações da maioria empresarial que o compunha.

Este último ponto é o que chama atenção e o que se tornaria a razão de ser do próprio conselho. Se no primeiro ano do mandato a necessidade de sanear as contas públicas e seguir aprofundando o tripé herdado do governo anterior (superávit primário, juros altos e câmbio flutuante), os debates posteriores do CDES já se ocupariam em reformar aquela ortodoxia buscando mecanismos de retomada dos investimentos estatais em infraestrutura, políticas de crédito específicas ao empresariado, proteção contra concorrência desleal, etc. Tais debates figurariam como importantes para a formulação da Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND). É aqui que as diferenças com o neoliberalismo ortodoxo aparecem de forma mais clara e onde o discurso ideológico do neodesenvolvimentismo encontra espaço para tornar-se projeto de governo.

Segundo Costa (2010), a AND diferencia-se no trabalho do Conselho por integrá-lo à própria dinâmica do planejamento econômico no interior do aparelho de Estado. Isso é, de fato, algo novo se considerarmos a rejeição do planejamento de longo prazo característica da tara microeconômica neoliberal.

Os debates da Agenda no CDES se iniciaram quando este foi convidado a participar do debate sobre o Plano Plurianual (PPA) de 2004 a 2007 (BRASIL, 2003). De fato, há uma grande afinidade entre o consenso possível da AND e as diretrizes gerais daquele plano. Mais do que isso, ele trazia consigo a concepção de planejamento tão cara à ideologia desenvolvimentista, agora adaptada aos marcos da hegemonia financeira.

Intitulado *Plano Brasil de Todos*, ele dava também uma forma mais acabada à concertação dos interesses antagônicos entre a burguesia rentista, a grande burguesia dependente e os setores populares, trazendo consigo a necessidade de avaliação e revisão anuais para adequá-lo a mudanças conjunturais durante os quatro anos de governo. Essa sinalização daria aos

debates no CDES um objetivo permanente e legitimaria a importância do órgão entre os conselheiros. O PPA passa a ser o produto governamental onde as frações de classe da burguesia e os setores populares representados no CDES sentiam que o debate que realizavam tinha impacto nas definições do governo.

De acordo com o documento oficial apresentado pelo governo, o *Plano Brasil de Todos* inaugurava um novo “modelo” de desenvolvimento “destinado a promover profundas transformações estruturais na sociedade brasileira” (BRASIL, 2003, p. 13). O plano considera o Estado como pilar fundamental para estabelecer as bases sólidas para uma retomada virtuosa do crescimento econômico com distribuição de renda. Tal crescimento estaria baseado na expansão e consolidação do mercado de consumo de massas e no decorrente círculo virtuoso que ele proporciona. Trata-se da defesa neokeynesiana, típica dos teóricos do neodesenvolvimentismo, de uma política expansionista objetivando transferir os ganhos de produtividade do capital para a distribuição de renda. De acordo com o plano, “o Brasil é um dos poucos países do mundo que dispõe de condições para crescer por essa estratégia, devido ao tamanho de seu mercado consumidor potencial” (BRASIL, 2003, p. 17).

Entretanto, o plano contemplava também as reivindicações de mais investimento em políticas sociais, já presentes na AND, admitindo que a transferência dos ganhos de produtividade era limitada pela escassa quantidade de postos de trabalho geradas pelo atual padrão tecnológico e também porque “devido ao elevado grau de oligopólios na economia, os ganhos de produtividade não necessariamente se traduzem em queda de preços de bens de consumo popular”. Para dar resposta à essas lacunas é que surge no plano a necessidade do aumento do gasto estatal com políticas sociais de caráter redistributivista (BRASIL, 2003, p. 18).

É possível, dessa forma, identificar na formulação do PPA elaborado pelo primeiro governo Lula uma estratégia de longo prazo bastante coerente com a política de conciliação dos interesses de classe presentes no CDES, que é sintetizada nos seguintes objetivos

inclusão social e desconcentração de renda com vigoroso crescimento do produto e do emprego; crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos, e por elevação da produtividade; redução da vulnerabilidade externa por meio da expansão das atividades competitivas que viabilizam o crescimento sustentado; e fortalecimento da cidadania e da democracia (BRASIL, 2003, p. 15)

É importante assinalar, contudo, que estes objetivos só podem ser alcançados, segundo o próprio plano, uma vez garantida a estabilidade macroeconômica, constituída por três fundamentos principais:

a) contas externas sólidas, ou seja, um saldo em conta corrente que não imponha restrições excessivas à política monetária nem torne o país vulnerável a mudanças nos fluxos de capitais internacionais; b) consistência fiscal caracterizada por uma trajetória sustentável para a dívida pública; e c) inflação baixa e estável (BRASIL, 2003, p. 15).

Em outras palavras, uma vez assegurados os interesses da hegemonia financeira, trata-se de buscar compatibilizar a expansão das exportações com a ampliação do mercado de consumo de massas (cf. *Idem*, p. 21). O plano dá grande centralidade também à integração entre a política econômica e o desenvolvimento social:

No que se refere à **concepção**, a grande diferença reside na **integração** entre a política social e a política econômica, derivada do modelo de desenvolvimento adotado. O modelo realiza a integração entre, por um lado, a inclusão social e a redistribuição da renda e, por outro, os investimentos e o crescimento da renda e do emprego. A universalização dos direitos sociais básicos e a transmissão dos ganhos de produtividade aos salários estabelecem a sinergia entre as políticas sociais e de investimento, promovendo o crescimento por meio da expansão do mercado de consumo popular (BRASIL, 2003, p. 61, *grifos do autor*).

A vinculação entre crescimento econômico e distribuição de renda perpassa todo o documento, embora não fiquem muito claros os mecanismos que permitem converter um no outro. Aposta-se novamente na transmissão dos ganhos de produtividade aos salários. Trata-se de um plano voltado para ampliar as condições favoráveis ao investimento no setor produtivo, priorizando o grande capital nacional, ao mesmo tempo em que define caminhos para atender a alguns dos anseios da classe trabalhadora, sem deixar de se posicionar de forma subalterna aos interesses do capital financeiro internacional.

A possibilidade de revisão anual do PPA fornecia, dessa forma, um caráter permanente aos debates em torno da AND no interior do “conselhão”. Costa (2010) identifica um caráter supostamente “radical” e “subversivo” no debate sobre o desenvolvimento introduzido pela AND pois esta debateria “em nome de que e de quem se deve buscar o crescimento, para onde se deseja ir (ordem dos valores) e qual o caminho consequente a tomar (ordem prática, ou seja, da política)” (Idem, p. 9).

Cabe questionar, entretanto, as possibilidades de um debate que interdite a contraposição entre interesses de classe no que se refere ao “em nome de que e de quem” se busca o desenvolvimento. Mais do que isso, a própria composição do conselho já indica interesses majoritários de classe. A própria autora, ao apresentar didaticamente a metodologia do debate da Agenda, nos ajuda a entender os limites e potencialidades desse debate. Ele se dividiria em três “pactos”: o pacto conceitual (ou semântico), o pacto normativo e o pacto político.

O primeiro momento corresponde ao estabelecimento de um consenso básico sobre os processos geradores de desigualdade que vai se refletir no conceito de desenvolvimento a ser adotado. A pactuação em torno da Agenda exigia precisão semântica. O que significa desenvolvimento em uma sociedade e um país como o Brasil? Melhor dizendo: o que deve significar? Sobre o que afinal se deve falar quando se fala de Brasil? O segundo momento corresponde a pactuação normativa: que valores deveriam orientar o ordenamento das prioridades da agenda. O que afinal se deve

pretender quando se fala em desenvolvê-lo? O terceiro momento é o da pactuação política. É o movimento de chegada ao consenso sobre as diretrizes estratégicas a serem adotadas. O processo culminaria em um acordo de compromisso com as decisões tomadas formalizado no documento “Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento” que veio a se concretizar no desenho dado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). (COSTA, 2010, p. 10)

O primeiro momento, portanto, busca um entendimento comum do que é desenvolvimento e qual desenvolvimento se deve buscar para superar as desigualdades. Em agosto de 2004, a SEDES realiza com os conselheiros o seminário “Diálogo Social: alavanca para o desenvolvimento” que busca estabelecer as linhas gerais de um “entendimento comum” acerca do significado tanto do desenvolvimento almejado quanto do processo de concertação necessário para viabilizá-lo. É notável no seminário a retomada de argumentos clássicos do período desenvolvimentista, em particular das formulações de Celso Furtado. Dessa forma, o crescimento econômico não aparece na AND como um fim em si mesmo, mas como meio para alcançar o “desenvolvimento com distribuição de renda”. Registre-se, contudo, a ausência de quaisquer referências à necessidade de reformas estruturais e ao conceito, central no pensamento furtadiano, de dependência. A agenda apresenta unanimidade na busca de superação da desigualdade, desde que não se aponte as raízes das quais ela provém. Há acordo nos efeitos, nunca nas causas.

Isso se explica pela tentativa de equacionar numa definição comum concepções antagônicas a respeito do próprio conceito de desenvolvimento. Em exposição realizada ao CDES em maio de 2003, Antônio Delfim Netto expunha uma visão bem diferente de desenvolvimento daquela característica do ciclo desenvolvimentista de inspiração furtadiana. Segundo o autor, só é possível combinar o sonho de justiça social com a realidade concreta se combinarmos “o processo de democracia-política com a organização da economia pelo capitalismo”. Para Delfim Netto o próprio desenvolvimento

capitalista coloca uma contradição entre as exigências de igualdade, liberdade e eficiência. A democracia liberal seria a forma, segundo ele, de corrigir essas imperfeições do capitalismo, assim como a economia de mercado seria a forma de limitar os excessos da própria democracia, em uma contraposição de fazer inveja a Hayek e Friedman:

O processo democrático-político corrige os excessos do capitalismo, a ponto do mesmo nome designar realidades totalmente diferentes (compare-se o “capitalismo” de meados do século XIX com o de 2003). Por sua vez, *as exigências do capitalismo colocam limites ao excesso de democratismo*. É essa interação que fixa os contornos da política do possível, numa dialética eterna, onde não há vencido nem vencedores, mas que caminha, de alguma forma, na direção da sociedade “justa”. *É inútil, portanto, insistir em procurar fórmulas que nos libertem da liberdade...* (NETTO, 2003, p. 8 – grifo nosso)

Dessa forma não é de se estranhar que, embora nos debates da AND o objetivo de superar as desigualdades seja consensual (evidentemente, conselheiro algum admitiria que a superação das desigualdades era uma meta secundária), houve desacordo geral sobre as formas de chegar a tal objetivo. Segundo Costa (2010) esse desacordo se devia, de início, ao fato de que

As soluções fragmentares eram inspiradas pelos interesses particulares. (...) Seus membros, portadores de uma “representatividade” informal, e a predominância de análises limitadas à perspectiva das relações entre o capital e o trabalho, deixavam na opacidade problemas que só poderiam ser percebidos a partir dos espaços de atuação dos movimentos sociais e populares. Estes seriam, na opinião de alguns participantes, os maiores obstáculos à sua efetividade. (COSTA, 2010, p. 12)

Assim se chegou a uma definição bastante genérica dos objetivos da AND a partir dos quais os conselheiros debateram formas de intervenção para resolver problemas no médio e longo prazos. Como não se definiu nenhum tipo de consenso em torno das raízes da desigualdade, tampouco se chegou a um consenso sobre a ordem de prioridade das questões a serem superadas. O

que se fez foi a realização de um questionário para listar quais eram os problemas e intervenções mais defendidos pelos conselheiros. Ao conjunto de respostas dadas foi dado o título de “matriz de valores” dos conselheiros. As respostas majoritárias, no entanto, apenas fizeram retornar para definições abstratas em torno de prioridades tais como “inclusão social e bem-estar de seu povo” (eleita como prioridade pela maioria dos conselheiros), promoção do “desenvolvimento sustentado”, da “renda e do emprego”, “alto nível educacional” e “democracia estável” (cf. COSTA, 2010, p. 13).

Embora sua elaboração tenha se iniciado ainda na gestão de Tarso Genro à frente da SEDES em 2003, é a partir de 2005 que ela determinaria os rumos dos debates no interior do conselho. Sua elaboração até agosto de 2005 estava restrita ao Grupo Temático de Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento (GTFED) formado por 50 conselheiros, que se incumbiu da tarefa de elaborar os valores básicos que serviriam de base normativa para a agenda nacional. Esses valores básicos foram expressos em 6 “âmbitos problemáticos” ao desenvolvimento a partir dos quais o conselho elaboraria objetivos gerais a serem alcançados e diretrizes a serem adotadas pelo governo. Seria inútil ao nosso trabalho a citação separada das três formulações pois elas são praticamente idênticas. Basta compararmos o quadro dos âmbitos problemáticos com as diretrizes a serem buscadas para notarmos o referido caráter genérico das propostas.

Para contornar esse problema e sanear as diferenças a SEDES passa a envolver, no momento do “pacto político” um número maior de ministérios e pastas para lidar com as questões levantadas pela “matriz de valores”. A abrangência das questões colocadas só reinseriu as polêmicas entre os conselheiros e destes com o governo. As diferenças giravam em torno, principalmente, da tensão inevitável entre os caminhos do crescimento econômico, do aumento do investimento estatal e da necessidade de ampliação das políticas sociais e crescimento do emprego e renda.

No que diz respeito à retomada do crescimento econômico a principal contradição se dava entre setores do capital financeiro e área econômica do

governo, de um lado, e o empresariado junto às centrais sindicais, de outro, em torno da necessidade ou não de diminuição da taxa de juros, do aumento dos investimentos estatais e da prioridade ao capital nacional. Entretanto, no que dizia respeito ao aumento do investimento em políticas sociais e crescimento do emprego e renda as opiniões mudavam juntando por vezes o capital nacional e setores financeiros contra as defesas de direitos por parte das centrais sindicais.

As diferenças entre objetivos formais e a estratégia a ser adotada no interior do conselho e na relação deste com o governo foi sanada com o recurso a instituições de pesquisa e centros de estudo que se colocariam como “neutros” apenas assessorando o CDES. O documento, que conseguiria vincular os “valores” dos conselheiros à uma estratégia de governo, foi sistematizado pela Fundação Getúlio Vargas⁵⁰, tendo como título: “Desenvolvimento e Construção Nacional: Estratégias para o Crescimento Econômico e Inclusão Social no Brasil: Síntese das Principais Diretrizes de Políticas Propostas”. O texto inteiro é organizado em torno da possibilidade de compatibilizar estabilidade econômica (leia-se pacote de ajustes neoliberais) com desenvolvimento social.

A importância do documento para a construção da Agenda foi ter estabelecido uma sintonia entre a intenção normativa do CDES e propostas de desenvolvimento para a nação que permitiam compatibilizar de forma sistêmica políticas de estabilização econômica, políticas sociais e interesses setoriais em disputa. (COSTA, 2010, p.16).

Em agosto de 2006 o CDES apresentaria aos conselheiros um documento contendo os *enunciados estratégicos* com metas mais concretas para atingir os objetivos da AND. Tais enunciados são reveladores principalmente nos pontos em que foram, de fato, alvos de políticas governamentais nos anos seguintes. A projeção feita pelos conselheiros era

⁵⁰Note-se que a FGV é apontada por Castelo (2012) como um dos principais centros difusores do pensamento novo-desenvolvimentista no Brasil.

alcançar uma taxa média de crescimento do PIB real em torno de 6% até 2022, duplicando o PIB per capita. Os eixos principais para a consecução dessa meta figuravam em torno da redução das desigualdades socioeconômicas e regionais, programas para a educação em todos os níveis, política industrial e de ciência e tecnologia, um programa de recuperação da infraestrutura de transporte, energia, recursos hídricos, mobilidade urbana, saneamento e, por fim, uma proposta de reforma agrária centrada na obtenção de crédito para 1,5 milhão de famílias sem terra até 2015 (Cf. Tapia, 2007, p. 217)

Evidentemente, as propostas de reforma agrária e reforma urbana não sairiam do papel, não obstante o aumento dos recursos destinados aos programas de crédito rural para a agricultura familiar e o investimento (que adiante se tornaria símbolo de campanha de Dilma Rousseff) em programas de habitação familiar. O que chama a atenção na formulação da AND é que, mesmo os pontos característicos da defesa de interesses populares, se dão sempre nos limites do interesse da grande burguesia, em particular os setores da construção civil, engenharia e burguesia extrativista. O governo encontrava, assim, caminhos de resposta imediata à demandas históricas dos setores populares ao mesmo tempo sem romper com a hegemonia do capital financeiro, ao privilegiar os setores do grande capital nacional.

Dessa forma, o processo de discussão em torno da primeira Agenda Nacional de Desenvolvimento sugere que há a predominância de interesses de setores do grande capital nacional que, sem conseguir afirmar um projeto próprio diante do poderio do capital financeiro internacional, buscaram, via processos de conciliação com interesses das classes subalternas, fazer valer seus interesses adaptando as políticas neoliberais aos seus interesses próprios de classe. É dessa forma que se legitimaram, no âmbito do aparelho estatal certas políticas de governo que favoreceriam a chamada burguesia interna e seriam determinantes para as medidas anticíclicas utilizadas pelo governo na eclosão da crise capitalista internacional em 2008/09.

5.3.2 A “vitória” do neodesenvolvimentismo (2008 – 2010)

O segundo mandato petista é marcadamente o período de maior euforia em torno do programa neodesenvolvimentista. Podemos dizer que, de certa forma, a reforma da ideologia neoliberal completa-se nesse período. Ele demarcaria a “vitória” dessa reforma e dos interesses do grande capital nacional. As aspas justificam-se, no entanto, porque tal vitória estava em grande medida condicionada pelo afastamento dos impactos da crise capitalista mundial, crise esta que teria um caráter bem mais prolongado do que os analistas imaginavam quando da sua eclosão em 2008/2009 e que traria à tona no momento posterior o aumento da vulnerabilidade externa sobre a qual se sustentavam as políticas de desenvolvimento levadas adiante nas administrações petistas.

De qualquer forma, esse período se inicia com a propagação da noção de novo “modelo de desenvolvimento” que estaria em curso no Brasil. Isso se refletia na formulação do novo Plano Plurianual para o período 2008-2011, intitulado *Desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade*. Ele apresentava uma continuidade com o plano anterior, condicionando suas ações ao círculo virtuoso de crescimento econômico e seus impactos sobre a distribuição de renda: “Esse modelo de crescimento, via ampliação do consumo de base popular, pressupõe simultaneidade entre o aumento dos investimentos, da produtividade e da competitividade e a transmissão do aumento de produtividade à renda das famílias trabalhadoras e ao lucro das empresas” (BRASIL, 2007, p. 12).

Entretanto, partia-se agora da constatação de que os fundamentos econômicos para fazer funcionar a estratégia de fortalecimento do “desenvolvimento com distribuição de renda” já estariam consolidados e passar-se-ia agora à uma fase de execução mais concreta das políticas que já haviam sinalizadas no período anterior. O plano definia dez objetivos estratégicos que guardavam uma relação bem mais íntima com os eixos formulados na AND: São eles: 1) promover a inclusão social e a redução das

desigualdades; 2) promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda; 3) propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade; 4) fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos; 5) implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional; 6) reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional; 7) fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana; 8) elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica; 9) promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos; 10) promover o acesso com qualidade à Seguridade Social, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização (BRASIL, 2007, p. 46-47).

Tais objetivos estavam divididos em torno de três eixos ou agendas prioritárias: agenda social, educação de qualidade e crescimento econômico. No que se refere às demandas da classe trabalhadora, o plano prevê que o crescimento econômico deveria pautar-se pelo aumento do emprego e dos salários reais. Neste ponto, é importante perceber a sagacidade do plano em articular as demandas dos trabalhadores à manutenção dos interesses da hegemonia financeira. O documento ressalta como um dos principais benefícios oriundos da formalização do emprego o acesso ao sistema financeiro formal e o barateamento do crédito: “Deverá se registrar a continuidade do aumento do crédito para o consumo de bens duráveis e de serviços, particularmente, do crédito consignado” (BRASIL, 2007, p. 34).

Também a agenda social contida na proposta deixa claro o esforço em não contrapor as demandas das classes subalternas com os interesses da valorização do capital. O segmento a ser priorizado na agenda seria o “mais vulnerável” deixando clara a focalização das políticas a serem implementadas, dando ênfase às “transferências condicionadas de renda associadas às ações complementares; no fortalecimento da cidadania e dos direitos humanos; na

cultura e na segurança pública. A prioridade é a parcela da sociedade mais vulnerável” (BRASIL, 2007, p. 13). Introduce, contudo, uma importante novidade ao relacionar o recebimento da renda condicionada à possibilidade de entrada no circuito da valorização financeira, ao afirmar que a agenda social “promoverá as alternativas de emancipação para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família por meio da integração de políticas de acesso à educação, à energia, aos produtos bancários, ao trabalho e à renda” (Idem, p. 14).

No que se refere à educação de qualidade, esta seria operacionalizada através do *Plano de Desenvolvimento de Educação* (PDE). O PDE continha inúmeras propostas que seriam alvos de políticas por parte do segundo governo Lula, entre elas o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o *Programa Brasil Alfabetizado* e programas de ampliação do ensino superior público e privado como o *Programa Universidade para Todos* (Prouni), articulado ao Financiamento Estudantil (Fies) e, em relação ao ensino público, da *Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* (REUNI).

Finalmente, no que se refere ao *crescimento econômico*, os setores identificados para impulsioná-lo eram a indústria de bens de capital, bens de consumo duráveis, indústria extrativista e construção civil. Isto seria operacionalizado pelo *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC), congregando um amplo conjunto de investimentos em obras de infraestrutura econômica e social.

Ficava agora mais clara a significativa mudança operada no interior da continuidade do neoliberalismo no Brasil. O segundo governo Lula intensificaria diversas medidas de apoio ao empresariado nacional investindo um enorme montante do orçamento público, via BNDES para a transnacionalização dessas empresas, na política que ficou conhecida como as “campeãs do BNDES” e que privilegiava o capital nacional com atuação no exterior. A presença de Luciano Coutinho na presidência do Banco a partir de 2007 demarcou uma importante vitória não só das ideias neodesenvolvimentistas, mas dos

interesses da burguesia dependente na condução da política econômica. Para termos uma idéia aproximada do impacto da mudança na condução do BNDES, a quantidade de recursos à disposição do banco permitiu que seus desembolsos ultrapassassem os investimentos realizados pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os desembolsos do BNDES aumentaram cerca de quatro vezes de 2003 a 2009, como mostram os dados da tabela a seguir:

QUADRO 7 – Desembolsos do BNDES (em bilhões de reais)

Ano	Desembolsos (R\$)
2003	35,10
2004	40,00
2005	47,10
2006	52,30
2007	64,90
2008	92,20
2009	137,40

Fonte: BNDES (apud TATZ et al., 2010, p. 260)

Os investimentos saltam de pouco mais de R\$35 bilhões em 2003 para 137 bilhões de reais em 2009. Essa mudança no montante de recursos veio acompanhada de uma mudança qualitativa na sua destinação, através da busca de estabelecer as tais “campeãs nacionais”, dedicando a esmagadora maioria de seus recursos para o grande capital interno. De um órgão auxiliar à privatização das empresas públicas com predomínio do capital estrangeiro nos governos de FHC, o BNDES tornava-se agora o principal órgão fomentador do processo de concentração e centralização do capital nacional.

Essa mudança corresponde, também, as necessidades de adaptação do capitalismo dependente aos pressupostos da acumulação financeira. Como afirma Brettas (2013), durante os governos Lula, o Estado buscou fortalecer os fundos de previdência privada e sua capacidade de articulação com o setor produtivo. Isto se fez, no entanto, através da decisiva entrada das empresas de

controle estatal no circuito da valorização financeira.

Segue, deste modo, forte a presença do Estado, constituindo-se como um terceiro elemento. Nesta intrincada rede de articulações entre diferentes frações da burguesia (produtiva e rentista) e o Estado, diluem-se parcialmente as diferenças entre estes três segmentos. Mantém-se, apesar disso, a influência direta do poder executivo sobre o processo de tomada de decisões, em especial nos governos do Partido dos Trabalhadores, principalmente por meio do BNDESPar e da sua relação com os gestores dos fundos de pensão. Tem-se também, mesmo que em boa parte proprietários minoritários de ações, a participação do capital estrangeiro em diversos setores de atuação do grande capital nacional (BRETTAS, 2013, p. 186).

Já comentamos a importância da participação do BNDESPar na ampliação e transnacionalização das empresas do grande capital nacional. Essa política era acusada, por setores da burguesia rentista, pela grande mídia e pelo PSDB, de um apadrinhamento do governo sob um conjunto de empresas que o apoiavam. De fato, era isso que se dava, mas não era esse o diferencial da atuação no BNDES.

Estaríamos diante de um caso em que o dinheiro público é oferecido a um punhado de empresas de amigos do governo. Ora, o governo FHC fez o mesmo, apenas com outro objetivo: privatizar as empresas estatais. Além do novo papel do BNDES, a cúpula tucana crítica, sintomaticamente, outras iniciativas do governo na área de política econômica, como os grandes empreendimentos capitaneados pelo Estado ou por empresas estatais criadas ou reativadas pelo Governo Lula e que associam grandes empresas predominantemente nacionais (Boito Jr., 2012, p.83-84).

Tais medidas foram reforçadas no segundo mandato de Lula pela substituição de Antonio Palocci no Ministério da Fazenda por Guido Mantega, eliminando a contraposição entre as posições neodesenvolvimentistas que eram acolhidas na casa civil e o referido ministério⁵¹. A estratégia de

51O Banco Central continuaria, evidentemente, sob tutela da intelligentsia oriunda das instituições bilaterais vinculadas ao capital financeiro internacional: isso nunca entrou em

desenvolvimento baseava-se em dois polos complementares. De um lado, buscou-se uma postura comercial mais ofensiva no interior da divisão internacional do trabalho, redirecionando as exportações brasileiras para países não necessariamente alinhados aos Estados Unidos, com destaque ao aquecimento da economia asiática, as parcerias firmadas com África do Sul, Índia e Rússia, que ao final do período oficializariam um novo bloco econômico. De outro, buscava-se transferir os recursos oriundos do saldo positivo na balança comercial ao aquecimento do mercado interno a partir das grandes obras de infraestrutura voltadas, principalmente, ao corredor das próprias exportações.

No plano externo destaca-se também a ampliação do Mercosul e de projetos de infraestrutura no continente com a ampliação do grande capital da construção civil brasileiro em vários países latino-americanos. Esse mesmo capital era fortalecido internamente pelos programas de acesso à moradia popular e, mais tarde, pelas obras voltadas aos grandes eventos, particularmente a Copa do Mundo de futebol. Tudo isso era gotejado ainda pelo aumento das políticas sociais com destaque ao Bolsa Família, o aumento real do salário-mínimo e recurso ao crédito.

Também na educação o governo articulava naqueles anos uma série de políticas que fortaleciam o capital privado no interior do ensino superior e com uma política de ampliação das universidades públicas e do ensino profissionalizante. Atendia, assim, uma das principais reivindicações presentes nas formulações do neodesenvolvimentismo com programas de rápida instrumentalização da força de trabalho nos marcos da acumulação flexível. Tais programas atendiam, ainda que lenta e marginalmente, a reivindicação de ampliação do acesso das classes subalternas às universidades com programas como o Reuni e Prouni.

Contrariando as previsões da maior parte da esquerda brasileira à época, a eclosão da crise do capital em 2008/09 não reverteria esse quadro. O governo conseguiu articular a política de saneamento dos bancos diretamente

questão durante as gestões petistas.

atingidos pela crise (através do aporte dos bancos nacionais) com a manutenção das políticas sociais articulada a uma política de comércio internacional ainda mais ofensiva. Ampliava-se a parceria com a economia chinesa e a centralidade da exportação de *commodities*. No interior dessa estratégia, fortalecia-se ainda mais a aliança do governo com setores da burguesia interna, ligados ao agronegócio. A isso tudo se somava a descoberta em 2008 da camada do Pré-Sal, uma reserva de petróleo que tornaria o Brasil praticamente autossuficiente em sua matriz energética e que seria explorada majoritariamente pelo carro-chefe do neodesenvolvimentismo, a Petrobrás.

Tudo isso somado à capacidade do governo em reagir a tempo aos impactos da crise internacional contemplando os diferentes interesses das frações burguesas e, ainda assim, mantendo as políticas sociais e o aumento do mercado de consumo interno, pareciam confirmar, na aparência do real, o slogan governamental de que o Brasil estaria se tornando um “país de todos”.

Em março de 2008, o CDES reunir-se-ia para debater os impactos da crise internacional sobre a economia brasileira e elencar uma série de propostas a respeito das medidas necessárias ao seu enfrentamento. O documento é significativo tanto pelo diagnóstico dos problemas, quanto pelas propostas, várias delas adotadas como medidas pela administração petista naquele ano, demonstrando que o conselho já deixara de ser um órgão meramente decorativo ou de legitimação das decisões do planalto. A consulta ao empresariado no CDES passava a pautar também os rumos da política de investimentos que seriam fundamentais nas políticas anticíclicas adotadas.

No que se refere ao diagnóstico dos principais problemas a serem enfrentados na crise, o documento registra uma polêmica entre os conselheiros típica do debate entre as duas correntes do neodesenvolvimentismo (conforme vimos no capítulo anterior).

Há divergências entre quais políticas econômicas devem ser adotadas ou quais instrumentos devem ser acionados. Alguns vêem no câmbio apreciado o maior entrave ao crescimento, na medida em que inibe as exportações e incentiva as importações. Preocupam-se com o impacto sobre as contas externas e a possibilidade de déficits

no balanço de contas correntes. Outros se preocupam com um possível descompasso entre a oferta e a demanda por bens, ou seja, com a elevação da absorção doméstica da economia brasileira (consumo + gastos do governo + investimentos) frente ao produto potencial, com possibilidade de repercussões indesejáveis sobre a trajetória da inflação, tornando indicada a ação da Política Fiscal. (CDES, 2008a, p. 2)

Mais significativas eram, contudo, as sugestões dadas pelo documento. Pedia-se a urgência na implementação das obras do PAC, com vistas à superar os problemas de infraestrutura; reivindicava que a manutenção do controle da inflação não afetasse as políticas de investimento, ou seja, que não aumentassem os juros; e, proposta permanente em todo o período de existência do conselho, redução da carga tributária sobre o empresariado nacional.

Inúmeros analistas sugerem, como forma de combater a desaceleração das economias afetadas, a adoção de incentivos às exportações, ampliação de crédito, desonerações de impostos que incidem sobre o setor produtivo ou uma combinação de algumas dessas políticas. A reforma tributária proposta pelo governo brasileiro vem ao encontro de parte dessas sugestões, mas há espaço fiscal para propostas mais ousadas de desonerações que incentivem o emprego e o investimento. [...]

No caso do Brasil há que se impedir que a deterioração da balança comercial, em especial, e do resultado do balanço de pagamentos recolorem a economia brasileira na trajetória da vulnerabilidade externa. [...]

Afigura-se importante intensificar as relações econômicas com nossos parceiros tradicionais. Apesar das dificuldades conhecidas, o Mercosul e a América do Sul continuam sendo prioridade. E os outros BRICs também. (idem, p. 3)

Várias dessas sugestões seriam incorporadas como medidas anticíclicas adotadas pelo governo. O aumento dos investimentos estatais seguia, contudo, dependente do comércio internacional e da ampliação da exportação de *commodities*. Este é o motivo pelo qual Bresser-Pereira não enxerga nos governos Lula uma total coerência com sua proposta neodesenvolvimentista: sua pouca dedicação em evitar a “doença holandesa” causada, justamente, pela prioridade ao agronegócio e indústria extrativista

nas exportações brasileiras. Em reunião do CDES em junho de 2008, Luciano Coutinho apresentava as metas centrais de desenvolvimento que seriam adotadas pelo governo, dando destaque às necessidades de inovação tecnológica e aumento da produtividade.

Por que aumento de produtividade permanente e consistente é fundamental? Porque o aumento de produtividade é que permite subir o salário real sem que isso implique aumento de custo para as empresas. Então, a melhoria firme e persistente da produtividade é fundamental para aumentar a parcela do salário na renda nacional que deve ser um dos objetivos no desenvolvimento de qualquer país, melhorar especialmente um país como o Brasil que carrega tanta desigualdade, então é preciso ter produtividade. Produtividade ajuda a combater a inflação por que traz mais produção e ajuda a distribuir renda, então, é um objetivo que parece pouco importante, mas não é, é um objetivo central da política aumentar o investimento, melhorar o esforço de inovação e, além disso, como resultado sustentar uma firme expansão da exportação e não só das commodities, é fundamental manter o crescimento das exportações. Está previsto aqui um crescimento da exportação a uma taxa razoavelmente elevada, considerando não um passado recente, e os preços ajudaram muito, mas considerando que o cenário internacional não é tão favorável para a economia mundial nos próximos três anos em função de uma provável desaceleração importante da economia americana que pode ter algum rebatimento sobre a economia mundial. (CDES, 2008b, p. 6)

Em reunião do “conselhão” em 28 de agosto de 2008, o presidente do BNDES apresentava as previsões de investimento do banco comparando o triênio anterior com os investimento anunciado até o ano de 2011. O total de investimentos era previsto para 1,5 trilhões de reais. Destaca-se na apresentação as três principais prioridades elencadas. Os setores de “indústria e serviços” cujo investimento passaria de 314,3 bilhões de 2004 a 2007 para 627,1 bilhões de 2008 a 2011, os investimentos em infraestrutura que passariam de 185,3 bilhões (excetuando os investimentos em habitação e recursos hídricos) para 304,6 bilhões, e a construção residencial que passaria de 357 para 540 bilhões de reais. As forças motrizes de tais investimentos eram, como se pode prever, as obras de infraestrutura previstas no Programa

de Aceleração do Crescimento, o crescimento das exportações, a ampliação do crédito ao consumo e a ampliação da indústria pesada de bens de capital⁵².

O tom otimista permaneceria na reunião seguinte em novembro do mesmo ano. A reunião contava com toda a equipe econômica do governo, os presidentes tanto do senado quanto da câmara federal, além do quórum máximo do próprio conselho. Na ocasião, Guido Mantega abria sua intervenção dizendo “a boa notícia é que o pior está passando”, prevendo um arrefecimento da crise internacional ainda no final de 2008. Na própria fala do ministro ficava claro, contudo, o rebatimento já constatável na economia. Aqui salta aos olhos a relação de interdependência da própria burguesia local em relação ao capital financeiro internacional.

No Brasil não foi diferente. Houve o travamento do crédito, faltou recursos para as empresas, para os bancos pequenos. [...] Detectamos que havia fortes aplicações no mercado de derivativos, ou seja, posições de venda futura de dólares por parte de empresas brasileiras, principalmente empresas exportadoras, que constitui o que eu chamaria de paradoxo dos exportadores brasileiros. O que é o paradoxo dos exportadores brasileiros? Os exportadores preferem que o câmbio esteja desvalorizado, que o real esteja desvalorizado, para baratear as suas mercadorias no exterior. Só que, infelizmente, nos últimos dois, três meses estava havendo o contrário no Brasil, estava havendo uma valorização da moeda brasileira, por uma série de razões que os senhores já conhecem. Então, em função desta valorização, os exportadores procuraram compensar isto tomando posições de vendas de dólar no mercado futuro. Portanto, apostando na valorização do real (CDES, 2008c, p. 4).

O pacote de medidas defendidas pela equipe econômica chama a atenção. Dentre as principais medidas reforçadas (em conjunto tanto pelo Ministério da Fazenda, pelo Banco Central e pela Casa Civil), citamos as seguintes:

- A medida provisória 443 que permitia a aquisição de participação acionária dos bancos públicos em relação aos bancos privados

⁵²Cf. COUTINHO, L. Um novo Brasil em Construção. Apresentação no CDES. 2008. Disponível em: << <http://www.cdes.gov.br/>>> acesso em 28/07/2016.

(liberação de depósitos compulsórios no banco central injetando cerca de 47 bilhões de reais no sistema financeiro);

- Manutenção da meta de 90 milhões de reais para o financiamento da produção pelo BNDES;
- Manutenção do investimento nas obras do PAC;
- O alargamento do prazo para a cobrança de impostos como IPI, PIS e COFINS (reivindicação antiga do empresariado no interior do conselho)
- Não menos importante, uma medida clássica do Estado brasileiro em tempos de crise: a garantia, ao agronegócio, do preço mínimo da safra, através da compra do estoque com dinheiro público.

A moção aprovada por consenso pelo pleno do CDES reafirmava o sentido das propostas do governo (que, ademais, pareciam caminhar no mesmo sentido da concertação de interesses que imperava no conselho), mas acrescentava um ponto que ficara de fora da apresentação do governo: a imediata redução da taxa de juros:

1. Intensificar a ação do Banco Central visando à estabilização do câmbio, num nível de equilíbrio, variável fundamental para restaurar o comércio internacional e a previsibilidade para os investimentos privados de médio e longo prazo.
2. Restabelecimento do crédito para as atividades produtivas e o comércio, o que exige uma intervenção mais ativa da autoridade monetária com relação aos bancos públicos e privados.
3. Suspensão do processo de aumento da taxa de juros (SELIC) a partir da próxima reunião do Copom.
4. Manutenção da taxa de crescimento dos investimentos públicos, do compromisso com o Programa de Aceleração de Crescimento, com a Política de Desenvolvimento Produtivo e com os Programas Sociais.

Essa é talvez uma das principais diferenças entre os governos Lula e os governos neoliberais ortodoxos no enfrentamento a crise. A adoção das

medidas de desonerações fiscais e incentivo ao consumo teriam, de fato, um impacto na taxa real de juros que permitiria a alavancagem das taxas de crescimento no ano de 2010. O gráfico a seguir mostra o comportamento da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) durante os dois mandatos de Lula e o primeiro ano do governo Dilma.

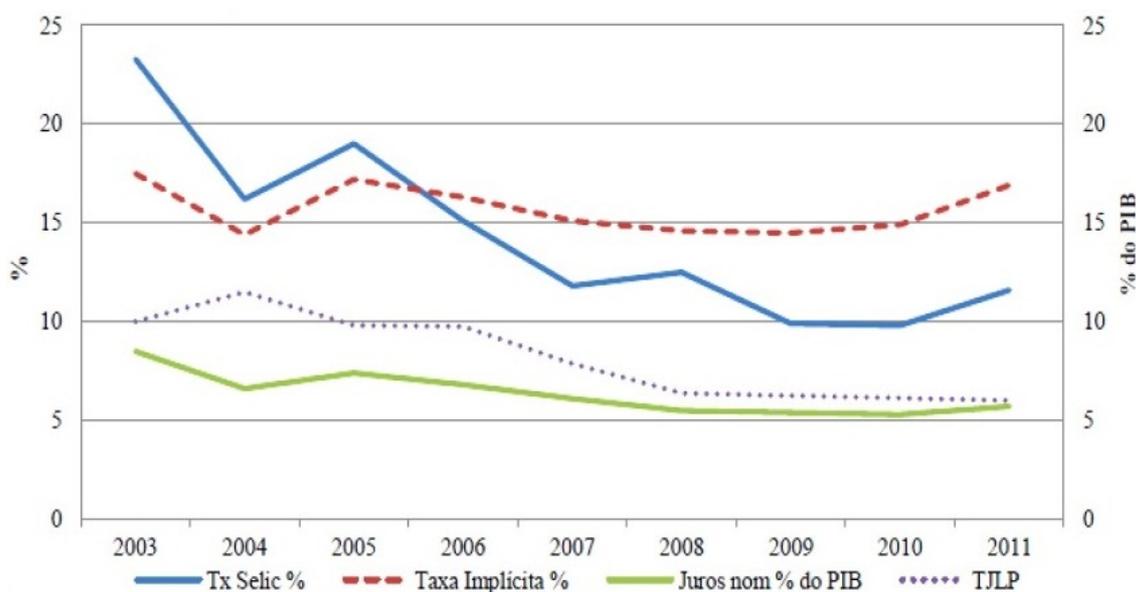


Figura 4 – Evolução da taxa Selic de 2003 a 2011

Fonte: Nota de Política Fiscal do Bacen, série histórica (apud BRASIL, 2011)

Pelo gráfico percebe-se que, mesmo com momentos de subida, a tendência geral da taxa Selic no período é de queda. Convém lembrar que esta é a taxa pela qual a União vende seus títulos, ao passo que a taxa de juros de longo prazo (TJLP) é a que a União recebe das instituições financeiras oficiais e de outros programas de fomento. A diferença entre estas duas taxas representa o custo fiscal dessas operações de fomento, e continua significativa, o que onera o Tesouro Nacional. Em outras palavras, a taxa pela qual o governo remunera seus credores é maior (mesmo tendo caído) do que a que recebe pelos empréstimos que concede. Esta é uma das razões pelas quais a taxa implícita da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), sinalizada pela linha tracejada em vermelho, praticamente não se alterou (cf. BRETTAS,

2013, p. 269). Este perfil mostra, a um só tempo, a relação de mudança e continuidade que marcam as gestões petistas: busca-se maior espaço para a rentabilidade do capital nacional em consonância com os interesses da hegemonia das finanças. Daí a centralidade da dívida pública e das políticas de superávit primário, bem como do estímulo ao crédito. Sua alteração demandaria, contudo, um outro projeto não só de gestão macroeconômica, mas mudanças estruturais que implicariam um forte enfrentamento entre as classes e com o imperialismo, objetivos muito distantes da proposta de *pacto social* levada adiante pelo governo.

A alteração, portanto, no padrão de gestão da dívida pública implicaria em uma mudança estrutural que atinge diretamente a rentabilidade do grande capital. Sem mexer nisto, o governo tem as possibilidades de mudança de rumo muito limitadas. O controle fiscal precisa ficar a mercê do pagamento de juros, o que desestimula a produção por um lado e compromete um montante significativo de recursos públicos por outro. Ao se manter refém da política econômica adotada nos anos 1990, a indução do crescimento e da distribuição de renda passam por medidas paliativas de difícil sustentação no longo prazo (BRETTAS, 2013, p. 271).

As propostas defendidas para o enfrentamento à crise revelam o resultado da pactuação em torno do ideal de desenvolvimento. O consenso do CDES contemplava praticamente todos os setores do capital, mas não havia uma única proposta voltada para a garantia e manutenção do emprego, em uma conjuntura de crise, não obstante a retórica das centrais sindicais. É que a ideia de desenvolvimento oriunda do exercício da concertação não era outra senão aquela que identificava crescimento nacional e aumento da lucratividade do capital com redistribuição de renda.

Essa aposta em uma solução rápida para a crise não só internamente, mas também no plano internacional, presente no discurso dos ministros e do próprio presidente da república, tinha uma função ideológica primordial: o próprio desenvolvimento brasileiro estava calcado em maior vulnerabilidade externa, na dependência do aquecimento das economias centrais para a

exportação de *commodities*. Contudo, o tom ufanista em relação ao quadro internacional da crise reduzir-se-ia no ano seguinte. No “Seminário Internacional sobre Desenvolvimento” realizado em Março de 2009, o próprio Luciano Coutinho já admitia a possibilidade de o crescimento negativo da economia internacional prolongar-se até o ano de 2010 e seguir com crescimento muito baixo do PIB depois disso. Alertava, ainda, para o impacto que a previsível redução dos preços das *commodities* poderia ter para o crescimento esperado da economia brasileira. O grande diferencial e aposta do governo era a continuidade do crescimento da economia chinesa (cf. CDES, 2009, p. 24).

O mesmo não se dava em relação ao otimismo permanente das políticas anticíclicas anunciadas pelo governo. O discurso de Lula no seminário anunciava o programa de construção de habitações populares previsto no PAC, programa este que reaqueceria, para além das obras de infraestrutura, o grande capital da construção civil e o mercado imobiliário brasileiro. Apresentamos parte do resumo da fala do presidente publicada pelo CDES:

Após apontar tais condições, o presidente lançou um desafio aos empresários brasileiros: o de realizar as obras nas quais o governo federal irá investir. Uma delas, exemplificou, é a construção de um milhão de moradias populares para a população de baixa renda. “A grande novidade para nós é que o Brasil não precisa de dinheiro externo para fazer os investimentos que precisa. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), se já não existisse, teria que ser criado. Chegamos a isso, entre outras coisas, estimulando a formação de um mercado de massas por meio de políticas públicas destinadas a aumentar o poder de compra do salário mínimo”. Ao fazer essa observação, Lula voltou a chamar a atenção para a importância da dimensão política no enfrentamento da crise. “O que diferencia esse ciclo é que sua continuidade não depende só da economia, mas da ampliação da democracia política no Brasil”. (Idem, p. 7)

Naquele seminário houve aparentemente uma única intervenção que destoava do tom otimista com a economia brasileira. Trata-se da análise do Professor Jan Kregel, economista do *Levy Economics Institute of Bard College*,

de Nova Iorque, em cuja avaliação aparecem elementos significativos das contradições do padrão de desenvolvimento implementado pelos governos neodesenvolvimentistas. Vale a pena transcrever o resumo da fala do professor publicada pelo CDES:

O Brasil será atingido muito mais do que se imagina, advertiu. Uma advertência apoiada nas seguintes razões: A força do Brasil está apoiada por políticas de curto prazo e em sistemas internacionais que não mais voltarão. A melhora do Brasil ocorreu em função de fatores que estavam fora do seu controle, como as commodities por exemplo. E o Brasil teve sucesso em atrair investimentos estrangeiros por praticar uma taxa de juros muito elevada, mas isto não ocorrerá mais. Desapareceram as condições para geração de grandes reservas internacionais para o Brasil. Ou seja: a força do Brasil está ligada a anomalias como: juros e compulsório elevados; controle do governo no mercado de capitais, via BNDES. (Idem, p. 22)

Ao contrário do governo, a burguesia industrial não tinha razões para um otimismo exacerbado. Ela apoiava o pacote de medidas impulsionado porque, ademais, ele correspondia aos seus interesses, no aquecimento de parte importante das cadeias produtivas, na redução de impostos sobre essas cadeias, nas condições de financiamento, etc. Entretanto, os impactos da crise que pouco apareciam no conselho eram bem percebidos pelo empresariado. Passados seis meses da crise, o Instituto Empresarial para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) publicava, em junho de 2009, um estudo apontando os impactos da crise na indústria de transformação. A maior retração no setor, em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, era apontada naquelas indústrias de média-alta intensidade tecnológica (segundo classificação utilizada pela OCDE), cuja queda havia sido de 25,6%. Diante dos dados negativos para esse setor da burguesia interna brasileira, o cenário aventado pelo IEDI era razoavelmente diferente daquele anunciado pelo governo.

Isto posto, mesmo aceitando-se que o pior da crise já passou, o forte impacto na produção industrial sugere que a recuperação pode – e tende a – ser lenta. O ponto crucial está no fato de que o crédito abundante nos grandes países compradores, como se observou no passado recente, dificilmente irá se repetir. Até pelo fato da crise ter origem no próprio sistema financeiro. Assim, o reaquecimento da demanda externa tende a ser lento, apesar das medidas anticíclicas tomadas por vários governos, em especial nos países avançados. Quando se defende taxas de juros mais baixas do que as praticadas no País e aprofundamento de medidas anticíclicas com base no mercado doméstico no Brasil, dentre as quais a realização de obras de infraestrutura, é apenas a constatação de que as condições para a economia crescer são bastante estreitas ante o cenário mundial atual (IEDI, 2009, p. 4).

O relativo sucesso do pacote de medidas havia sido, novamente, estimulado pela retomada da exportação de *commodities* e pelo aquecimento do mercado interno dependente das grandes obras levadas adiante pelo PAC. O estímulo ao mercado de consumo interno durante a crise, com as sucessivas reduções de IPI para a compra de bens duráveis também tiveram seu papel.

O quadro que se desenharia para o ano de 2010 era extremamente promissor para a grande burguesia brasileira. A descoberta do pré-sal⁵³ e as expectativas geradas em torno da exploração de sua riqueza estimulavam no empresariado o otimismo de futuro com o governo e reforçavam a importância de um processo de pactuação entre as classes que reforçasse seus interesses diante da Petrobrás. Vale lembrar que a empresa era o carro chefe da empreitada neodesenvolvimentista. Era a partir dela que vários setores, tanto da indústria extrativista quanto da construção civil, absorviam investimento estatal e ampliavam suas cadeias produtivas.

Não é à toa, portanto, que as medidas anticíclicas e a retomada do crescimento econômico após a crise de 2008/2009 tenham sido eleitas como uma janela histórica fundamental a partir da qual os intelectuais do

53O “pré-sal” é uma área de reservas petrolíferas encontrada sob uma profunda camada de rocha salina, que forma uma das várias camadas rochosas do subsolo marinho. As reservas do pré-sal encontradas no litoral do Brasil são as mais profundas em que já foi encontrado petróleo em todo o mundo. Representam também o maior campo petrolífero já encontrado em uma profunda região abaixo das camadas de rochas salinas ou evaporíticas.

neodesenvolvimentismo afirmavam o acerto de suas teses. Elas não eram uma ruptura com o regime neoliberal e não ameaçavam os interesses da alta finança, o que parecia corroborar a tese de que era possível reformar esse regime e reposicionar o capitalismo brasileiro no interior da divisão internacional do trabalho. E mais, a ilusão de que se poderia contar com o comprometimento do próprio capital financeiro nessa empreitada.

Era marcante o otimismo dos intelectuais do Ipea, ao analisarem os resultados práticos da atuação do CDES e do projeto definido de desenvolvimento pelo conselho a partir da AND. Ao descrever o efeito de contenção da crise com centralidade às políticas sociais focalizadas, como o Bolsa Família, o aumento real do salário mínimo e o aumento do crédito ao consumo das famílias, previam a necessidade do aprofundamento das políticas de investimento estatal para o grande capital nacional.

Todos esses dados nos levam a crer que é possível que o país construa um caminho alternativo para transitar pela crise, absorvendo seus efeitos e levando o Brasil a um caminho de crescimento econômico e desenvolvimento. A isso podemos agregar um desafio ainda mais amplo, que é pensar um novo modelo de desenvolvimento. [...]Por outro lado, não se pode perder de vista que o acesso ao crédito no mundo ficou, e permanecerá durante um bom tempo, mais difícil e que haverá aumento do custo de capital. O grande desafio para as políticas públicas de crédito será aproveitar a nova solidez econômica do país para atrair capitais, bem como articular ações de aporte ao crédito, *com forte participação do BNDES, dos bancos públicos e a colaboração decisiva do sistema financeiro nacional.* (Ipea, 2010, p. 197, grifo nosso)

A pauta do ano seguinte no CDES já não falaria em impactos da crise. Ao contrário, os temas voltavam a ser o projeto de desenvolvimento nacional, com a proposta de um novo aprofundamento dessa pauta, recuperando a formulação genérica da AND e elaborando uma proposta ainda mais afinada com os pressupostos do neodesenvolvimentismo. A formulação da “Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento” (ANC) tinha como pressuposto ao mesmo tempo o debate realizado em torno da crise mundial no ano anterior e o

consenso de que ele abrisse um novo cenário para um projeto de desenvolvimento brasileiro.

As mudanças vividas pelo Brasil e os debates realizados pelo Conselho em torno da crise econômica internacional, que culminam com a realização do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento em 2009, orientaram a necessidade de CDES de empreender novo esforço de diagnóstico e proposição sobre o desenvolvimento do País. No Seminário conselheiros e conselheiras, dirigentes de instituições públicas e privadas, pesquisadores, intelectuais de diversos países apontaram que a crise internacional com contornos inéditos em seus traços e alcance encontrou um Brasil também de novo tipo, que vivia uma trajetória de mudança que soube sustentar mesmo frente à conjuntura adversa. (CDES, 2010, p. 8)

O principal aspecto destacado na ANC era o aquecimento do mercado interno, impulsionado pelas grandes obras e, evidentemente, o papel da exportação de *commodities*, em particular pela consolidação dos BRICs. Tudo se passa como se um mesmo padrão de desenvolvimento estivesse sendo adotado pelo conjunto dos países pertencentes ao bloco, ignorando as diferenças existentes na divisão internacional do trabalho que eram agora inerentes ao bloco. Mais do que isso, o documento revela também o quanto essa estratégia está distante de qualquer crítica frontal ao imperialismo norte-americano. Ela representaria, na verdade, uma nova forma de se relacionar com a própria economia dos países centrais.

O Brasil e seus parceiros latinoamericanos, africanos e asiáticos desfrutaram, neste momento, de posição privilegiada na economia global. Os países que integram o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), nos últimos anos, tiraram da pobreza mais de meio bilhão de pessoas, incorporando esse enorme contingente à classe média e provocando, em consequência, o aumento da capacidade de consumo no interior de cada um desses países e no potencial de consumo de produtos gerados no âmbito de outros países da economia global. Em 2020, com 3,14 bilhões de habitantes, cerca de 40% da população mundial e crescendo a taxas muito superiores à dos países ricos, os BRICs chegarão, de fato, muito próximo das economias do G-7. Esses países elevarão a sofisticação e complexidade da sua relação com os mercados tradicionais, como os dos Estados Unidos e Europa, e representarão importante motor que

impulsionará o consumo em escala mundial. (idem, p. 24)

O documento incorpora, ainda mais do que o anterior, a centralidade do empresariado brasileiro como sujeito do desenvolvimento nacional, reforçando a ideia de que o Estado deveria assumir seu papel de regulação, controle, planejamento e articulação dos investimentos, mas de que caberia ao setor privado “assumir a liderança dos grandes projetos, principal veículo dos investimentos” (idem, p. 28).

Quanto à política econômica, o documento é síntese da posição de classe da maioria do próprio conselho. Pede-se a elevação da taxa de investimento estatal, a redução dos juros, a estruturação e ampliação das linhas de financiamento, particularmente para a exportação e, não menos importante, a criação de um ambiente favorável à entrada do capital estrangeiro voltado “para atividades produtivas e não simplesmente especulativas” (Cf. idem, p. 31).

Admite-se no documento os pressupostos da “sociedade pós-industrial”. O desenvolvimento é entendido como a “transição para a economia do conhecimento”. Trata-se da defesa, também constante reivindicação do empresariado brasileiro, de políticas de inovação tecnológica para as empresas visando um melhor posicionamento no ranking mundial. Essa admissão passa pelo convencimento das classes subalternas de um ideal de desenvolvimento no qual a distribuição de renda estaria sempre dependente dos ganhos de produtividade do capital.

O avanço da competitividade de empresa brasileira depende e dependerá cada vez mais da sua capacidade de inovar, isto é gerar novos produtos e novos processos com maior densidade tecnológica. A inovação é essencial para aumentar a produtividade e garantir melhores salários de forma sustentável. Isso tem implicações para inúmeras políticas públicas na área educacional, na eficiência dos marcos regulatórios setoriais, no incentivo ao empreendedorismo, na redução da burocracia e na política de P&D empresarial (idem, p. 32).

É evidente que a agenda continha uma série de defesas não só contraditórias entre si, mas também contrárias à setores importantes do empresariado no conselho. As definições genéricas permaneciam no texto. Dessa forma, é no debate entre os conselheiros que podemos captar as diferentes interpretações sobre um mesmo conteúdo colocado. Na 34ª reunião do conselho, momento de lançamento do primeiro texto da agenda em junho de 2010, o tema da reforma tributária era, novamente, o que mais aparecia na fala dos conselheiros com interpretações conflitantes. Tendo feito parte do grupo de trabalho permanente em torno da reforma tributária no conselho, o vice-presidente da CUT à época, José Lopez Feijóo, contestava o argumento empresarial sobre a alta carga tributária, defendendo, ainda que sem uma proposta concreta, a progressividade dos impostos, contida de forma genérica na ANC.

Para mim é impossível dimensionar se a carga tributária é alta ou é baixa enquanto nós não estabelecermos o custo real das políticas que o País precisa. [...] Quanto custa uma saúde de efetiva qualidade e universal para todos, para que eu não precise pagar plano de saúde, como deveria ser? Quanto custa a construção da infraestrutura que esse País precisa? [...] Ela é mal distribuída. Os que ganham menos pagam mais e os que ganham mais, pagam menos. O que nós precisamos para iniciar esse debate, que está proposto, inclusive, é fazer o debate da distribuição desta carga, de forma que a progressividade permita que aqueles que os que ganham menos possam pagar efetivamente menos e os que ganham mais, deem a sua maior participação de contribuição para um processo de construção nacional tão necessário. (CDES, 2010b, p. 7-8)

O próximo a falar era Jorge Gerdau. Após criticar a ausência do conceito de meritocracia no debate sobre a educação contido na ANC, o industrial rebatia os argumentos do dirigente da CUT quase em tom de ameaça. Revela-se aqui a contradição entre as demandas oriundas dos setores populares e o próprio conceito de desenvolvimento admitido pelo CDES. A fala de Gerdau vincula, como na própria agenda, o aumento do

investimento e do lucro privado às condições para que o Estado possa prover as políticas sociais.

E investimento? O Brasil está num potencial, é uma obra fantástica que foi construída em seu desenvolvimento e no patamar, mas a taxa de investimento tem que ser modificada, tem que ser feita por eficiência de gestão, com redução de custos do setor público, porque a carga tributária já está num patamar difícil de mexer, está alta e a tendência deveria ser de diminuir, porque a discussão tem que seguir. [...] a soma de impostos também é um índice de competitividade mundial. [...]A verdade, é a seguinte, com 10% sobre o PIB não tem governo, mas com mais de 40% de imposto, eu não tenho sociedade e é preciso preservar a sociedade. [...]A própria discussão de imposto sobre grande fortuna é um tema que tem que ser analisado em termos de mercado e não de emocionalidade, porque o Brasil precisa atrair capitais e poupanças, tem que estimular mais poupanças para que se possa fazer os nossos programas de investimentos social. (idem, p. 9)

Na mesma ocasião, a exposição de Paulo Simão, conhecido empresário do ramo da construção civil, concluía sua apresentação síntese da nova agenda ressaltando os pontos de divergência entre os conselheiros e que não teriam, portanto, propostas claras indicadas ao governo. Os principais pontos de divergência e que ficariam de fora da nova agenda eram a redução da jornada de trabalho, a implementação da resolução 158 da OIT e a proposta de tributação das grandes fortunas.

A eclosão da crise de 2008/2009 não pode ser entendida, contudo, numa crise econômica passageira. Como vimos, trata-se da crise do padrão de acumulação financeira vigente e do Imperialismo que o sustenta. A capacidade das medidas cíclicas operadas pelo segundo governo Lula alimentavam a crença no neodesenvolvimentismo como projeto perene de evolução do capitalismo brasileiro. A evolução da crise internacional teria, contudo, um caráter bem mais permanente do que esse projeto. Ela revelaria o aprofundamento da vulnerabilidade externa na qual a ideologia neodesenvolvimentista estava calcada e o caráter transitório das medidas que impulsionavam o mercado interno. Com o alastramento dos efeitos da crise,

particularmente aos países do sudeste asiático, e a conseqüente redução dos preços das *commodities*, somado esse efeito ao término das grandes obras de infra-estrutura, os efeitos da crise econômica começariam a impactar fortemente a economia brasileira e revelar as contradições presentes no *pacto* entre as classes.

5.3.3 O esgotamento do pacto (2013 – 2016)

O advento do governo Dilma Rousseff demarca um novo momento na história do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Se, de um lado, permanecem nos diversos atores as mesmas expectativas em torno das possibilidades de conciliar os interesses entre as classes fundamentais, as condições externas para o desenvolvimento e manutenção do pacto neodesenvolvimentista se alterariam profundamente durante o terceiro mandato petista.

Em primeiro lugar, a referida tática de “ocupação pela esquerda do pemedebismo” era oficializada em sua chapa pela presença do “centrão” na vice-presidência. Para além disso, Dilma herdara da gestão anterior condições mais difíceis de administração dos interesses do grande capital nacional e do capital financeiro, tendo de manter as políticas sociais de interesse das classes populares. Como afirmava Nobre (2013):

Um quadro do problema seria mais ou menos o seguinte: o pacto do crescimento não pode ser mantido nos níveis em que terminou o governo Lula, altos demais para ser absorvidos sem aumento da inflação e sem o total estrangulamento da infraestrutura. Ao mesmo tempo, é necessário encontrar um patamar mínimo para o crescimento no interior do ajuste para baixo do modelo. O estímulo ao crédito e o aumento da renda têm de ser substituídos por uma mudança estrutural do aumento da taxa de investimento. (Nobre, 2013, p. 135)

Em outras palavras, a grande questão era a de manter a pactuação

entre as classes em torno do crescimento econômico sem cortar nos dois polos fundamentais de sustentação do governo (a burguesia interna e setores da classe trabalhadora) e, ainda assim, não romper frontalmente com o capital financeiro internacional. A burguesia interna começava a sentir no bolso o resultado da expansão do mercado de trabalho formal e o conseqüente aumento salarial e exigia a redução dos custos para além do corte de impostos. Ao mesmo tempo, naqueles anos setores importantes da classe trabalhadora e, mais fortemente ainda, dos setores médios iriam às ruas exigir o aprofundamento de direitos que até então não haviam sido contemplados pelo ideal do desenvolvimento defendido nos marcos da estratégia de conciliação de classes.

Nota-se nesse período uma expressiva redução na quantidade de reuniões do conselho que contou, durante todo o primeiro mandato, apenas com nove reuniões, contra uma média de 15 reuniões para cada mandato de Lula. Também a média da presença nas reuniões do conselho cairia pela metade naqueles anos.

As primeiras duas reuniões foram marcadas por dois fatores importantes. Primeiro, o anúncio do corte de gastos pelo governo que era assumido pelo conselho como necessário para a manutenção dos investimentos. Segundo, pelas expectativas de continuidade do crescimento econômico oriundas das obras para os grandes eventos (a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas em 2016).

Ao contrário do que geralmente se espera de um governo em início de mandato, o primeiro governo Dilma não investiria em políticas de ajuste fiscal que atingissem diretamente as classes populares. Note-se que o corte de gastos do governo não atingia naquele momento o contingente destinado às políticas compensatórias e nenhuma das rubricas mais significativas das políticas sociais do governo sofreria cortes, com o exemplo bastante conhecido do “Minha Casa, Minha Vida” e o “Brasil sem miséria”. A desoneração seletiva de impostos à indústria, sempre presente nas reivindicações do empresariado, fora feita de forma a evitar a redução salarial e não comprometer o crescimento

do consumo. Outro elemento importante desse período seria a consolidação da política de conteúdo nacional nas empresas estatais. Mais significativo ainda, o governo ousava uma política de afronta à ortodoxia neoliberal que era a principal reivindicação não atendida e que era consensual entre empresários e representantes das centrais sindicais no interior do conselho: a redução da taxa real de juros a patamares inferiores a 2% ao ano.

Diante desse quadro, como explicar a redução das reuniões e da produção do conselho? Mais do que isso, porque a participação do próprio empresariado tenderia a se reduzir no CDES naquele ano?

Arriscamos algumas explicações para esse fenômeno. Em primeiro lugar, ao contrário do que os defensores do neodesenvolvimentismo advogam, a política de conciliação entre interesses de classe não é uma necessidade permanente da burguesia brasileira. Ela foi necessária para consolidar esse projeto diante do aparelho de Estado e lhe garantir a influência direta nas suas políticas. Ora, uma vez consolidada a hegemonia dos interesses desse setor do grande capital nacional nas políticas de investimento estatal, ainda mais tendo as políticas de investimento asseguradas pelas grandes obras previstas e pela exploração futura do pré-sal, o que mais se buscaria no exercício de concertação entre interesses antagônicos? Mais do que isso, a consolidação da adaptação do PT ao sistema político e à lógica da governabilidade, expressa na aliança com o PMDB, lhe garantiam agora um mecanismo bem mais eficiente de pressão, seja pela presença direta desse partido no interior do governo, seja pela maioria parlamentar no congresso nacional.

Ressalte-se que os desafios listados pelo grande capital naquele período direcionavam-se, principalmente, à redução de custos para além dos cortes de impostos. A expansão do mercado de trabalho, com o consequente aumento do número de greves (que se tornaria ainda mais acentuado a partir de 2012) e a política de manutenção do aumento salarial passariam ao centro da pauta empresarial. Nesse sentido, é simbólica a avaliação de Paulo Safady Simão dos desafios colocados para o CDES no primeiro mandato de Dilma.

Olhando para os obstáculos que o desenvolvimento sustentável brasileiro vai encontrar em curto, médio e longo prazo, acredito que as principais contribuições do Conselho deverão estar voltadas ao debate de alguns temas prioritários: estímulo à difusão da inovação; redução do chamado “custo Brasil”, que reflete diretamente na competitividade da nossa economia e a necessidade de um salto expressivo da qualidade da nossa educação. [...]No universo das relações trabalhistas, o Conselho – como espaço de diálogo – pode contribuir para superarmos de uma vez por todas a ultrapassada dicotomia: trabalhadores X empresários. Neste sentido, a própria Organização Internacional do Trabalho tem realizado experiências em outros países que reduzem a burocracia e o peso das folhas de pagamento sobre a atividade produtiva. São iniciativas que buscam reconhecer nos trabalhadores a capacidade de se tornarem, eles próprios, empreendedores.⁵⁴

Há, no entanto, uma outra explicação para o crescente distanciamento da burguesia interna da lógica de pactuação entre as classes no governo Dilma. Os dados relativos ao aumento do número de greves sugerem que esses acontecimentos podem ser a manifestação visível de uma mudança mais profunda e silenciosa. Todo desenvolvimento capitalista têm como contraface necessária o crescimento também da classe opositora. As políticas neodesenvolvimentistas demonstravam uma significativa recomposição da força social da classe trabalhadora, fruto das políticas de desenvolvimento (com a recomposição nos níveis de emprego e consumo e da consequente diminuição do exército industrial de reserva). Segundo dados do DIEESE, o número de greves que vinha decaindo desde 1995, passa a se recuperar a partir de 2004. Em 2012 o Brasil atingia o maior número de greves registrado em 16 anos. O número de horas paradas no mesmo período (somando 86.858 horas) já era superior ao registrado no ano de 1988 (63.332 horas), auge do último grande ciclo de greves e mobilizações de massa daquele período. Além disso, cerca de 64% do total de greves tiveram reivindicações de caráter propositivo e não apenas defensivo e destas cerca de 74% obtiveram conquista de ganhos reais para a classe trabalhadora. O gráfico a seguir

⁵⁴Simão, P. S. Os novos desafios do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em <<http://www.cdes.gov.br/noticia/21355/os-novos-desafios-do-conselho-de-desenvolvimento-economico-e-social.html>> Acesso em 29/07/2016.

demonstra o impacto das negociações coletivas sobre as diversas categorias de trabalhadores de 1996 a 2011.

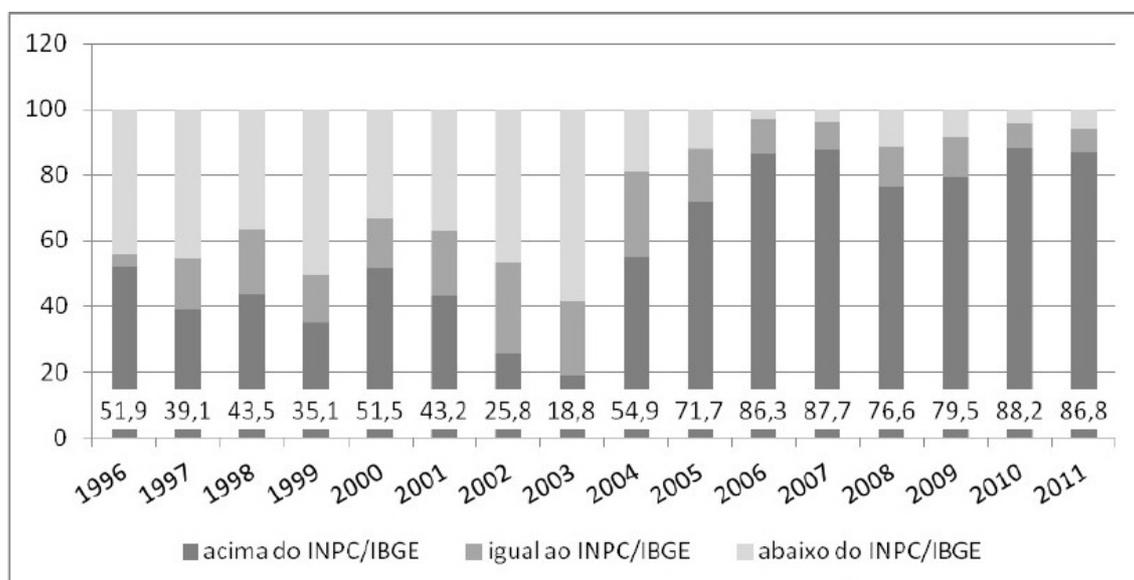


Figura 5 – Gráfico de Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC/IBGE entre 1996 e 2011

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS/DIEESE)

O gráfico demonstra que, desde 2005, mais de 70% das categorias laborais tiveram aumentos acima da inflação, chegando a 88,2% em 2010 e 86,8% em 2011. Em 2011, o setor de comércio foi o que apresentou um maior percentual de reajustes acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou seja, da inflação, ficando em torno de 97%. Na indústria, 90% das negociações registraram aumentos reais na data-base. Destacam-se os segmentos da construção e mobiliário, indústria extrativa e indústria do papel, papelão e cortiça, que registraram aumentos reais em todas as negociações neste ano. As atividades na indústria da alimentação, metalúrgica e gráfica apresentaram percentuais de negociação com aumentos reais acima da média do setor. Os serviços obtiveram o menor índice, cerca de 76% (DIEESE, 2012).

O que chama a atenção é que parte considerável dos movimentos grevistas se iniciaram fora da estrutura sindical tradicional, ou seja, não foram

convocados pelos sindicatos oficiais das categorias. Como exemplo poderíamos citar as paralisações nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2012, particularmente a paralisação dos trabalhadores ligados à empreiteira Camargo Correia, nas construções das usinas de Jirau e Santo Antônio em março daquele ano, em Rondônia. O movimento reivindicava melhores condições de trabalho, reajuste de 30% (reivindicação feita nove meses antes da data-base da categoria, marcada para primeiro de janeiro do ano seguinte), direito a visitas regulares às famílias, etc. O Tribunal Regional do Trabalho declarou a greve ilegal, punindo os sindicatos da categoria com multa de R\$200.000 por dia de paralisação. Mesmo com a decisão judicial contrária, o movimento grevista continuou e o estado de Rondônia chegou a solicitar o uso da força nacional para reprimir o movimento. Outros dois exemplos mais recentes são as greves do transporte público rodoviário em Recife e em São Paulo, em julho de 2013 e maio de 2014, respectivamente. Ambas foram marcadas por conflitos entre o movimento grevista e os sindicatos oficiais das categorias.

Tais dados sugerem uma mudança significativa no movimento de constituição do proletariado como *classe em si*⁵⁵, algo novo, sem dúvida, se considerarmos a conjuntura enfrentada pelo sindicalismo brasileiro e pelos movimentos populares durante toda a década de 1990. Eles sugerem, ainda, que a situação de contenção das demandas populares no fim da década de 1990 e início dos governos Lula pode ser relacionada à decomposição da força social da classe trabalhadora (devido ao expressivo aumento do exército industrial de reserva no último quartel do século XX) e não apenas ao transformismo das lideranças de esquerda. Melhor dizendo, o próprio transformismo dessas lideranças teria como fundamento, como vimos nos

⁵⁵Por *classe em si*, entendemos o movimento de constituição do proletariado em classe, ou seja, a reunião de um maior número de operários assalariados frente à burguesia (recomposição econômica da classe) e a manifestação pelos seus interesses econômicos imediatos frente ao capital. Tal movimento relaciona-se ao processo de constituição do proletariado em *classe para si*, ou seja, o processo pelo qual adquire consciência dos seus interesses históricos de classe traduzindo aquelas lutas econômicas para o campo da política, ou seja, para o campo da luta pelo poder (Cf. MARX, 2009, p. 190-191).

capítulos anteriores, essa decomposição de sua base social durante a década de 1990. O aumento do número de trabalhadores com carteira assinada e a diminuição do desemprego seriam responsáveis por essa recuperação no número de greves e movimentos reivindicatórios no Brasil nos últimos 10 anos.

O impacto das greves começava a ser sentido também no bolso do empresariado. O gráfico a seguir apresenta a participação dos componentes do PIB pela ótica da renda no Brasil e ilustra uma redução da remuneração do capital em favor da renda dos trabalhadores a partir de 2004.

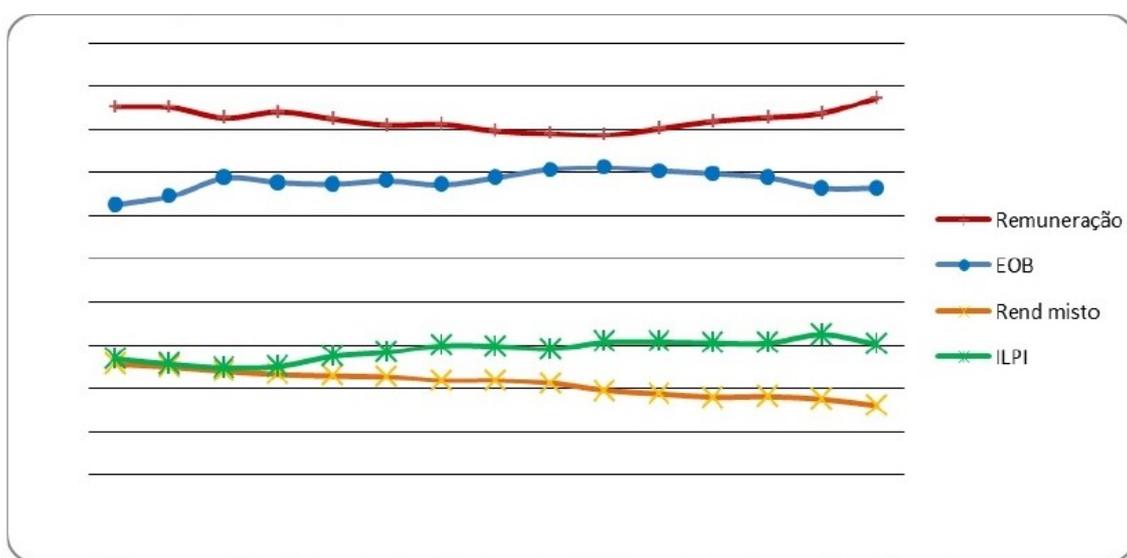


Figura 6 – Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda no Brasil (1995/2009)
Fonte: Sistema de Contas Nacionais/IBGE. Elaboração Hallak Neto (2013).

A série histórica contém quatro componentes distintos do PIB pela ótica da renda. A remuneração compreende a parcela destinada ao trabalho assalariado; o Excedente Operacional Bruto trata dos ganhos potenciais do capital; o rendimento misto bruto é a parcela que cabe ao trabalho autônomo; e, por fim, os impostos líquidos de subsídios sobre a importação e exportação (ILPI). Dessas componentes, as duas primeiras são essenciais para o que estamos analisando. Segundo Hallak Neto (2013, p. 55), “As remunerações incluem os salários e as contribuições sociais; o EOB [identifica] o rendimento das empresas financeiras e não financeiras, dos proprietários de imóveis e

outros bens alugados e dos detentores de títulos financeiros públicos ou privados”. O gráfico ilustra, portanto, o aumento das relações da classe trabalhadora e uma redução na renda do capital.

Essa mudança no comportamento da classe trabalhadora com a retomada das greves é a primeira razão do esgotamento da política de conciliar o inconciliável. A dominação ideológica havia sido capaz de conter no estreito limite dos interesses da burguesia brasileira, as principais lideranças e centrais sindicais nacionais. No entanto, ela era obviamente incapaz de impedir que se recriassem as contradições inerentes ao desenvolvimento do modo capitalista de produção, ainda mais em sua modalidade dependente do capital financeiro internacional.

A principal tarefa da conciliação entre classes já havia sido cumprida pelo conselho. Diante do quadro descrito, seria de se esperar que as representações sindicais ligadas aos trabalhadores aumentassem a pressão exigindo maior enfrentamento ao capital financeiro e expondo as contradições do desenvolvimento em curso. No mínimo, seria de se esperar uma presença maior de propostas que beneficiassem diretamente os que vivem da renda do trabalho.

O primeiro documento do CDES de orientação ao governo Dilma, intitulado “Desenvolvimento brasileiro e conjuntura internacional – contribuições do CDES” era, nesse sentido, decepcionante. Ele apenas reafirmava a lógica do desenvolvimento subordinado e fazia eco às reivindicações empresariais de aumento e aceleração dos investimentos nas grandes obras de infraestrutura, bem como a adoção de algumas medidas dos formuladores do novo-desenvolvimentismo. Dentre as principais propostas destacamos as que seguem:

Não permitir flutuações excessivas da taxa de câmbio, que comprometem o planejamento público e privado; Manter expectativas inflacionárias sob controle; Garantir os investimentos públicos, em volume e ritmo adequados para o processo de desenvolvimento brasileiro, sem comprometer os avanços no campo das políticas sociais;

Garantir a retomada dos investimentos na infraestrutura de transportes e modal logístico, que permita dinamizar a economia ao fortalecer a integração do País, reduzindo custos e aumentando a competitividade do produtor brasileiro, nos mercados interno e externo; Garantir as contrapartidas sociais dos empreendimentos estimulados pelas desonerações, pelos investimentos públicos, pelas políticas de conteúdo nacional e compras governamentais; Fortalecer as cadeias produtivas estimulando a agregação de valor aos produtos, principalmente da base produtora de commodities; (Fonte: CDES, 2013).

Elaborado no final do ano anterior, o documento seria apresentado ao pleno do CDES na reunião ordinária de fevereiro de 2013. A próxima reunião estava marcada para julho do mesmo ano, momento em que o “conselhão” completaria 10 anos de existência.

Os acontecimentos de junho de 2013 frustrariam as comemorações. Trata-se das massivas manifestações de rua que eclodiram naquele mês e que ficaram conhecidas como as “jornadas de junho”.

Tais manifestações podem ser divididas em três fases: o início das manifestações na cidade de São Paulo, reunindo uma fração predominantemente de setores médios e sendo conduzida segundo o modelo de mobilização via redes sociais utilizado desde 2005 pelo Movimento Passe Livre (MPL) na capital paulista, contra o aumento das tarifas do transporte coletivo. Uma segunda fase, caracterizada pelo impacto e solidariedade gerada devido às cenas de violência policial contra os manifestantes nas ruas, que multiplicou o tamanho do evento e alastrou os protestos nas principais cidades com centenas de milhares de manifestantes. Multiplicam-se também as pautas, ampliando as reivindicações (presentes nos inúmeros cartazes levantados pelos manifestantes) por direitos sociais (saúde, educação, moradia, contra a corrupção, contra os gastos com os megaeventos, etc.), atingindo seu auge no dia 20 de Junho com a conquista da redução das passagens em várias capitais. Uma terceira fase inicia-se com a fragmentação do movimento a partir de 21 de Junho em diversos atos com reivindicações diferenciadas.

Segundo pesquisa realizada pelo IBOPE, embora o nível de

escolaridade alto da maioria dos manifestantes⁵⁶ indique a presença significativa de setores tradicionais da classe média, os dados referentes ao nível de renda revelam, no entanto, que cerca de 50% do total dos manifestantes encontravam-se na faixa de 2 a 5 salários mínimos familiares mensais, sinalizando uma forte presença do que Singer (2013) denomina “novo proletariado”. Trata-se, justamente, dos setores que ascenderam ao mercado de trabalho formal durante os governos neodesenvolvimentistas, ainda que sujeitos à precarização das relações de trabalho e emprego.

Esse duplo caráter de classe das manifestações revelava também uma dupla contradição do neodesenvolvimentismo. De um lado, ele revelava um típico descontentamento de setores da pequena burguesia brasileira. Esse agrupamento social que define-se, segundo Marx, muito mais pelos seus limites da consciência de classe do que por suas condições objetivas no mundo da produção, sempre tensionada pelo medo em decair nas fileiras do proletariado e sempre sonhando em acessar o mundo de consumo burguês.

Esse setor, que olha para a política quase sempre através dos preceitos morais e vê no Estado um predador dos recursos públicos, havia se distanciado do neodesenvolvimentismo desde a crise do mensalão e era, de fato, o menos contemplado pelas políticas. Isso não significa dizer que os setores médios perderam com os governos petistas, não obstante parte deles tenham de fato sido atingidos por políticas como a reforma da previdência e o corte do funcionalismo público. O maior descontentamento desses setores era o fato de que seu padrão de vida já não os distanciava tanto de setores importantes da classe trabalhadora.

As manifestações revelariam ainda um outro polo dessa contradição, que seria determinante para o esgotamento da política de conciliação de classes no neodesenvolvimentismo. Elas demarcavam uma mudança no imaginário de uma jovem classe trabalhadora em relação ao significado da luta

56Segundo o IBOPE, 78% dos manifestantes em São Paulo no dia 20 de Junho possuíam ensino superior, soma que atinge 43% dos manifestantes somando os dados das oito principais capitais (São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Salvador e Brasília) onde ocorreram as manifestações.

de massas. É provável que isso tenha se dado, entre outros fatores, pelo impacto do aumento expressivo do número de greves nos anos que a antecederam. O fato é que a classe trabalhadora via agora a luta das ruas como um canal válido para exigir o aprofundamento do desenvolvimento forçando os limites dos interesses de classe que o haviam pautado até então. Em outras palavras, ao reivindicar direitos sociais como saúde e educação públicas e de qualidade, acesso à terra e moradia, acesso à cidade e ao transporte público, aquelas manifestações não exigiam apenas “crescimento econômico” ou “desenvolvimento com distribuição de renda”. Elas contestavam efetivamente *qual desenvolvimento* estava em curso e *a quem ele servia*. Contestavam, ademais, a própria democracia liberal burguesa como canal de resolução desse conflito.

Outro fato marcante daquelas manifestações era que, pela primeira vez, esquerda e direita do espectro político disputavam o mesmo metro quadrado nas ruas. Havia, certamente, setores nitidamente conservadores nos atos⁵⁷, havia também nitidamente reivindicações bastante progressistas que expressavam um projeto nacional de caráter popular e proletário. O fato é que de ambos os lados prevalecia uma rejeição ao sistema político e a distância de qualquer representação de classe. A esquerda brasileira não apenas não dirigiu aqueles atos, como foi quase expulsa de vários deles.

A burguesia não demorou a perceber essa contradição, particularmente aquela ligada ao capital financeiro internacional, cuja representação máxima de interesses expressa-se nas posições do PSDB no parlamento, bem como no monopólio da grande mídia. Isso ficou claro durante o próprio mês de junho quando, de um dia para o outro, a rede Globo de televisão passaria da condenação e adjetivação pejorativa tradicional, à exaltação constante das manifestações de rua. Tal exaltação era, evidentemente, replicada pela oposição à Dilma no interior do parlamento.

57O que se expressava na rejeição à qualquer bandeira de partidos ou de movimentos sociais nos atos (todos eram acusados de “mensaleiros” ou “corruptos”), na perseguição e agressão à militantes de diversas organizações (muitas delas organizações de esquerda que faziam oposição aos governos petistas) e numa estranha fobia à qualquer pedaço de pano vermelho...

A resposta do governo em junho é bastante conhecida. Dilma reuniu-se com os governadores para propor os famosos cinco pactos à nação. A proposta era, a um só tempo, previsível e surpreendente. Previsível porque o primeiro dos cinco pactos, o da “responsabilidade fiscal e controle da inflação”⁵⁸, não era outra coisa senão o velho exercício de fornecer a garantia para a burguesia em seu conjunto, de que a adoção dos outros quatro *pactos* não afetaria em nada a transferência de recursos públicos para o pagamento da dívida interna, bem como não afetaria os investimentos estatais previstos para os setores do grande capital nacional.

Contudo, a proposta era também surpreendente porque, sem consultar o conjunto das alianças do governo e nem mesmo seu vice-presidente, ela anunciava outras quatro propostas que, de fato, dialogavam com as manifestações de rua. Na proposta sobre o transporte público, revelava que o próprio governo havia promovido a desoneração fiscal para as empresas de ônibus que, se repassado à tarifa permitiria uma redução desta em mais de 7% (o que o empresariado, obviamente, não havia feito), além de anunciar um aporte de mais 50 bilhões em investimentos para mobilidade urbana. De forma genérica, anunciava também medidas para a saúde pública (cujas maior expressão seria o programa Mais Médicos⁵⁹) e educação (com o destino dos royalties do pré-sal). Mas a política mais controversa anunciada era, sem dúvida alguma, a realização de um plebiscito sobre a possibilidade de uma constituinte exclusiva e soberana para tratar da reforma do sistema político.

Essa última proposta seria engavetada pelo governo em menos de 24 horas. Ela conseguiu unificar uma imensa oposição quase instantânea tanto da

⁵⁸Tenho sérias dúvidas de que algum ser humano tenha ido às ruas em 2013 para levantar um cartaz feito a mão contendo tal reivindicação...

⁵⁹Lançado em 8 de Julho de 2013 pelo Governo Dilma, o programa *Mais Médicos* (PMN) tinha como objetivo suprir a carência de médicos nos municípios de médio e pequeno porte e também nas periferias das grandes cidades brasileiras. O programa ficou conhecido pela polêmica que suscitou entre as entidades corporativas médicas no Brasil, sendo conhecido pela “importação” de médicos cubanos para trabalharem no Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, o programa foi aberto primeiramente para profissionais brasileiros ou que já possuíam autorização para o trabalho no Brasil, momento que preencheu apenas 6% das vagas destinadas. A partir de então, a segunda fase abriu o convênio para países do exterior, com destaque à Cuba. Hoje o PMN tem 18.240 médicos: 67% são cubanos, 24% são brasileiros e 9% são de 40 países diferentes.

grande mídia, do judiciário, do congresso nacional (tanto da bancada da oposição quanto de todo o PMDB e até de alguns petistas) e do próprio governo, em particular do seu vice-presidente, Michel Temer. É que a proposta continha o perigo de fornecer à própria esquerda uma forma de canalizar o descontentamento das ruas em direção ao próprio sistema político, associando a ele o conjunto dos problemas elencados pelos manifestantes. Ela significava também, segundo Marcos Nobre, a possibilidade de uma alternativa frontal ao pemedebismo do sistema político.

Não há algo que o pemedebismo evite mais do que consultas populares, como plebiscitos ou referendos. Isso se deve ao fato de que toda a sua estrutura está montada para permitir o veto a temas e matérias concretos, e não para produzir maiorias a favor de determinada posição. O discurso pemedebista a favor é sempre anódino e de bom-moço. Posições pemedebistas a favor de determinada mudança são sempre decisões de gabinete e de cúpula e têm por condição fundamental que a mudança tenha passado pelo teste de fogo de contornar vetos (Nobre, 2013, p. 110)

Feita essa longa digressão sobre as lutas de junho de 2013, cabe agora voltar para o seu reflexo nos debates do CDES. A reunião de julho daquele ano aparentemente fora montada somente para comemorar os 10 anos do conselho. No site do conselho não consta (ao contrário das 40 reuniões anteriores) a ata da reunião, apenas a transcrição das falas dos ministros Marcelo Neri (da própria SEDES), de apresentações dos ministérios da educação e saúde, bem como das falas de três conselheiros: Nair Goulart (presidente da força sindical), Clemente Ganz Lúcio (DIEESE), Jackson Schneider (presidente da EMBRAER) e Sergio Haddad (terceiro setor). A fala dos conselheiros teria como objetivo relatar a experiência do conselho nos seus 10 anos e seria precedida pelo discurso da presidente Dilma Rousseff. Além disso, consta nos documentos dessa reunião uma apresentação feita pela CEPAL sobre os impactos da crise na América Latina.

É evidente que o debate ficou longe do proposto. A fala dos conselheiros

tinha em comum um rápido relato das formulações do CDES, os elogios de praxe às políticas do governo e a constatação de que seria preciso avançar nas metas sociais propostas pelo desenvolvimento até então. Significativamente, apenas o discurso de Clemente Ganz Lúcio do DIEESE fazia uma clara referência à proposta dos cinco pactos e os defendia.

O discurso de Dilma na reunião do conselho defendia, evidentemente, os cinco pactos propostos, embora excluísse do pacto sobre a reforma política a menção à proposta da constituinte exclusiva (mantendo apenas a proposta vaga de uma consulta pública que também seria engavetada nos meses seguintes). Antes, contudo, fazia uma explanação sobre a recuperação da economia frisando a importância das políticas das licitações e concessões (essa forma branda do neodesenvolvimentismo defender a privatização do patrimônio público): da 11ª rodada de leilões do petróleo, da concessão dos portos e aeroportos. Na contramão das manifestações de junho, fazia ainda outra defesa de interesse direto do grande empresariado:

Nós estamos, de fato, promovendo a transformação de nossa infraestrutura em prol de mais eficiência e competitividade, em forte parceria com o setor privado. Sabemos que o Brasil precisa dar passos efetivos no que se refere à maior racionalização e redução de impostos. Daí a importância que nós atribuímos à redução da carga tributária e dos encargos, especialmente no que se refere à folha de pagamento. Também no que se refere à redução dos juros, às mudanças na situação da competitividade do Brasil através de vários programas que têm assegurado que o país transite por uma outra situação, com redução de custos, como é o caso de energia, uma outra situação de maior competitividade (Rousseff, 2013, p. 4).

O motivo não era outro e é também o que explica o relativo esvaziamento do conselho: a grande burguesia estava progressivamente se afastando do governo. Em todas as reuniões do CDES em 2013 e 2014 nota-se a ausência tanto da CNI quanto da Fiesp. Essa última iria várias vezes à imprensa, por intermédio de seu presidente, reclamar da alta da taxa básica de juros (Selic), do aumento do chamado “Custo Brasil” (leia-se custo da força de

trabalho para o capital) e da desaceleração da economia. Além disso, naquele mesmo mês de julho, o jornal O Globo noticiava a publicação de pesquisa da CNI sobre a queda da popularidade do governo, sob título: “É difícil reverter queda na popularidade de Dilma, diz CNI”. O gerente executivo da pesquisa, Renato Fonseca, declarava ao jornal que “(A economia) está apontando para um aprofundamento da crise, se isso realmente acontecer... a avaliação da presidente, provavelmente, vai continuar baixa como está hoje”⁶⁰.

O motivo de preocupação era real como a própria reunião referida do conselho demonstrava. O rebatimento da crise internacional, tantas vezes superada no discurso governamental, finalmente mostrava sua face no interior do próprio CDES. As conclusões que se poderia tirar da apresentação feita pela CEPAL na ocasião não seria outra: o tão propalado desenvolvimento das economias latino-americanas e do Brasil em particular, havia sido levado adiante às custas do crescimento da vulnerabilidade externa. As exportações da América Latina e Caribe que haviam crescido 23,3% em 2011, reduziram-se a um crescimento de apenas 1,5% no ano seguinte. Tal decréscimo nas exportações era determinado, segundo a CEPAL, pela desaceleração na economia mundial, particularmente nos países industrializados. A título de exemplo, a Zona do Euro teve crescimento negativo no ano de 2012 (-0,4%), resultado oriundo das políticas de austeridade fiscal implementadas por vários países da região⁶¹.

Soma-se à isso o fato de que economia chinesa, a *locomotiva* do crescimento do valor das *commodities* no mercado internacional, também passava a sofrer o contágio da crise, decidindo, após o ano de 2010, reduzir progressivamente o ritmo de suas importações. Se a contradição segue sendo o motor da História, a ironia certamente é sua principal forma de divertimento. Entre outras coisas, a apresentação da CEPAL no conselho sinalizava que o resultado das políticas “social-desenvolvimentistas” no continente, que ela mesma defendera e estimulara, não era outro senão... a deterioração dos

60Cf. O Globo, 25/07/2013. Disponível em << <http://oglobo.globo.com/brasil/e-dificil-reverter-queda-de-popularidade-de-dilma-diz-cni-9184444>>>. Acesso em 29/07/2016.

61CEPAL, 2013. Disponível em <www.cdes.gov.br> Acesso em 29/07/2016.

termos de troca. Como mostra o gráfico a seguir:

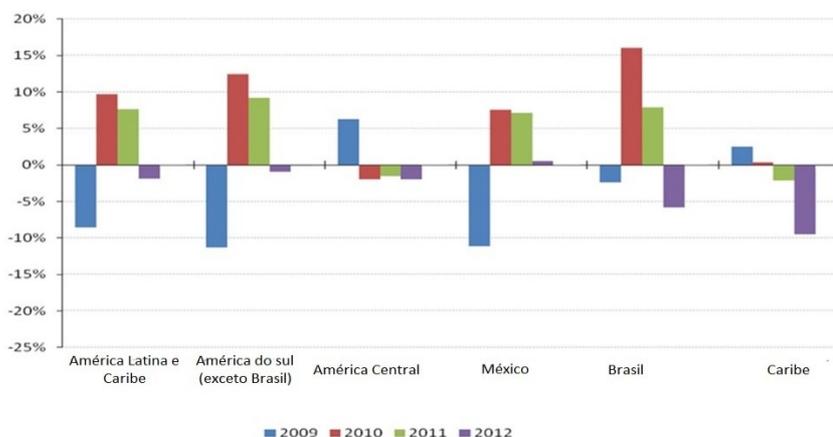


FIGURA 7 – América Latina e Caribe: variação estimada nos termos de troca, 2009-2012 (em %)

FONTE: CEPAL, 2013

Os dados da CEPAL refletem o resultado da política neodesenvolvimentista e sua prioridade na exportação de *commodities* de baixo valor agregado. A apresentação feita no conselho ressaltava a importância da redução das importações chinesas no saldo negativo da balança comercial em 2012 e não indicava uma reversão desse processo no curto prazo. Outro dado trazido pela CEPAL é bastante relevante para entendermos o descolamento da burguesia interna do governo e o consequente esvaziamento da lógica da conciliação das classes. Ele se refere ao aumento do Investimento Externo Direto (IED) nas economias latino-americanas, em particular no Brasil. Os principais investidores eram os Estados Unidos e a União Europeia.

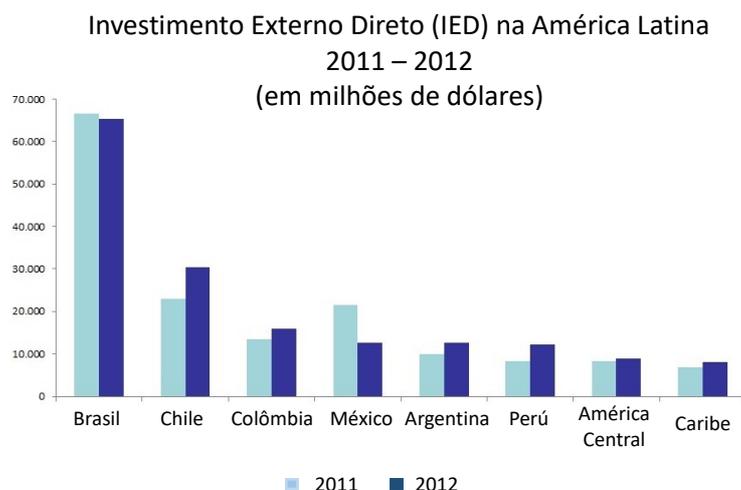


FIGURA 8 – IED na América Latina 2011 – 2012
Fonte: CEPAL, 2013.

Nada mais eficaz do que a injeção de mais de 62 bilhões de dólares do capital imperialista para explicar o reposicionamento de nossa burguesia interna. A redução dos preços de commodities, que representa um enorme problema para o padrão de desenvolvimento adotado pelos governos petistas, representa também uma importante redução dos custos de produção para os países do centro capitalista mundial, entre eles Estados Unidos e os países da União Europeia. A queda dos preços das *commodities*, especialmente do carvão, petróleo e gás, que sustentam a produção mundial, é estratégica para tornar suas indústrias mundialmente mais competitivas para saírem da recessão. Além disso, esse movimento proporciona uma brutal transferência de riqueza dos países exportadores para os importadores industrializados (daí a deterioração nos termos de troca) fortalecendo os aliados internos do imperialismo que atuam em cada um destes países.

Dessa forma, um das medidas utilizadas pelo grande capital monopolista internacional como forma de recuperar a taxa de lucro é a transferência de capitais (na forma dinheiro, títulos ou transferindo as próprias indústrias) para o controle das matrizes dos recursos naturais nos países periféricos ou para o controle da indústria local. O outro destino é a compra dos títulos da dívida pública destes países, um mercado de rápida e segura valorização para o

Capital. Em outras palavras, esses recursos não necessariamente (e em tempos de crise internacional, necessariamente não) entram para reaquecer a economia local. Eles não instalam novas empresas nem diversificam o parque produtivo, o IED tem como principal destino a compra das empresas estatais e privadas, a especulação com títulos e o controle das matrizes de matérias primas, em particular, no caso do Brasil, o petróleo.

É também simbólico que, em abril de 2013, o BNDES tenha decidido interromper a política das “campeãs nacionais”, com o argumento do esgotamento das possibilidades de desenvolvimento do grande capital nacional produtor de commodities e da necessidade de direcionar os recursos do BNDESPar para setores industriais com maior densidade tecnológica. Em matéria publicada no Estadão, Luciano Coutinho afirmava que

A promoção da competitividade de grandes empresas de expressão internacional é uma agenda que foi concluída. É uma política que tinha méritos e chegou até onde poderia ir. Até porque o número de setores em que o Brasil tem competitividade para projetar empresas eficientes no cenário internacional é relativamente limitado a commodities e algumas pseudocommodities. E já fizemos isso nesses setores: petroquímica, celulose, frigoríficos, parte da siderurgia, suco de laranja, cimento. Não enxergo outros setores com o mesmo potencial.⁶²

Em 2013, os grandes eventos e as obras ainda previstas na finalização do PAC 1 e implantação do PAC 2 (este quase totalmente voltado para a Copa do Mundo e as Olimpíadas) ainda garantiam ao menos em parte o investimento prometido, bem como certo aquecimento do mercado interno. No entanto, o cenário futuro anunciava uma tempestade previsível, em primeiro lugar, pela amplitude da dinâmica da crise internacional como visto acima, em segundo,

⁶²Cf. O Estadão, 22 de abril de 2013. Disponível em <<<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral/bndes-decide-abandonar-a-politica-de-criacao-de-campeas-nacionais,151356e>>> Acesso em 30/07/2016.

porque o próprio mercado interno estava já saturado pelo aumento do crédito (as dívidas já comprometiam cerca de 40% do consumo familiar em 2013). Havia, é claro, o oásis da exploração futura do pré-sal, mas a abrupta queda no preço das *commodities* revelava que esse paraíso não era tão grande assim para acobertar o conjunto das frações burguesas. A isso se soma a insistência do governo na participação obrigatória da Petrobrás e na destinação dos royalties para a educação.

As lutas de junho somadas à queda na popularidade de Dilma haviam ligado o alerta. A burguesia imperialista percebeu que era possível influenciar, ao menos em parte, o movimento das ruas, para desestabilizar de forma permanente o governo. Somadas ao aumento do número de greves, elas sinalizavam à burguesia que a “concertação” de interesses antagônicos no interior do neodesenvolvimentismo era incapaz de conter as reivindicações populares despertadas pelas contradições do desenvolvimento capitalista dependente.

Além disso, Dilma era candidata à reeleição em 2014, disputando novamente contra a chapa do PSDB, dessa vez encabeçada por Aécio Neves. A vitória da candidata do PT no segundo turno se daria na mais apertada votação de um presidente nas eleições, desde 1989⁶³. Foi também a mais polarizada desde então, não apenas nos votos, mas também em manifestações de rua. Tanto Dilma quanto Aécio convocaram manifestações de apoio nas ruas das principais capitais. Dilma obteve maior sucesso nesse sentido, contando com manifestações massivas nas principais cidades, principalmente no nordeste⁶⁴.

De certa forma, as ruas no segundo turno dividiam aquela mescla de manifestantes de junho de 2013. As jornadas de junho tinham um componente contraditório que se expressava como vimos tanto nas reivindicações que

⁶³Dilma obteve 51,64% dos votos e Aécio, 48,36%. A diferença de votos era de 3,4 milhões. Antes disso, a disputa mais apertada foi em 1989, quando Fernando Collor de Mello (então no PRN) venceu Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por 4 milhões de votos. Na época, Collor teve 53,03% contra 46,97% de Lula.

⁶⁴Em Pernambuco a maior manifestação ocorreu no dia 20 de outubro de 2014 na cidade do Recife, contando com 50 mil participantes, segundo dados da polícia militar.

trazia, quanto na composição de classe. Elas eram expressão tanto do descontentamento dos setores médios mais conservadores contra as políticas voltadas à classe trabalhadora (com destaque à rejeição ao Bolsa Família e ao programa de cotas para negros e estudantes de escolas públicas nas instituições federais de ensino), quanto de exigências da classe trabalhadora de mudanças estruturais (que se expressavam nas reivindicações por saúde pública, educação, moradia, acesso à terra, etc.). O próprio slogan da campanha de Dilma visava dialogar com aquele sentimento, vinculando tais bandeiras às mudanças operadas em seu governo (que não tinham como objetivo, nunca é demais dizer, nenhuma mudança estrutural), expresso na insígnia “muda mais”.

Isso sinalizava às diferentes frações burguesas a necessidade de se unificarem. De um lado, sinalizava desde 2013 que era agora possível influenciar o descontentamento dos setores médios e também de setores populares, instrumentalizando-os como mecanismo de pressão contra o governo. De outro, sinalizava o perigo de aprofundamento de políticas para a classe trabalhadora, principal reivindicação da base que apoiou Dilma no segundo turno, em um sentido que não cabia no interior do pacto neodesenvolvimentista.

A última reunião do CDES no primeiro governo Dilma aconteceu meses antes das eleições, ainda em junho de 2014. Compareceram a reunião 46 dos 92 conselheiros da “sociedade civil”, metade deles eram empresários. Ela se restringiria à apresentação dos relatórios do conselho a respeito das políticas de educação e mobilidade urbana, bem como ao debate sobre as contrapartidas sociais das obras da copa.

Significativamente, não houve nenhuma reunião do pleno do CDES durante todo o ano de 2015. Este ano seria marcado pela eclosão da segunda grande crise política dos governos neodesenvolvimentistas. Diferente da primeira, esta crise teria por função a reunificação do conjunto das frações burguesas em torno da restauração da ortodoxia neoliberal.

A última reunião plenária de que se tem notícia aconteceria somente no

início do segundo mandato, no dia 28 de janeiro de 2016. Nela, a linguagem do empresariado no conselho já havia se modificado significativamente. O primeiro conselheiro da sociedade civil a fazer uso da palavra na ocasião foi Luiz Carlos Trabucco Cappi, vice-presidente do Bradesco. Vale a pena transcrever alguns trechos do discurso do banqueiro na reunião.

Um olhar externo, muitas vezes, poderá representar a chave para uma nova percepção sobre o que está acontecendo e gerar reflexões. É, por definição, um exercício em que não há constrangimento em aceitar que as coisas mudam e que as nossas posturas precisam se ajustar com as novas conjunturas. Hoje, temos uma pauta única no Brasil. O que nós angustia é como tirar o país da recessão. Aqui, estão mais de 100 pessoas, uma composição que representa todas as fatias da sociedade brasileira. Cada um de nós é protagonista do Brasil hoje, no sentido de que todos têm parcela de responsabilidade. Todos somos perdedores, pois na recessão, todo mundo perde. [...] A questão previdenciária merece ser avaliada. Esse é um desafio vivido por todos os países e o Brasil não é diferente. Até 2050, o Brasil será o país que mais envelhecerá no mundo. Passaremos de 29 anos de idade média da população para 43 anos. A população ativa crescerá meio por cento ao ano e, a população acima de 60 anos, cresce à razão de 4,2. Todos conhecem aquela poesia “E agora José?”. Ele fala da situação de correr, que, muitas vezes, nos metemos todas as vezes que pecamos por omissão. Como sair dela, agora que a China desacelerou e a Europa continua sem crescer? E agora, que o minério de ferro baixo (*sic.*) para US\$ 40, o petróleo caiu para menos de US\$ 30? E agora, que o crédito teve seu primeiro crescimento real negativo desde 2003 – segundo dados do Banco Central de hoje? E agora que perdemos o grau de investimento? E agora que a luta política não dá trégua? (CDES, 2016, p. 3-4)

A resposta comum dos representantes do capital no conselho (tanto os ligados ao setor financeiro, como Cappi, quando os industriais e empresários ligados ao comércio) era uníssona: alavancar urgentemente medidas de ajuste fiscal e reformas neoliberais, com destaque à reforma tributária e previdenciária. Os conselheiros iam além disso, como se pode perceber no discurso do presidente nacional da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), Luís Moan:

Senhora Presidenta, nós já temos o diagnóstico. Nós não precisamos mais perder tempo. Nós sabemos da importância de reformas como a tributária, a previdenciária, a desindexação. Sabemos que precisamos melhorar a nossa infraestrutura. Sabemos que precisamos de um BNDES forte, que apoie o desenvolvimento e o investimento produtivo. Sabemos, também, que *precisamos do ajuste fiscal*. Sabemos disso! Mas também sabemos que precisamos, ao mesmo tempo, resgatar parte da sociedade brasileira. Nós precisamos trazer toda a população para esse desenvolvimento. Então, senhoras e senhores, precisamos de bom senso, de despolitização dos temas para construir nosso caminho. [...] Assim, medidas emergenciais devem ser adotadas. Apenas como exemplo, já foi citado aqui, ter a renovação da frota veicular, mas eu acho que *a desburocratização traz uma eficiência muito grande para o setor produtivo* e não ataca o ajuste fiscal, a renovação e modernização do pacto fabril, que eu acho fundamental, entre outros. [...] E, quem sabe, senhora Presidenta, *uma campanha de "Compre o Brasil"*. Várias nações do mundo fizeram isso com muito sucesso. Eu acho que seria uma proposta (Idem, p. 8-9).

Por “desburocratização” entende-se, evidentemente, a desburocratização da folha de pagamentos, o que significa retirada de direitos e flexibilização das relações de trabalho. Além disso, sugere-se a abertura de novas rodadas de privatizações do patrimônio público. Os representantes do governo na ocasião faziam coro com as propostas do empresariado. Não há nos discursos dos representantes sindicais e dos movimentos populares qualquer menção crítica às medidas de ajuste fiscal ou à uma possível nova reforma da previdência.

O cobertor do neodesenvolvimentismo é curto. Em um país de capitalismo dependente, as concessões possíveis à estratégia de conciliação de classes também. Como seguir aumentando os investimentos estatais para o conjunto da burguesia interna (que compreende, como vimos, a grande burguesia extrativista, o agronegócio, o capital da construção civil, a indústria de bens de capital, etc.), aumentando o superavit primário para pagamentos dos juros da dívida interna ao capital financeiro e, ao mesmo tempo, não só manter mas ampliar políticas sociais como resposta à base social que elegera Dilma?

Demonstrava-se, assim, que as pequenas mudanças preservando o Estado autocrático burguês, mesmo ignorando as reformas populares como

alvos de uma *revolução dentro da ordem*, em uma conjuntura onde a crise capitalista e a pressão imperialista batem à porta, já não correspondem aos interesses da burguesia dependente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se referir aos doze anos do governo do Partido dos Trabalhadores, tornou-se frequente nas análises a menção à uma célebre passagem de Marx contida na abertura de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Nela, parafraseando Hegel, o autor afirma que os fatos e os personagens da história universal costumam aparecer duas vezes: a primeira como tragédia, a segunda como farsa. Sem dúvida, o período recente da luta de classes no Brasil parece confirmar essa assertiva.

A reedição histórica da crença na possibilidade de superar as mazelas do capitalismo dependente a partir do crescimento econômico encontrou, nas primeiras décadas do século XXI, diversos atores que, novamente acreditando no potencial emancipatório do desenvolvimento burguês, levaram adiante a política de conciliação entre as classes típica do capitalismo dependente. O período atual reincorpora o passado, mas também o transforma significativamente. Diferente do período da industrialização substitutiva de importações, período também de consolidação da revolução burguesa e da sociedade capitalista sob domínio do capital monopolista, o desenvolvimentismo como ideologia já não continha as ilusões de rompimento com a heteronomia do capitalismo dependente, típicas de uma classe industrial em formação.

Se a burguesia brasileira é estruturalmente dependente, seu comportamento na luta política não é um reflexo mecânico dos seus limites no interior da divisão internacional do trabalho. Como vimos, a burguesia aprendeu quais são seus limites na experiência da própria luta de classes. Aquilo que no decorrer deste trabalho intitulamos, partindo da análise de Florestan Fernandes, grande burguesia dependente, formou-se na experiência concreta do longo ciclo da revolução capitalista, na qual aprendeu que a defesa dos seus interesses particulares de classe têm de adaptar-se à dupla pressão característica das classes dominantes periféricas.

De um lado, elas não têm, sozinhas, força suficiente para impor seus

interesses de classe diante do capital imperialista. Daí a necessidade do Estado autocrático para fazer valer seus interesses. Para legitimar o uso do Estado diante do imperialismo ela necessita manter o conjunto das reivindicações populares, sempre suscitadas pelas contradições do desenvolvimento dependente, nos estreitos limites da ordem do capital. Internamente, a tentativa de romper as condições de subalternidade do capitalismo brasileiro traz consigo sempre a ameaça concreta de ser suplantada no processo político por sua classe opositora. Traz sempre a ameaça de que a classe trabalhadora passe a contestar *qual* desenvolvimento e *para quem*. Para usarmos os termos de Florestan Fernandes, o desenvolvimento capitalista dependente traz sempre o risco de que as classes subalternas tentem converter os alvos específicos de uma revolução *dentro da ordem* (a reforma agrária, a reforma urbana, o direito universal à saúde, educação, ao acesso às melhores condições de vida e consumo etc.) em uma revolução *contra a ordem*, contestando não só o capitalismo dependente, mas o próprio Estado burguês.

A burguesia brasileira não se formou em ruptura com seu passado colonial, a própria industrialização nasce dependente do atraso e das condições de subalternidade à burguesia dos países centrais. Daí a necessidade do padrão compósito de hegemonia burguesa que adquire o Estado Brasileiro. Dito de outra forma, ela necessita que o Estado nacional reproduza, na própria musculatura de suas instituições, o auto-privilegiamento dos diferentes interesses fracionais do conjunto da burguesia dependente.

O ponto de chegada do longo ciclo da revolução burguesa e da consolidação do seu padrão autocrático de dominação coincide, de certa forma, com um momento de profundas mudanças no padrão de acumulação da burguesia imperialista. A crise da ditadura em fins da década de 1970 é também inseparável da crise do compromisso fordista/keynesiano nos países centrais. O período de redemocratização da sociedade brasileira coincidia com o advento do padrão de acumulação flexível nos países centrais e ao aprofundamento da dominação do capital financeiro, com crescente

importância do capital fictício para a manutenção das taxas de lucro. O neoliberalismo é, nesse sentido, a forma de adaptação da dominação burguesa e do Estado ao domínio imperialista, na fase mais decadente do capitalismo tardio. É a superestrutura necessária à dominação burguesa sob hegemonia do grande capital financeiro internacional.

A conjuntura de redemocratização da sociedade brasileira recolocava na ordem do dia as contradições do desenvolvimento dependente. De um lado, ela trazia os riscos inerentes à desregulamentação e liberalização comercial agravando as dificuldades de concorrer internamente com o capital estrangeiro. De outro, a classe trabalhadora despertara novamente colocando na ordem do dia um projeto de reformas estruturais capazes de polarizar a sociedade e ameaçar os interesses da classe dominante. O empresariado brasileiro não aderiu, como vimos, passivamente ao neoliberalismo. Desde a década de 1980, já havia o intuito de adaptá-lo as condições particulares de manutenção dos interesses da burguesia local, expressas já naquele período em torno de alternativas que buscavam preservar do Estado desenvolvimentista mecanismos de preservação dos interesses das diversas frações burguesas frente ao capital estrangeiro (cf. Bianchi, 2001). Sua adesão ao *bloco histórico* neoliberal foi muito mais reativa à ameaça oriunda do crescimento do movimento democrático-popular do que uma subordinação passiva ao poderio do capital estrangeiro.

Essa burguesia contava com quadros organizadores e dirigentes políticos de sua classe. Ela formou uma série de intelectuais orgânicos no cerne do próprio empresariado, cujo objetivo é organizar os interesses econômico-corporativos de suas frações em projeto político. Conformaram, desde a crise do *pacto populista* pré-64, aparelhos privados de hegemonia, com vistas à formação própria e de uma intelectualidade subordinada aos seus interesses. O termo empresariado descreve essa categoria específica de intelectuais que conformam a classe e a preparam para a disputa política do poder de Estado.

Para usarmos novamente os termos de Florestan Fernandes, ela foi

capaz de abrir “novos espaços para si própria, explorando as funções de legitimação do Estado para amarrar as classes trabalhadoras à segurança da ordem e soldar os sindicatos ou os partidos operários aos destinos da democracia” (cf. Fernandes, 2000, p. 84). Dessa forma, a burguesia interna brasileira calibrou sua estratégia de hegemonia, desde o período de redemocratização, para manter as classes subalternas no estreito limite das ilusões constitucionais e “democráticas”. O *pacto* proposto durante a Constituinte de 1988, embora não tenha sido assinado pelo Partido dos Trabalhadores naquele período, configurou-se no centro dessa estratégia. A proposta ali sinalizava que qualquer política de interesse da classe trabalhadora tinha antes de “aceitar as regras do jogo” do sistema político inerente ao Estado autocrático burguês, sintetizado por Florestan Fernandes no termo “democracia de cooptação”.

Não é à toa, portanto, que o conflito projetivo no interior do empresariado percorra também a década de 1990. Nesse período, a própria burguesia industrial se transformaria no processo de concentração e centralização capitalistas, induzidos pela liberalização comercial e desregulamentação do Estado. Sobreviveram os grupos que souberam adaptar aquele processo aos seus interesses, buscando formas de associação com o capital estrangeiro que beneficiassem seus negócios, particularmente a partir da rodada de privatizações das empresas estatais e da reprimarização das exportações brasileiras. Daí que a *grande burguesia dependente* se refira, no período que estudamos, justamente aos grupos ligados à produção de *commodities*, bem como ao grande capital da construção civil, de bens de capital, aos setores monopolistas na produção de bens de consumo, etc. É esta burguesia que, percebendo a iminente crise da ideologia neoliberal em fins da década de 1990, recalibrou sua estratégia de hegemonia: a absorção gradual e contínua dos elementos dirigentes dos grupos adversários, com vistas a decapitar a capacidade de resistência e organização da classe opositora. Como outrora, ela retomava os principais argumentos ideológicos para esta operação: a ilusão da emancipação pela via da democracia e do desenvolvimento burguês. Essa

é a raiz do processo de transformismo sofrido pelo principal partido de esquerda surgido da luta pela redemocratização do país.

No Brasil de 1979-1998 a revolução burguesa já havia completado sua obra principal, que diz respeito ao controle dos principais mecanismos de poder na sociedade política e na sociedade civil. O movimento político real da classe dominante neste período é o de recompor as formas da sua hegemonia no novo cenário aberto pela crise da ditadura militar. Foi precisamente neste trabalho de construção/reconstrução de hegemonia que o transformismo desempenhou uma função crucial (COELHO, 2005, p. 465).

A conjunção da crise do neoliberalismo com processo de transformismo do Partido dos Trabalhadores e sua adaptação aos limites da democracia liberal burguesa, construiria o ambiente propício para soldar a política de conciliação de classes necessária à grande burguesia interna para corrigir o curso do desenvolvimento a partir dos seus interesses particulares de classe. O neodesenvolvimentismo surge, assim, como a síntese desse processo de construção de hegemonia pela grande burguesia dependente. Note-se que tanto a formulação do novo-desenvolvimentismo, quanto a defesa do “social-desenvolvimentismo” mais presente na intelectualidade envolta na burocracia estatal, reivindicam a herança histórica do nacional-desenvolvimentismo, mas ambas o entendem como uma estratégia necessária somente ao período de constituição do capitalismo industrial e que teria de ser adaptada ao novo período oriundo da globalização capitalista. Aceitam, portanto, os pressupostos dessa globalização como ponto de partida, o que não é outra coisa senão aceitar o próprio domínio do capital financeiro e das grandes transnacionais, não obstante a retórica contra os “interesses do norte”, presente em autores como Bresser-Pereira e até mesmo no discurso de vários representantes do empresariado.

Bem entendido, as políticas neodesenvolvimentistas implementadas nas administrações petistas não refletiam um “desenvolvimento às avessas”, elas refletiram o desenvolvimento possível nos marcos da dependência externa e

do imperialismo, em tempos de hegemonia da fração rentista da burguesia internacional. Foi respeitando esse limite que o Estado brasileiro recuperou, nesses governos, sua capacidade indutora do investimento privado, fortalecendo grandes grupos do empresariado nacional tendo como critério as “vantagens comparativas” do capitalismo brasileiro. Adotar o critério de privilegiar as empresas mais competitivas no interior da divisão internacional do trabalho era o mesmo que privilegiar as grandes empresas produtoras de *commodities* e produtos com baixo valor agregado, aprofundando as tendências de desindustrialização, da dessubstituição de importações, ampliando a vulnerabilidade externa de nossa economia. Tais políticas tinham também, como vimos, o objetivo de utilizar o investimento estatal para a adaptação do capital nacional aos pressupostos da “competitividade global”, significa o mesmo que dizer, adaptar o empresariado nacional aos pressupostos do padrão de acumulação flexível.

Este novo padrão de acumulação exige um novo padrão de dominação. Exigiu que a burguesia brasileira, mais do que nunca, aprendesse a combinar coerção e consenso no seio do próprio Estado autocrático. Não é à toa que o apelo ao “diálogo” e às práticas de “concertação” figurem no centro das propostas neodesenvolvimentistas. O “novo contrato social” proposto nesses governos e materializado na experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social tinha como função principal comprometer as classes subalternas com a ideia de compatibilizar “desenvolvimento com redistribuição de renda” nos estreitos marcos da dominação financeira, como se essas duas coisas não fossem objetivos antagônicos em última instância.

A prática da concertação atingiu seu objetivo até certo ponto. É notável o fato de que, durante todo o período analisado, o debate do CDES nunca tenha tratado seriamente de temas que outrora eram caros ao desenvolvimentismo clássico, como a Reforma Agrária, a Reforma Urbana, políticas universalizantes de acesso à saúde e educação, o aprofundamento das leis trabalhistas, a garantia do emprego, em suma, que não tenha elaborado nenhuma proposta que superasse os marcos da redução da pobreza na

direção do combate às desigualdades de classe. É evidente que existem em seus documentos (na AND e na ANC) referências à necessidade da desconcentração fundiária, à reforma urbana, à defesa do SUS, mas estas nunca deram origem à nenhuma proposição objetiva e, significativamente, nunca compuseram nenhum debate relevante entre os conselheiros. Mais do que isso, o termo “reformas estruturais” quando aparecia nesses debates referenciava mudanças não no sentido do rompimento com o neoliberalismo, mas medidas de ajuste (como a Reforma da Previdência, a Reforma Tributária e a reforma administrativa do Estado) que o aprofundavam.

Ainda assim, a combinação da coerção e consenso em uma conjuntura de democracia formal exigia a abertura de concessões aos interesses das classes subalternas. É evidente que o impacto do aumento quantitativo das políticas sociais, da ampliação do acesso às universidades, da recomposição do poder de compra da classe trabalhadora e do aumento do mercado de trabalho formal são dignas de atenção. Mas elas tinham como contraface necessária o abandono de um projeto autônomo da classe trabalhadora e sua subordinação aos limites impostos pelo desenvolvimento capitalista dependente. Esta talvez seja a maior semelhança entre o novo e o velho desenvolvimentismo como ideologia. O “novo” aqui, se refere mais ao abandono de qualquer ilusão sobre esses limites, eles agora são formulados como parte necessária e inalterável do próprio projeto burguês. A hegemonia financeira é parte constitutiva do atual padrão de desenvolvimento do conjunto da burguesia dependente.

O grande problema não era, em si mesmo, a política de alianças ou políticas de compromisso com setores burgueses. Diferentes políticas de compromisso foram colocadas em prática em graus diversos nos países latino-americanos nas últimas décadas. Alguns deles lograram, contudo, abrir caminhos para a afirmação de projetos que, no mínimo, representaram um contraponto direto aos interesses imperialistas na região, investiram na organização das classes populares e, ao invés de atuarem nos estreitos limites da governabilidade, abriram caminhos para mudanças constitucionais que

polarizaram a sociedade entre projetos distintos, a exemplo da experiência da revolução bolivariana na Venezuela. A grande questão era a subordinação dos interesses da classe trabalhadora no interior de um bloco de classes que vetava, justamente, toda iniciativa que visasse a ampliação de uma força política e social para além dos limites do sistema político herdado da ditadura. Mesmo se considerarmos o esforço da intelectualidade crítica ao neodesenvolvimentismo e de setores da esquerda cuja prática tensionava rupturas do *pacto* entre as classes, esse esforço não logrou transformar-se num projeto alternativo, com força social para disputar os rumos do país nos treze anos de governo do PT.

O pacto entre as classes obteve sucesso durante o tempo em que foi útil aos interesses que o conduziam e o hegemonizavam. Mas eles não podiam conter em definitivo as contradições inerentes ao modo de produção capitalista. A recomposição, ainda que temporária, do poder de mobilização dos de baixo, através da diminuição do exército industrial de reserva, ainda que incorporada agora a um mercado de trabalho altamente flexibilizado, com a intensificação do ritmo e da exploração, recolocava na ordem do dia as contradições entre capital e trabalho. Essa recomposição da *classe em si* frente ao capital, somada às políticas compensatórias e à políticas de acesso às universidades, trouxeram novamente à tona contradições entre as promessas do desenvolvimento burguês e suas possibilidades de concretização nos limites do capitalismo dependente.

Com o rebatimento da crise capitalista internacional sobre a economia brasileira, revelando os limites da política de desenvolvimento associado e dependente dos últimos anos, somado ao descontentamento não só dos setores médios mas também de setores expressivos da própria classe trabalhadora com os limites do neodesenvolvimentismo, sinalizaram à burguesia interna que já era hora de calibrar novamente sua estratégia de construção de hegemonia. Ademais, a “voz das ruas” arriscava se voltar não só contra o neodesenvolvimentismo, mas contra o sistema político como um todo.

Em uma obra que talvez tenha sido o principal ponto de partida para a

conclusão do clássico *A Revolução Burguesa no Brasil*⁶⁵, Florestan Fernandes fazia uma previsão um tanto otimista ao se referir ao esgotamento das ilusões da classe trabalhadora em torno do caráter supostamente emancipatório do desenvolvimento capitalista no Brasil. Segundo ele, uma interferência drástica (geralmente suscitada pelas conjunturas de crise capitalista) na continuidade do desenvolvimento que ameaçasse a já tão limitada participação das classes subalternas no crescimento econômico, poderia suscitar uma tensão social que abriria portas para uma revolução autenticamente proletária: “fica bem claro, em termos estruturais, que o *desenvolvimento econômico*, como ‘revolução social’, constitui uma fórmula conservadora e que, se ela falhar, não existirá alternativa para o capitalismo” (FERNANDES, 2008, p. 71).

O que ele não podia prever era o grau de comprometimento que as direções da classe trabalhadora teriam, no futuro, com tal estratégia conservadora. Sem dúvida, outra característica que justifica o prefixo “novo” à ideologia desenvolvimentista dos últimos anos no Brasil é o relativo esvaziamento de um projeto de nação na contramão dos interesses imperialistas, fruto do processo de transformismo petista ao qual aludimos. Dessa forma, o esgotamento da crença nas possibilidades de ascensão social nos limites da democracia liberal burguesa, não trouxe consigo somente a possibilidade de alternativas à esquerda. Até porque, a hegemonia de um projeto societário alternativo à ordem capitalista não brota por mágica da decepção com os limites do reformismo burguês, ele teria de ser construído pacientemente a partir das contradições concretas vividas pelo povo brasileiro e era essa construção que o “pacto social” entre as classes visava bloquear. Essa lacuna não passou despercebida ao capital financeiro e seus fiéis serviços que trataram rapidamente de canalizar o descontentamento em um sentido nitidamente conservador visando a restauração da ortodoxia neoliberal.

A partir daqui qualquer consideração deve ser feita com cautela. O desfecho do neodesenvolvimentismo é bastante recente para nos permitir uma análise mais conclusiva. Nos limitamos a alguns registros que nos parecem

⁶⁵Trata-se do texto *Sociedade de Classes e subdesenvolvimento*, publicado pela primeira vez em 1967.

importantes e, sem os quais, esse trabalho se distanciaria da contribuição (ainda que modesta e insuficiente) que ele pode dar para os desafios colocados pela luta de classes nos dias que seguem.

Deflagrada ainda em 2014, a segunda grande crise política dos governos neodesenvolvimentistas, expressa na chamada “operação Lava-jato” teria um resultado muito diferente da primeira. Diferentes eram, como vimos, o momento econômico e político na qual ela se inseriu. Apesar de todo o investimento da grande mídia e da oposição no congresso nacional, a crise política em 2004 havia contado, como vimos, com expressivo apoio do grande capital nacional. Isso chama atenção principalmente se levarmos em conta que aquelas denúncias, diferentemente da crise atual, atingiam muito mais diretamente o núcleo central do governo. Acontece que naquele momento não interessava nem à grande burguesia interna nem ao capital financeiro uma desestabilização permanente do governo. Até porque, vamos e venhamos, a acusação de compra de votos para aprovar medidas no congresso relacionava-se justamente à medidas como a reforma da previdência, que eram de interesse do conjunto da burguesia brasileira.

A crise política atual, cujo desfecho levaria ao golpe político e midiático que afastaria a presidente da república pondo fim à concertação de classes, não está relacionada somente à tradicional negociata ou à corrupção inerente ao sistema político brasileiro. O crescimento e a garantia dos interesses da burguesia brasileira eram, mais ainda do que antes, completamente dependentes dos investimentos estatais e o carro chefe desses investimentos era exatamente a Petrobrás: alvo central da investigação da “Operação Lava Jato”.

Não me parece fruto do acaso o fato de que as empresas envolvidas nas delações de tal operação sejam algumas das principais beneficiárias da políticas de conteúdo nacional nas compras da estatal. Várias delas eram, inclusive, alvo das políticas de investimento do BNDES até 2013⁶⁶. Tampouco

⁶⁶A maioria do ramo da construção pesada. Entre elas podemos citar as construtoras Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão S.A., Odebrecht, OAS, Camargo Correa, UTC Engenharia.

me parece ocasional que essa crise tenha o seu centro na Petrobrás, principal empresa estatal sobrevivente do ciclo de privatizações neoliberais da década de 1990. E isto precisamente no momento onde o capital imperialista desloca um volume considerável de investimentos aos países latino-americanos com vistas à recomposição de sua taxa de lucro.

A disputa mundial pelo controle da principal matriz energética segue sendo central para a recuperação das taxas de lucro, na medida em que o controle das fontes de produção de energia (petróleo, gás e hidroeletricidade) proporcionam melhores condições para dar saltos na produtividade do trabalho e reduzir custos de produção nas diferentes cadeias industriais, tornando a indústria dos países imperialistas ainda mais competitiva. A crise tende a aguçá-la disputa entre a burguesia dos países centrais pelo controle da melhor base natural (recursos naturais mais vantajosos), nos melhores locais para potencializar a taxa de lucro.

Neste sentido, a América Latina é estratégica ao capital monopolista internacional, pois possui os melhores recursos naturais estratégicos – energéticos, minerais, terra, água, biodiversidade etc.; O desmonte do neodesenvolvimentismo era central para as estratégias de superação da crise por parte da burguesia dos países centrais. Vale lembrar, aliás, que parte importante da riqueza do pré-sal encontra-se na região das chamadas “200 milhas”, não reconhecidas por vários países, entre eles, os Estados Unidos. Foi nessa região que este país reativou sua IV frota naval, a partir de 2008.

Diferente do pragmatismo característico da classe que, conscientemente ou não, representavam, os ideólogos do neodesenvolvimentismo acreditaram até o último minuto que estavam construindo um processo sem volta de transição à “sociedade pós-neoliberal”. Essa crença se baseava na ideia de que, consolidado o capitalismo no Brasil a partir de revoluções pelo alto, a sociedade moderna transitaria livremente para seu máximo estágio civilizatório, com a concretização da “democracia de opinião pública”. A democracia liberal burguesa seria, assim, um processo incontestável e irreversível que colocaria os diferentes interesses da nação em contato e os unificaria em torno de um

destino comum. Mais do que isso, acreditavam que os governos Lula e Dilma tinham cumprido a tarefa, talvez representada no próprio exercício da conciliação de classes, de alargar essa democracia para além dos limites da representatividade parlamentar. Em 2014, ao fazer o balanço do primeiro governo Dilma e da crise política que já era explorada por setores do grande capital, e lamentando-se da não consolidação do apoio do empresariado ao PT e a continuidade do pacto neodesenvolvimentista, Bresser-Pereira insistia que

a hegemonia neoliberal dos anos 1990 definitivamente é coisa do passado. O Estado deixou de ser a fonte de todos os males para ser o instrumento por excelência da ação coletiva da nação. A ação providencial do Estado em enfrentar e minorar as consequências da Crise Financeira Global de 2008 em todo o mundo deixou claro esse papel e esse poder do Estado. [...] A democracia delegada é compatível com o primeiro estágio da democracia - o estágio da democracia de elites ou schumpeteriana, na qual os políticos apenas se relacionam com os eleitores no momento da eleição e, ainda assim, de maneira limitada. A democracia brasileira, no plano da participação, já atingiu o segundo estágio - a democracia de opinião pública ou democracia de massas -, na qual as massas manifestam nas eleições seus interesses de forma concreta - e já existem traços significativos de democracia participativa nas instituições políticas brasileiras. E no plano dos direitos não é mais uma democracia liberal, mas uma democracia social (Bresser-Pereira, 2015, p. 369-370)

Pouco tempo depois, as chamadas “elites” se reunificariam em torno da estratégia de restauração do neoliberalismo ortodoxo, segundo os interesses do capital financeiro, afastando a presidente do cargo. Interessante notar que do ponto de vista legal esse afastamento sequer teve de estar relacionado diretamente aos escândalos de corrupção, bastou as “pedaladas fiscais”, uma operação contábil de transferência de recursos que se destinavam em grande medida à manutenção de políticas sociais compensatórias. O conteúdo “social” do desenvolvimento importa pouco aos limites da dominação autocrática burguesa e da limitada democracia que ela comporta. Quando viu que o “pacto social” era insuficiente para conter as contradições suscitadas pelo desenvolvimento capitalista e que os próprios governos

neodesenvolvimentistas eram insuficientes para garantir seus interesses diante do imperialismo, a burguesia dependente optou, novamente, por preservar sua condição de sócia menor do grande capital financeiro.

É necessário agora aprofundar o caráter analítico da tese da repetição histórica. Há, sem dúvida, muito de farsa no percurso do neodesenvolvimentismo. Ele reencenou várias das características de nossa revolução passiva, da modernização conservadora, de nosso passado. Uma encenação desprovida de sua grandeza original. É necessário lembrar, contudo, que para Marx não apenas a tragédia tem seu sentido histórico. Também a farsa cumpre um papel fundamental no longo e difícil percurso das revoluções proletárias. Não é à toa que tenha sido justamente a farsa de Luís Bonaparte que, ao reencenar os personagens históricos da revolução francesa, cumpriu o papel de enterrar os mortos daquela revolução diante da classe operária. Em outras palavras, é a partir dessa reedição como farsa, que as revoluções proletárias poderiam, finalmente, desvencilhar-se dos limites emancipatórios da revolução burguesa, de sua linguagem, palavras de ordem, de sua roupagem característica.

Analisando os desafios da esquerda latino-americana a partir da vitoriosa experiência na revolução cubana, também Florestan Fernandes indicava o sentido histórico da encenação burguesa em torno da “revolução democrática” como parte difícil e necessária do aprendizado da classe trabalhadora acerca de seus adversários e dos alvos específicos da revolução proletária.

Esses avanços por vezes foram mais ou menos lentos e complicados, pois era preciso pôr à prova as classes burguesas e ver o que, dentro delas, constituía uma força revolucionária real. Onde toda esta evolução não se concretizou, manteve-se a “ilusão constitucional e democrática”, nas piores condições possíveis, ficando os proletários e as massas camponesas à mercê dos apetites de burguesia débeis e totalmente desinteressadas em aprofundar sua própria revolução, pois isso permitiria abrir espaço político para as massas destituídas e subalternas, bem como acarretaria transformações históricas de consequências incontroláveis. Aqui só interessa, de fato, a relação do proletariado com a sua revolução (FERNANDES, [1982] 2002, p. 93).

O descontentamento atual com as ilusões emancipatórias características da revolução *dentro da ordem*, por ora eficientemente canalizado contra a própria esquerda, pode ser um ponto de partida e autocrítica fundamental para se pensar o futuro e a afirmação de um projeto autônomo do povo brasileiro na cena política. Para isso, a esquerda brasileira têm pela frente o desafio de formular uma estratégia de disputa de hegemonia na sociedade civil, de calibrar-se para tornar-se dirigente do conjunto da sociedade construindo a força social e política da classe trabalhadora e de seus aliados estratégicos. Particularmente, cabe recuperar a dialética entre *reforma* e *revolução* característica do pensamento revolucionário.

A obra de Florestan Fernandes nos dá pistas importantes nesse sentido. A grande questão é a de como canalizar as contradições inerentes ao capitalismo dependente, particularmente os alvos da revolução *dentro da ordem*, priorizando aqueles índices que são insustentáveis ao padrão de dominação burguesa no Brasil. Certamente, a derrota da conciliação de classes atinge duramente, mas provisoriamente, o conjunto da esquerda brasileira. Esta terá um longo e difícil balanço crítico de sua própria experiência. Terá de retomar a capacidade em formular palavras de ordem e objetivos que dialoguem com as contradições vividas pelo povo, e que estiveram tão em desuso nos últimos anos, como a reforma agrária, a reforma urbana, a estatização do sistema financeiro, o acesso universalizante e gratuito aos serviços sociais fundamentais, etc. O desafio é transformar esse conjunto de reivindicações em um *projeto de nação* em contraposição aos interesses da burguesia imperialista, capaz de disputar corações e mentes da classe trabalhadora, convertendo a revolução *dentro da ordem* na perigosa e necessária revolução *contra a ordem*.

Por mais eficiente que tenha sido a decapitação das direções proletárias nas últimas décadas, o transformismo é sempre um processo cujos limites se encontram na própria reprodução das contradições que ele visa jogar para o

plano de fundo da história. As contradições de classe reaparecem dia após dia, a realidade se move. Nem toda a esquerda brasileira esteve confinada à conciliação de classes nesses treze anos. Como patrimônio acumulado em tantas lutas e resistência, a classe trabalhadora brasileira conta com importantes movimentos de massa. Surgiram nos últimos anos importantes movimentos de luta por moradia, movimentos de mulheres que ousam relacionar feminismo e luta de classes, movimentos de juventude. Há também organizações oriundas do ciclo PT, mas que souberam enxergar além de seus limites, como os movimentos de luta pela terra, em particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros a ele vinculados a partir da experiência da Via Campesina.

Estes últimos souberam não apenas preservar-se nos últimos anos, conseguiram sobreviver ao neoliberalismo e a pactuação de classes neodesenvolvimentista, sem abrir mão de suas bandeiras históricas. É claro que souberam também disputar políticas de concessão durante os últimos governos que fortalecessem ou mantivessem sua base social. Sem dúvida sofreram os impactos do processo de acomodação do último ciclo, mas não deixaram de romper cercas do latifúndio e, inclusive, recalibraram sua luta direcionando-a ao agronegócio e ao grande capital nacional impulsionado pelo neodesenvolvimentismo. Foram além e construíram experiências ímpares de formação para um conjunto considerável de movimentos populares, recuperando o pensamento revolucionário junto daqueles que o tornam verdadeiramente revolucionário.

Tais movimentos tem se esforçado em debater as contradições do capitalismo dependente, da necessidade de um projeto de desenvolvimento na contramão do imperialismo, ainda que formulando a partir das questões concretas que envolvem sua base, vide a formulação recente do MST em torno da Reforma Agrária Popular (que incorpora inclusive a crítica a “reforma agrária de mercado” praticada pelo neodesenvolvimentismo) e da elaboração do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em conjunto com diversos sindicatos ligados à indústria, da “Plataforma operária e camponesa para a

energia”. Durante os últimos treze anos, tentaram por diversas vezes unificar a esquerda em torno de um projeto comum, formulando cartilhas e debatendo os limites do Estado e do capitalismo dependente, a partir das necessidades concretas colocadas pela classe trabalhadora⁶⁷.

Diante do enorme desafio de um projeto que recoloque na ordem do dia a conquista revolucionária do Estado pela classe trabalhadora, do desafio de romper as amarras do imperialismo e da autocracia burguesa, tais iniciativas são ainda bastante incipientes. Como ponto de partida, são o exemplo pedagógico fundamental àqueles que querem arrancar das contradições do tempo presente, a poesia do futuro.

⁶⁷Como exemplo podemos citar a elaboração, a partir de um encontro de movimentos populares e setores combativos da igreja católica em 2005, da cartilha “O Brasil que queremos” que formou a “Assembleia Popular-mutirão por um novo Brasil”, uma das tantas iniciativas de unidade impulsionadas pelo MST nos últimos 13 anos.

Referências

ALMEIDA, Lucio Flávio Rodrigues de. **A ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANDERSON, Perry. **O Fim da História: de Hegel à Fukuyama**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

_____. **Balço do neoliberalismo**. In: Anderson, Perry e Gentili, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. **As Origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas: Cortez, 2003.

ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889 – 1930**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BASUALDO, Eduardo M. **Sistema político y modelo de acumulación em la Argentina: notas sobre el transformismo argentino durante la valorización financiera (1976-2001)**. Universidade Nacional de Quilmes, 2002.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BENEVIDES, Maria Victoria. **64, um golpe de classe? (sobre um livro de René Dreifuss)**. Revista Lua Nova, n. 58, 2003.

BERBEL, Márcia Regina. **Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. (Dissertação, Mestrado em História), 1991.

BIANCHI, Alvaro. **Hegemonia em construção: a trajetória do pensamento nacional das bases empresariais**. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. **O laboratório de Gramsci: filosofia, história, política**. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. **Um ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990.** Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOITO JR. Armando. **Estado e burguesia no capitalismo neoliberal.** Rev. Sociol. Polit. [online]. 2007, n.28, pp. 57-73. ISSN 0104-4478

BOITO JR. Armando. **Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder.** In: GALVÃO, Andréia e BOITO JR., Armando (orgs.). Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000. São Paulo: Alameda, 2012.

BOITO JR. Armando. **Pensamento econômico e conflitos de classe.** Jornal Brasil de Fato, 02/04/2013. Disponível em: <<<http://www.brasildefato.com.br/node/12522>>> Acesso em 30/07/2016.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL. **Plano plurianual 2004-2007: mensagem presidencial.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2003.

_____. **Relatório e parecer prévio sobre as contas do governo da república.** Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle.** Rev. Lua Nova, nº 45, p. 45 – 95, 1998.

_____. **O Novo Desenvolvimentismo.** Jornal Folha de São Paulo, 19 de Setembro de 2004, p. B4

_____. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina.** 2010. Disponível em <www.bresserpereira.org.br> (acesso em 21/07/2016).

_____. **A construção política do Brasil: sociedade economia e Estado desde a Independência.** São Paulo: Editora 34, 2015.

BRETTAS, Tatiana. **Capital financeiro, fundo público e políticas sociais: uma análise do gasto social no governo Lula.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

CANO, Wilson. **Uma agenda nacional para o desenvolvimento.** revista tempo do mundo | rtm | v. 2 | n. 2 | ago. 2010.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX.** São Paulo, UNESP-IE-UNICAMP, 2002.

CARNEIRO, Ricardo et. al. **O desenvolvimento brasileiro: temas estratégicos.** Rede Desenvolvimentista, s/d. Disponível em <www.reded.net.br> acesso em 21/07/2016.

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro.** In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.112, p. 611-612, out./dez., 2012.

_____. **O Social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CAVALCANTE, Sávio. **Estado, capital estrangeiro e burguesia interna no setor de telecomunicações nos governos FHC e Lula.** In: GALVÃO, Andréia e BOITO JR., Armando (orgs.). Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000. São Paulo: Alameda, 2012.

CDES. **Ação política para a mudança e a concertação: primeira carta de concertação.** Brasília: Presidência da República, 2003a. Disponível em <www.cdes.gov.br>. Acesso em 30/07/2016.

_____. **Ação pelo progresso e inclusão social: segunda carta de concertação.** Brasília: Presidência da República, 2003b. Disponível em <www.cdes.gov.br>. Acesso em 30/07/2016.

_____. **Fundamentos para um novo contrato social: terceira carta de concertação.** Brasília: Presidência da República, 2003c. Disponível em <www.cdes.gov.br>. Acesso em 30/07/2016.

_____. **Ata da quarta reunião ordinária.** Brasília: Presidência da República, 2003d. Disponível em <www.cdes.gov.br>. Acesso em 30/07/2016.

_____. **Caminhos para um novo contrato social: quinta carta de concertação.** Brasília: Presidência da República, 2003e. Disponível em <www.cdes.gov.br>. Acesso em 30/07/2016.

_____. **Manifesto à nação.** Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em <www.cdes.gov.br>. Acesso em 30/07/2016.

_____. **Parecer sobre perspectivas de crescimento da economia brasileira e a crise internacional.** Brasília: Presidência da República, 2008a. Disponível em <www.cdes.gov.br>. Acesso em 30/07/2016.

_____. **Ata da 26ª reunião plenária.** Brasília: Presidência da República, 2008b. Disponível em <www.cdes.gov.br>. Acesso em 30/07/2016.

_____. **Ata da 28ª reunião plenária.** Brasília: Presidência da República, 2008c. Disponível em <www.cdes.gov.br>. Acesso em 30/07/2016.

_____. **Relatório do seminário internacional sobre desenvolvimento.** Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em <www.cdes.gov.br>. Acesso em 30/07/2016.

_____. **Agenda para um novo ciclo de desenvolvimento.** Brasília: Presidência da República, 2010a. Disponível em <<http://www.iedi.org.br/artigos/top/estudos_industria/>>. Acesso em 30/07/2016.

_____. **Ata da 34ª reunião plenária.** Brasília: Presidência da República, 2010b. Disponível em <www.cdes.gov.br>. Acesso em 30/07/2016.

_____. **Ata da 43ª reunião plenária.** Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em <www.cdes.gov.br>. Acesso em 30/07/2016.

_____. **Ata da 44ª reunião plenária.** Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em <www.cdes.gov.br>. Acesso em 30/07/2016.

ESAR, Monica de Jesus. **“Empresa-cidadã”: uma estratégia de hegemonia.** São Paulo: Cortez, 2008.

CHAVES, Kelly Barreto Videira & VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o Partido dos Trabalhadores: análise da hegemonia capitalista no Brasil.** Revista UNIABEU Belford Roxo V.4 Número 8 Set. – Dez. 2011.

CHESNAIS, François. **O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos.** In: CHESNAIS, François (org.). *A finança mundializada.* São Paulo: Boitempo, 2005.

CNI. **Competitividade e crescimento: a agenda da indústria.** Brasília, DF: 1998.

_____. **Uma agenda pró-crescimento para 2004.** Brasília, DF: 2004.

_____. **Crise política e economia: uma agenda mínima para a governabilidade.** Brasília, DF: 2005.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudança nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998).** Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **O CDES e a Agenda Nacional de Desenvolvimento: um modelo de diálogo social.** CDES, Brasília: 2010. Disponível em www.cdes.gov.br – acesso em 05/10/2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O estruturalismo e a miséria da razão.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

_____. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COUTINHO, Luciano. **Um novo Brasil em Construção.** Apresentação no CDES. 2008. Disponível em: << <http://www.cdes.gov.br/>>> acesso em 28/07/2016.

DIEESE. **Balanco das negociações dos reajustes salariais em 2011.** Estudos & pesquisas, São Paulo, n. 59, mar., 2012.

DINIZ, Eli. **Ação política dos empresários: adaptando-se às leis, enfrentando o Estado.** In: FIGUEIREDO, Ney (org.). Empresariado brasileiro: política, economia e sociedade. São Paulo: Editora de Cultura, 2009.

_____. **Estado, globalização e desenvolvimento em contexto pós-neoliberal: retomando um antigo debate.** In: MANCUSO, Wagner Iglesias [et. alli.] (orgs). Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil: novas teorias, novas trajetórias. São Paulo: Editora de Cultura, 2010.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Vozes, 1981.

DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo.** São Paulo: Boitempo, 2014.

ERBER, F. **As convenções de desenvolvimento no Brasil: um ensaio de economia política.** In: FÓRUM DE ECONOMIA DA FGV/SP, 5., 2008, Rio de Janeiro. Anais. Disponível em:

<http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/fabio_erber_120908.pdf>. Acesso em: 30/07/2016.

EVANS, Peter. **O Estado como problema e solução**. In: Lua nova: revista de cultura e política. São Paulo: CEDEC, 1993 – nº28/29.

_____. **Autonomia e parceria: estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

FARIAS, Francisco Pereira de. **Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas**. Crítica Marxista, n. 28, p. 81-98, 2009.

FERNANDES, Florestan & PRADO JR., Caio. **Clássicos sobre a Revolução Brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Que tipo de república?** São Paulo: Globo, 2007.

_____. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008a.

_____. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global, 2008b.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, Luís. **Neoliberalismo à brasileira**. In: Anderson, Perry e Gentili, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FIGUEIREDO, Ney (org.). **Empresariado brasileiro: política, economia e sociedade**. São Paulo: Editora de Cultura, 2009.

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico**. IN: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto, 2006. ISBN: 987-1183-56-9

FILGUEIRAS, Luís... [et. al.] **Modelo Liberal-Periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula**. In: Os anos Lula:

contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 35 a 70.

FIORI, José Luís. **Estados, moedas e desenvolvimento**. In: FIORI, José Luís (org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

FLEURY, S. **O Conselho de desenvolvimento econômico e social do governo Lula**. In: MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo. São Paulo: FGV, 2006.

FONTES, Virgínia. **A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo**. In: Crítica Marxista, n.36, p. 103-113, 2013.

FRANÇA, TEONES PIMENTA. **A lógica do pacto: do ABC paulista para Brasília**. In: Revista Outubro. nº 8 – 2003.

GAZETA MERCANTIL. **Revista Balanço Anual 2004: a mais completa radiografia dos negócios do País**. São Paulo: Editora JB S.A., 2004.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere (Vol 1)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999

GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935 / Carlos Nelson Coutinho (org.)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUTIERREZ, Andriei. **Sobre o conceito de classe social na problemática de Nicos Poulantzas: uma releitura de Poder político e classes sociais**. In: Anais do V Colóquio Marx e Engel. Campinas: Cemarx, Unicamp, 2007. (disponível em http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/paginas/gt4sessao1.html).

HALLAK NETO, João. **A distribuição funcional da renda e a economia não observada no âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Brasil**. 2013. 166 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1996.

IANNI, Octavio. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

_____. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. **Classe e nação**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

_____. **Globalização e neoliberalismo**. In: Rev. São Paulo em Perspectiva, 12(2), 1998.

_____. **Globalização e crise do Estado-nação**. Rev. Estudos de sociologia. Unesp, v. 4, nº 6, 1999.

IASI, Mauro Luís. **As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IEDI. **Seis meses de crise: o impacto na indústria segundo a intensidade tecnológica**. Junho de 2009. Disponível em <<
http://www.iedi.org.br/artigos/top/estudos_industria/>>. Acesso em 30/07/2016.

IPEA. Estado, instituições e democracia: desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2010.

JOHANNPETER, Jorge Gerdau. **A empresa brasileira na economia global**. In: BARROS DE CASTRO, Antonio [et. al.]. O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

KECK, Margaret. **PT: A lógica da diferença**. São Paulo: Ática, 1991.

KOWARICK, Lúcio, 2003. **O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: um processo em construção**. Disponível em www.cdes.gov.br – acesso em 05/10/2015.

KUNRATH, Romerio Jair. **CDES: o conselho de desenvolvimento econômico e social do Brasil**. UFRGS, 2005. Disponível em www.cdes.gov.br – acesso em 05/10/2015.

LEAL, Guilherme Peirão. **Qual é a nova empresa que está surgindo?** In: BARROS DE CASTRO, Antonio [et. al.]. O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LECHNER, Norbert. **Estado, mercado e desenvolvimento na América Latina.** In: Revista Lua Nova: revista de cultura e política. São Paulo; CEDEC, nº28/29, 1993.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

LUKÁCS, Gyorgy. **Marx e o problema da decadência ideológica.** In: Lukács, Gyorgy. Marxismo e teoria da literatura. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

MANDEL. Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARANHÃO, César Henrique. **O “novo” ciclo ideológico do desenvolvimento: a reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de desenvolvimento econômico e social no Brasil.** Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2009.

_____. **Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais.** In: MOTA, Ana Elizabeth (org.). Desenvolvementismo e Construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Burguesia e contrarrevolução no Brasil: a sociologia brasileira e as raízes autoritárias e antidemocráticas da classe dominante.** In: MONTAÑO, Carlos e LUSTOSA, Rogério (horas.). Conhecimento e sociedade: ensaios marxistas. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

MARICATO, Hermínia et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARQUES, R.M. **Notas sobre a Reforma Previdenciária Brasileira no Contexto do Neoliberalismo e da América Latina.** *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 138 -148, 2000.

MARQUES, R.M.; MENDES, A. **A proteção social no primeiro quartel do século XXI: brincando com cenários.** *Análise Econômica*, Porto Alegre,

Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, ano 19, n. 36, p. 165-193, set. 2001.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado: 1980-2005**. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs). História do marxismo no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

MARTINS, André Silva. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **A transição para o neoliberalismo e a crise do Governo Collor**. In: BOITO, Armando e GALVÃO, Andréia (orgs). Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil: tese de doutorado**. Campinas: UNICAMP, 2013.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **A estrutura de classes na Alemanha**. In: IANNI, Octavio (org.). Marx: sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1992 (pgs 102-109)

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

MARX, Karl. **Capítulo VI – Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Editora Moraes, s/d.

MARX, Karl. **Crítica à filosofia do direito de Hegel: introdução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon**. São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MONTAÑO, Carlos e LUSTOSA, Rogério (horas.). **Conhecimento e sociedade: ensaios marxistas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

MONTENEGRO, Darlan. **O avesso do príncipe: programa e organização nas origens do Partido dos Trabalhadores**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

MORAES, João Quartim de. **A natureza de classe do Estado brasileiro**. In: PINHEIRO, Milton... [et.al.]. **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela e PERUZZO, Juliane. **O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina**. IN: MOTA, Ana Elizabeth (org.). **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Ana Elizabeth (org.). **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, Antônio Delfim. **A Economia Política do Desenvolvimento Brasileiro**. CDES, São Paulo: 2003. Disponível em www.cdes.gov.br – acesso em 05/10/2015.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOGUEIRA DA COSTA, Fernando. **Desenvolvimento do desenvolvimentismo: do socialismo utópico ao social-desenvolvimentismo**. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2012.

OLIVEIRA, F. **Programa de uma nova classe**. *Reportagem*, Revista da oficina de informações, ano IV, n. 46, p. 37-38, jul. 2003.

OLIVEIRA, Francisco... [et. al.] **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

OZAÍ, Antonio. **Partido de Massa e Partido de Quadros: a social democracia e o PT**. São Paulo, CPV, 1996.

POCHMANN, Marcio [et. al.]. **Proprietários, concentração e continuidade**. São Paulo: Cortez, 2009 – [Atlas da nova estratificação social no Brasil; v.3].

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

POMAR, Wladimir. **Um mundo a ganhar: revolução democrática e socialista**. São Paulo: Viramundo, 2002.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PRADO JR. Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRADO JR. Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRZEWORSKI, Adam. **A falácia neoliberal**. In: Revista Lua Nova: revista de cultura e política. São Paulo; CEDEC, nº28/29, 1993.

PT. **Resoluções Políticas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1987. Disponível em <<
http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/resolucoespoliticas_0.pdf>>

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ROUSSEF, Dilma. **Discurso durante a 41ª reunião ordinária do pleno do CDES**. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em <www.cdes.gov.br>. Acesso em 30/07/2016.

SADER, Emir (org.). **Gramsci: poder, política e partido**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAES, Décio Azevedo Marques. **As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica.** In: PINHEIRO, Milton (org.). Ditadura: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

SEN, Amartya. **O desenvolvimento como expansão de capacidades.** In: Revista Lua Nova: revista de cultura e política. São Paulo; CEDEC, nº28/29, 1993.

SICSÚ, João. **Dez anos que abalaram o Brasil.** E o futuro?. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

SICSÚ, João; PAULA, Luís Fernando; MICHEL, Renault. **Por que novo-desenvolvimentismo?** Revista de Economia Política, vol. 27, nº 4 (108), pp. 507-524 outubro-dezembro/2007.

SILVA, Luís Inácio Lula da. **Um Brasil para Todos. Crescimento, Emprego e Inclusão Social. Coligação Lula Presidente.** Programa de Governo 2002a. Disponível em <http://virtualbooks.terra.com.br/osmelhoresautores/planodegovernoLULA.htm> – acesso em 05/10/2015.

SILVA. Luís Inácio Lula da. **Discurso na segunda reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.** Brasília: Palácio do Planalto, 2003b. Disponível em <www.cdes.gov.br>. Acesso em 30/07/2016.

SILVEIRA JUNIOR, Adilson Aquino. **A filosofia como historicidade: a ideologia no estudo filosófico dos cadernos do cárcere.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 119, p. 560-581, jul/set, 2014.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas.** In: Dossiê: mobilizações, protestos e revoluções. Revista Novos Estudos, nº97, novembro de 2013.

SITCOVSKY, Marcelo. **A reconciliação entre assistência social e trabalho: o impacto do bolsa família.** In: MOTA, Ana Elizabeth (org.). Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

TAPIA, Jorge R. B. **Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: os desafios da construção institucional.** In: DINIZ, E. Globalização e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____. **Relatório Técnico: Concertação, diálogo social e diálogo civil.** Brasília: (2005). Documento de circulação interna da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.

VIANNA, Luiz Werneck. **Esquerda brasileira e tradição republicana: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula.** Rio de Janeiro: Revan, 2006.